



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ELÍVIA CAMURÇA CIDADE

**ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA: UM
ESTUDO SOBRE O FATALISMO E A RESILIÊNCIA EM PESSOAS RESIDENTES
NA ZONA RURAL BRASILEIRA**

FORTALEZA

2019

ELÍVIA CAMURÇA CIDADE

ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA: UM ESTUDO
SOBRE O FATALISMO E A RESILIÊNCIA EM PESSOAS RESIDENTES NA ZONA
RURAL BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Profa. Dra. Verônica Moraes Ximenes

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C51e Cidade, Elívia Camurça.
Estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza : um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira / Elívia Camurça Cidade. – 2019.
294 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Verônica Morais Ximenes.
1. Psicologia Comunitária. 2. Pobreza. 3. Enfrentamento. 4. Resiliência. 5. Fatalismo. I. Título.
CDD 150
-

ELÍVIA CAMURÇA CIDADE

ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA: UM ESTUDO
SOBRE O FATALISMO E A RESILIÊNCIA EM PESSOAS RESIDENTES NA ZONA
RURAL BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/UFC)

Prof. Dr. Jáder Ferreira Leite
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Profa. Dra. Normanda Araújo de Moraes
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Profa. Dra. María Teresita del Niño Jesús Castillo León
Universidad Autónoma de Yucatán (UADY)

Em memória de Pedro, Inácia e Dedé, pelo que
suas histórias ecoam em mim.

À população rural brasileira.

AGRADECIMENTOS

Não sei expressar em palavras quantos sentimentos vivi durante o doutorado. Foram inúmeros dias de felicidade e de alegria. Hoje entendo que parte deste caminhar também incluiu a solidão, o medo, a tristeza, a frustração e a sensação de impotência diante de um contexto político brasileiro incerto. Do saldo de tudo, o sentimento mais genuíno sempre foi, para mim, a gratidão por tudo o que o Doutorado me fez ser. Certamente, ele me fez mais paciente, mais leve, mais sincera, mais objetiva, mais interessada no que realmente importa, mais disponível às relações genuínas, mais inquieta e questionadora. É com esta mistura de gratidão e amor que eu agradeço.

Ao Deus de vida e libertação que habita em mim e que se faz, diariamente, maior que templos e predestinações.

À Universidade Federal do Ceará, instituição pública, gratuita e de excelência, que foi minha casa, meu refúgio e me permitiu conhecer mundos que eu não havia pensado alcançar. Aos docentes desta instituição, que tanto contribuíram com meu percurso formativo, deixo aqui registrados meu agradecimento e meu profundo respeito.

Aos que considero família, de sangue e de coração, pela compreensão de minha ausência e por se fazerem presentes em gestos, palavras e transmissão de boas energias.

Ao meu amor de vida, amigo e marido cúmplice, Diogo Capistrano, por fazer esta travessia ao meu lado, por trazer leveza ao meu caminhar e me ensinar diariamente o significado das palavras paciência, cuidado e amor. Você ilumina meus dias!

À minha amada mãe, Edúvia Camurça, pelo exemplo de força, fé e amor que reverbera em minha vida. Ao meu querido pai, Elísio Cidade, que tantas vezes me perguntou ‘acabou?!’ com o entusiasmo de quem espera chegar a um destino fantástico após uma longa viagem. Obrigada por me ensinarem que o amor se materializa em gestos suaves.

Ao Davy Cidade, meu irmão adorado, por seu empenho em atribuir leveza à nossa família e demonstrar seu apoio e amor incondicionais. Ao Silvio Ney, irmão querido, com quem compartilhei as alegrias e agruras de uma “vida na capital”, pela torcida sempre presente e pelas palavras de incentivo ditas nos momentos mais oportunos.

Ao Pedro Lucas, Arthur e Bernardo, meus sobrinhos amados, gestados durante o tempo do Doutorado, que hoje crescem e me ensinam a perceber o que realmente importa. À Yara Sousa e Gabriela Almeida, por me concederem o privilégio de ser tia e vibrarem comigo cada etapa de conclusão deste estudo.

À Verônica Ximenes, por tudo o que nossa convivência me ensinou ao longo desses quatorze anos. Deste nosso doutorado, Vevé, eu levo comigo a referência de uma orientadora competente, querida e amiga que, com paciência e zelo, me ensinou a ser mais e a acreditar na importância da generosidade para o exercício de uma prática docente ética e sensível. Obrigada por estar sempre presente e vibrar com cada avanço da construção deste texto!

À Bárbara Nepomuceno, por tudo o que nossa irmandade me ensina e por todo amor que nos une. Seguir contigo esta jornada e te ver florescer mãe foi um presente da vida!

Às minhas avós, Terezinha Lisieux e Luiza Camurça, pela torcida constante.

Ao Francisco Nogueira e à Olga Capistrano, a quem tenho orgulho de chamar de família, pelo amor e cuidado dedicados a mim e Diogo.

Aos queridos/as alunos/as com os quais tive o imenso prazer de conviver ao longo desses anos de docência. À equipe de coordenadores, professores/as e técnicos/as da Faculdade Ari de Sá e do Centro Universitário Unichristus, pelo prazer que é nossa convivência e por cada palavra de incentivo.

Às terras mexicanas, à Addy, à Dora e à Silvia, pela gentil acolhida durante minha estada em Mérida;

À primeira turma do Curso de Doutorado em Psicologia da UFC, pela convivência leve, acolhedora e gentil que marcou este período de doutoramento.

À Clarice Catelan, amiga querida, profissional comprometida e exímia articuladora, responsável por viabilizar a condução da investigação em Cascavel.

Ao Curso de Psicologia da Universidade Paranaense (UNIPAR), à equipe técnica do CRAS Rural de Pentecoste e do CRAS Volante de Cascavel, pela mediação necessária para a realização do campo de pesquisa.

Ao NUCOM, espaço de crescimento pessoal e profissional, e a todos os nuconianos com os quais tive o privilégio de conviver. Em especial, agradeço à Alessandra Silva, Lorena Brito, Marília Studart, Wesley Mendonça, Carlos Eduardo Esmeraldo, Gisely Roberta, Thaís Araújo, Natália Bizerra, Janaína Cruz, Márcia Kelma, Andréa Esmeraldo, Francesca Bartira, Bibiana Bacelar, Marina Pereira, David Maia, Natasha Xavier e Júlia Monte pela doce companhia ao longo do doutorado.

Aos amigos valiosos e permanentes incentivadores, Delnise Silva, Isabel Saraiva, Rebeca Lemos, Eduardo Ramos, Cloé Lemos, Catarina Ramos, Lucila Cardoso, Áurea Júlia, Caio Monteiro, Bia Sernache, João Vítor Moreira, Pedro Santos, Bárbara Castelo Branco,

Mirella Anchieta e Rafael Ayres. Agradeço a amizade sincera e a acolhida nos momentos de cansaço e angústia.

À Helder Hamilton, Eveline Assunção e Renê Feitosa, pelo zelo e pela atenção despendidos na organização administrativa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC.

À banca de avaliação deste trabalho de doutoramento, cujas contribuições foram valiosas em todo o seu processo de construção. Obrigada à James Moura Júnior, amigo querido, por quem nutro admiração e respeito, que com leveza partilha seu conhecimento e vai tecendo cuidadosamente uma rede de estudos sobre a pobreza. À Jáder Leite, importante interlocutor dos estudos sobre ruralidade, uma referência valiosa para mim sobre amabilidade e gentileza na pós-graduação. À Terezita Castillo León, que com tanta doçura e cordialidade me apontou caminhos valiosos para o debate do enfrentamento. Obrigada pela acolhida amorosa em Mérida e pelo compartilhar de um encantamento inspirador sobre a prática docente. À Normanda Morais, pelas contribuições preciosas sobre resiliência e por ser uma referência de afetividade e gentileza.

Ao Magno Cezar Teófilo e à Elizabeth Maia, mediadores importantes da consciência de mim e de meu corpo necessárias ao longo deste percurso. À Jeane Fontenele, por todo cuidado e carinho necessários para que este trabalho fosse finalizado.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo apoio financeiro. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos recursos concedidos para a realização de Estágio de Doutorado Sanduíche no Exterior, experiência decisiva para este estudo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com a construção deste trabalho deixo aqui expressa minha gratidão!

[...]

*Hay tantas maneras de no ser
Tanta conciencia sin saber
Adormecida*

*Merecer la vida, no es callar y consentir
Tantas injusticias repetidas
Es una virtud, es dignidad
Y es la actitud de identidad
Más definida!*

*Eso de durar y transcurrir
No nos dá derecho a presumir
Porque no es lo mismo que vivir
Honrar la vida!*

*No! Permanecer y transcurrir
No siempre quiere sugerir
Honrar la vida!*

*Hay tanta pequeña vanidad
En nuestra tonta humanidad
Enceguecida*

*Merecer la vida es erguirse vertical
Más allá del mal, de las caídas
Es igual que darle a la verdad
Y a nuestra propia libertad
La bienvenida!*

(Honrar La Vida. Mercedes Sosa)

RESUMO

CIDADE, E.C. **Estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza**: um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira. 2019. 300f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

Esta tese tem como objetivo geral analisar como o fatalismo e a resiliência interferem nas estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza de moradores da zona rural brasileira. Parte da consideração de que a vida em condições de pobreza acarreta implicações nos modos com que os sujeitos desenvolvem estratégias psicossociais de enfrentamento a um cotidiano adverso e questiona como o fatalismo e a resiliência interferem nestas elaborações. Trata-se de um estudo de natureza mista (quantitativa e qualitativa), desenvolvido junto a sujeitos residentes nas áreas rurais dos estados do Ceará e Paraná. A etapa quantitativa envolveu a aplicação de um Questionário de Mensuração da Pobreza Multidimensional e Escala Multidimensional de Fatalismo - Reduzida (EMF) junto a 737 sujeitos. A etapa qualitativa integrou a facilitação de 7 (sete) grupos focais com a presença total de 79 participantes. Foram realizadas análises estatísticas descritivas, comparação de médias (Teste t de *Student* e Análise de Variância), Análise de Correlação e Análise de Regressão Múltipla. A apreciação dos dados qualitativos foi fundamentada na proposta de Análise de Conteúdo de Bardin, mediada pelo uso do software Atlas Ti 8.4. Pentecoste aparece com maior incidência de pobreza multidimensional considerando o Índice de Mensuração de Pobreza Multidimensional quando comparada à Cascavel. Os sujeitos vivenciam simultaneamente variados conteúdos de privação na forma de múltiplas insuficiências, sejam elas alimentares, de estrutura de habitação e de oferta de espaços de lazer na comunidade. A precariedade no acesso às políticas públicas é um fator que vulnerabiliza o sujeito à pobreza e ao adoecimento. A exposição dos sujeitos às repetidas experiências frustradas em transpor o cotidiano da pobreza fomenta o fatalismo, que se manifesta através de conteúdos de controle divino, predestinação, pessimismo e presentismo. O desamparo derivado da pobreza intensifica os pensamentos místicos, a baixa reflexividade crítica e a simplificação analítica dos fatos. A pobreza fragiliza, ainda, o acesso aos fatores que contribuem para a expressão da resiliência sociocomunitária. As relações de vizinhança são destacadas como uma relevante fonte de suporte social, permeada por sentimentos de confiança recíproca e fundamentada em códigos morais com ênfase na busca pela sobrevivência. Os participantes demonstram compreender o ato de enfrentar como enfrentamento da pobreza, o que acaba contribuindo para que discutam

as experiências de privação como algo que deve ser combatido através do esforço estritamente individual. Estes pensamentos favorecem a culpabilização e apontam que o distanciamento analítico-emocional e o conformismo são consequência da intensidade da pobreza. Conclui-se que o caráter sobreposto, continuado e comum à uma coletividade, típico da pobreza rural, impacta negativamente na expressão dos fatores da resiliência sociocomunitária, deixando os sujeitos vulneráveis às concepções fatalistas. As estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza sofrem interferência do fatalismo e da resiliência pois estes são indicadores do que está ou não sendo asseguro ao sujeito para que, sob uma perspectiva comunitária, possa alcançar o horizonte de transformação.

Palavras-chave: Pobreza. Enfrentamento. Fatalismo. Resiliência.

ABSTRACT

This thesis has as main objective to analyze how fatalism and resilience interfere in psychosocial strategies to coping poverty of rural residents in Brazil. It starts from the consideration that life in conditions of poverty has implications for the ways in which subjects develop psychosocial strategies to face an adverse daily life and questions how fatalism and resilience interfere in these elaborations. This is a mixed study (quantitative and qualitative), developed with subjects living in rural areas of the states of Ceará and Paraná. The quantitative stage involved the application of a Questionnaire on the Measurement of Multidimensional Poverty and the Multidimensional Scale of Fatalism - Reduced (EMF) with 737 subjects. The qualitative step integrated the facilitation of 7 (seven) focus groups with a total presence of 79 participants. Descriptive statistical analysis, comparison of means (Student's t-test and Analysis of Variance), Correlation Analysis and Multiple Regression Analysis were performed. The assessment of qualitative data was based on the Bardin Content Analysis proposal, mediated by the use of Atlas Ti 8.4 software. Pentecost appears with a higher incidence of multidimensional poverty considering the Multidimensional Poverty Measurement Index when compared to Cascavel. The subjects simultaneously experience various brand of deprivation in the form of multiple insufficiencies, such as food, housing structure and provision of leisure spaces in the community. The precariousness of access to public policies is a factor that makes the subject vulnerable to poverty and illness. The exposure of subjects to repeated frustrated experiences in crossing poverty in daily life fosters fatalism, which manifests itself through contents of divine control, predestination, pessimism and presentism. The helplessness derived from poverty intensifies mystical thoughts, low critical reflexivity and the analytical simplification of facts. Poverty also weakens access to factors that contribute to the expression of sociocommunity resilience. Neighborhood relations are highlighted as a relevant source of social support, permeated by feelings of mutual trust and based on moral codes with emphasis on the search for survival. The participants demonstrated an understanding of the act of confronting how to face poverty, which ends up contributing to discuss the experiences of deprivation as something that must be combated through strictly individual effort. These thoughts favor guilt and point out that analytical-emotional detachment and conformism are a consequence of the intensity of poverty. It concludes that the overlapping, continued and common character of a collectivity, typical of rural poverty, negatively impacts on the expression of the factors of sociocommunity resilience, leaving the subjects vulnerable to fatalistic conceptions.

Psychosocial strategies for coping with poverty suffer interference from fatalism and resilience because these are indicators of what is or is not being assured to the subject so that, from a community perspective, it can reach the horizon of transformation.

Keywords: Poverty. Coping. Fatalism. Resilience.

RESUMEN

El objetivo general de esta tesis es analizar cómo el fatalismo y la resiliencia interfieren en las estrategias psicosociales de afrontamiento a la pobreza de los residentes rurales en Brasil. Se parte de la consideración de que la vida en condiciones de pobreza tiene implicaciones en las formas en que los sujetos desarrollan estrategias psicosociales para enfrentar una vida cotidiana adversa y cuestiona cómo el fatalismo y la resiliencia interfieren en estas elaboraciones. Se trata de un estudio mixto (cuantitativo y cualitativo), desarrollado con sujetos que viven en zonas rurales de los estados de Ceará y Paraná. La etapa cuantitativa consistió en la aplicación de un Cuestionario sobre la Medición de la Pobreza Multidimensional y la Escala Multidimensional de Fatalismo - Reducido (EMF) con 737 sujetos. El paso cualitativo integró la facilitación de 7 (siete) grupos focales con una presencia total de 79 participantes. Se realizó un análisis estadístico descriptivo, comparación de medias (prueba t del estudiante y análisis de varianza), análisis de correlación y análisis de regresión múltiple. La evaluación de los datos cualitativos se basó en la propuesta de Bardin Content Analysis, mediada por el uso del software Atlas Ti 8.4. Pentecoste aparece con una mayor incidencia de pobreza multidimensional considerando el Índice de Medición de la Pobreza Multidimensional en comparación con Cascavel. Los sujetos experimentan simultáneamente varios contenidos de privación en forma de múltiples insuficiencias, ya sean la alimentación, la estructura de la vivienda y la provisión de espacios de ocio en la comunidad. La precariedad del acceso a las políticas públicas es un factor que hace al sujeto vulnerable a la pobreza y a la enfermedad. La exposición de los sujetos a repetidas experiencias frustradas en la transposición de la vida cotidiana de la pobreza fomenta el fatalismo, que se manifiesta a través de contenidos de control divino, predestinación, pesimismo y presentismo. La impotencia derivada de la pobreza intensifica los pensamientos místicos, la baja reflexividad crítica y la simplificación analítica de los hechos. La pobreza también debilita el acceso a factores que contribuyen a la expresión de la resiliencia sociocomunitaria. Las relaciones vecinales se destacan como una fuente relevante de apoyo social, impregnada de sentimientos de confianza mutua y basada en códigos morales con énfasis en la búsqueda de la supervivencia. Los participantes demuestran una comprensión del acto de enfrentarse a la pobreza, que termina por contribuir a discutir las experiencias de privación como algo que debe ser combatido a través de un esfuerzo estrictamente individual. Estos pensamientos favorecen la culpa y señalan que el desapego analítico-emocional y el conformismo son consecuencia de la intensidad de la pobreza. Concluimos que el carácter superpuesto,

continuo y común de una colectividad, típica de la pobreza rural, impacta negativamente en la expresión de los factores de resiliencia sociocomunitaria, dejando a los sujetos vulnerables a concepciones fatalistas. Las estrategias psicosociales de afrontamiento a la pobreza sufren interferencias del fatalismo y la resiliencia porque son indicadores de lo que se está o no asegurando al sujeto para que, desde una perspectiva comunitaria, pueda alcanzar el horizonte de la transformación.

Palabras Clave: Pobreza. Afrontamiento. Fatalismo. Resiliencia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Contextos de Realização da Pesquisa.....	33
Figura 2	– Mapa da Cidade de Pentecoste (Ce).....	35
Figura 3	– Mapa Rural do Distrito de Cascavel (PR).....	38
Figura 4	– Produção agrária nas regiões brasileiras.....	65
Figura 5	– Dimensões analíticas da pobreza multidimensional no contexto rural.....	73
Figura 6	– Mapa categorial das Experiências de privação.....	87
Figura 7	– Mapa categorial do Acesso Precário às políticas públicas.....	96
Figura 8	– Mapa categorial das Condições do Trabalho Rural.....	106
Figura 9	– Mapa categorial vulnerabilidade às condições climáticas.....	120
Figura 10	– Mapa categorial aspectos subjetivos da pobreza rural.....	125
Figura 11	– Modelo Representativo das Implicações Psicossociais da Pobreza Rural.....	132
Figura 12	– Fontes de informação das dimensões analíticas do Fatalismo.....	138
Figura 13	– Relações entre fé e potencial de transformação ou resignação.....	156
Figura 14	– Modelo analítico das manifestações do fatalismo em contextos de pobreza rural.....	170
Figura 15	– Modelo Representativo dos Fatores que contribuem para a Expressão da Resiliência Sociocomunitária.....	197
Figura 16	– Modelo representativo das Estratégias Psicossociais de Enfrentamento	226
Figura 17	– Indicadores analíticos das distinções entre indiferença, capacidade de enfrentamento e de transformação.....	238
Figura 18	– Modelo de condições para o enfrentamento e a transformação social.....	240

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados Gerais dos Grupos Focais.....	55
Quadro 2 – Relações entre objetivos específicos, categorias de análise, instrumentos de construção de dados, análise de dados, categorias e capítulos da Tese.....	59
Quadro 3 – Três capacidades da resiliência social	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Gerais dos Contextos de Pesquisa.....	34
Tabela 2 – Perfil Geral dos Participantes da Etapa Quantitativa.....	41
Tabela 3 – Perfil Geral dos Participantes da Etapa Qualitativa.....	42
Tabela 4 – Indicadores de Renda por Estado investigado.....	44
Tabela 5 – Dimensões e Indicadores do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional – Rural.....	48
Tabela 6 – Frequência, valores mínimos, máximos, médias e desvios padrão por dimensão	81
Tabela 7 – Test <i>t</i> das variáveis dependentes Dimensões do IMPM em função da cidade e do gênero.....	83
Tabela 8 – Média e desvio padrão do IMPMGeral, IMPMPentecoste e IMPMPCasavel em função da faixa etária e do tempo de permanência na escola.....	84
Tabela 9 – Frequência com que conseguem atendimento médico ou de outros profissionais da saúde quando precisam em função da cidade e da intensidade da pobreza.....	96
Tabela 10 - Frequência dos participantes que estavam exercendo algum tipo de trabalho remunerado no momento de realização da pesquisa.....	107
Tabela 11 - Cargas Fatoriais (Rotated Component Matrix), Comunalidades (H^2), Percentuais de Variância para os 11 itens da EMF - Reduzida e Alfa de Cronbach.....	149
Tabela 12 - Média e Desvio Padrão do fatalismo total em função da cidade, do sexo, da idade, da religião, da participação em reuniões da igreja/ paróquia/templo/terreiro e do tempo que frequentou a escola segundo amostra total.....	150
Tabela 13 - Análise de Regressão Múltipla para a variável dependente Fatalismo e variáveis independentes dimensões do IMPM.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARM	Análise de Regressão Múltipla
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Índice de Exclusão Social
IMPM	Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUCOM	Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC
PBF	Programa Bolsa Família
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRECE	Programa de Educação em Células Cooperativas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIPAR	Universidade Paranaense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	30
2.1	Abordagem Metodológica.....	30
2.2	Contextos da Pesquisa.....	31
2.2.1	<i>Pentecoste</i>	34
2.2.2	<i>Cascavel</i>	37
2.3	Participantes da Pesquisa.....	40
2.4	Procedimentos de Construção dos dados.....	42
2.4.1	<i>Etapa Quantitativa</i>	42
2.4.2	<i>Etapa Qualitativa</i>	53
2.5	Análise dos Dados.....	59
2.6	Compromisso Social e Ético da Pesquisa.....	60
3	IMPLICAÇÕES DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO COTIDIANO DE MORADORES DA ZONA RURAL BRASILEIRA.....	62
3.1	As distintas ruralidades no Brasil.....	62
3.2	A multidimensionalidade da pobreza rural.....	70
3.2.1	<i>Implicações Psicossociais da pobreza multidimensional rural</i>	78
3.3	A Pobreza Multidimensional em Pentecoste e Cascavel.....	80
3.3.1	<i>“Se tem uma fruta, não tem o dinheiro. Se tem o dinheiro, não tem a fruta” (Joana): as sobreposições de experiências de privação</i>	82
3.3.2	<i>“Se fosse bom a gente era assistido totalmente e num é” (Miguel): acesso precário às políticas públicas</i>	95
3.3.3	<i>“Nós depende de trabalhar fora pra sobreviver, porque aqui dentro nós não vive” (Sebastiana): condições do trabalho rural</i>	105
3.3.4	<i>“A seca tá judiando muito com o nordestino” (Amadeu): vulnerabilidade às variáveis climáticas</i>	119
3.3.5	<i>“Porque a nossa vida todo dia é um dia, né?!” (Sebastiana): aspectos subjetivos da pobreza rural</i>	124
3.4	Considerações breves sobre as implicações psicossociais da pobreza rural.....	131
4	AS MANIFESTAÇÕES DO FATALISMO POR MORADORES DA ZONA RURAL.....	134
4.1	Fatalismo: conceituação e interlocuções com a temática da pobreza multidimensional.....	135
4.2	Dimensões analíticas do fatalismo segundo a literatura.....	139
4.3	Fatalismo e pobreza rural no nordeste e no sul do Brasil.....	148
4.3.1	<i>“Eu só conto com Deus mesmo” (Jane): Controle divino</i>	153
4.3.2	<i>“Foi o destino que Deus preparou pra mim vir pra cá”: noção de predestinação</i>	161

4.3.3	<i>“Mas o lugar não pode, né? Não vai conseguir” (Gerardo): Pessimismo.....</i>	165
4.3.4	<i>“Só posso dizer do presente” (Juvenal): presentismo.....</i>	166
4.4	Considerações breves sobre as manifestações do fatalismo.....	169
5	RESILIÊNCIA: DEFINIÇÕES E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA UM OLHAR DO ENFRENTAMENTO À POBREZA.....	172
5.1	A diversidade teórica do conceito de resiliência.....	172
5.2	Em busca de um conceito de resiliência pertinente ao estudo da pobreza rural.....	178
5.2.1	<i>Um conceito de resiliência para a América Latina: a resiliência comunitária.....</i>	179
5.2.2	<i>A noção de resiliência social e suas possibilidades de contribuição para uma noção comunitária de resiliência.....</i>	187
5.3	Fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais.....	195
5.3.1	<i>Acesso aos capitais econômico e social.....</i>	198
5.3.2	<i>Vínculos sociocomunitários.....</i>	205
6	ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL: CONTRIBUIÇÕES DO FATALISMO E DA RESILIÊNCIA.....	216
6.1	Definições de enfrentamento e especificidades do contexto de pobreza.....	216
6.1.1	<i>Enfrentamento em condições de pobreza.....</i>	221
6.1.2	<i>Estratégias Psicossociais de Enfrentamento à Pobreza.....</i>	225
6.2	Apontamentos para a atuação em contextos de pobreza com ênfase no enfrentamento e em seu potencial como caminho para a transformação social.....	235
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	247
	REFERÊNCIAS.....	254
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL.....	278
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – QUESTIONÁRIO.....	287
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO – GRUPO FOCAL.....	288
	APÊNDICE D - GUIA DE TÓPICOS – GRUPO FOCAL.....	289
	ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.....	290

1 INTRODUÇÃO

Os temas centrais deste estudo transversalizaram a construção do meu olhar sobre a psicologia e a quem serve o saber que ela propõe. Desde a infância, a vivência em uma cidade de pequeno-médio porte, localizada no sertão central cearense, permitiu-me contemplar a experiência da ruralidade com admiração pelas resistências em permanecer no campo e indignação diante de ciclos de pobreza que pareciam não cessar mesmo diante de tamanho esforço. Mesmo quando os períodos de seca chegavam e a vegetação local parecia extremamente inóspita, as romarias e os clamores divinos pareciam servir de alento a uma vida dura.

A saída deste contexto, a chegada a uma cidade de grande porte e o ingresso na Graduação em Psicologia endossou questionamentos de que a pobreza e a desigualdade social estruturam formas de pensar o mundo, de sentir, de orar e de esperar. Durante a formação, os diálogos e as intervenções a partir das práticas de extensão e das pesquisas vinculadas ao Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará concederam embasamento teórico para a análise desta realidade. No mestrado, a escrita da dissertação “Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo” demarcou o início de um aprofundamento nos debates sobre a pobreza, sua conceituação e seus impactos na vida dos sujeitos. No doutorado, acrescentar aos estudos sobre pobreza as interlocuções no campo de debate das ruralidades favoreceu regressar a uma experiência do rural com um novo olhar.

É preciso, ainda, destacar que esta tese está vinculada a uma pesquisa maior intitulada “Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial de comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul”¹. Parte, fundamentalmente, do compromisso com o debate de dois campos durante longo período invisibilizados nos estudos psicológicos: ruralidade e pobreza. É importante ressaltar que, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, a desigual distribuição da riqueza está primariamente associada à concentração da posse de terras, que se tornou a via primordial de manutenção das desigualdades sociais, sobretudo no contexto rural. Trata-se de uma das formas clássicas de exploração da mão de obra, onde há baixa relação capital-trabalho. A estrutura fundiária brasileira ancorada no latifúndio, que chega a ser uma das mais concentradas do mundo ocidental (VALADARES *et al*, 2012; NAKATANI, FALEIROS, VARGAS, 2012), exclui os

¹ Pesquisa financiada através do Edital CNPq Processo: 477986/2013-7 e coordenada pela professora Dra. Verônica Morais Ximenes.

sujeitos da posse dos bens de produção, pois o poder sobre a terra passou a ser representativo de poder político e econômico.

O campo concentra 15,64% da população brasileira, o que significa dizer que aproximadamente 29,5 milhões de pessoas vivem na área rural (IBGE, 2011a). Neste cenário, inúmeras problemáticas são recorrentes, como o elevado número de pessoas em situação de pobreza extrema, chegando a 7,5 milhões, precário acesso à estrutura de sanitária e abastecimento de água (IBGE, 2011b) e alta taxa de analfabetismo, alcançando 20,8% da população neste território². Leite *et al* (2013) expõem que os problemas sociais básicos comuns aos municípios de médio e pequeno porte, tais como mortalidade infantil, analfabetismo, trabalho infantil, fome, pobreza, dificuldades de transporte, acentuam-se no meio rural e se ligam a outras problemáticas, como a dificuldade de acesso aos serviços de educação e saúde, a insegurança fundiária e a convivência com inúmeras situações de conflitos e violência no campo.

Favareto e Seifer (2012) falam da emergência de uma nova ruralidade na virada do século XXI, onde não é possível falar do rural como contraposição estanque ao urbano. A superação desta dicotomia em benefício de um olhar interrelacional se faz em virtude das interações que são ao mesmo tempo de contradição e interdependência entre os dois cenários. Isto se dá em função das influências dos investimentos progressivos de políticas públicas e de recursos para o agronegócio no campo, que acarretaram modificações nos modos de produção locais e, conseqüentemente, novas formas de interação nos territórios. Reforça este pensamento a argumentação de Leite *et al* (2013, p.44) de que o cenário rural tem se demonstrado um “(...) espaço extremamente diversificado em seu modo de configuração”. Fala-se mais em um processo de heterogeneização do contexto rural e no estabelecimento de ruralidades (CARNEIRO, 2008, 2012; LEITE *et al*, 2013; LEITE, 2015; LANDINI, 2015a), no sentido plural que este termo comporta.

É relevante que a psicologia, que historicamente esteve voltada para pesquisas e intervenções nos contextos urbanos (ALBUQUERQUE, 2002; LEITE *et al*, 2013; DANTAS *et al*, 2018), demarcando pouca intimidade com o contexto rural (VASQUEZ, 2009), possa se debruçar sobre este contexto, marcadamente influenciado por uma relação de invisibilidade e desconhecimento daquilo que são seus modos de vida e os elementos influenciadores de seus processos de subjetivação. Pensar o rural a partir das lentes urbanas acarreta limitações nas possibilidades de atuação em psicologia, o que requer o desenvolvimento de estudos

² Este dado se distancia consideravelmente do mesmo indicador na população urbana, que é de 6,4% (IPEA, 2015).

específicos sobre os processos psicológicos constituídos no campo (LANDINI, 2015a). Pizzinato, Hamann, Machado e Strey (2015) corroboram com esta ideia ao falar de uma subjetividade rural pouco explorada, espaço potencial e relevante de análise e intervenção. Junta-se a isso o reconhecimento de que as implicações da vida em condições de pobreza na zona rural possui elementos singulares e diversos aos do contexto urbano, o que reforça a premissa de que as investigações nesse campo não adotem como referência uma psicologia urbano-centrada (DANTAS *et al.*, 2018).

O crescimento vertiginoso das produções psicológicas sobre pobreza, após o início da década de 1980, é um indicador da necessidade de repensar os rumos da profissão (DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010) e que ultrapasse a sua reprodução eminentemente elitista (MARTÍN-BARÓ, 2009). O estabelecimento de uma nova proposta para a psicologia, fundamentada em um viés da libertação e na proposição de um novo projeto ético-político (MARTÍN-BARÓ, 1998; 2009) e a crescente abertura para atuação dos psicólogos nas políticas públicas, sobretudo as políticas de saúde e assistência social (DANTAS, OLIVEIRA, YAMAMOTO, 2010; MACEDO, DIMENSTEIN, 2011; OLIVEIRA, AMORIM, 2012), requereram saberes e metodologias alinhadas com as peculiaridades da vida em condições de pobreza. Guzzo (2016) ressalta que é preciso superar a pobreza da psicologia, sua visão superficial e psicologizante, por vezes utilizada como instrumento ideológico à serviço de um modelo de sociedade que exclui, oprime e necessita da pobreza para permanecer existindo.

Neste caminho, há uma concordância quanto ao fato de que discutir a pobreza para além de sua associação às privações materiais (DEMO, 2005; ACCORSSI, 2011; YAZBEK, 2012) permite o entendimento de seu caráter multifacetado. A Abordagem Multidimensional das Capacitações de Amartya Sen (2000, 2011) deu um importante passo no entendimento de que existem variações nas oportunidades dos sujeitos converterem recursos gerais, tais como renda e riqueza, em capacidades, que representam o que podem ou não realmente fazer para alcançar bem estar e felicidade. Seriam, segundo esta perspectiva, as dificuldades de converter renda e recursos em viver bem as fontes primárias de manutenção da pobreza, posto que refletem as diferenças generalizadas nas características pessoais e circunstâncias sociais vividas pelos sujeitos (SEN, 2011).

Outra questão, recorrentemente desconsiderada nos estudos sobre a pobreza, são os aspectos psicossociais que contribuem para a manutenção do fenômeno, enquanto estratégia de opressão e de dominação que se vale de questões subjetivas, culturais e ideológicas, tanto quanto ou mais que da privação de renda, para se perpetuar. A pobreza expõe os sujeitos às

limitações no acesso aos bens e serviços, à vulnerabilidade social através da exposição aos riscos, à precária escolarização, à insegurança quanto aos rendimentos e ao futuro. Além disso, comumente recaem sobre os sujeitos pobres julgamentos morais, tencionados entre sua vitimização, culpabilização (ACCORSSI, 2011) e estigmatização (MOURA JÚNIOR, 2015).

Quando o pobre é responsabilizado por sua situação, retira-se a responsabilidade do poder político e econômico sobre a produção da pobreza, fazendo com que o fenômeno seja visto como a-histórico, focalizado e restrito às questões individuais. É possível, e necessário, falarmos dos modos de subjetivação que se desenvolvem em contextos de pobreza, entendendo que são influenciados por formas de gestão dos afetos que diminuem a potência de agir em benefício do bem comum e, conseqüentemente, a resistência social (SAWAIA, 2006). As implicações psicossociais da pobreza são justamente fruto da interconexão entre os componentes sociais, culturais, políticos, ideológicos e psicológicos que a reforçam e a mantêm, valendo-se das conseqüências do sofrimento ético-político, da desesperança, da opressão, da submissão e da resignação.

Entretanto, não se trata de uma aceitação plenamente passiva dos fatos cotidianos. A pobreza contribui para que sejam desenvolvidas formas singulares de estruturação do psiquismo (CIDADE; MOURA JR.; XIMENES, 2012). Com isso, a concepção de que os pobres aceitam resignadamente suas condições de vida entra em confronto com dados de pesquisas (ACCORSSI, 2011; MATHEW, 2010; YURDARKUL, ATIK, 2015; HINTON; EARNEST, 2015) que apontam a capacidade de elaborarem subjetivamente as experiências e desenvolverem mecanismos para responder às situações adversas. Accorssi (2011) afirma que os sujeitos pobres desenvolvem sentidos sobre suas experiências que permitem o desenvolvimento de modos de vida específicos, bem como diferentes formas de aceitar/lidar com a situação. Mathew (2010) constatou a existência de estratégias para lidar com a vergonha decorrente da pobreza em produtores rurais indianos. Elas estavam voltadas para a resolução de problemas, para a imagem que elaboravam de si e para o valor de si constituído através do julgamento externo. Yurdarkul e Atik (2015) observaram o papel da religiosidade como facilitador do desenvolvimento de concepções para lidar com a pobreza. Hinton e Earnest (2015) constataram a autoconfiança na habilidade de prover recursos para a família, a busca de apoio social, a negação, a renúncia e o distanciamento emocional como estratégias de enfrentamento adotadas por mulheres de Papua New Ginea (Oceania).

Estes dados apontam que as respostas à pobreza não são apenas da ordem da manipulação de conteúdos práticos e intervenções concretas na realidade. Antes de se falar da

relação com a pobreza como sendo pautada no combate, como algo que visa eliminar a existência do fenômeno, vale considerar quais os caminhos encontrados pelos sujeitos para com ela conviver e superar psicossocialmente as adversidades, sem que isto implique na apatia diante da possibilidade de alterar a fonte de desconforto. A categoria enfrentamento, então, se coloca como a que descreve a capacidade desenvolvida pelos grupos humanos de conduzir as situações cotidianas de modo a amenizar os elementos negativos, fontes de estresse e de sofrimento derivados da pobreza.

Recorrentemente, o enfrentamento é discutido nos textos que abordam essa problemática como sendo a provisão de recursos (SIQUEIRA, 2011; IPEA, 2015) para instrumentalizar os sujeitos a responder a pobreza. Entretanto, como bem afirma Montañó (2012, p.280), “todo enfrentamento da pobreza direcionado ao fornecimento de bens e serviços é meramente paliativo”, isto porque, na compreensão do autor, incluir o sujeito na lógica de desenvolvimento econômico sem questionar a acumulação da riqueza não é suficiente para alterá-la. Indo além, um pressuposto defendido é que o enfrentamento somente irá ser revertido em mudanças substanciais se conseguir incorporar as elaborações psicossociais dos indivíduos e grupos. Sendo assim, o enfrentamento deve ser considerado a partir do ponto de vista dos sujeitos que vivem a pobreza e não como um conjunto de técnicas a serem implementadas.

Uma vez que o enfrentamento em condições de pobreza adquire a característica de ser um fenômeno contextual (GARCÍA, 2007) e relacional (SILVA *et al*, 2016), é adequado descrevê-lo em termos de estratégias psicossociais, que são respostas cognitivas, comportamentais e afetivas favorecedoras da ressignificação da realidade pelos sujeitos e da elaboração de formas de como lidar com contextos adversos. Enfrentar uma realidade promotora de situações de sofrimento em decorrência da pobreza vai depender, então, dos recursos de enfrentamento que já estão disponíveis aos sujeitos (GARCÍA, 2007) e dos seus modos de vida. Com isso, entende-se que o modo com que os sujeitos lidam com as situações adversas decorrentes da pobreza não são uníssonos e estanques, sobretudo na zona rural, que como afirma Leite *et al* (2013, p.49), possui um cotidiano de vida dotado de “(...) heterogeneidade e intensidade que permite uma variedade de interlocuções”. Insere-se, então, a discussão sobre como os sujeitos significam a realidade que vivenciam e como se colocam diante dela como questões que interferem diretamente no enfrentamento por eles desenvolvido.

O conhecimento das estratégias psicossociais de enfrentamento a pobreza rural podem

dar elementos para a elaboração de ações de fato adequadas a esta realidade, inclusive considerando os modos locais de interação e os caminhos de resistência e fortalecimento vislumbrados pelos sujeitos que, em virtude da própria limitação de pesquisas abordando as especificidades locais, não são consideradas durante a proposição de políticas públicas para este cenário. Outra questão importante diz respeito à ascensão de duas categorias que, nos estudos sobre a pobreza, são relevantes para compreender como os sujeitos elaboram a realidade e se posicionam frente a ela, podendo ou não, incidir sobre as estratégias de enfrentamento. São elas: o fatalismo e a resiliência.

Ignácio Martín-Baró (1998, p.76) descreve o fatalismo como “uma compreensão da existência humana segundo a qual o destino de todos já está predeterminado e todo fato ocorre de modo inevitável”. Este fenômeno possui uma raiz psicossocial, podendo ser associado às condições culturais, políticas e econômicas de cada sistema social. Díaz, Blanco, Bajo e Stavradi (2015) afirmam que, na atualidade, o fatalismo representa parte do esquema cognitivo de pessoas pertencentes a culturas individualistas caracterizadas pelo alto desenvolvimento econômico, mas permeadas pela insegurança e a indefinição quanto à vida. Trata-se do que Beck (2006) intitulou como sociedade de risco global, que se impõe como condição humana do início do século XXI.

Como o fatalismo permite com que o sujeito não confronte diretamente as causas dos fenômenos ao atribuir suas razões a elementos da ordem do sobrenatural e incontrolável, este distanciamento pode apontar caminhos distintos. Um primeiro caminho é o estabelecimento de obstáculos para a tomada de atitude e para o fomento de processos críticos e reflexivos. Por não se reconhecer como pertencedor a uma realidade e capaz de transformá-la, acentuam-se sentimentos de conformismo e resignação, descrédito nas instituições públicas como mantenedoras da ordem social e progressiva diminuição da coesão social (BLANCO; DÍAZ, 2007). Outro caminho possível seria a crença em componentes espirituais ou sobrenaturais como fomentadores de estabilização emocional, ainda que momentânea. Diante de um cotidiano marcado pela incontrolabilidade limitada dos perigos (BECK, 2002), o discurso religioso ascenderia como fator estruturador e repleto de significados, capaz de fornecer ordem e segurança, mas também com potencial ideológico para a indiferença.

O fatalismo seria, então, uma forma de lidar com a realidade que se constitui a partir das experiências dos sujeitos em uma dada realidade histórica, econômica e cultural. Pode ser descrito como uma categoria de análise das implicações psicossociais da pobreza, pois denuncia as origens dos componentes explicativos da realidade. O indivíduo pode apresentar

manifestações do fatalismo em termos da forma de pensar, agir e sentir em determinadas áreas de sua vida, fazendo-o centrar-se mais no dia-a-dia de sobrevivência que em questões futuras, mas fixação não é irremediável. Além disso, o fatalismo não diz de uma apatia plena e uma paralisia total frente à vida, mas dá indícios, tal como expresso por Díaz *et al* (2015), das razões pelas quais tem se observado a diminuição das expectativas e dos desejos, bem como a redução da contribuição social, a aceitação social e a coesão social, que são indicadores de mensuração da sensação de propósito e sentido de ter algo de útil a oferecer ao mundo.

Por conseguinte, a resiliência apresenta uma relação positiva com a noção de desenvolvimento de estratégias de como lidar com a realidade, pois se refere aos processos através dos quais as pessoas enfrentam e superam crises e adversidades (YUNES, 2003), ao mesmo tempo em que são transformadas por elas (GROTBERG, 2003). Saéz (2012) a define como um fenômeno multifatorial e complexo, que se desenvolve através do tempo. No final da década de 1970, os estudos sobre resiliência começaram a ser realizados no intuito de entender como, mesmo diante de condições de vida permeadas por conflitos e riscos, crianças conseguiam se desenvolver de modo adequado (ARAÚJO; TEVA; BERMÚDEZ, 2015). Durante este período e até a década de 1990, prevaleceu a ideia da resiliência como capacidade excepcional de alguns sujeitos de se adaptar ante as adversidades e seguir o curso de sua vida.

Entretanto, a descrição da resiliência como um atributo específico do sujeito vem sendo colocada em questionamento em estudos (POLLETO, KOLLER, 2008; MORAIS, FIGUEIREDO, RODRIGUES, SANTOS, 2015) que apontam uma dimensão mais ampla do fenômeno. Morais *et al* (2015) entendem que a resiliência está no interjogo entre características individuais e as redes de apoio disponíveis, sendo a capacidade dos sujeitos de se reorganizarem e superarem eventos negativos. É possível identificar a resiliência como um fenômeno contextual que, assim como o fatalismo, possui raízes nos modos de organização da sociedade, não sendo adequado falar que a pessoa é resiliente (SÁEZ, 2012), mas sim que existe um contexto que favorece o desenvolvimento de fatores promotores de resiliência.

Mesmo sendo a pobreza fator de risco ao desenvolvimento humano (KOLLER; MORAIS; CERQUEIRA-SANTOS, 2009), é interessante observar que a imensa maioria dos sujeitos pobres não é anulada pelas adversidades, encontrando mecanismo de sobrevivência e superação de privações de renda, acesso a bens e serviços. O que estaria no intermeio entre sucumbir ou resistir seria a resiliência. Contudo, para que não haja uma culpabilização do sujeito ou do meio (família e comunidade) sobre o porquê de ter ou não se colocado de modo

resiliente, parece adequado ressaltar o pensamento de Morais *et al* (2015) de que sem o surgimento de oportunidades para superar as dificuldades e de novas alternativas de vida, não seria possível falar em resiliência.

Fatalismo e resiliência convergem por serem fenômenos inscritos em uma dada realidade, produtos e produtores de formas de entendimento dos fatos cotidianos. Portam-se como influenciadores da forma como os sujeitos convivem com um cotidiano adverso e repleto de riscos e inseguranças. Contudo, não se sabe quais influências incidirão quando, analisando as especificidades do campo, os sujeitos desenvolverem suas estratégias de enfrentamento à pobreza. Sendo assim, a indagação que fundamenta este estudo é: como o fatalismo e a resiliência interferem nas estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza? Considera-se a necessidade de verificar a hipótese de que os efeitos do fatalismo e da resiliência sobre o enfrentamento dependerão do modo com que a pobreza multidimensional incide no cotidiano da população rural.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como o fatalismo e a resiliência interferem nas estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza de moradores da zona rural brasileira. Como objetivos específicos, tem-se: identificar as implicações psicossociais da pobreza multidimensional no cotidiano de moradores da zona rural brasileira; analisar as manifestações do fatalismo em contexto de pobreza rural; identificar quais os fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais marcados pela pobreza e identificar as estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza rural.

Ressalta-se a relevância de que o conhecimento das estratégias de enfrentamento à pobreza rural poderá subsidiar a elaboração de ações pertinentes a esta realidade, sensíveis aos modos locais de interação e potencializadoras dos caminhos de resistência e de fortalecimento já compartilhados pelos sujeitos. Além disso, é importante destacar que as mudanças governamentais no Brasil nos últimos anos refletiram na construção deste trabalho. Inicialmente, o cenário estava marcado pela diminuição da pobreza como consequência da ampliação de políticas socioassistenciais no início dos anos 2000. Entretanto, a destituição do poder da presidente em exercício, o corte de investimentos em políticas públicas e os retrocessos nas ações de ênfase de enfrentamento à pobreza repercutiram no desenvolvimento da pesquisa, endossando a importância de que investigações científicas sejam desenvolvidas nesta área de conhecimento.

A tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro está dedicado a apresentar o percurso metodológico da investigação, que possui delineamento misto (quantitativo e

qualitativo). A pesquisa de campo foi realizada nas zonas rurais das cidades de Pentecoste (Ceará) e Cascavel (Paraná). A etapa quantitativa envolveu a aplicação de um Questionário de Mensuração da Pobreza Multidimensional, composto por itens de caracterização da amostra, Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (MOURA JÚNIOR, 2015; XIMENES *et al*, 2016) com adaptações e Escala Multidimensional de Fatalismo (EMF-Reduzida) (CIDADE *et al.*, 2018) com 737 sujeitos. Na fase qualitativa, foram facilitados sete grupos focais, sendo três em Cascavel (PR) e quatro em Pentecoste (CE), com a presença total de 79 participantes.

O segundo capítulo contempla o objetivo específico ‘identificar as implicações psicossociais da pobreza multidimensional no cotidiano de moradores da zona rural brasileira’. Inicialmente, nele foi conduzida uma discussão teórico crítica sobre como a alta concentração fundiária, os modos de uso e gestão da terra, a histórica desigualdade socioespacial e o acesso precário às políticas públicas contribuíram para a heterogeneização do campo (FAVARETO, SEIFER, 2012; WANDERLEY, FAVARETO, 2013) e histórica perpetuação da pobreza na área rural brasileira. O cálculo do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional apontou um panorama geral de como as privações nas variáveis educação, habitação, trabalho e renda, saúde e aspectos subjetivos da pobreza são vividas pela população investigada. O empenho em estabelecer interfaces entre dados quantitativos e qualitativos para o entendimento das expressões da pobreza permitiu construir um Modelo Representativo das Implicações Psicossociais da Pobreza Rural, composto pelas categorias experiências de privação, acesso precário às políticas públicas, condições do trabalho rural, vulnerabilidade às variáveis climáticas e aspectos subjetivos da pobreza.

O terceiro capítulo aborda o objetivo ‘analisar as manifestações do fatalismo em contexto de pobreza rural’. O fatalismo é apresentado como categoria psicossocial forjada a partir das condições de vida em contexto de pobreza. Considera-se que, nos contextos rurais, a pobreza, a vulnerabilidade às variáveis climáticas e a invisibilização de seus modos de vida pelos gestores públicos radicalizam a sensação de insegurança e contribuem para a perpetuação de concepções fatalistas. Propõe-se um Modelo Analítico das Dimensões do Fatalismo a partir de quatro fontes de informações analisadas: a) literatura disponível que aborda o fatalismo como fenômeno psicossocial em suas interfaces com a pobreza; b) a validação da EMF-reduzida por Cidade *et al.* (2018); c) os dados da etapa quantitativa e d) os dados da etapa qualitativa de pesquisa. O controle divino, a predestinação, o pessimismo e o presentismo são, então, apresentados como dimensões analíticas do fatalismo. Com base nos

dados provenientes da aplicação do Questionário de Pobreza Multidimensional e da EMF-reduzida, foram realizadas análises descritivas, Teste T de *Student*, ANOVA, Análise de Regressão Múltipla com método *Stepwise* e Análise de Correlação de Pearson e de Spearman.

O quarto capítulo, que possui delineamento qualitativo, tem como objetivo identificar quais os fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais marcados pela pobreza. A diversidade teórica do conceito de resiliência foi considerada a questão primeira para a eleição de quais referenciais elencar no debate de sua expressão em contextos de pobreza rural e que sejam contrários à sua definição como algo que remeta a um atributo estritamente individual. As definições de resiliência comunitária (SUÁREZ-OJEDA, 2005; JULIANO, YUNES, 2014; OLIVEIRA, MORAIS, 2018) e de resiliência social (OBRIST, PFEIFFER E HENLEY, 2010; KECK, SAKDAPOLRAK, 2013) auxiliaram a análise dos resultados e a construção do que se propõe no capítulo como resiliência sociocomunitária.

O quinto capítulo possui natureza qualitativa. Objetiva identificar as estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza rural. Inicialmente, são debatidas concepções de enfrentamento em psicologia e assinalada a necessidade de seu entendimento em uma perspectiva circunscrita dentro do contexto histórico e cultural dos sujeitos. Considera-se que existem distinções entre enfrentamento da pobreza e enfrentamento em condições de pobreza. As estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza integram a capacidade subjetiva de ressignificar a realidade e frente a ela se posicionar de modo inventivo e resistente. Os dados analisados permitiram construir um Modelo Representativo das Estratégias Psicossociais de Enfrentamento. São retomadas, neste último capítulo, as contribuições apresentadas por Keck e Saktapolrak (2013) a respeito das distinções entre enfrentamento, adaptação e transformação e de que modo se relacionam com as manifestações do fatalismo e os fatores para expressão da resiliência sociocomunitária. Ao final do capítulo são assinalados, segundo uma dimensão propositiva, apontamentos para a atuação em contextos de pobreza com ênfase no enfrentamento e em seu potencial como caminho para a transformação social. A tese é finalizada com a apresentação das considerações finais, composta pela síntese dos principais conteúdos identificados a partir de cada um dos objetivos específicos, pela indicação das limitações do estudo e pelas sugestões para investigações futuras.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O capítulo apresenta o percurso metodológico delineado para a investigação. Por se tratar de uma pesquisa em contexto de pobreza, optou-se pela adoção de uma metodologia de natureza mista, com associação entre os métodos quantitativo e qualitativo. Acredita-se que, com isso, será possível alcançar um olhar amplo e profundo sobre a pobreza, concebida como fenômeno complexo e multidimensional.

2.1 Abordagem Metodológica

As contraposições entre os métodos quantitativo e qualitativo se esvaem quando o que se coloca como elemento mais importante é a capacidade de que forneçam conhecimentos sobre o que se pretende investigar. Minayo e Minayo-Gómez (2003, p.118) assinalam esta preocupação quando defendem que o bom método de pesquisa será aquele capaz de “desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta”, o que implica dizer que sua relevância repousa sobre a capacidade de fornecer informações pertinentes sobre o tema de estudo.

A metodologia quantitativa, que se desenvolveu sob forte influência do positivismo, tem uma tendência a enfatizar as regras da lógica, o raciocínio dedutivo e os atributos mensuráveis da experiência humana (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Permite, também, o estudo de grupos populacionais demograficamente mais abrangentes e a criação de indicadores capazes de orientar atuações em um nível de probabilidade (MINAYO; MINAYO-GÓMEZ, 2003).

A perspectiva qualitativa, por outro lado, trabalha com a intensidade do fenômeno (MINAYO; MINAYO-GÓMEZ, 2003), visando desvendar sua lógica interna e específica. Ela favorece a apreensão dos “(...) aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Minayo, Deslandes e Gomes (2010) defendem que, através de um olhar qualitativo, pode-se compreender o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes dos sujeitos da pesquisa. Quando utilizados conjuntamente em uma mesma investigação, seu emprego pode se tornar uno ao permitir explicar e compreender temas que necessitam ser analisados em termos de magnitude e significância (MINAYO; MINAYO-GÓMEZ, 2003).

Nesse sentido, o uso de métodos mistos é recomendável em quatro ocasiões: quando

há pouco conteúdo teórico para definição conceitual e são necessários levantamentos qualitativos anteriormente ao estudo quantitativo; quando é preciso uma segunda fonte de dados para melhor interpretar os resultados; quando o uso da abordagem qualitativa ou quantitativa, isoladamente, é insuficiente para a compreensão do fenômeno; e quando os resultados quantitativos requerem informações qualitativas para que sejam melhor compreendidos (SANTOS *et al*, 2017). O uso de método misto nos estudos sobre a pobreza concede maior volume de informações para a análise de suas implicações na vida da população, favorecendo a interpretação ampliada dos resultados e a obtenção de dados que não seriam acessados caso os enfoques quantitativo ou qualitativo fossem conduzidos de forma dissociada. Na pesquisa, os dados quantitativos forneceram elementos para compreender as repercussões objetivas da pobreza no cotidiano das pessoas participantes do estudo. Os dados qualitativos, por sua vez, permitiram aprofundar a análise de como este dia a dia repercute nas interpretações subjetivas dos sujeitos a respeito de suas experiências de privação.

2.2 Contextos da Pesquisa

Tendo em vista que este projeto de tese almeja ser capaz de discutir modos distintos de viver a ruralidade no contexto brasileiro, o lócus de desenvolvimento da pesquisa envolverá áreas rurais do nordeste e sul do Brasil. Guerra, Pochmann e Silva (2014) concluíram que, embora tenha ocorrido uma diminuição da pobreza e da desigualdade regional no Brasil entre os anos de 2000 e 2010, o Nordeste do país ainda é uma das regiões com alta concentração de municípios com o pior Índice de Exclusão Social (IES)³. Enquanto a média nacional é de 21,0% dos municípios por região com elevado grau de exclusão social, no Nordeste este Índice alcança 48,8%. A região Sul apresenta valores expressivamente mais atenuados, com número de municípios com alto IES igual a 0,3%. Considerando o grupo de pessoas com renda familiar *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo, valor designado como pertencente à pobreza, a distribuição da pobreza nas regiões nordeste e sul também é díspare. Chega a 54% do total da população rural da região Nordeste e 27, 4% da região Sul (DEDECCA *et al*, 2012).

³ O Índice de Exclusão Social (IES), criado por Guerra, Pochmann e Silva (2014), utiliza dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011) e do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). É composto pelos indicadores de pobreza, emprego, desigualdade, alfabetização, escolaridade, concentração juvenil e violência, que são distribuídos em três dimensões de análise: vida digna, conhecimento e vulnerabilidade juvenil.

Os dados ratificam a afirmação de Maia e Buainain (2015) quando expõem que o sul, tradicionalmente, apresenta bons indicadores de desenvolvimento humano, com destaque para os bons índices da população rural. Em contraposição, o nordeste é uma região com elevada inatividade por domicílio rural, o que seria reflexo da pouca dinamicidade do trabalho agrícola. Estas divergências refletem a histórica desigualdade regional brasileira (SANTOS; PALES; RODRIGUES, 2014). A realização de um estudo comparativo entre as duas regiões poderá favorecer o entendimento sobre se, embora advindo de contextos socioeconômicos e políticos distintos, os aspectos subjetivos da vida em condições de pobreza apresentam similaridades nos dois territórios.

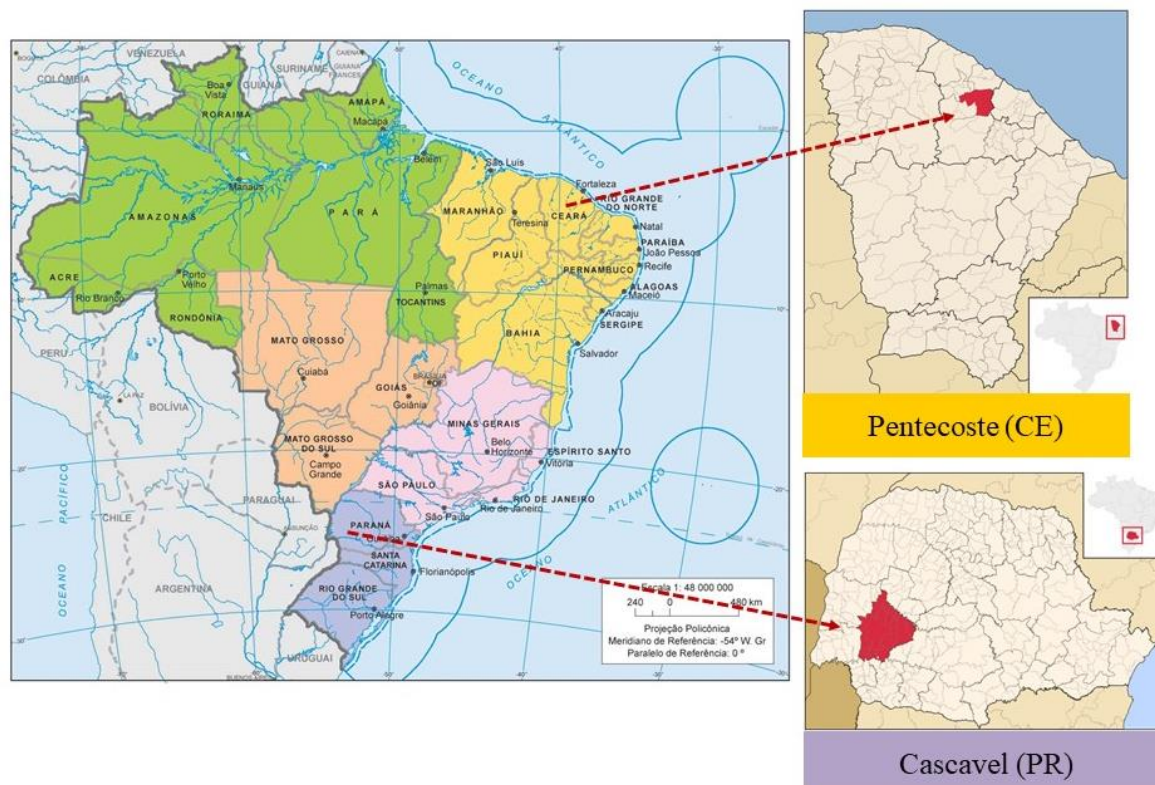
A parceria estabelecida entre uma universidade da região nordeste e outra da região sul viabilizou as etapas de pesquisa. Na região Sul, o município locus da pesquisa é Cascavel, situado no Estado do Paraná. Na região Nordeste, a cidade investigada é Pentecoste, no Ceará (Figura 1). Estes dois territórios foram selecionados em virtude do desenvolvimento de parcerias anteriores estabelecidas entre o Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC (NUCOM)⁴, coordenado pela professora Dra. Verônica Morais Ximenes, e profissionais do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE) em Pentecoste e da Universidade Paranaense (UNIPAR) em Cascavel.

Pentecoste é considerada uma cidade de pequeno porte. Sua população está estimada em 37.326 habitantes (IBGE, 2018a). Dados do IBGE (2011) apontaram que 21.394 sujeitos (60,44%) residiam na área urbana e 14.006 sujeitos (39,56%) na zona rural do município. Dentre as pessoas residentes no campo, 7.414 são homens e 6.592 são mulheres. Ao todo, 4.589 famílias do município são beneficiárias do Programa Bolsa Família⁵, o que representa 78,8% da estimativa de famílias pobres do município (BRASIL, 2017a). O valor repassado é, em média, R\$ 162,24. Em 2010, a taxa de vulnerabilidade à pobreza atingia 71,69% dos moradores da cidade (PNUD, 2013).

⁴ O NUCOM é um Núcleo de Ensino, pesquisa e extensão/cooperação universitária que iniciou suas ações na década de 1980 através de projetos de extensão em comunidades urbanas e rurais do Estado do Ceará, tendo como referência primordial e compromisso atuar junto às populações advindas de situação de pobreza coletiva. A doutoranda idealizadora deste Projeto de Tese iniciou suas ações como extensionista do Núcleo em 2005, à época como acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia da UFC, estendendo sua permanência nos anos seguintes como mestranda, pesquisadora colaboradora e, desde 2015, aluna de doutorado.

⁵ Programa Bolsa Família é um benefício de transferência de renda brasileiro destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que possuem renda *percapita* de até R\$ 154,00 mensais.

Figura 1 – Contextos de Realização da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados IBGE (2011).

Cascavel possui 324.476 habitantes (IBGE, 2018b), sendo considerada uma cidade de grande porte. A população rural local foi estimada em 16.156 sujeitos, 5,64% do número total de habitantes (IBGE, 2011), sendo 8.958 homens e 7.198 mulheres. São concedidos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) para 3.575 famílias, que correspondem a 43,2 % da estimativa de famílias pobres do município. O valor médio do recurso repassado é R\$ 129,31 (BRASIL, 2017b). A porcentagem de sujeitos vulneráveis à pobreza, considerando o agregado total, é de 13,68% (PNUD, 2013). Pentecoste e Cascavel apresentam indicadores socioeconômicos expressivamente distintos (Tabela 1), embora existam proximidades entre os números absolutos de pessoas residentes nas zonas rurais e de famílias beneficiadas pelo PBF.

Em Pentecoste, a parceria do NUCOM com o Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE) foi iniciada em 2006 e já resultou em 04 projetos de extensão e 02 projetos de pesquisa. O PRECE é um projeto de extensão universitária da UFC que atua na região do Médio Curu cearense desde 1998. Inicialmente, constitui-se como uma iniciativa de educação não formal destinada a estudantes da zona rural de Pentecoste interessados em

ingressar no ensino médio. Atualmente, suas ações foram ampliadas e, por meio de princípios como a aprendizagem cooperativa, a educação popular, a participação social e a autonomia intelectual possuem treze Escolas Populares Cooperativas espalhadas nos municípios de Pentecoste, Apuiarés, Paramoti e Umirim (PRECE, 2017).

Tabela 1 – Dados Gerais dos Contextos de Pesquisa

Cidade	População Total (2018)	Urbana ⁶		Rural		Área (km ²)	Nº de Famílias Beneficiadas PBF	Taxa de Vulnerabilidade à pobreza
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%			
Pentecoste (CE)	37.326	21.394	60,44	14.006	39,56	1.378	4.589	71,69%
Cascavel (PR)	324.476	210.049	94,36	16.156	5,64	2.100	3.575	13,68%

Fonte: Elaborado pela autora.

*Dados disponíveis em: IBGE (2010, 2018a, 2018b), BRASIL (2017a, 2017b) e PNUD (2013).

Na cidade de Cascavel, a inserção no campo de pesquisa foi mediada pela psicóloga Clarice Regina Catelan Ferreira, parceira do NUCOM, coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia da UNIPAR, articuladora, em 2012 e 2013, de oficinas e capacitações para profissionais do oeste do Estado do Paraná com ênfase na Psicologia Comunitária, sendo a doutoranda, à época, umas das profissionais convidadas. Esta proximidade resultou em uma parceria de pesquisa para a submissão do Edital Universal CNPq (Processo: 477986/2013-7), ao qual esta tese se vincula. As duas parcerias atuaram mediando a inserção nos campos de pesquisa, por meio da indicação de profissionais de políticas públicas locais e, até mesmo, oferecendo apoio logístico para a chegada às comunidades investigadas, em sua maioria distantes dos centros urbanos.

2.2.1 Pentecoste

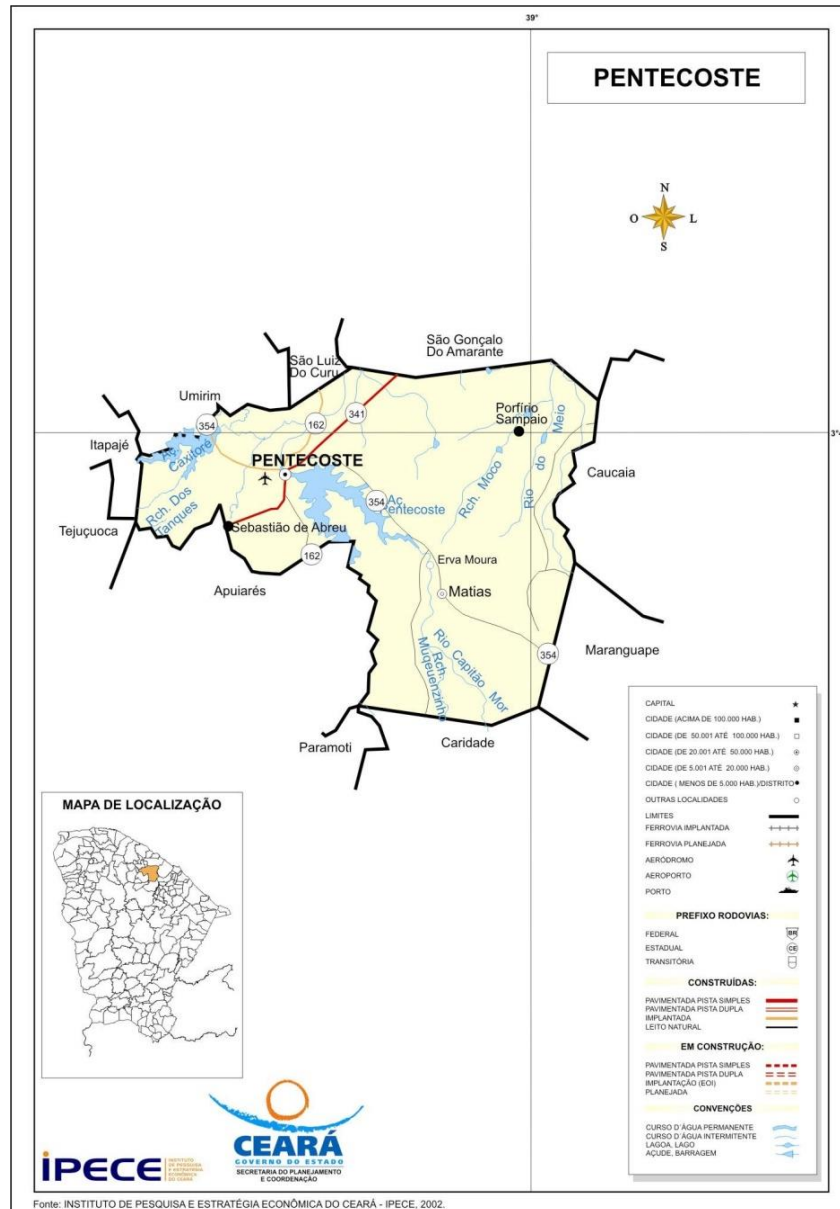
Pentecoste está situada no Território da Cidadania⁷ dos Vales do Curu e Aracatiaçu. Compõe, juntamente com os municípios de Apuiarés, General Sampaio e Tejuçuoca, o Micro Território Médio Curu (BRASIL, 2010). Possui extensão territorial de 1.378,257 km² e está distante 89 km de Fortaleza, capital do Ceará (Figura 2). Configura-se como uma região de

⁶ Os valores de referência utilizados para cálculo das populações urbana e rural são fundamentados nos dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011).

⁷ Territórios da Cidadania é um programa do lançado em 2008 pelo governo federal brasileiro em parceria com os governos estadual, municipal e a sociedade. Seu objetivo é se constituir como uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e de garantia de direitos sociais voltados às regiões rurais mais vulneráveis do país, favorecendo melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), diminuição das desigualdades regionais e do êxodo rural (BRASIL, 2008).

clima semiárido, cujas principais características são: elevadas temperaturas e taxa de evaporação, ausência ou irregularidades nas chuvas, índices de nebulosidade baixos e forte insolação (OLIVEIRA, 2009).

Figura 2 – Mapa da Cidade de Pentecoste (Ce)



Fonte: IPECE (2009).

A maior parte do território está situada na depressão sertaneja, sendo sua vegetação predominante a caatinga, aspecto comum ao território nordestino. O número expressivo de pessoas residentes na área rural de Pentecoste se deve ao estímulo, através de canais do

projeto de irrigação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS)⁸, às atividades agrícolas na região, em grande parte lavouras tradicionais de subsistência (OLIVEIRA, 2009).

No município, o tamanho médio dos estabelecimentos rurais varia de 35,01 a 50,0 hectares (IPECE, 2006). Este número é expressivamente inferior à média geral brasileira, que apresenta 0,8% de seus imóveis rurais concentrando 42,4% da estrutura fundiária do país, com área média de 6.185,9 hectares (HOFFMANN; NEY, 2010). Segundo o último Censo Agropecuário, havia 6.149 pessoas, 18,23% da população total, atuando em estabelecimentos agropecuários em Pentecoste (IBGE, 2006), dedicando-se à criação de aves, caprinos e suínos, produção de leite e cultivo de banana, feijão, mandioca e milho.

A cidade possui 8.355 famílias, 71,01% de sua população total ou 26.223 sujeitos, inscritas no cadastramento geral de pessoas com perfil para recebimento de recursos provenientes dos programas sociais brasileiros, mais conhecido como Cadastro Único. Dentre essas famílias, 3.853 possuem renda *per capita* mensal de R\$ 0,00 a R\$ 85,00, intervalo que as coloca em situação de extrema pobreza, 1.351 famílias cadastradas com renda *per capita* mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00, indicativa de pobreza monetária, e 2.064 grupos familiares com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo (BRASIL, 2017a). Considerando os grupos relacionados ao meio rural inscritos no Cadastro Único, em Pentecoste, existem 2.108 famílias de agricultores familiares, 52 famílias de assentados da Reforma Agrária e 01 família beneficiária do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Não há registro de famílias acampadas (BRASIL, 2017a). Dentre as famílias de agricultores, 1.376 são beneficiárias do Programa Bolsa Família. As principais fontes de ocupação do município são a indústria de transformação⁹, a administração pública e o comércio (PNUD, 2013).

Pentecoste possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹⁰ de 0,629,

⁸ O DNOCS é uma instituição federal criada em 1909 pelo governo brasileiro com o objetivo desenvolver ações para amenizar os impactos das adversidades climáticas na região nordeste do país, caracterizada pelo clima semiárido e pela convivência com seca, através da implantação de uma política de investimento em infraestrutura hídrica. Entretanto, ao longo de sua existência, o DNOCS e sua forma de gestão tem sido alvos de duras críticas, sobretudo por terem beneficiado diretamente, durante longos períodos, grandes proprietários de terra da região, ratificando a indústria da seca (POMPONET, 2009).

⁹ A indústria de transformação é um tipo de atividade industrial responsável por transformar matéria prima em um produto intermediário ou final para outra indústria de transformação. Em geral, são responsáveis por produzir bens tangíveis (mercadorias), podendo ser realizadas em plantas industriais e fábricas, bem como em espaços onde há produção manual e artesanal (IBGE, 2017).

¹⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal começou a ser calculado no Brasil em 2012, com o intuito de adaptar, para a realidade dos municípios do país, a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Global. Para tanto, toma como referência os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada em 2010 pelo IBGE, considerando as dimensões longevidade, educação e renda. Propõe-se a ser um Índice adequado à mensuração da realidade das cidades brasileiras e capaz de vislumbrar o desenvolvimento das

o que representa um valor médio, ocupando a 3501^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo este critério. Os componentes que mais contribuíram positivamente para este valor, em ordem decrescente, foram longevidade, educação e renda (PNUD, 2013). Quanto aos demais indicadores sociais do município, Pentecoste apresenta taxa de escolarização de 72,3%, valor superior à média do Estado, que é 54,2%. Apenas 17,24% dos domicílios possuem saneamento básico e 11,90% dos lares não possuem banheiros (IPECE, 2016). A taxa média de mortalidade infantil é considerada alta, contabilizando 13,94 óbitos para cada grupo de 1000 crianças nascidas vivas, valor acima da média total do Estado do Ceará, que é de 12,22%. Em linhas gerais, estes dados refletem baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de acesso à saúde.

2.2.2 Cascavel

Cascavel está localizada na região oeste do Estado do Paraná, distante 491 quilômetros da capital do Estado, Curitiba. A área territorial do município possui 2.100,831 km², que são divididos em 08 distritos administrativos: a sede, que representa a área urbana, e sete distritos rurais (São João d'Oeste, Juvinópolis, Rio do Salto, Sede Alvorada, Espigão Azul, São Salvador e Diamante) (IPARDES, 2017a). Os distritos rurais são unidades administrativas sem personalidade jurídica, subordinados política e financeiramente à sede do município (BARRETO, 2011). A sede distrital é conhecida como Vila Rural, território em torno do qual há uma maior concentração populacional e onde estão situados os postos de saúde, escolas, comércios locais e outros serviços de necessidade urgente da população (Figura 3).

O clima da região é subtropical úmido, com verões moderadamente quentes, invernos frescos e média anual de temperatura em torno de 19°C. A vegetação local é típica da Mata Atlântica, com planaltos, planícies, cadeias de montanhas e vales, apresentando árvores de grande porte típicas de clima quente e úmido. Em virtude das práticas intensas da agricultura e da agropecuária, a vegetação nativa vem, progressivamente, sendo modificada. Em Cascavel, existe uma tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, com ausência de estação seca definida. O solo local é profundo e definido como terra roxa estruturada, com boa permeabilidade, capacidade de retenção de água e aeração (TOSIN, 2005).

peças e não apenas o desenvolvimento econômico do território, calculado pelo Produto Interno Bruto (PIB) (PNUD, 2013).

maior fixação do trabalhador no campo. De acordo com o IBGE (2010), a cidade apresentou redução no número de moradores na área rural, com taxa de crescimento geométrico populacional na zona rural de -0,33% e grau de urbanização de 94,36%. A redução no número de pessoas residentes no campo está, observando a realidade de Cascavel, associada à mecanização da atividade agrícola, que, sob influência do modo de produção do setor industrial, progressivamente substituiu a força de trabalho humana e animal por técnicas complexificadas de plantio e colheita, associadas ao uso de maquinários cada vez mais modernos (SOUZA; CORRÊA, 2007).

Este processo interfere na quantidade de recursos humanos atuantes nos estabelecimentos agropecuários de Cascavel, pois, da população local total, 15.174 sujeitos (5,34%) atuavam no setor, número significativamente reduzido quando se observa o valor monetário derivado da prática arrecadada no município, que possui Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária calculado em 1,546 bilhão de reais em 2015 (IPARDES, 2017b). Nesse sentido, Heredia, Palmeira e Leite (2010) afirmam que o agronegócio não interfere apenas no processo de mecanização da produção e no uso da terra. Seu impacto vai além, incidindo sobre as configurações sociais que marcam as sociedades do agronegócio. Outro dado relevante dispõe sobre a concentração fundiária local, posto que 170.403 propriedades do município concentram 45,9% dos estabelecimentos rurais com 10 a menos de 100 hectares, número relativamente inferior à média geral do oeste do Paraná, onde 48,1% dos estabelecimentos possui igual área (IBGE, 2006).

Cascavel é nacionalmente conhecida como área na qual impera o agronegócio e a produção agropecuária para a exportação, com destaque para a pecuária (bovinos, equinos, ovinos e suínos), criação e abate de aves (galináceos) e produção agrícola, principalmente soja, milho e trigo. Foi inserida no contexto da agricultura de exportação na década de 1960, quando as práticas agrícolas locais iniciaram um significativo processo de modernização e a indústria madeireira local teve seu declínio. Com isso, o município progressivamente foi se tornando pólo de desenvolvimento regional e econômico do oeste do Paraná (SOUZA; SANTOS, 2011).

A cidade possui 29.836 famílias inscritas no Cadastro Único, o que representa 83.061 pessoas ou 26,26% de sua população. Desse número total de famílias, 3.239 possuem renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 85,00, estando em extrema pobreza, e 8.700 afirmam possuir rendimento entre R\$ 85,01 e 170,00, intervalo que os coloca em pobreza monetária. O município apresenta, em seus registros do Cadastro Único, 137 famílias de agricultores, 36

famílias assentadas da Reforma Agrária, 01 família beneficiada do Programa Nacional de Crédito Fiduciário e 363 famílias acampadas. Desses grupos familiares, são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família 24 famílias de agricultores e 123 famílias acampadas (BRASIL, 2017b). Cascavel possui 74,9% de sua população economicamente ativa ocupada (PNUD, 2013).

No que concerne ao demais indicadores socioeconômicos, Cascavel ocupa, com o valor de 0,782, a 113ª posição entre os municípios brasileiros com alto IDHM. As dimensões que mais interferiram para este resultado foram, em ordem decrescente de influência, longevidade, renda e educação. A taxa de mortalidade infantil é de 11,7 para cada grupo de mil crianças nascidas vida. Por sua vez, a expectativa de anos de estudos subiu de 10,96, em 2000, para 11,22 anos no ano de 2010 (PNUD, 2013).

Os dados estatísticos sobre as condições socioeconômicas das duas regiões, o conhecimento de que se trata de territórios com características de ocupação da terra e de modos de produção agrícola distintos permitem identificar que estão sendo investigados campos de pesquisa com relativa diversidade. Acredita-se que, com isso, será possível apreender diferentes formas de viver a ruralidade, o que ampliará o leque de percepções quanto às estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza rural.

2.3 Participantes da Pesquisa

Os sujeitos participantes da etapa quantitativa foram moradores de treze comunidades da área rural de Pentecoste (Providência, Santa Luzia, Sangradouro, Ombreira, Irapuá, Muquem, Capivara, Muquenzinho, Boa Vista, Mulungu, Assentamento Jardins, Assentamento Eva Moura e Várzea Comprida) e de três distritos rurais de Cascavel (Rio do Salto, São João D'Oeste e Juvinópolis). A definição do tamanho da amostra considerou um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. A amostra da etapa quantitativa contou com 737 sujeitos, sendo 376 moradores de Pentecoste (51%) e 361 de Cascavel (49%). Nesta primeira etapa da pesquisa, a idade dos participantes variou de 18 a 101 anos ($M = 45,65$, $SD = 17,17$). Em sua maioria, a amostra foi composta por mulheres ($n=538$), totalizando 73,3%. Há prevalência (67,3%) de pessoas casadas ou que moram com o/a companheiro/a. As famílias possuem, em média, 03 filhos ($SD = 2,92$). Ao analisar as especificidades entre as regiões, 72,9% da amostra de Pentecoste se considerou parda e 18,9% afirmou ser branca. Em Cascavel, 42,4% afirma ter pele branca e 50,7% diz ter pele parda.

Em Pentecoste, 48,9% dos sujeitos recebem Bolsa Família, 12,8% são beneficiários do

Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 27,4% frequentaram 12 anos ou mais de escolarização. Já em Cascavel, 19,5% são contemplados com o Bolsa Família, 19,6% recebem o BPC e 19,9% concluiu 12 anos ou mais de ensino formal. No que diz respeito à renda familiar *per capita*, Pentecoste apresentou 21,4% de seu campo amostral (n=79) em situação de extrema pobreza ou pobreza, ao passo em que 43,6% dos sujeitos (n=161) estão em risco de entrar para esta situação¹². Por sua vez, Cascavel possuía, à época da pesquisa, 6,9% dos participantes (n=23) em extrema pobreza ou pobreza, seguido de 26,3% de sujeitos (n=95) vulneráveis a esta situação, conforme observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Perfil Geral dos Participantes da Etapa Quantitativa

Cidade	N	Sexo (%)		Idade		Recebimento de Benefícios (%)		Pessoas em extrema pobreza (%)	Pessoas em pobreza (%)	Pessoas em risco de pobreza (%)
		M	H	Média	SD	BF	BPC			
Pentecoste (CE)	376	69,9	30,1	44,24	16,8	48,9	12,9	6,5	14,9	43,6
Cascavel (PR)	361	76,9	23,1	47,11	17,4	19,5	19,6	2,4	4,5	26,3
Total em Função da amostra geral	737	73,3	26,7	45,65	17,1	34,9	16,1	4,5	9,9	36,3

Fonte: Elaborado pela autora.

*BF=Bolsa Família.

*BPC=Benefício de Prestação Continuada

A etapa qualitativa foi desenvolvida em duas comunidades de cada uma das cidades investigadas. Em Pentecoste, participaram sujeitos das comunidades de Providência e Serrota. No município paranaense, as localidades foram Juvinópolis e Rio do Salto. Foram sujeitos, na etapa qualitativa, 79 pessoas com idade entre 18 e 79 anos (M=49,64), sendo 40 residentes na zona rural de Pentecoste e 39 moradores da área rural de Cascavel. Em sua maioria, a amostra qualitativa foi composta por mulheres (77,21%). No município de Pentecoste, foi obtida uma maior participação de homens (N=14) se comparado ao mesmo público em Cascavel (N = 04) (Tabela 3).

¹² O cálculo considerou as seguintes faixas de renda: entre R\$ 0 e R\$ 85,00 indicativo de pobreza extrema; entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 indicativo de pobreza; entre R\$ 170,01 e R\$ 394,00 (referente à ½ salário mínimo em 2015) indicativo de vulnerabilidade à pobreza e acima de R\$ 394,01 indicativo de ausência de pobreza monetária.

Tabela 3 – Perfil Geral dos Participantes da Etapa Qualitativa

Cidade	N	Mulheres		Homens		Tempo Médio que reside na comunidade (anos)
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	
Pentecoste (CE)	40	26	65%	14	35%	33,55
Cascavel (PR)	39	35	89,74%	04	10,26%	24,18
Valores em função da amostra total	79	61	77,21%	18	22,79%	28,92

Fonte: Elaborado pela autora.

A prevalência da participação de mulheres nas etapas quantitativa e qualitativa se deve, segundo observado nesta investigação, a uma maior presença do público feminino no cotidiano das ações de políticas públicas de assistência social e de saúde, cujos profissionais atuaram, nos dois territórios, como mediadores para mobilização dos participantes. Pretende-se, em momento oportuno, debater de modo apropriado este dado obtido, sobretudo considerando os fatores incidentes sobre o modo de fazer pesquisa no contexto rural e que podem interferir na amplitude das informações produzidas.

2.4 Procedimentos de Construção dos dados

2.4.1 Etapa Quantitativa

A análise quantitativa permite, a partir de métodos descritivos e inferenciais, com que sejam estudadas as manifestações de fenômenos sociais em uma determinada amostra populacional (AGRESTI; FINLAY, 2012). O método de coleta de dados utilizado foi por *survey*, caracterizando-se como uma pesquisa descritiva, de caráter transversal, que se valeu de um instrumento predefinido para obtenção de informações (FREITAS *et al*, 2000).

A organização do questionário aplicado tomou como referência a conformidade necessária entre os objetivos do estudo, suas categorias fundamentais, os instrumentos existentes e adequados às especificidades do campo de pesquisa. Com isso, o questionário (Apêndice A) foi composto por itens gerais de caracterização da amostra (idade, gênero, raça, religião, estado civil), Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional (MOURA JÚNIOR, 2015; XIMENES *et al*, 2016) com adaptações e Escala Multidimensional de Fatalismo (ESPARZA DEL VILLAR; WIEBE; QUIÑONES, 2015).

Inspirados nas proposições iniciais de Moura Júnior (2015), Ximenes *et al* (2016)

adaptaram e construíram um Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM) a partir de pesquisas realizadas por Comim *et al* (2007), Picolotto (2006) e Avila, Bagolin e Comim (2012) em Porto Alegre; Qizilbash e Clark (2005) na África do Sul, Chiappero-Martinetti (2000) na Itália, Lelli (2001) na Bélgica e nas contribuições do Índice de Pobreza Multidimensional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010). Primeiramente, o Instrumento era composto por quatro dimensões (habitação, trabalho e renda, saúde e educação). Por sua vez, Ximenes *et al* (2016) incorporaram itens associados à dimensão subjetiva da pobreza a partir da influência de estudos como de Samman (2007), que defende que o entendimento da multidimensionalidade da pobreza deve considerar seus aspectos subjetivos.

Na versão adotada neste estudo, o Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional possui cinco dimensões (educação, habitação, trabalho e renda, saúde e aspectos subjetivos da pobreza), com itens correspondentes. A fim de adequar o instrumento aos objetivos da investigação, de modo a fornecer informações sobre as peculiaridades de cada região e as repercussões psicológicas da pobreza, foram realizadas alterações nas dimensões trabalho e renda e aspectos subjetivos da pobreza.

No cálculo da renda familiar *per capita*, incorporou-se as especificidades de rendimento de cada região, considerando o valor do preço médio da cesta básica no mês de realização da etapa quantitativa, média do rendimento domiciliar *percapita* e o valor de salário mínimo. Com isso, o ponto de corte monetário para distinção dos grupos entre pobres e não pobres foi mais elevado em Cascavel, com o valor de R\$ 1.032,02, enquanto em Pentecoste o valor foi R\$ 788,00, conforme observado na Tabela 4. Em parte, o montante superior se deve a uma política do Governo do Estado do Paraná que, anualmente, institui o piso salarial para as categoriais laborais do estado, valor que ultrapassa o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal Brasileiro. O Decreto nº 1198, de 30.04.2015 do Governador (PARANÁ, 2015) definiu o valor de R\$ 1.032,02 (um mil e trinta e dois reais e dois centavos) para os intitulados Trabalhadores de Grupo I (Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca). Este foi o menor montante previsto por ocupação, que poderia, no ano considerado, chegar a R\$ 1.192,45 para os técnicos de Nível Médio.

Tabela 4 – Indicadores de Renda por Estado investigado

Estado	Indicador de Renda		
	Valor do Preço médio da cesta básica (R\$)	Média Rendimento Domiciliar percapita (R\$)	Salário Mínimo
Ceará	317,52*	681,00	788,00
Paraná	349,93**	1241,00	1.032,02

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Dieese (2015), IBGE (2016) e Paraná (2015)

*Valor de referência em agosto de 2015 em Fortaleza (CE).

**Valor de referência em outubro de 2015 em Curitiba (PR).

A dimensão aspectos subjetivos da pobreza possuía, na versão elaborada por Ximenes *et al* (2016, p.149) itens associados “(...) à autopercepção de pobreza, à insatisfação com a renda e ao sentimento de vergonha por ser pobre”. Com o intuito de ampliar a análise sobre as repercussões psicológicas da pobreza, foram acrescidos 12 (doze) itens que contemplam a percepção do sujeito quanto a se sentir seguro, ser capaz de influenciar a comunidade, ter sido humilhado pelo local de moradia, possuir suporte social e ter vivido implicações das variações climáticas no cotidiano.

Sobre a satisfação com a sensação de estar seguro, foram acrescidos dois itens do Índice de Bem-Estar Pessoal (*Personal Wellbeing Index - PWI*), em sua versão para adultos (*PWI - A*) (INTERNATIONAL WELLBEING GROUP, 2013). Este índice foi elaborado inicialmente por Cummins *et al* (2003) e possui como intuito avaliar a média de satisfação com a vida através de uma escala *Likert* de 0 a 10, no qual “0” significa totalmente insatisfeito e “10” totalmente satisfeito. O ponto “5” significa neutro, nem satisfeito nem insatisfeito. Os dois itens adicionados foram “Quanto satisfeito você está com a sensação de estar seguro/a?” e “Quanto satisfeito você está com sua segurança no futuro?”.

A percepção de influenciar a comunidade foi observada através de dois itens da Escala de Sentimento de Comunidade de McMillan e Chavis (1986). Em sua versão original, esta Escala possui doze itens distribuídos em quatro dimensões: status de membro (*status of membership*) ou filiação; influência (*influence*); integração e satisfação de necessidades (*integration and fulfillment of needs*) e ligação emocional compartilhada (*shared emotional connection*). A filiação é o sentimento de se perceber como membro de uma coletividade (McMILLAN; CHAVIS, 1986). A influência é a capacidade de influenciar a comunidade ao mesmo tempo em que é influenciado por ela (McMILLAN; CHAVIS, 1986; AMARO, 2007). A integração e satisfação das necessidades é o sentimento de que as necessidades dos membros serão satisfeitas e os recursos recebidos por meio de sua participação no grupo (McMILLAN; CHAVIS, 1986). Por sua vez, a ligação emocional compartilhada destaca as

relações de proximidade e os laços afetivos estabelecidos entre as pessoas da comunidade (NEPOMUCENO et al, 2017).

As respostas vão de “0” (discordo muito) a “4” (concordo muito), sendo “2” o valor neutro para “nem discordo, nem concordo”. Nepomuceno et al (2017) afirmam a relevância do sentimento de comunidade como um importante conceito para a análise do fenômeno da pobreza, pois permite obter informações sobre os modos como indivíduos e coletividades se articulam com os objetivos comuns. Para a composição do fator Aspectos Subjetivos da Pobreza, foram acrescentados os itens relacionados à dimensão influência da Escala original: “Você não tem nenhuma influência sobre como é esta comunidade” e “Se existir um problema nessa comunidade, as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo”. O acréscimo de ambos se deu com base na argumentação de Montero (2004) de ser esta dimensão importante para identificar a unidade e a coesão em um grupo, o que pode ser um indicador sobre se a pobreza está impactando na capacidade dos sujeitos influenciarem individualmente a comunidade e serem influenciados por ela.

Quanto à experiência de humilhação, o item adicionado foi o de “Motivos para as Situações de Humilhação”, elaborado por Ximenes (2016) com base em Zavaleta (2007). Em uma escala binária, onde “0” igual não e “1” igual a sim, o sujeito é questionado sobre motivos para as experiências de humilhação. Para a pesquisa, o item adicionado foi “humilharam você por seu local de moradia?”. A inclusão deste item se faz alinhada a necessidade de considerar se o fato de residir no contexto rural impacta nas experiências de humilhação vividas pelos sujeitos.

O suporte social ou apoio social é considerado elemento importante no processo de condução de situações estressantes e de adoecimento, configurando-se como uma variável protetora (CARDOSO; BAPTISTA, 2014). Sua avaliação se deu através de itens da Escala de Percepção de Suporte Social (SIQUEIRA, 2008), que em sua versão original possui 32 itens, e do Questionário de Apoio social (XIMENES, 2016), dotado de 8 itens. A Escala de Percepção de Suporte Social possui duas dimensões: suporte emocional e suporte prático. Nesta investigação, os três itens somados ao instrumento geral estão relacionados à percepção de suporte prático, fator identificado por Siqueira (2008) como o que possuiu maior potencial de explicação da variância total da escala (39,66%; autovalor de 11,50) e alfa de Cronbach de 0,91. Os itens foram: “Quando você precisa, pode contar com alguém que esclareça suas dúvidas”; “Quando você precisa, pode contar com alguém que forneça alimentação” e “Quando você precisa, pode contar com alguém que ajude você a resolver um problema

prático”. As respostas poderiam variar em uma escala *likert* de 4 pontos, onde “0” igual a Nunca, “1” igual a Poucas Vezes, “2” igual a Muitas Vezes e “3” igual a Sempre.

O Questionário de Apoio Social de Ximenes (2016) tem como objetivo obter informações sobre as distintas fontes de apoio social oferecidas às pessoas em condições de pobreza. Para tanto, são elencadas oito indagações iniciadas por “Com que frequência, nas situações difíceis da sua vida, você encontra ajuda dos (as)...”. Entre as opções, estão: amigos, vizinhos, família, igreja ou grupo religioso, CRAS ou CREAS, Posto de Saúde/Hospital, Escola e Associações de Moradores. As respostas poderiam variar de “0” (Nunca) a “4” (Sempre). Na pesquisa, foi considerada a interrogação que contempla a família como fonte de apoio. Tal escolha se deu por considerarmos a família um *locus* primeiro de apoio social que, em contextos adversos de pobreza crônica, pode ser fragilizada em sua capacidade protetora (GÓIS, 2008; KOLLER, MORAIS; CERQUEIRA-SANTOS, 2009). BASTOS et al (2008) entende que quando a família se encontra fragilizada em seu potencial para promover o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos, a exclusão social se apresenta de modo mais acentuado e as barreiras à mobilidade social são mais rígidas.

O Questionário sobre Impactos Psicossociais da Seca, originalmente elaborado por Favero (2012), possui quatro questões, sendo a última composta de 10 subitens. Na versão adaptada deste questionário para a sua pesquisa, Ximenes (2016) considerou outras variações climáticas e acrescentou a indagação “Nos últimos anos, você e/ou sua família passou por algum desses problemas?”, onde as respostas binárias, do tipo sim ou não, versavam sobre: a) inundações ou enchentes, b) seca ou estiagem, c) alterações no alagamento sazonal da floresta ou d) desmatamento. Os três itens acrescidos ao IMPM foram os pertencentes à quarta questão do questionário original de Favero (2012), que contemplam se os impactos das questões ambientais provocaram: “Falta de água para consumo humano”, “Saída do campo para a cidade de algum membro da família” e “Insegurança quanto ao futuro”. A inclusão dos itens foi fundamentada nos resultados derivados do estudo realizado por Camurça *et al.* (2016) em uma comunidade rural cearense. Segundo as autoras, embora com a ampliação de medidas como a construção de cisternas¹³ em áreas marcadas pela seca no semiárido nordestino, a falta de água para o consumo humano e a migração do campo para a cidade por membros da

¹³O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome desde 2003, já foi considerado uma das três melhores políticas públicas do mundo (BRASIL, 2017c). Tem o objetivo de promover o acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos através da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo por meio de financiamento.

família foram narradas pelas populações rurais como problemáticas que alimentam a insegurança quanto aos projetos futuros, gerando impactos psicológicos como a submissão, a resignação e o fatalismo. O acréscimo desses itens foi relevante para ampliar a análise dos aspectos subjetivos da pobreza rural e suas repercussões nas estratégias psicossociais de enfrentamento desenvolvidas pelos sujeitos.

Nas versões iniciais do IMPM propostas por Moura Júnior (2015) e Ximenes *et al* (2016), foi adotada a metodologia de conjuntos *fuzzy* para definição de um intervalo de pertinência dos sujeitos em função do conjunto representado pela categoria pobreza. De acordo com a lógica *fuzzy*, um elemento pode pertencer a um conjunto *fuzzy* em um determinado grau, o que quer dizer que é a função de pertinência que define o grau com que um elemento faz parte de um conjunto *fuzzy* (GOMIDE; GUDWIN; TANSCHKEIT, 1995). Sendo assim, segundo o princípio de extensão é possível acomodar vários valores de graus de pertinência no intervalo real contínuo $[0, 1]$. No caso da pesquisa realizada, através do uso da metodologia de conjuntos *fuzzy*, foi possível identificar gradações na expressão da pobreza multidimensional, onde 0 = não pobre e 1 = pobre. As dimensões, os indicadores, os valores das categorias e os pontos de corte adotados para o cálculo do IMPM estão descritos na Tabela 5.

Tabela 5 - Dimensões e Indicadores do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional – Rural

Dimensão	Indicador	Valores das categorias	Ponto de corte		
Educação	Tempo que frequentou a escola (QIZILBASH; CLARK, 2005; PICOLOTTO, 2006).	Nunca frequentei=0	(P) 1= Pobre	(C) 1= Pobre	
		Até 5 anos (Ensino Fundamental Incompleto) = 1	0,75 = Pobre	0,75 = Pobre	
		De 6 a 9 anos (Ensino Fundamental Incompleto ou Completo) = 2	0,5 = Pobre	0,5 = Pobre	
		De 10 a 11 anos (Ensino Médio Incompleto) = 3	0,25 = Não pobre	0,25 = Não pobre	
		12 anos ou mais (Ensino Médio Completo ou Ensino Superior) = 4	0 = Não pobre	0 = Não pobre	
		Presença de adulto na família que estudou mais de 9 anos (PNUD, 2010).	Não = 0 Sim = 1	1= Pobre 0 = Não pobre	
Habitação	Acesso à residência (PICOLOTTO, 2006).	Ocupação = 0	1 = Pobre		
		Cedida = 1	0,66 = Pobre		
		Alugada = 2	0,33 = Não pobre		
		Própria = 3	0 = Não Pobre		
	Estrutura de habitação (PICOLOTTO, 2006).	Papelão, plástico ou compensado (barraco) = 0	(P) 1=Pobre	(C) 1=Pobre	
		Taipa = 1	0,75= Pobre	0,75 =Pobre	
		*(Considerada variações por cidade)	Madeira = 2	0,50 =Pobre	0,25 = Não Pobre
		Tijolo/Alvenaria = 3	0 = Não Pobre	0 = Não Pobre	
		Palafita = 4	0,25 = Pobre	0,50 = Pobre	
	Acesso à água encanada (PNUD, 2010).	Não = 0	1= Pobre		
		Sim = 1	0 = Não pobre		
	Fonte de abastecimento de água - Cagece (Ceará) ou Sanepar (Paraná) (PNUD, 2010).	Não = 0	1 = Pobre		
		Sim = 1	0 = Não pobre		
Piso da Residência (PNUD, 2010).	Terra batida = 0	(P) 1= Pobre	(C) 1= Pobre		
	Cimento = 1	0,66= Pobre	0,66= Pobre		
	Cerâmica = 2	0= Não Pobre	0=Não Pobre		
	Madeira ou outros = 3	0,33= Pobre	0,33= Não pobre		
Combustível mais utilizado para cozinhar (PNUD, 2010).	Lenha = 0	1 = Pobre			
	Carvão = 1	0,5 = Pobre			
	Gás de Cozinha = 2	0 = Não pobre			
Acesso à eletricidade (PNUD, 2010).	Não = 0	1= Pobre			
	Sim = 1	0 = Não pobre			
Tipo de banheiro da casa (PNUD, 2010).	Sem Banheiro = 0	1 = Pobre			
	Buraco no chão = 1	0,66 = Pobre			
	Vaso sanitário sem descarga = 2	0,33 = Pobre			
	Vaso sanitário com descarga = 3	0 = Não Pobre			
Destino final fezes e urina (PNUD, 2010).	Céu Aberto = 0	1 = Pobre			
	Fossa = 1	0,5 = Pobre			
	Sistema de Esgoto = 2	0 = Não Pobre			
Quantidade de bens duráveis (PNUD, 2010).	0 = 0 a 4 bens duráveis	1 = Pobre			
	1 = 5 ou mais bens duráveis	0 = Não pobre			

P = Pentecoste

C = Cascavel

Fonte: Adaptado de Moura Júnior (2015) e Ximenes (2016).

Tabela 5 - Dimensões e Indicadores do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional – Rural (continuação)

Dimensão	Indicador	Valores das categorias	Ponto de corte	
Trabalho e Renda	Exercício de Trabalho remunerado no momento da pesquisa (QIZILBASH; CLARK; 2005; PICOLOTTO, 2006)	Não = 0	1 = Pobre	
		Faço bico = 1	0,66 = Pobre	
		Trabalho com carteira assinada = 2	0 = Não pobre	
		Trabalho sem carteira assinada = 3	0,33 = Não pobre	
	Renda per capita familiar (*Considerada variação por cidade) (QIZILBASH; CLARK, 2005; PICOLOTTO, 2006).	(P)	(C)	
	0 a R\$ 158,76 = Pobre = 1	0 a R\$349,93= Pobre = 1		
	R\$ 158,77 a 317,52 = Pobre = 0,75	R\$349,94 a 787,00 = Pobre = 0,75		
	R\$ 317,53 a 787,00 = Pobre = 0,5	R\$788,00 a 1.032,01= Pobre = 0,5		
	Mais de 788,00 = Não Pobre = 0	Mais de 1032,02 = Não Pobre = 0		
	Saúde	Precisou vender alguma coisa de dentro de casa para poder comer (COMIM et al., 2007)	Sim = 1	1= Pobre
Não = 0			0 = Não pobre	
Já precisou pedir dinheiro para poder comer (COMIM et al., 2007)			Sim = 1	1= Pobre
			Não = 0	0 = Não pobre
		Consegue atendimento médico ou de outros profissionais da saúde quando precisa (PICOLOTTO, 2006; QIZILBASH, CLARK, 2005)	Nunca =0	1 = Pobre
Poucas vezes = 1		0,66 = Pobre		
Frequentemente = 2		0,33 = Não pobre		
Sempre = 3		0 = Não pobre		
Deixou de utilizar algum serviço de saúde por não ter dinheiro para pagar o transporte (MOURA JÚNIOR, 2015)		Sim = 1	1= Pobre	
		Não = 0	0 = Não pobre	
Na casa, alguma criança já morreu (PNUD, 2010)	Sim = 1	1= Pobre		
	Não = 0	0 = Não pobre		
	Número de refeições realizadas por dia (PICOLOTTO, 2006)	Nenhuma = 0	1 = Pobre	
Uma = 1		0,66 = Pobre		
Duas = 2		0,33 = Pobre		
Três ou Mais = 3		0 = Não pobre		
Há alguém na casa com desnutrição (PNUD, 2010)	Sim = 1	1= Pobre		
	Não = 0	0 = Não pobre		
Aspectos subjetivos da pobreza	Como se considera (COMIM et al., 2007)	Pobre = 0	1 = Pobre	
		Nem rico nem pobre = 1	0,5 = Pobre	
		Rico = 2	0 = Não-Pobre	
	Considera o dinheiro da casa suficiente para viver bem (XIMENES, 2016)	Discordo Totalmente = 0	0 a 1 = Pobre = 1	
		Discordo = 1		
		Nem concordo, nem discordo = 2	2 a 4 = Não Pobre = 0	
		Concordo = 3		
		Concordo Totalmente = 4		
	Satisfação com o padrão de vida (CUMMINS et al, 2003)	1 2 3 4 5	1 a 5 = Pobre = 1	
		6 7 8 9 10	6 a 10 = Não pobre = 0	
Satisfação com as coisas que tem conseguido na vida (CUMMINS et al, 2003)	1 2 3 4 5	1 a 5 = Pobre = 1		
	6 7 8 9 10	6 a 10 = Não pobre = 0		

P = Pentecoste

C = Cascavel

Fonte: Adaptado de Moura Júnior (2015) e Ximenes (2016).

Tabela 5 - Dimensões e Indicadores do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional – Rural
(Continuação)

Dimensão	Indicador	Valores das categorias				Ponto de corte
Aspectos subjetivos da pobreza (Continuação)	Satisfação com a sensação de estar seguro/a (CUMMINS et al, 2003)	1	2	3	4	1 a 5 = Pobre = 1
		5				6 a 10 = Não pobre = 0
		6	7	8	9	
		10				
	Satisfação com sua segurança futura (CUMMINS et al, 2003)	1	2	3	4	1 a 5 = Pobre = 1
		5				6 a 10 = Não pobre = 0
		6	7	8	9	
		10				
	Não tem nenhuma influência sobre como é esta comunidade (McMILLAN; CHAVIS, 1986)	Discordo Muito = 0				0 = Não Pobre
		Discordo = 1				0,25 = Não Pobre
		Nem concordo, nem discordo = 2				0,50 = Não Pobre
		Concordo = 3				0,75 = Pobre
		Concordo Muito = 4				1 = Pobre
	Se existir um problema na comunidade, as pessoas podem resolvê-lo (McMILLAN; CHAVIS, 1986)	Discordo Muito = 0				0 = Não Pobre
		Discordo = 1				0,25 = Não Pobre
		Nem concordo e nem discordo = 2				0,50 = Não Pobre
		Concordo = 3				0,75 = Pobre
		Concordo Muito = 4				1 = Pobre
	Frequência que se sente rejeitado(a) pelos outros por sua condição financeira (ZAVALETA, 2007)	Nunca = 0				0 = Não pobre
		Poucas Vezes = 1				0,25 = Não pobre
		Às Vezes = 2				0,50 = Pobre
		Quase Sempre = 3				0,75 = Pobre
		Sempre = 4				1 = Pobre
	Frequência que sente que as pessoas lhe tratam injustamente por sua condição financeira (ZAVALETA, 2007)	Nunca = 0				0 = Não pobre
		Poucas Vezes = 1				0,25 = Não pobre
		Às Vezes = 2				0,50 = Pobre
		Quase Sempre = 3				0,75 = Pobre
		Sempre = 4				1 = Pobre
	Humilharam pelo seu local de moradia (ZAVALETA, 2007)	Não = 0				0 = Não pobre
		Sim = 1				1 = Pobre
	Humilharam pela quantidade de dinheiro que você ganha (ZAVALETA, 2007)	Não = 0				0 = Não pobre
		Sim = 1				1 = Pobre
	Quando precisa, pode contar com alguém que esclareça suas dúvidas (SIQUEIRA, 2008)	Nunca = 0				1 = Pobre
		Poucas Vezes = 1				0,66 = Pobre
		Muitas Vezes = 2				0,33 = Não Pobre
		Sempre = 4				0 = Não Pobre
	Quando precisa, pode contar com alguém que forneça alimentação (SIQUEIRA, 2008)	Nunca = 0				1 = Pobre
		Poucas Vezes = 1				0,66 = Pobre
		Muitas Vezes = 2				0,33 = Não Pobre
		Sempre = 3				0 = Não Pobre
	Quando precisa, pode contar com alguém que ajude a resolver um problema prático (SIQUEIRA, 2008)	Nunca = 0				1 = Pobre
		Poucas Vezes = 1				0,66 = Pobre
		Muitas Vezes = 2				0,33 = Não Pobre
		Sempre = 3				0 = Não Pobre

P = Pentecoste

C = Cascavel

Fonte: Adaptado de Moura Júnior (2015) e Ximenes (2016).

Tabela 5 - Dimensões e Indicadores do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional – Rural
(Continuação)

Dimensão	Indicador	Valores das categorias	Ponto de corte
Aspectos subjetivos da pobreza (Continuação)	Encontra ajuda da família (XIMENES, 2016)	Nunca = 0	1 = Pobre
		Poucas Vezes = 1	0,75 = Pobre
		Às Vezes = 2	0,50 = Não Pobre
		Quase Sempre = 3	0,25 = Não Pobre
		Sempre = 4	0 = Não Pobre
	Você encontra ajuda dos CRAS, CREAS (XIMENES, 2016)	Nunca = 0	1 = Nunca = Pobre
		Poucas Vezes = 1	0,75 = Pobre
		Às Vezes = 2	0,50 = Não Pobre
		Quase Sempre = 3	0,25 = Não Pobre
		Sempre = 4	0 = Não Pobre
	Problemas ambientais provocaram falta de água para consumo humano (adaptado FAVERO, 2012)	Não na anterior = -3	0 = Não pobre
		Não = 0	0 = Não pobre
		Sim = 1	1 = Pobre
	Problemas ambientais provocaram saída do campo para a cidade de algum membro da família (adaptado FAVERO, 2012)	Não na anterior = -3	0 = Não pobre
		Não = 0	0 = Não pobre
Sim = 1		1 = Pobre	
Problemas ambientais provocaram insegurança quanto ao futuro (adaptado de FAVERO, 2012)	Não na anterior = -3	0 = Não pobre	
	Não = 0	0 = Não pobre	
	Sim = 1	1 = Pobre	

P = Pentecoste

C = Cascavel

Fonte: Adaptado de Moura Júnior (2015) e Ximenes (2016).

A Escala Multidimensional de Fatalismo foi elaborada por Esparza Del Villar, Wiebe e Quiñones (2015) simultaneamente nos idiomas inglês e espanhol. Após realizarem um levantamento e constatarem a existência de mais 50 escalas destinadas a medir o construto fatalismo, os autores identificaram uma significativa diversidade de abordagem do conceito. Logo, propuseram uma Escala composta por 30 itens organizados equitativamente em torno de cinco fatores: fatalismo, pessimismo/desesperança, internalidade, sorte e controle divino.

O fator fatalismo é apresentado como o que melhor descreve o conceito central da Escala ao expressá-lo em sua integralidade. Neste fator, os itens versam sobre a noção de predestinação. O fator pessimismo/desesperança organiza itens sobre as percepções de desânimo e impotência. O fator internalidade expõe uma relação inversa com o fatalismo (ESPARZA DEL VILLAR, 2012). Escores mais altos de internalidade estariam relacionados com maior *locus* interno, que se refere à habilidade do sujeito se sentir capaz de dominar um acontecimento e explicá-lo a partir de sua conduta, habilidade e esforço (LEVER; MARTÍNEZ, 2006). O fator sorte está associado com variáveis aleatórias e imprevisíveis. O

controle divino remete à referência em uma entidade sobrenatural como responsável pelo curso da vida, embora se distancie da noção de predestinação.

A tradução e a validação da EMF para o contexto brasileiro foi realizada por Cidade *et al.*, (2018). Esta versão possui 11 itens, distribuídos de modo não equânime entre três fatores (pessimismo/desesperança, controle divino e sorte), de modo que cada fator possui, no mínimo, três itens. A Escala Reduzida possui *Alpha de Cronbach* igual a ,762 ($\alpha \geq 0,7$). É do tipo *likert*, composta por cinco pontos de respostas (0 = discordo muito, 1=discordo, 2= nem concordo nem discordo, 3=concordo, 4 = concordo muito), que expressam o grau de concordância dos participantes com as afirmações a eles apresentadas.

A aplicação dos questionários foi viabilizada pelas parcerias locais, que contribuíram com apoio logístico e de pessoal. Em Pentecoste, participaram desta etapa estudantes vinculados à graduação e à pós-graduação em Psicologia da UFC, que poderiam ser ou não membros do NUCOM. Na cidade de Cascavel, os voluntários foram acadêmicos da Graduação em Psicologia da Universidade Paranaense (UNIPAR), parceira local da pesquisa, com o suporte de profissionais da atenção básica em saúde dos distritos. Os voluntários envolvidos nas duas regiões participaram de capacitação prévia, quando obtiveram informações sobre os referenciais teóricos que fundamentam a investigação e os cuidados necessários durante a abordagem dos participantes e a apresentações das assertivas.

A abordagem dos participantes foi realizada através de visitas domiciliares. Nos territórios, os parceiros locais mediavam a entrada dos voluntários nas residências, apresentando de modo breve a pesquisa, sua relevância para a elaboração de dados sobre a realidade local e indagando a disponibilidade do possível participante para ouvir a proposta da investigação. Uma vez obtendo esse consentimento inicial, o voluntário explanava brevemente sobre a investigação e lia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido relativo à etapa quantitativa (Apêndice B). A aplicação dos questionários se deu de modo individual através da leitura do instrumento pelo membro da equipe de pesquisa para o participante, que poderia solicitar esclarecimentos dos itens lidos caso necessário. O tempo médio de resposta dos questionários foi de 45 minutos.

Os critérios de seleção dos participantes nesta fase quantitativa foram: possuir idade superior a 18 anos; residir nas áreas rurais investigadas; declarar concordância em participar da pesquisa e expressar sua anuência a partir da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ter disponibilidade para responder integralmente o instrumento utilizado na pesquisa. Questionários incompletos foram desconsiderados para

contabilização da amostra total. Sequencialmente, após a conclusão da etapa quantitativa e a análise preliminar dos dados nela gerados, procedeu-se a realização da etapa qualitativa nas duas regiões pesquisadas.

2.4.2 Etapa Qualitativa

A perspectiva qualitativa está fundamentada na consideração dos sujeitos da pesquisa como capazes de desenvolver modos específicos de percepção e interpretação do mundo (BOSI; MERCADO, 2007). Neste estudo, a etapa qualitativa foi desenvolvida em duas comunidades de cada uma das cidades investigadas. Realizada em momento posterior à etapa quantitativa, seu desenvolvimento foi no período de outubro de 2016 a janeiro de 2017. Esta segunda etapa da investigação correspondeu à realização de grupos focais. A viabilidade financeira estabelecida por meio da concessão de recurso via Edital Universal CNPq (Processo: 477986/2013-7) e a parceria interinstitucional asseguraram o aprofundamento da pesquisa, em sua etapa qualitativa, nos dois municípios.

O grupo focal é considerado como um tipo de entrevista grupal (BARBOUR, 2009; MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2010), onde os indivíduos estão reunidos em torno da discussão de um tema ou foco comum com a presença de um moderador. Flick (2009, p.181) defende que as entrevistas de grupo permitem ir “(...) além dos limites das respostas de um único entrevistado”, reunindo, como principais vantagens, a riqueza dos dados produzidos, o estímulo à elaboração de conteúdos e à rememoração de acontecimentos.

Durante a pesquisa, foram realizados 03 (três) grupos focais em Cascavel em outubro de 2016 e 09 (nove) grupos focais em Pentecoste entre outubro de 2016 e janeiro de 2017. Os critérios de seleção dos participantes dos grupos foram: residir em uma das duas áreas rurais selecionadas em cada região para aprofundamento da pesquisa; possuir idade igual ou superior a 18 anos; expressar anuência quanto às condições da pesquisa após ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C); ter disponibilidade para permanecer durante a realização do grupo, cuja duração aproximada foi previamente informada.

A facilitação dos grupos foi assegurada pelo apoio oferecido por representantes de políticas públicas locais. Em Cascavel, destacou-se a contribuição dos profissionais da Equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Central, que atua na zona rural do município. Uma vez que não há uma sede deste serviço nas localidades, o equipamento social de referência em Juvinópolis foi o Posto de Saúde local. A equipe do CRAS mediou a

inserção no campo através da apresentação da pesquisadora à coordenação do serviço de saúde. Por sua vez, o trajeto até o distrito, que é o mais distante da sede administrativa de Cascavel, totalizando 51 km, foi assegurado por transporte público.

Em Rio do Salto, a pesquisa foi realizada em um Acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), intitulado Dorcelina Folador. Na ocasião de realização do grupo, em 24 de outubro de 2016, o Acampamento passava por reorganização em virtude da reintegração de posse de outro Acampamento, intitulado 1º de Maio, em junho do mesmo ano. As 170 famílias oriundas deste Acampamento ocupavam, desde 2009, uma área de 400 hectares de uma fazenda localizada próxima à Rio do Salto (CARIGNANO, 2016). Com esta mudança, o Acampamento Dorcelina Folador passou a contar com um total de 300 famílias. A facilitação do grupo neste território somente foi viabilizada pelo apoio logístico da Equipe do CRAS, que assegurou a ida ao local em duas ocasiões: em um momento prévio, que permitiu a apresentação da proposta do grupo focal e o convite às mulheres, que eram participantes do grupo mensal facilitado pela Equipe, e a facilitação da entrevista grupal propriamente dita. Vale destacar que o Acampamento está localizado à aproximadamente 12 km de estrada carroçal da sede do distrito de Rio do Salto, que, por sua vez, está distante 32 km do centro de Cascavel.

Em Pentecoste, a inserção no campo também foi mediada pela equipe do CRAS atuante na zona rural. As localidades investigadas foram Serrota e Providência, distantes, respectivamente, 9,5 km e 25 km da sede do município. Os grupos focais em Pentecoste foram facilitados no Posto de Saúde, na Escola local e na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CRAS), como pode ser observado no Quadro 1. Na pesquisa, as informações derivadas dos momentos grupais serão apresentadas através do uso da sigla GF, indicativo de grupo focal, seguido da letra inicial do nome do município e de sua sequência de facilitação no local. Sendo assim, por exemplo, o GFP1 diz respeito ao primeiro grupo focal realizado em Pentecoste. Foram atribuídos nomes fictícios a todos os participantes dos grupos, em conformidade com o princípio do sigilo como fundamento ético da pesquisa com seres humanos.

Quadro 1 – Dados Gerais dos Grupos Focais

	Comunidade onde foi realizado	Local de Realização	Descrição Breve	Data de realização	Duração (minutos)	Sexo		Idade Média dos participantes (anos)
						F	M	
Pentecoste								
GFP1	Providência	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil	Grupo focal mobilizado pelas educadoras sociais responsáveis pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por intermédio da equipe do CRAS Rural de Pentecoste. Estavam presentes moradores residentes na sede do distrito de Providência e em localidades próximas. Há destaque para a presença de pessoas que atuam em práticas agrícolas na região. A faixa etária dos participantes esteve entre 27 e 76 anos. A baixa precipitação de chuvas, o longo período de seca e as dificuldades de deslocamento até a sede do município de Pentecoste apareceram como problemáticas que marcam o cotidiano dos participantes.	24/11/2016	01:05:17	10	03	47,53
GFP2	Serrota	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil	Grupo focal realizado na escola de ensino fundamental e infantil do distrito de Serrota. Participaram do grupo alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, sendo eles jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação em escola convencional na idade apropriada, além de três professores da escola que residem na comunidade. A faixa etária dos participantes esteve entre 18 e 62 anos. As falas dos participantes destacaram a recorrência da seca na região, a percepção, sobretudo pelos adultos e idosos, de que há uma juventude local ociosa e receio do crescimento da violência na comunidade.	05/12/2016	01:35:51	05	05	41,20
GFP3	Serrota	Posto de Saúde	Grupo focal mobilizado com auxílio da coordenadora do Posto de Saúde do distrito. Foram convidados a participar do grupo pessoas vinculadas às atividades do grupo de hipertensos e de diabéticos. A faixa etária dos participantes esteve entre 49 e 78 anos. A vinculação com as práticas agrícolas, a percepção das principais problemáticas compartilhadas pelos moradores da Serrota e a interpretação religiosa dos acontecimentos estiveram significativamente expressos na fala dos participantes.	06/12/2016	01:26:00	07	04	62,90

Fonte: Elaborado pela autora.

*GFP: Grupo Focal Pentecoste

*F: Feminino

*M: Masculino

Quadro 1 – Dados Gerais dos Grupos Focais (Continuação)

	Comunidade onde foi realizado	Local de Realização	Descrição Breve	Data de realização	Duração (minutos)	Sexo		Idade Média dos participantes (anos)
						F	M	
Pentecoste								
GFP4	Providência	Serviço de Convivência - CRAS	Grupo focal mobilizado pelas educadoras sociais responsáveis pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, por intermédio da equipe do CRAS Rural de Pentecoste. A facilitação ocorreu no espaço que passaria, futuramente, a referenciar os serviços do CRAS. Estiveram presentes pequenos comerciantes, agricultores aposentados, trabalhadores autônomos e funcionários de fazendas da região. A faixa etária esteve entre 27 e 79 anos. A dificuldade de oferta de postos de trabalho, a precariedade no acesso às políticas públicas de saúde e geração de emprego e renda e a baixa precipitação de chuvas apareceram como problemáticas vividas no cotidiano dos participantes.	12/12/2016	57:00	04	02	45
Cascavel								
GFC1	Juvinópolis	Posto de Saúde	Grupo focal mobilizado por intermédio da equipe do CRAS volante de Cascavel em parceria com a coordenadora do Posto de Saúde do distrito. Estiveram presentes participantes do grupo de idosos que ocorria semanalmente no Posto e moradores que aguardavam atendimento. A faixa etária dos participantes esteve entre 18 e 70 anos. A percepção das mudanças nos modos de vida rural, a análise sobre a pobreza local, a vinculação ao trabalho agrícola e a atenção ao futuro da juventude no campo estiveram entre os temas de destaque.	21/10/2016	56:00	15	02	50,22

Fonte: Elaborado pela autora.

*GFP: Grupo Focal Pentecoste

*GFC: Grupo Focal Cascavel

*F: Feminino

*M: Masculino

Quadro 1 – Dados Gerais dos Grupos Focais (Continuação)

	Comunidade onde foi realizado	Local de Realização	Descrição Breve	Data de realização	Duração (minutos)	Sexo		Idade Média dos participantes (anos)
						F	M	
GFC2	Rio do Salto	Salão do Acampamento Dorcelina Folador - MST	Grupo focal mobilizado por intermédio da equipe do CRAS volante de Cascavel, que realiza visitas periódicas aos acampamentos da região. Na ocasião de facilitação do grupo, o Acampamento Dorcelina Folador era, na avaliação das técnicas do CRAS, o que apresentava maior número de pessoas em condições de pobreza quando comparado aos demais territórios rurais atendidos pela política de assistência. O grupo esteve composto eminentemente por mulheres, tal como habitualmente ocorre nos momentos grupais conduzidos pela equipe do CRAS. A faixa etária das participantes esteve entre 20 e 73 anos. A luta pela posse da terra, a situação de pobreza vivida pelos moradores, as especificidades das demandas da vida no acampamento e sua invisibilização diante das políticas públicas estiveram entre os principais temas debatidos pelas participantes.	24/10/2016	01:07:51	15	00	41,86
GFC3	Juvinópolis	Casa de um morador da comunidade	Grupo focal mobilizado pela agente comunitária vinculada ao Posto de Saúde de Juvinópolis. Estiveram presentes agricultores aposentados, trabalhadores autônomos e funcionários de fazendas da região. A faixa etária das participantes esteve entre 42 e 76 anos. O apreço à vida no campo, as adversidades vividas no passado com a busca por aquisição de terra e os processos de adoecimento decorrente do trabalho agrícola estiveram entre os conteúdos de destaque da fala dos participantes.	26/10/2016	50:01	05	02	64

Fonte: Elaborado pela autora.

*GFC: Grupo Focal Cascavel

*F: Feminino

*M: Masculino

Embora não haja um consenso quanto ao número mínimo e máximo de participantes sugeridos para um grupo focal (MONTERO, 2009), foi adotada como referência a proposta de Gatti (2005), que estabelece a presença de 06 (seis) sujeitos como o menor número aceitável para garantir fluidez às falas. Dessa forma, foi definido que, caso estivesse presente um número menor de sujeitos, o grupo seria desmarcado. Contudo, isto não ocorreu. Contrariamente, em um dos grupos focais, estiveram presentes dezessete sujeitos. A riqueza das informações obtidas, sua relevância para a tese e as estratégias utilizadas para a facilitação da entrevista grupal permitiram indicar que o grupo seria considerado válido para análise.

Após a acolhida e a apresentação breve como momento inicial de aquecimento para o grupo focal, foram dispostas fotografias ou imagens em geral no chão dos espaços de realização das discussões. Os critérios para seleção prévia das imagens foram: possuir relações com o contexto de vida no campo (ser representativo das paisagens, dos modos de produção agrícola, das disposições de habitação e das formas de interação social), contemplar questões gerais comuns à vida de pessoas na faixa etária pesquisada e ser capaz de retratar especificidades das duas regiões investigadas. Destaca-se que foram selecionadas, para compor este conjunto total de 25 imagens, aproximadamente seis fotografias obtidas em cada região durante a realização da etapa quantitativa. O intuito do uso deste recurso era facilitar a inserção na discussão do grupo focal. Para tanto, foi colocada a seguinte instrução “*Eu peço que vocês escolham imagens que são, para vocês, representativas de como é morar em (nome da comunidade/distrito rural)*”. Na sequência das colocações iniciais apresentadas pelos participantes, foi dado prosseguimento às discussões a partir de um Guia de Tópicos (Apêndice D), composto por indagações, afirmativas e histórias breves sobre as quais os participantes deveriam emitir suas opiniões. O Guia foi organizado com o intuito de contemplar as seguintes categorias de investigação: modos de vida da população rural, percepções sobre a pobreza, manifestações do fatalismo, expressões da resiliência e enfrentamento aos contextos adversos.

Cada instrumento de construção de dados das etapas quantitativa e qualitativa foram selecionados e estruturados como recursos metodológicos considerando sua pertinência aos objetivos específicos da investigação e as categorias de análise. As relações expressas entre os objetivos específicos, as categorias de análise, os instrumentos de construção de dados e os capítulos que irão compor a versão final da tese estão descritas no Quadro 2.

Quadro 2- Relações entre objetivos específicos, categorias de análise, instrumentos de construção de dados, análise de dados, categorias e capítulos da Tese.

Objetivo Geral	Analisar como o fatalismo e a resiliência interferem nas estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza de moradores da zona rural brasileira.			
Objetivos Específicos	Identificar as implicações psicossociais da pobreza multidimensional no cotidiano de moradores da zona rural brasileira.	Analisar as manifestações do fatalismo em contexto de pobreza rural.	Identificar quais os fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais marcados pela pobreza.	Identificar as estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza rural.
Instrumentos de Construção de Dados	Etapa Quantitativa Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional. Questionário de Pobreza Multidimensional. Etapa Qualitativa Grupo Focal	Etapa Quantitativa Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional. Questionário de Pobreza Multidimensional Escala Multidimensional de Fatalismo. Etapa Qualitativa Grupo Focal	Etapa Qualitativa Grupo Focal	Etapa Qualitativa Grupo Focal
Análise de Dados	Etapa Quantitativa Estatísticas descritivas, Teste t de Student, Anova, análises de correlação (Pearson e Spearman). Etapa Qualitativa Análise de Conteúdo Temática	Etapa Quantitativa Estatísticas descritivas, Teste t de Student, Anova, Análise de Regressão Múltipla, análises de correlação Pearson e de Spearman. Etapa Qualitativa Análise de Conteúdo Temática	Etapa Qualitativa Análise de Conteúdo Temática	Etapa Qualitativa Análise de Conteúdo Temática
Categorias de Análise	Pobreza Multidimensional Rural	Manifestações do fatalismo Pobreza Multidimensional Rural	Expressões da resiliência Pobreza Multidimensional Rural	Estratégias Psicossociais de Enfrentamento à pobreza Pobreza Multidimensional Rural Manifestações do fatalismo Expressões da resiliência
Títulos dos Capítulos	Implicações da pobreza multidimensional no cotidiano de moradores da zona rural brasileira	As manifestações do fatalismo por moradores da zona rural	Resiliência: definições e possíveis contribuições para um olhar do enfrentamento à pobreza	Estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza rural: contribuições do fatalismo e da resiliência

Fonte: Elaborado pela autora

2.5 Análise dos Dados

As informações provenientes das duas etapas de investigação serão analisadas com o uso dos *softwares Statistical Package for Social Sciences (SPSS) 20.0* e *Atlas Ti 8.2*. O SPSS é um programa de análise estatística criado na Universidade de Chicago amplamente utilizado nas ciências sociais (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Dentre as análises estatísticas realizadas, estão: estatísticas descritivas, comparação de médias (Teste t de *Student* e Análise de Variância – ANOVA), Análise de Correlação (Pearson e de Spearman) e Análise de Regressão Múltipla (ARM).

O Atlas Ti 8.4 é um *software* de análise qualitativa mediada pelo computador (BAUER; GASKELL, 2002). Percebe-se que existem aproximações entre o modelo da Análise de Conteúdo do Tipo Temática de Laurence Bardin (2011) e as funcionalidades

disponíveis nesta ferramenta tecnológica. Nesse sentido, uma vez que todos os materiais provenientes da etapa qualitativa (07 grupos focais) foram transcritos e lidos preliminarmente, o passo seguinte foi constituir um novo projeto¹⁴ contendo os 07 documentos primários (*Primary Documents* - P-Docs), como são chamados os arquivos contendo o conjunto de informação provenientes do campo qualitativo. Feito este processo, foi realizada: uma nova leitura fluente do material; eleição de categorias analíticas preliminares com base nos objetivos específicos do estudo; seleção de *Quotations*, que são unidades de sentidos expressas nas falas dos sujeitos e vinculação dessas *Quotations* aos seus *Codes* (códigos ou categorias) correspondentes, o que representa a categorização propriamente dita.

Dentre as funcionalidades do Atlas Ti 8.2, está a possibilidade de construção de *Networks*, que são redes semânticas estabelecidas entre *Codes* através de nós e links rotulados, gerando representações gráficas bidimensionais. Assim como no uso das demais funcionalidades do Software, a pesquisadora foi responsável por estabelecer, em coerência com o material teórico que fundamenta o estudo e as informações decorrentes da análise inicial das categorias, quais os tipos de relações existentes entre elas e que geraram as *Networks* correspondentes à cada conjunto categorial. Ao final do estudo, contabilizou-se a elaboração de 05 (cinco) *Networks*, que se constituíram como um importante auxílio no processo de representar esquematicamente e explorar as estruturas conceituais complexas referentes à vida em condições de pobreza.

2.6 Compromisso Social e Ético da Pesquisa

Todas as etapas da pesquisa foram organizadas em conformidade com a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde brasileiro. Os participantes foram esclarecidos previamente das condições de desenvolvimento da pesquisa e manifestaram sua anuência mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido específico para cada recurso metodológico de construção de dados. Além disso, o projeto foi submetido, através de cadastro na Plataforma Brasil, à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, tendo sido aprovado com CAAE 46474715.5.1001.5054 e Parecer Nº 1.233.648 (Anexo A).

Como parte do compromisso social e ético desta pesquisa, os resultados provenientes serão socializados através da elaboração de artigos científicos, capítulos de livros e exposição

¹⁴ Projeto é o termo utilizado pelo software Atlas Ti 8.4 para designar o armazenamento das cópias de todos os arquivos utilizados e das análises posteriormente realizadas pelo pesquisador.

de trabalhos em eventos acadêmicos. Entretanto, quando se discute pobreza e seus impactos na vida dos sujeitos, os desdobramentos da pesquisa devem considerar, além da dimensão acadêmica, as dimensões social e política (XIMENES; CIDADE; SILVA, 2016). Isto porque indivíduos, famílias e comunidades, recorrentemente convidados a contribuir com investigações, têm o direito de esperar que os achados possam contribuir com aspectos concretos em suas vidas (NARAYAN; PETESCH, 2007).

Sendo assim, serão formuladas, ainda, estratégias de publicização dos dados junto à população participante de Pentecoste e de Cascavel, aos profissionais das políticas públicas locais e gestores locais, resguardando linguagem acessível e clara aos envolvidos. Para tanto, as metodologias de devolutiva de dados estarão fundamentadas na reflexão de que é preciso garantir que o conhecimento produzido deve se converter em benefícios e melhorias nas condições de vida da população rural.

3 IMPLICAÇÕES DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO COTIDIANO DE MORADORES DA ZONA RURAL BRASILEIRA

Este capítulo contempla o objetivo específico identificar as implicações psicossociais da pobreza multidimensional no cotidiano de moradores da zona rural brasileira. Para tanto, inicialmente, é empreendido um debate teórico acerca da pluralidade relacionada ao contexto rural, o que congrega antagonismos típicos do seu modo de ocupação, domínio político e financeiro no Brasil. A alta concentração fundiária, os modos de uso e gestão da terra, a histórica desigualdade socioespacial e o acesso precário às políticas públicas são debatidos como dimensões analíticas para o entendimento da pobreza rural desde uma perspectiva multidimensional.

A abordagem das implicações psicossociais da pobreza rural parte da compreensão de que há uma relação imbricada entre as condições objetivas e subjetivas que demarcam a vivência em condições de pobreza como fruto de atravessamentos históricos, sociais, políticos e ideológicos. São apresentadas categorias de análise das implicações psicossociais da pobreza a partir dos dados quantitativos e qualitativos provenientes da pesquisa de campo em Cascavel (PR) e Pentecoste (CE). O Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional fornecerá um panorama geral de como as privações nas variáveis educação, habitação, trabalho e renda, saúde e aspectos subjetivos da pobreza vem sendo vivenciadas pela população investigada. As experiências de privação, o acesso precário às políticas públicas, as condições do trabalho rural, a vulnerabilidade às variáveis climáticas e os aspectos subjetivos da pobreza são as categorias estruturantes das implicações psicossociais da pobreza rural debatidas articulando-se dados quantitativos e qualitativos.

3.1 As distintas ruralidades no Brasil

Definições elaboradas acerca do contexto rural, comumente, consideram-no em função dos modos de interação estabelecidos com o cenário urbano e com as práticas agrícolas. Carneiro (2008) afirma a inadequação, na realidade atual, de referenciais teóricos conceituais sustentados na dualidade rural-urbano. Isto ocorre pois leituras pautadas na contraposição entre os dois territórios acabam por ignorar as relações de intercâmbio e interinfluência que possuem. Essa descrição dual evidencia a fragilidade do que se entende por rural, equivocadamente considerado como de caracterização homogênea (LANDINI, 2015a). Além disso, no Brasil, conceber o rural como espaço residual e periférico ao urbano pode incorrer

em prejuízos para compreensão de sua complexidade (BUTTO; NASCIMENTO, 2013).

A diversidade dos cenários rurais é fruto da variabilidade de territórios, de pessoas e de culturas que os compõem (LANDINI, 2015a). Assim, cabe o uso do termo ruralidades (CARNEIRO, 2008, 2012; LEITE *et al.*, 2013; LEITE, 2015; LANDINI, 2015a; MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016; SILVA; MACEDO, 2017), que tenta contemplar a multifuncionalidade do rural. De acordo com Leite (2015), esta expressão assinala a pluralidade de atores sociais que residem e trabalham no campo, tais como pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, posseiros e trabalhadores sem terra. São distintas formas de viver a propriedade da terra e de se organizar econômica e socialmente, gerando o que Wanderley e Favareto (2013, p.415) convencionaram intitular de “expressiva heterogeneidade da ruralidade brasileira”, cuja compreensão deve ser capaz de integrar o campo como espaço de produção, de vida e de moradia, que congrega distintas representações. Debater sobre o contexto rural implica, portanto, ser capaz de considerar seu aspecto plural e dinâmico, gerador de processos subjetivos detentores de especificidades.

Dessa forma, críticas às associações do rural como espaço que remete ao atraso, ao bucólico, ao idílico, à perpetuação das tradições e indiferente às mudanças (CARNEIRO, 2008; LANDINI, 2015a) são pertinentes. Estas visões romantizam e menosprezam o campo, ignoram as tensões, os sofrimentos e os conflitos neles vividos, ao mesmo tempo em que dificultam a necessária ressignificação do rural. Fala-se de um ‘novo rural’ (FAVARETO; SEIFER, 2012, CARNEIRO, 2012), não necessariamente ancorado na produção agrária e agrícola, integrador de outros tipos de ocupações e novas formas de relação com a terra. Favareto e Seifer (2012) expõem que mudanças qualitativas observadas na essência do que se entendia como ruralidade, nas últimas décadas do século XX, permitiram questionar o paradigma agrário como definidor do mundo rural. As relações de interdependência entre campo e cidade, os meios de uso social dos recursos naturais e os modos de interação baseados na proximidade entre moradores, anteriormente considerados dimensões do rural, sofreram transformações e colocaram em xeque quais os critérios de sua conceituação.

A ampliação dos investimentos de políticas públicas e recursos para o agronegócio no campo (FAVARETO, SEIFER, 2012), aliada à modernização da agricultura e da sociedade, acarretaram a diminuição dos postos de trabalho na agricultura e o aumento das atividades não-agrícolas em territórios rurais (CARNEIRO, 2008). Com isso, a diversificação e a complexificação do rural, através da incorporação dessas novas atividades produtivas, como no setor de serviços, permitiu questionar o campo como mero exportador de bens primários

para os centros urbanos, favorecendo uma nova dinâmica entre os dois territórios, inclusive com uma “(...) integração intersetorial de suas economias” (FAVARETO; SEIFER, 2012, p. 64). Dessa forma, as transformações pelas quais tem passado o cenário rural envolvem sua valorização não apenas como contexto de produção de alimentos e matérias primas para as indústrias, mas também seu reconhecimento como espaço que integra bens simbólicos capazes de incidir sobre sua configuração social e econômica (CARNEIRO, 2008).

Ascende deste contexto a indústria do turismo e da cultura, por exemplo, que valorizam o patrimônio rural e demarcam a nova relação com a natureza, na qual esta deixa de ser mero bem de produção e passa a ser vista como articuladora de riquezas imateriais. É pertinente, no entanto, observar que, se por um lado a ampliação de ocupações no campo para atividades não agrícolas possibilitaram melhorias no bem estar social de grupos da população rural vulneráveis à retração da atividade agrícola, por outro, essas atividades não necessariamente rompem com ciclos históricos de exploração da força de trabalho quando associam pouca qualificação, elevada jornada de trabalho e baixa remuneração (CARNEIRO; TEIXEIRA, 2012).

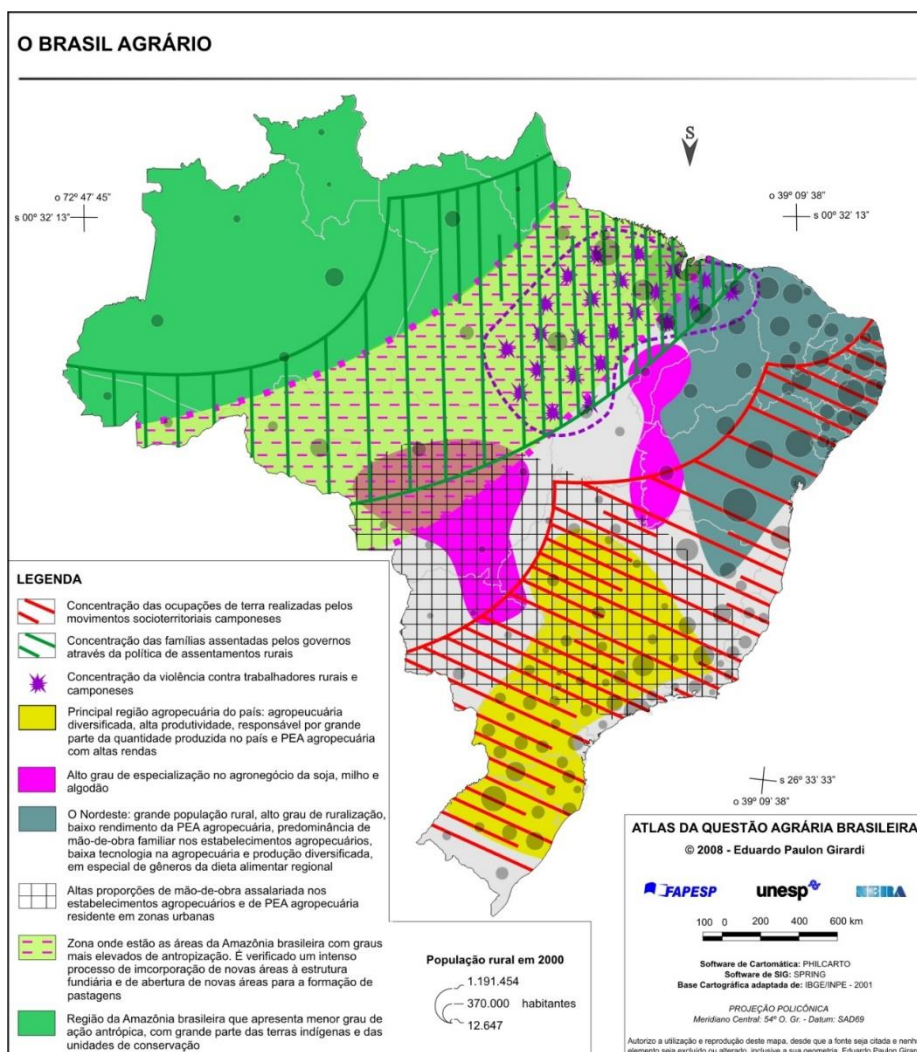
O novo uso social do rural, de que fala Favero (2012) e Favareto e Seifer (2012), são as múltiplas possibilidades de intervenção no campo que vão além da produção de bens primários, como a busca de fontes renováveis de energia, a conservação da biodiversidade e o aproveitamento do potencial paisagístico do campo. As modificações nos modos de interação no campo, por sua vez, sofreram influências dessas novas configurações econômicas e socioespaciais, quando não é mais possível falar do rural como local do esvaziamento econômico, social e cultural (CARNEIRO, 2008). Tornou-se mais fácil adentrar o território rural com a melhoria da mobilidade física, o acesso aos meios de comunicação e às tecnologias. Com isso, ocorreram a crescente ‘individualização’ e ‘heterogeneização’ das relações no campo (FAVARETO; SEIFER, 2012). Tais mudanças se deram não nos moldes estabelecidos pela cidade, mas sim segundo a constituição de novas formas de sociabilidade e relações sociais a partir da dinâmica de cada território (CARNEIRO, 2008).

Por ser uma categoria historicamente constituída, a análise do rural deve contemplar, inclusive, a trajetória social da formação brasileira (WANDERLEY; FAVARETO, 2013), marcada por distintas formas de ocupação do campo, variações climáticas, desigual acesso e posse da terra. No Brasil, as disparidades socioeconômicas entre as regiões norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste, explicitam as divergências existentes em seu processo de desenvolvimento (SANTOS; PALES; RODRIGUES, 2014). Vale destacar que maior atenção

será dependida à composição rural das regiões nordeste e sul do Brasil, *locus* da pesquisa, que se caracterizam por condensarem dinâmicas expressivamente distintas.

Girardi (2008) descreve, como pode ser observado na Figura 4, o Nordeste como área que concentra grande população rural, alto grau de ruralização, baixa remuneração destinada aos sujeitos que atuam na agropecuária, predomínio de mão de obra familiar, tecnologia agropecuária precária e produção diversificada, voltados principalmente para os gêneros da dieta alimentar regional. Já o Sul do Brasil, é descrito como a principal região agropecuária do país, caracterizada pelas altas rendas destinadas à população economicamente ativa envolvida com este tipo de atividade e pela alta produtividade, que representa grande parte da quantidade total produzida no país. Estas distinções observadas na atualidade são resultado do processo de inserção dos dois territórios na dinâmica agropecuária brasileira.

Figura 4 – Produção agrária nas regiões brasileiras



Fonte: Girardi (2008).

A história de constituição do nordeste brasileiro está marcada pela narrativa de seu apogeu e declínio, que ilustra parcialmente as raízes da desigual e distinta organização territorial do país. Este território foi responsável por abrigar, no século XVI, o ciclo virtuoso inicial de ocupação econômica pelos portugueses, adentrou em um processo longo de estagnação, não tendo acompanhado as mudanças vividas no país no final do século XIX e primeira metade do século XX (ARAÚJO; SANTOS, 2009). Nas palavras de Furtado (2003, p.65),

A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência [...] estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos.

Esforço necessário à análise do Nordeste é a descentralização do olhar dos problemas socioeconômicos como derivados unicamente dos fatores climáticos. A relevância anunciada é a de que os efeitos da estiagem devem ser vistos à luz de sua estrutura econômico-social, que amplifica suas consequências. Para Vidal (2003), o clima semiárido da região possui a fazenda como sua unidade produtiva típica, na qual é desenvolvida a prática da pecuária extensiva, cultivo de xerófilas (a exemplo do algodão) e agricultura de subsistência. São produções dependentes das precipitações de chuvas e que geram recursos monetários restritos. Diante dos períodos de seca, as lavouras de subsistência são destruídas, agravando quadros sociais já precarizados de áreas com alto adensamento rural.

Pomponet (2009) enfatiza a pertinente argumentação de Celso Furtado (2003) quando este autor explicita que o foco das discussões não deve ser o combate à seca, mas sim a convivência com ela, de modo a garantir uma produção agropecuária adequada à singularidade ecológica regional. As desigualdades regionais, conforme é possível observar, são ratificadas permanentemente sob a alegação de diferenças climáticas e de qualidade do solo entre as regiões. Estas argumentações confrontam a perspectiva básica difundida juntamente com a ideia de tecnificação do campo como alternativa para minimização das influências ambientais na produção agrícola.

Delineia-se que a questão fundante no Nordeste não é, portanto, a baixa precipitação de chuvas como geradora de pobreza, mas sim os interesses políticos e financeiros que incidem para manter esta região à revelia das variações climáticas, das precárias ofertas de postos de trabalho no campo, que não estejam voltadas à produção agrícola, e do acesso focalizado e descontínuo das políticas públicas. A organização não governamental ActionAid

(2017) acrescenta que, no Brasil, o enfrentamento da extrema pobreza e da pobreza está diretamente relacionado com o enfrentamento das desigualdades que abrigam as diversas modalidades de privação, dentre as quais cita-se, ao lado das disparidades raciais/étnicas, a de gênero e as regionais.

Se no Nordeste brasileiro as primeiras práticas produtivas no campo estiveram marcadas pela pecuária extensiva e a agricultura, no Sul, foi a mineração que fez esta ser a região que primeiramente ingressou no sistema colonial mercantil na primeira metade do século XVII. Furtado (2003, p.81) afirma que “ao contrário do que ocorrera no Nordeste, onde se partiu de um vazio econômico para a formação de uma economia pecuária dependente da açucareira, no sul do país a pecuária preexistiu à mineração”.

A expansão das fronteiras agrícolas nos territórios do Sul esteve vinculada ao crescimento populacional na região. Impulsionados pela proposta de ocupação de terras, pessoas advindas do sudeste e do nordeste rural foram responsáveis por um fluxo migratório que chegou a somar três milhões e meio de pessoas entre 1950 e 1960. Os ‘pioneiros’, como ficaram conhecidos, deslocaram-se, descreve Lopes (2008), em três frentes. Uma frente impulsionada pela produção cafeeira no nordeste do Paraná, sul do Mato Grosso até o sul de Goiás. A segunda migração, fundamentada na agricultura diversificada e em pequena escala, localizou-se no sudoeste do Paraná e pequenas áreas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A terceira frente pioneira se instalou na região central do Maranhão.

De acordo com Lopes (2008), no final do século XX, foram sendo constituídas ilhas de mercado no território brasileiro, como a região cafeeira, a Zona da Mata nordestina, com a produção açucareira, e as zonas de colonização do sul, com produtos agropecuários. O desenvolvimento de condições de industrialização nessas regiões permitiu a constituição de um modelo industrial, substituindo a importação de produtos manufaturados. Contudo, a expansão da industrialização no país não resultou em ampliação do mercado nacional para os itens produzidos, fator que contribuiu para a concentração industrial em áreas dos Estados de São Paulo, Minas e Rio. Ao mesmo tempo, o afastamento da produção cafeeira para o oeste do Brasil, desencadeou o deslocamento da agricultura e da pecuária comerciais para as proximidades das regiões urbano-industriais. Assim, enquanto fatores da economia nacional favoreciam a concentração das indústrias no Sul, enfatiza Lopes (2008), o Nordeste viveu a estagnação da produção de açúcar decorrente de sua baixa competitividade internacional e diminuição da concorrência interna do algodão em virtude da inclusão de São Paulo como território produtivo.

A crescente incorporação de fundamentos do processo industrial no campo fez surgir um novo modelo produtivo, baseado na competitividade, na articulação com mercados internacionais, na otimização e ampliação da produção. O agronegócio, cuja variação linguística inicial foi *agribusiness*, é originário do contexto de Revolução Verde¹⁵, após a Segunda Guerra Mundial, quando se começou a discutir a necessidade de modificações nos processos agropecuários para torná-los “(...) menos dependentes das condições naturais e mais dependentes de insumos e equipamentos artificiais, ampliando muito o mercado de produção e venda desses produtos” (CAMPOS, 2011, p.102).

Assentado sobre os ditames neoliberais, o agronegócio reivindica a abertura dos caminhos para a livre acumulação de riquezas a partir da articulação de capitais multinacionais, a constituição de parcerias público-privadas e a diminuição do Estado no controle dos recursos naturais, na regulação do mercado de trabalho e na garantia de direitos fundamentais, tais como saúde e educação (CAMPOS, 2011). Nesse caso, produz-se o que gera mais lucro, não o que a população necessita.

No Brasil, a aproximação agricultura-indústria é iniciada por volta de 1950, mas se intensifica apenas na década de 1970 com grande apoio do Estado, que concedeu créditos e infraestruturas (CAMPOS, 2011). Defende Castillo *et al.* (2016) que, efetivamente, só é possível falar em agronegócio globalizado no Brasil na década de 1990. A expansão do agronegócio na dinâmica econômica e produtiva brasileira modificou a paisagem do campo com o aumento de áreas plantadas com produtos de exportação, a tecnificação e a mecanização da produção, responsável por injetar montantes financeiros no PIB do país. Campos (2011, p.109) afirma que o agronegócio

(...) em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais.

A integração de unidades agrícolas familiares aos complexos industriais mediante a concessão de matéria-prima, entretanto, não faz destes grupos representantes do agronegócio, assim como os agricultores que consomem insumos e maquinários modernos também não o

¹⁵ A Revolução Verde surgiu como um propósito de modernização da produção agrícola baseada na utilização de sementes de alta produtividade, agroquímicos e motomecanização. Este modelo tem sido questionado, principalmente pela degradação ambiental que ocasiona e as condições sociais de produção que gera, ancorada no latifúndio. Em seu lugar, há uma defesa por propostas agroecológicas, atentas para a sustentabilidade das unidades produtivas familiares e para a relação entre produção e ecologia (BIANCHINI; MEDAETS, 2013).

são (CAMPOS, 2011). A confusão estabelecida na distinção de quem são os agentes do agronegócio, em certo sentido, é útil dentro de uma proposta na qual o modelo de produção, fundamentado em preceitos que fortalecem a alta concentração de riqueza e a exclusão social, é difundido como promessa de crescimento para a nação brasileira.

Informações como a disponibilizada por Buainain, Alves, Silveira e Navarro (2014), que registram o agronegócio como o segmento econômico da sociedade brasileira mais relevante da economia do país, chegando a representar aproximadamente 25% do Produto Interno Bruto em 2014, são alardeadas como dados de sucesso. Contudo, há que se pensar nas consequências da inserção dos parâmetros industriais na agricultura, da incorporação do capital financeiro internacional na prática de monocultura de exportação e da acentuação da concentração fundiária (já marcadamente presente na história brasileira) como fatores que contribuem para a expulsão dos camponeses das áreas rurais, assim como para o estabelecimento de uma burguesia agrária (BARROS, 2018) e a acentuação de desigualdades sociais (PESSOA; RIGOTTO, 2012).

A região Sul é descrita como área em que impera a otimização e a elevada produtividade de soja, trigo e milho, ao mesmo tempo em que, no Nordeste, algumas áreas do Maranhão, Piauí e Bahia vão se inserindo como produtoras de soja e cacau. Não obstante, pode-se dizer que a expansão do agronegócio de formas distintas nos territórios brasileiros, configura-se como uma questão que ascende das desigualdades regionais ao mesmo tempo em que a amplifica, sobretudo pela injeção desigual de investimentos governamentais. Para se ter uma ideia do contraditório repasse de recursos entre regiões, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2018), o crédito rural concedido aos estados através dos Programas de investimento com recursos do Sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) somou, no período de julho de 2017 a maio de 2018, um montante de R\$ 2.267.738,00 no Estado do Paraná e R\$ 12.162,00 no Ceará, uma diferença de 186 vezes a menos de recursos destinados a este território nordestino. Considerando a porcentagem geral obtida pelas regiões brasileiras, a Região Sul recebeu 34% do valor total destinado às áreas rurais, ao passo que a Região Nordeste captou 8,5%, a menor porcentagem de todas as áreas. Em 2017, as porcentagens foram, respectivamente, 40,6% e 5,2% (BRASIL, 2017c), o que fornece indicativos de que se trata não apenas de uma disparidade eventual no repasse.

Quanto aos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas agrícolas e pecuárias pelo Governo Federal brasileiro em igual período, as diferenças também são

alarmantes. No Paraná, o valor destinado ao crédito foi de R\$ 9,5 milhões de reais, já no Ceará, o número foi R\$ 356.265 milhões de reais (BRASIL, 2018). Estes dados subsidiam as argumentações de que o alto fluxo de investimento em algumas regiões, em detrimento de outras, reforçam a concentração de riquezas no eixo sul-sudeste do Brasil (SANTOS; PALES; RODRIGUES, 2014).

Percebe-se que o modo como os territórios rurais se inserem na lógica produtiva nacional, aliado à histórica desigualdade de investimento governamentais e à má gestão dos recursos, articulam-se para elucidar as distintas ruralidades existentes no território brasileiro. Junto a isto, vale considerar quais os atravessamentos dessas singularidades que recaem sobre a incidência da pobreza no campo, permeada por questões econômicas, políticas e sociais.

3.2 A multidimensionalidade da pobreza rural

Conceber a pobreza desde uma perspectiva multidimensional implica considerá-la além de privações monetárias (DEMO, 2005; ACCORSSI, 2011; YAZBEK, 2012), incorporando quais os fatores que obstaculizam o acesso dos sujeitos às riquezas materiais e imateriais de uma nação e as implicações psicossociais que dela decorrem (CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012; XIMENES *et al.*, 2015). Moura Jr. *et al.* (2014) defendem que é preciso reconhecer as especificidades do contexto social e cultural das pessoas em condições de pobreza, de forma a ampliar a leitura desse fenômeno.

Consoante com esta necessidade, a Abordagem das Capacitações proposta por Amartya Sen (2000, 2011) se apresenta como uma perspectiva teórica e metodológica que auxilia no entendimento de que existem variações nas oportunidades reais dos sujeitos converterem recursos gerais, como renda e riqueza, em capacitações. O conjunto de capacitações (ou *capabilities*) de uma pessoa é definida como “(...) um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos¹⁶ (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos)” (SEN, 2000, p.95). Os funcionamentos podem ser físicos, como estar bem nutrido, possuir vestimentas e habitação adequadas, ou versar sobre o acesso à boa saúde, educação e participação da vida em comunidade.

Embora todos os indivíduos possuam habilidades para desenvolver seu potencial como seres humanos, o uso do termo capacitações, tal como assinalado por Pereira, Souza e

¹⁶ Em sua versão original, Sen (2000) utiliza a expressão ‘*functionings*’.

Schneider (2010), permite destacar que é necessária a oferta dos caminhos e meios para sua expressão. Nesse sentido, pobreza é a privação, impulsionada por fatores monetários, sociais, culturais, políticos, simbólicos e ideológicos, nas capacitações básicas dos indivíduos. Por estarem privados, os sujeitos encontram maiores dificuldades de manifestar seu potencial inventivo e criador. Isto leva a crer que, fundamentalmente, a pobreza é uma questão de natureza estrutural (SILVA, 2007), que diz não somente da insuficiência de renda, mas também do não acesso aos serviços sociais básico, à informação e à participação social e política.

Estratégias de mensuração da pobreza fundamentadas apenas na distribuição de renda lançam um olhar excessivamente abstrato, analítico e estático em um mundo social complexo (NARAYAN; PETESCH, 2007). Segundo esta perspectiva, a pobreza real facilmente pode ser mais intensa do que o expresso nos dados sobre renda (SEN, 2011), pois incorpora quais as oportunidades que não são oferecidas aos sujeitos e que seriam importantes para o desenvolvimento de suas funções humanas básicas. A ausência ou precariedade de renda é analisada como uma das razões básicas de privação de capacitações de uma pessoa, já que se configura como um dos fatores primordiais que impedem a conversão, pelo sujeito, de meios em fins ao dificultar o acesso às condições mínimas de vida. Além disso, não ter dinheiro incide em formas de reconhecimento de si mesmo e da sociedade (MOURA JÚNIOR; CIDADE; XIMENES; SARRIERA, 2014), que influenciam as experiências de inclusão e exclusão vividas.

Nesse contexto, as informações sobre renda, originárias da Abordagem Monetária da pobreza, que estabelece critérios como a renda *percapita* e a posse de necessidades básicas para distinguir os sujeitos entre pobres e não-pobres, não são plenamente desconsideradas, mas sim agrupadas dentro de um panorama geral que analisa outros elementos que dificultam ou impedem o desenvolvimento da liberdade dos sujeitos. É possível afirmar que “a pobreza se manifesta em múltiplas insuficiências e déficits patrimoniais, de renda, de capacitações, de acesso às políticas públicas, de oportunidades e de cidadania em geral” (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2012, p.518).

Inexiste uma abordagem conceitual ou medida de mensuração da pobreza consensualmente aceita como a mais legítima e capaz de apreender todas as dimensões de sua expressão (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; JANNUZZI *et al.*, 2014). Porém, perspectivas multidimensionais que permitem considerar a avaliação que os indivíduos fazem de suas vidas apontam um importante parâmetro de referência: o do próprio sujeito. Neste

caso, desloca-se o centro de referência de indicadores externos (sejam eles o acesso ou consumo de alimentos, a insuficiência de renda ou a garantia de satisfação de necessidades básicas) para indicadores autodeclarados. Pobreza subjetiva é, portanto, um indicador de autoreferência do sujeito que se alinha ao posicionamento de que ninguém sabe mais onde começa a pobreza que quem a vivencia (SOARES, 2009). Kageyama e Hoffmann (2006) afirmam que existem dois tipos de definições de pobreza subjetiva. Em um primeiro critério, os sujeitos elegem um nível de renda segundo o que consideram precisamente suficiente para viver. Sujeitos abaixo deste nível são, então, considerados pobres. No segundo critério, há a tentativa de conciliar pobreza subjetiva e a noção de necessidades básicas. As pessoas são indagadas sobre o que consideram como necessidades básicas e solicitadas a compararem a renda que possuem com o critério que formularam. Em ambos os casos, o elemento definidor da pobreza é o nível de renda estimado pelo sujeito.

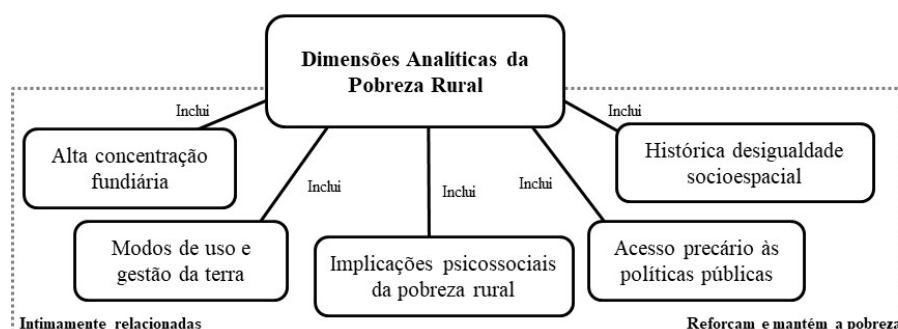
Ximenes *et al.* (2016) consideram que a ênfase na avaliação do sujeito de sua condição é premente nos estudos sobre pobreza. Contudo, propõem que o critério definidor do que nomearam como aspectos subjetivos da pobreza não deve ser o valor monetário, mas sim a autopercepção do sujeito como pobre, o que inclui a avaliação que realiza sobre sua condição de vida geral e os aspectos simbólicos elaborados sobre esta experiência. Neste caso, os autores entendem que é importante estar atento também aos conteúdos que se convencionou atribuir socialmente à pobreza e que interferem nos processos de subjetivação e na percepção de si dos sujeitos.

É, portanto, insuficiente centralizar a discussão da superação da pobreza apenas na socialização da riqueza, haja vista que, embora importante para amenizar a desigualdade social brasileira, a redistribuição de recursos, sozinha, não é a condição fundante para uma mudança estrutural. Repartir a riqueza não significa dar acesso aos caminhos para sua produção, assim como não implica no aniquilamento dos fatores que impedem o exercício das capacidades dos sujeitos e em uma diminuição do abismo entre uma pequena parcela rica e uma grande porcentagem pobre. Há que se considerar as especificidades dos modos de constituição da pobreza “(...) em um lugar e em um grupo social” (NARAYAN, 2000, p.18), pois existem componentes históricos, sociais e culturais que corroboram com sua perpetuação ao longo do tempo. Comim *et al.* (2016) destaca que, mesmo os sujeitos não sendo oficialmente considerados pobres segundo as linhas de mensuração estipuladas, a situação de vulnerabilidade faz com que, em um contexto de desigual acesso às oportunidades, vivenciem múltiplas ‘fomes’, como vergonha, humilhações e injustiças. Além disso, as condições de

vulnerabilidade psicossocial relacionadas à pobreza se agravam em determinados grupos, sobretudo junto àqueles das populações rurais (DIMENSTEIN *et al.*, 2017).

O debate sobre a pobreza rural envolve a consideração de que, no campo, a insuficiência de renda e os modos de produção de desigualdades de acesso aos bens e serviços são histórico-estruturais e se somam a outras variáveis. Maluf e Mattei (2011) incluem a indiferença da sociedade e a alta concentração espacial da privação como fatores para o entendimento da pobreza no campo. Sob o reconhecimento de que a pobreza rural radicaliza dados observados na pobreza urbana e apresenta especificidades, propõe-se que sua discussão, segundo uma perspectiva multidimensional, considere cinco aspectos fundamentais ou dimensões analíticas, que estão intimamente relacionados e se articulam para corroborar o estado de privação da população. São eles: a) a alta concentração fundiária; b) os modos de uso e gestão da terra; c) a histórica desigualdade socioespacial; d) o acesso precário às políticas públicas; e) as implicações psicossociais da pobreza, conforme pode ser observado na Figura 5.

Figura 5 – Dimensões analíticas da pobreza multidimensional no contexto rural



Fonte: Elaborada pela autora.

Na contramão do que propunha a reforma agrária¹⁷ no Brasil, o que se observa é um aumento progressivo da concentração fundiária entre os anos de 2002 e 2012, tanto que, em 2009, 0,91% das propriedades com mais de mil hectares concentravam 44,42% da área ocupada, enquanto que as propriedades com menos de dez hectares ocupavam apenas 2,36% da área (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Reforçam estes dados a argumentação de Lustosa (2012, p.52) de que a agricultura familiar, que corresponde a 80% do pessoal que trabalha e é responsável pela metade de toda produção agropecuária brasileira, “(...) ocupa

¹⁷ Segundo Nakatani, Faleiros e Vargas (2012, p.231), reforma agrária pode ser entendida como “uma política de redistribuição da propriedade fundiária em favor das pequenas e médias propriedades”.

somente 25% da área total do país, enquanto os 75% restantes são ocupados por 500 mil estabelecimentos considerados patronais”. Embora o contingente populacional envolvido na agricultura familiar seja significativo, o modelo de produção, caracterizado por baixa complexificação produtiva e restrita dimensão territorial de espaços cultiváveis, dificulta a concorrência com os grandes proprietários ao gerar produtos com valores elevados. Com isso, a atividade que mais emprega no campo acaba sendo a que mais sofre com a concorrência capitalista.

Os baixos lucros e os riscos de perda das produções favorecem o endividamento dos agricultores familiares, que vendem ou arrendam seus territórios cultiváveis. Assim, a terra, caracterizada como “fator de produção” (RAMOS, 2007, p.19), cada vez mais vai se restringindo aos pequenos grupos. Helfand e Pereira (2012) observaram que a divergência no acesso à terra e a lucratividade alcançada com a prática agrícola são determinantes da pobreza entre os produtores agrícolas. Contudo, sendo necessário eleger qual dentre os fatores é o que mais reforça a pobreza, defendem os autores, as diferenças na distribuição da terra é o que exerce maior impacto sobre a taxa de pobreza.

Se os produtores na região Nordeste tivessem a mesma distribuição de terras de qualquer outra região, a pobreza cairia entre 31 e 51 pontos. Implica que a distribuição da terra é um fator muito importante para explicar por que as taxas de pobreza no Nordeste são tão elevadas. Mesmo em comparação ao Sul, que é uma região com forte presença da agricultura familiar, a pobreza seria 36 pontos percentuais mais baixa no Nordeste se tivesse a mesma distribuição de terra da região Sul (HELFAND; PEREIRA, 2012, p.138).

Estes dados se coadunam com a argumentação de Dedecca, Buainain, Neder e Trovão (2012) e Mendonça (2008), que descrevem o acesso à terra como um importante fator de exclusão social, responsável por perpetuar a pobreza rural nas gerações. É possível falar, então, que não ter acesso à terra representa mais um fator a ser acrescentado na ideia do que Kliksberg (2002, p. 26) intitulou como “círculos perversos da pobreza”, que são os fatores que se retroalimentam ao longo do tempo reforçando situações de privação, tais como “família pobre, educação incompleta, desemprego, pobreza”, questões que podem se somar a outras problemáticas.

A segunda dimensão de análise da pobreza rural se refere aos modos de uso e gestão da terra e está diretamente relacionada a negação do direito de acesso à terra. A inserção crescente de informações, tecnologias e técnicas no campo a partir do agronegócio ampliou a precarização do trabalho rural (CAMPOS, 2011). Isto ocorre, como aponta Neder (2014), pois tal estrutura produtiva tende a excluir ou absorver marginalmente os pequenos produtores e os

trabalhadores assalariados como resultado do processo de especialização do campo e da concentração da produção em regiões mais dinâmicas. É também este processo de especialização, defende o autor, elemento responsável pela discriminação do trabalho rural agrícola que incide na redução do número de unidades produtivas familiares.

Embora seja observado um aumento expressivo de investimento técnico e monetário no campo, isso não quer dizer sua conversão em melhores condições de vida para a população que nela reside. Exemplo disso é o caso dos pequenos agricultores que, “(...) à margem da acumulação ampliada do capital do agronegócio, são expulsos de suas terras ou resistem à duras penas, por conta própria ou com a ajuda ínfima de órgãos públicos” (CASTILLO *et al.*, 2016, p.270).

Neder (2014) alerta que, ainda que dados de pesquisa apontem a diminuição da pobreza em locais com elevada especialização agrícola, esta redução se dá em virtude da expulsão desse sujeito para outros territórios rurais ou para o cenário urbano, assim como na redução de domicílios da agricultura familiar, no caso de áreas de cultivo de soja. Nesses casos, a exclusão do sujeito do mundo do trabalho rural atenua os dados obtidos sobre a incidência de privação ao mascará-los, assim como se coloca como regulador dos salários daqueles que perduram, ampliador da obtenção de capital pelos proprietários dos bens de produção (terra, maquinários e insumos), concentrador de riquezas entre grupos e em territórios específicos.

Além disso, a tipologia do trabalho realizado no campo também é alvo de discriminação. Neder (2014), em análise realizada a partir do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011b), constatou que 30% do esforço ocupacional associado às atividades da agropecuária, que é medido em função da quantidade de horas dedicadas ao trabalho, refere-se a formas ocupacionais não remuneradas. À revelia da atividade agropecuária realizada, chama atenção que a remuneração média dos trabalhadores rurais é sempre inferior ao rendimento médio dos trabalhadores urbanos, independente de variáveis como o tamanho do município.

A terceira dimensão de análise da pobreza rural é a sua histórica desigualdade socioespacial. Embora esta problemática perdure ao longo de anos, o avanço do capitalismo no campo, tendo como principal expoente o agronegócio, resultou no agravamento das desigualdades socioespaciais e econômicas (CAMPOS, 2011), pois ratificou o latifúndio e impactou na divisão do trabalho. Dados de Buainain, Dedecca e Neder (2012) apontam que 67% das pessoas em situação de extrema pobreza rural no país, considerando indicadores

monetários, habitam as regiões norte e nordeste, sendo que, 3.850 milhões de famílias pobres rurais (84,3%) são chefiados por homens e 15,3% por mulheres. Apesar de se constatar uma diminuição da pobreza rural brasileira nas últimas duas décadas esta atenuação não converteu a realidade de que, no nordeste rural, a pobreza é aproximadamente quatro vezes maior que na área rural da região sul (HELFAND; PEREIRA, 2012). Maluf e Mattei (2011, p.17) expressam que “do total de pessoas com domicílio rural classificados como pobres, 53% viviam na região Nordeste do país”. Tanto os altos índices de pobreza na área rural, superiores aos dados da população urbana, como também sua distribuição desigual ao longo do território brasileiro se configura como um sério entrave para o alívio da pobreza (HELTBERG, 2002).

Não se trata apenas do reconhecimento de que tamanha concentração dos dados de pobreza coloca a região Nordeste na rota prioritária de políticas públicas para a erradicação da pobreza. É preciso considerar que o desenvolvimento econômico e social do Brasil de forma desigual está à serviço da manutenção das relações capitalistas, que subjuga uma região a outra e se vale de argumentações como possíveis determinismos climáticos para ratificar interesses políticos e ideológicos. Assim, as áreas rurais, acabam por se constituir como o equivalente aos territórios da pobreza mencionados por Coimbra (2001), marcados por problemáticas sociais, violência, segregação e exclusão. Na visão de Mendonça (2008, p.140), somam-se a essas problemáticas o que a autora intitulou de “efeitos sócio-econômicos perversos”, tais como a precarização da qualidade de vida da população rural, a acentuação da exploração da força de trabalho, o êxodo rural e alta concentração da propriedade.

A quarta dimensão de análise da pobreza multidimensional no contexto rural brasileiro se refere ao acesso precário às políticas públicas. Chama atenção, no cenário rural, os múltiplos agravamentos sociais que fortalecem cotidianamente a manutenção da pobreza através do insatisfatório acesso às políticas públicas. Maluf e Mattei (2011) incluíram, como determinantes históricos da pobreza, a precariedade dos serviços básicos, de infraestrutura e de oportunidades de trabalho. Estamos falando da necessidade de garantia de oferta, de acesso e de qualidade das políticas de habitação, educação, saúde, transporte, cultura, geração de emprego e renda às populações rurais.

Leite (2015) constatou que as problemáticas vividas no contexto urbano são intensificadas no contexto rural. Aspectos como mortalidade infantil, analfabetismo, trabalho infantil, desnutrição, fome, dificuldades de transporte, precariedade na oferta de lazer e cultura e ausência de saneamento básico (MALUF; MATTEI, 2011) se associam a outras problemáticas, como a dificuldade de acesso aos serviços de educação e saúde, a insegurança

fundiária e a convivência com inúmeras situações de conflitos e violência no campo (LEITE *et al.*, 2013).

Embora tendo ocorrido um “movimento estável de redução da pobreza a partir da transferência de renda” nos anos de 2000 a 2010, este avanço quanto à dimensão monetária não implicou em melhorias no acesso aos bens e serviços públicos (DEDECCA; BUAINAIN; NEDER; TROVÃO, 2012, p.45). Pode-se tomar como exemplo a questão dos índices no campo da educação, que permanecem problemáticos (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2012; HESPANHOL, 2014). As debilidades na formação da população rural envolvem tanto o processo de escolarização como a socialização de conhecimentos para a melhoria da produção.

Vieira Filho (2014), tentando compreender indicadores da forte concentração agrícola no país, obteve que Nordeste e Sul ocupam pontos extremos de uma escala, onde, de um lado, 90% dos estabelecimentos agropecuários nordestinos não receberam orientação técnica para a produção. No polo oposto, os estabelecimentos que mais receberam orientação técnica, seja ela regular ou ocasional, foi o Sul, com pouco menos de 50% dos estabelecimentos. A precariedade no processo de escolarização acaba sendo utilizada como justificativa para a má distribuição tecnológica, pois é entendido que a população com baixos índices educacionais possui baixa capacidade de absorção dos conhecimentos técnicos.

Outro indicador de disparidade na oferta de serviços públicos pode ser observada em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos recursos se concentram nas regiões Sul e Sudeste, sob a alegação de serem locais nos quais a agricultura familiar, mais organizada, desenvolvida e integrada ao mercado, teria maior capacidade de absorver crédito e recursos para a produção agrícola (BUAINAIN; DEDECCA; NEDER, 2012). Com isso, as problemáticas vividas pela população acabam sendo utilizadas como justificativa para o insuficiente investimento de recursos necessários a sua superação, o que se mostra extremamente contraditório.

As quatro dimensões analíticas da pobreza listadas até aqui (alta concentração fundiária, modos de uso e gestão da terra, histórica desigualdade socioespacial e acesso precário às políticas públicas) fornecem a materialidade sobre a qual é estruturada a vida dos moradores da área rural. O modo como cada grupo social é ou não exposto a estas dimensões reverbera em indicadores sociais de trabalho, renda, saúde, habitação e educação, assim como no olhar desenvolvido pelos sujeitos sobre suas condições objetivas. Em conformidade com este olhar, a quinta e última dimensão analítica da pobreza rural proposta dispõe sobre suas implicações psicossociais. As discussões sobre a pobreza rural, mesmo aquelas que se

debruçam sobre uma análise multidimensional (DEDECCA; BUAINAIN; NEDER; TROVÃO, 2012), consideram fatores econômicos e sociais, porém apresentam limitações quanto ao entendimento de suas influências na constituição subjetiva dos indivíduos. Uma alternativa para amenizar a fragilidade analítica dos impactos da pobreza, para Moura Júnior (2015), é a utilização de uma abordagem multidimensional que contemple, além das dimensões habitação, educação, trabalho, renda e saúde, também os aspectos subjetivos da pobreza, permitindo que sua mensuração apreenda o máximo possível da realidade social de privação.

Pertencer a estruturas sociais rigidamente estratificadas, perceber-se invisível aos olhos dos gestores públicos e compartilhar experiências recorrentes de privação, marginalização e opressão derivadas da pobreza são fatores que influenciam os modos de vida dos sujeitos e as percepções elaboradas sobre as próprias experiências. Por se tratar de uma dimensão relevante de análise que integra categorias distintas, as implicações psicossociais da pobreza serão discutidas em termos de sua incidência nas formas de perceber, sentir e intervir na realidade.

3.2.1 Implicações Psicossociais da pobreza multidimensional rural

Cidade, Moura Júnior e Ximenes (2012) defendem que a vida em condições de pobreza produz formas singulares de estruturação do psiquismo. Cotidianamente, os sujeitos são expostos às situações de privação, marginalização e opressão, que são por eles atribuídas de significados. Ser pobre implica, então, em uma forma de estar no mundo, em pensamentos sobre si e sobre o entorno (ACCORSSI, 2011), que podem ser estabelecidos pelo modo como os sujeitos são ou não incluídos no sistema socioeconômico e cultural.

A dimensão psicológica da pobreza inclui os fatores cognitivos, afetivos e relacionais, responsáveis por influenciar o modo como os sujeitos se relacionam consigo, com os outros e com o entorno (UNDURRAGA; AVENDAÑO, 1997). Entende-se, contudo, que esses fatores não são forjados no vazio. Ao contrário, estão ancorados na materialidade psicológica (LANE, 1984) das experiências vividas cotidianamente, que são incorporadas no psiquismo. A incorporação da vivência de pobreza no psiquismo pode ser explicada através do processo de internalização das funções psicológicas superiores de que fala Vigostki (2007). Para este autor, a internalização é a reconstrução interna de uma operação psicológica que primeiramente se deu em um plano externo. Dito de outra forma, inicialmente, uma experiência se dá em um plano interpessoal (interpsicológico), para posteriormente ser reconstruída e passar a ocorrer

em um plano interno e intrapessoal (intrapicológico), sob influência dos signos disponíveis no ambiente histórico e cultural. Os signos são responsáveis por mediar a atividade psicológica, permitindo com que ela ocorra internamente e direcionada para o controle do próprio sujeito (VIGOSTKI, 2007).

No caso das discussões sobre a pobreza, é possível destacar que suas influências para a constituição do psiquismo estão ancoradas não apenas nas experiências imediatas dos sujeitos, mas também no conjunto de significações disponíveis na sociedade sobre o que é ser pobre, recorrentemente associado a conteúdos depreciativos que acentuam processos de estigmatização. Entende-se, assim, que existem aspectos psicossociais que contribuem para a manutenção da pobreza enquanto estratégia de dominação e subordinação que se vale de questões subjetivas, tanto quanto ou mais que de questões objetivas (privação de renda, habitação precária, limitações de acesso às políticas públicas), para se perpetuar. Tais elementos objetivos e subjetivos, embora possuam influências históricas e culturais comuns, podem, ainda, sofrer influências do contexto de vida dos sujeitos.

Accorssi (2011, p.91) explicita que “falar da pobreza, dos sentidos que lhes são atribuídos por aqueles que nela vivem, é também falar de realidades concretas, quase sempre duras, que impõem modos de vida específicos”. A análise das implicações psicossociais da pobreza permite captar que nas raízes de sua perpetuação se encontram também estratégias psicológicas de opressão e dominação, que se reverberam nos pensamentos e nos sistemas explicativos sobre a realidade elaborados pelos sujeitos, no modo como percebem os afetos e agem sobre o mundo, constituindo, assim, a tríade pensar, sentir e agir dos sujeitos.

Analisada sob a ótica da opressão, a vida em condições de pobreza pode conduzir a uma despotenciação dos sujeitos, quer dizer, ao questionamento quanto a sua capacidade de superar as dificuldades decorrentes das experiências de privação. A face mais eficaz deste tipo de dominação é aquela que assegura a rigidez ou cristalização das adversidades, mantendo-as de modo intergeracional, como quando as debilidades no processo de escolarização são observadas passando de pais para filhos, todos expostos aos trabalhos sazonais e precarizados no campo.

Dominação e opressão estabelecem, então, uma relação dialética, “pois a dominação exercida de um lado contribui para a situação de opressão do outro, e esta por sua vez, reforça a condição de dominado” (GOES; XIMENES; MOURA JÚNIOR, 2015, p.142). De um lado, vivenciar experiência de opressão paralisa o sujeito ao fazê-lo crer que não há chances de uma mudança estrutural, de outro, em um movimento dinâmico, a opressão se utiliza do que Guzzo

(2010) nomeou de ‘formas de violência e sofrimento individual’. Vão assim sendo constituídas as barreiras estruturais, a sensação de perda de controle e os sentimentos de impotência associados à pobreza (GOJOVÁ; GOJOVÁ ŠPILÁČKOVÁ, 2014).

Observadas a partir de uma leitura integral, a análise das implicações psicossociais da pobreza permite o entendimento de que ser pobre no contexto rural possui atravessamentos de questões objetivas e subjetivas, ancoradas em uma realidade forjada de modo histórico e cultural. Nesse contexto, identificar as expressões da pobreza multidimensional no território rural a partir de dados quantitativos e qualitativos auxilia o reconhecimento de em quais aspectos as privações se fazem mais presentes na vida dos sujeitos, bem como o entendimento de como significam estas experiências no cotidiano.

3.3 A Pobreza Multidimensional em Pentecoste e Cascavel

O debate das implicações psicossociais da pobreza multidimensional na vida dos moradores de Pentecoste e Cascavel foi construído a partir da apresentação das informações derivadas dos instrumentos quantitativo e qualitativo, assinalando os conteúdos obtidos em cada método e que contribuirão para o entendimento da pobreza rural em suas múltiplas interfaces. Para tanto, são expostos os conteúdos gerais provenientes do Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM), a partir do cálculo de estatísticas descritivas, Teste *t* de Student, Anova¹⁸, análises de correlação Pearson e de Spearman, e de dados descritivos dos itens contemplados no Questionário de Pobreza Multidimensional. Em seguida, serão apresentados os resultados dos grupos focais em sua interlocução com os dados quantitativos.

A análise quantitativa da incidência de pobreza multidimensional nas áreas rurais de Cascavel (n=361) e Pentecoste (n=376) foi possível através do uso de uma versão adaptada do Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional de Moura Júnior (2015) e Ximenes *et al.* (2016). A versão utilizada neste estudo é composta por 41 (quarenta e um) itens, distribuídos de modo não equânime entre as dimensões educação, habitação, trabalho e renda, saúde e aspectos subjetivos da pobreza, conforme pode ser observado no capítulo metodológico. Os valores obtidos em cada dimensão, assim como o valor total do Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (IMPM), poderiam variar entre 0 (zero), indicativo de ausência de pobreza multidimensional, e 1 (um), quando há maior incidência de

¹⁸ Neste estudo, foi utilizado ANOVA de um fator com contraste polinomial.

pobreza multidimensional. Sendo assim, quanto mais próximo de 0, menor o indicativo de privações e, portanto, menor a incidência de pobreza multidimensional. Quanto mais próximo de 1, maior o indicativo de convivência com privações e, então, mais pobres multidimensionalmente.

O cálculo da amostra geral (n=737) apontou valor médio do $IMPM_{\text{Geral}}$ igual a 0,29 (DP=0,12), com valor mínimo igual a 0,04 e máximo de 0,68. Este valor representa nível moderado de pobreza multidimensional, posto que não há um indivíduo com média do IMPM igual a 0, e se aproxima do identificado por Ximenes *et al.* (2016), que apontaram IMPM da população rural igual a 0,28 (DP=0,10). As dimensões que apresentaram maior indicativo de pobreza multidimensional, observando as médias da amostra geral, foram educação (M=0,41, DP=0,31), trabalho e renda (M=0,41, DP=0,24) e aspectos subjetivos da pobreza (M=0,31, DP=0,14). Já a dimensão que apresentou menor valor médio foi saúde (M=0,16, DP=0,16) (Tabela 6).

Tabela 6 – Frequência, valores mínimos, máximos, médias e desvios padrão por dimensão.

	Dimensão	n	Mínimo	Máximo	M (DP)
IMPM GERAL	Educação	729	0,00	1,00	0,41 (0,31)
	Habitação	706	0,00	0,75	0,21 (0,13)
	Trabalho e Renda	697	0,00	1,00	0,41 (0,24)
	Saúde	720	0,00	0,80	0,16 (0,16)
	Aspectos Subjetivos da Pobreza	583	0,05	0,80	0,31 (0,14)
	Índice de Pobreza				
	Multidimensional	509	0,04	0,68	0,29 (0,12)

Fonte: Elaborada pela autora.

Identificou-se que os conteúdos das cinco dimensões do IMPM foram contemplados durante a análise dos grupos focais realizados em Pentecoste e Cascavel. Tal fato permitiu complementar e acrescentar novos elementos para o debate de como no cotidiano dos moradores a pobreza se expressa como privações manifestas concomitantemente, o que fortalece o indicativo de sua análise deve ser feita circunscrevendo as interlocuções existentes entre os dados quantitativos e qualitativos. Através da análise qualitativa, as implicações psicossociais da pobreza rural foram estruturadas em cinco grandes categorias, que retomam elementos das dimensões analíticas da pobreza multidimensional no contexto rural já apresentadas neste estudo. As grandes categorias serão utilizadas a seguir como eixos organizadores dos resultados e das discussões. São elas: experiências de privação, acesso precário às políticas públicas, condições do trabalho rural, vulnerabilidade às variáveis climáticas e aspectos subjetivos da pobreza.

3.3.1 “Se tem uma fruta, não tem o dinheiro. Se tem o dinheiro, não tem a fruta” (Joana): as sobreposições de experiências de privação

As experiências de privação expressam quais as fragilidades nas capacitações básicas estão sendo vividas pelos sujeitos (SEN, 2000) e que reforçam sua permanência em um estado de pobreza multidimensional. Considerando a amostra da pesquisa, em um primeiro plano, o estado de privação dos participantes pode ser analisado através das dimensões do IMPM (educação, habitação, trabalho e renda, saúde e aspectos subjetivos da pobreza).

Pentecoste (M=0,31; DP=0,11) apresentou média do Índice de Mensuração da Pobreza Multidimensional superior ao expresso em Cascavel (M=0,28, DP=0,12), sendo esta diferença, de acordo com teste *t* de *Student*, estatisticamente significativa [$t(472,58) = 4,42, p = 0,000$], conforme observado na Tabela 7. Todas as dimensões que compõem o IMPM apresentam, ainda, diferenças significativas em função da variação dos territórios investigadas, pois $p < 0,05$. Cascavel possui valor de privação superior à Pentecoste (M=0,37, DP=0,30) na dimensão educação, com média de 0,46 (DP=0,32). Nas demais dimensões, Pentecoste é mais multidimensionalmente pobre, com média 0,27 (DP=0,13) na dimensão habitação, 0,18 (DP=0,16) na dimensão saúde, 0,44 (DP=0,23) na dimensão trabalho e renda e 0,37 (DP=0,24) na dimensão aspectos subjetivos da pobreza.

Uma maior prevalência da pobreza na região Nordeste quando comparada à região Sul já foi objeto de análise de pesquisas anteriores (HELFAND, PEREIRA, 2012; DE DEUS, *et al.*, 2015; XIMENES *et al.*, 2016). São discrepâncias regionais que assinalam o Nordeste como a região que vivencia o maior acúmulo de privações relativas. Chama a atenção o fato de a dimensão educação ser a única dentre as quais Pentecoste não foi mais multidimensionalmente pobre. A análise da escolarização, em uma perspectiva histórica, permite o reconhecimento de uma condição de fragilidade no acesso a este tipo de política pública ao longo de anos. Durante a pesquisa, 13,9% dos participantes da etapa quantitativa em Cascavel nunca frequentou a escola e 43,5% frequentou até 5 anos. O IPARDES (2003) assinalava dados semelhantes ao contatar que apenas 3,28% das pessoas responsáveis pelas famílias pobres rurais paranaenses possuíam 8 anos ou mais de estudo, com destaque para o fato de que 49,81% possuíam até 3 anos de escolarização. Em Pentecoste, os dados do estudo revelam que 7,4% nunca frequentou a escola e 37,8% frequentou até 5 anos.

Tabela 7 – Test *t* das variáveis dependentes Dimensões do IMPM em função da cidade e do gênero

Dimensão	M (DP)<i>Pentecoste</i>	M (DP)<i>Cascavel</i>	T
Educação	0,37 (0,30)	0,46 (0,32)	$t=-3,95$; $df=717,54$; $p=0,000$
Habitação	0,27 (0,13)	0,14 (0,09)	$t=16,02$; $df=632,65$; $p=0,000$
Trabalho e Renda	0,44 (0,23)	0,43 (0,25)	$t=3,87$; $df=695$; $p=0,00$
Saúde Geral	0,18 (0,16)	0,14 (0,15)	$t=3,856$; $df=714,44$; $p=0,000$
Aspectos Subjetivos da Pobreza	0,34 (0,13)	0,28 (0,14)	$t=5,36$; $df=581$; $p=0,000$
Índice de Pobreza Multidimensional	0,31 (0,11)	0,28 (0,12)	$t=4,42$; $df=472$; $p=0,000$
Dimensão	M (DP)<i>Homem</i>	M (DP)<i>Mulher</i>	
Educação	0,43 (0,31)	0,40 (0,31)	$t=0,92$; $df=724$; $p=0,355$
Habitação	0,23 (0,14)	0,20 (0,13)	$t=3,42$; $df=701$; $p=0,001$
Trabalho e Renda	0,35 (0,24)	0,43 (0,23)	$t=-3,79$; $df=692$; $p=0,000$
Saúde	0,16 (0,15)	0,16 (0,15)	$t=0,37$; $df=715$; $p=0,712$
Aspectos Subjetivos da Pobreza	0,33 (0,14)	0,29 (0,13)	$t=3,15$; $df=578$; $p=0,003$
Índice de Pobreza Multidimensional	0,29 (0,12)	0,29 (0,11)	$t=0,57$; $df=504$; $p=0,568$

Fonte: Elaborado pela autora

t =distribuição t
 df =Grau de Liberdade
 p = Sig. Bilateral

Seguindo o processo de exploração das variáveis que incidem para valores mais elevados do IMPM_{Geral}, considerou-se o gênero, a faixa etária e o nível de escolarização. O IMPM_{Geral} não apresentou diferença significativa em função do gênero, pois embora os homens (M=0,297, DP=0,13) apresentassem Índice pouco superior às mulheres (M=0,290, DP = 0,11), esta distinção não apontou valores estatisticamente significativos [$t(504) = 0,572$, $p=0,568$]. Entretanto, considerando a influência do gênero sobre cada dimensão que compõe o IMPM_{Geral}, observou-se que ser homem ou ser mulher interferiu na incidência de privação sobre as variáveis habitação [$t(701) = 3,42$, $p = ,001$], trabalho e renda ($t(692) = -3,79$, $p = ,000$) e aspectos subjetivos da pobreza [$t(578) = 3,15$, $p = ,002$]. Não há diferença quando consideradas as dimensões educação [$t(724) = 0,92$, $p = 0,355$] e saúde [$t(715) = 0,37$, $p = 0,712$].

As distinções na incidência de privações na habitação, no trabalho, na renda e nos aspectos subjetivos da pobreza fornecem elementos para que se discuta as intersecções entre gênero, ruralidade e pobreza. De acordo com Vasquez (2009), na área rural, as relações de gênero são ainda mais desiguais, posto que as mulheres vivenciam com maior intensidade os impactos da exclusão econômica e a dificuldade de acesso às políticas públicas específicas. Não se trata, contudo, do estabelecimento de relações causais entre os fenômenos, mas sim da necessidade de que os estudos de gênero, ao enfatizar a ruralidade, sejam capazes de gerar

problematizações que se desdobrem e se ampliem (MACIAZEKI-GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016).

A ANOVA de um fator mostrou, ainda, que há variação significativa [$F(5,503) = 7,20$, $p = 0,000$] da média do $IMP_{M_{Geral}}$ em função da idade (Tabela 8), com aumento da pobreza multidimensional ao longo dos anos de vida. Comparações, a partir do test *post hoc* Bonferroni, permitiram identificar que os sujeitos com idade entre 18 a 28 anos não possuem $IMP_{M_{Geral}}$ significativamente diferente dos sujeitos com idade entre 29 a 35 anos (diferença média = -0,04, $p = 0,112$), mas apresentam diferença significativa em relação aos demais grupos ($p = 0,000$). Porém, apenas 6,7% da variação deste Índice (eta ao quadrado parcial igual a 0,067) pode ser explicada pela faixa etária dos sujeitos, o que é ratificado por um baixo índice de correlação entre as variáveis ($\rho = 0,236$).

Tabela 8 – Média e desvio padrão do $IMP_{M_{Geral}}$, $IMP_{M_{Pentecoste}}$ e $IMP_{M_{Cascavel}}$ em função da faixa etária e do tempo de permanência na escola

Variáveis	$IMP_{M_{Geral}}$	$IMP_{M_{Pentecoste}}$	$IMP_{M_{Cascavel}}$
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Faixa Etária			
18 a 28 anos	0,24 (0,10)	0,26 (0,09)	0,22 (0,11)
29 a 35 anos	0,28 (0,12)	0,31 (0,12)	0,22(0,11)
36 a 45 anos	0,30 (0,12)	0,33 (0,11)	0,28 (0,12)
46 a 60 anos	0,30 (0,12)	0,32 (0,11)	0,29 (0,12)
61 a 80 anos	0,31 (0,09)	0,32 (0,09)	0,32 (0,10)
81 a 101 anos	0,38 (0,09)	0,26 (0,09)	0,40 (0,09)
Tempo de permanência na escola			
Nunca frequentei	0,39 (0,09)	0,41 (0,10)	0,39 (0,07)
Até 5 anos (ensino fundamental incompleto)	0,34 (0,10)	0,37 (0,09)	0,31 (0,10)
De 6 a 9 anos (ensino fundamental completo ou incompleto)	0,30 (0,10)	0,31 (0,10)	0,30 (0,10)
De 10 a 11 anos (ensino médio incompleto)	0,26 (0,10)	0,29 (0,09)	0,24 (0,10)
De 12 anos ou mais (ensino médio completo ou ensino superior)	0,18 (0,08)	0,22 (0,07)	0,13 (0,07)

Fonte: Elaborado pela autora

A ANOVA também apontou que o tempo de permanência na escola apresenta relação significativa com a incidência do $IMP_{M_{Geral}}$ [$F(4, 504) = 60,21$, $p = 0,000$]. O test *post hoc* Bonferroni mostrou que, comparativamente, os sujeitos que nunca frequentaram a escola apresentaram médias de $IMP_{M_{Geral}}$ significativamente diferentes dos que estudaram até 5 anos (diferença média=0,05, $p = 0,016$), de 6 a 9 anos (diferença média=0,08, $p = 0,000$), de 10 a 11 anos (diferença média=0,12, $p = 0,000$) e acima de 12 anos (diferença média=0,20, $p = 0,000$). Contudo, ao considerar as especificidades das regiões, embora a diferença significativa entre

tempo de permanência na escola e IMPM tenha sido também observada considerando as especificidades das amostras do Ceará [$F(4, 274) = 35,42, p=0,000$] e do Paraná [$F(4, 225) = 42,28, p=0,000$], a quantidade de anos em processos de escolarização apresentou diferenças distintas intragrupos em cada estado.

No Paraná, nunca ter frequentado a escola apresentou diferença significativa ($p<0,05$) com os demais períodos de escolarização, assinalando que a incidência de pobreza diminuiu com uma maior permanência dos sujeitos na escola. Já em Pentecoste, não ter frequentado a escola não apresentou diferença significativa ($p=0,928$) com o grupo de sujeitos que frequentaram até 5 anos ou o equivalente ao ensino fundamental incompleto. Em ambos os estados, não há diferença significativa ($p_{\text{Cascavel}}=0,295$ e $p_{\text{Pentecoste}}=1,000$) entre o grupo com ensino fundamental incompleto (ou completo) e o grupo com ensino médio incompleto. Há indicadores, portanto, de que em Pentecoste a conclusão do nível mais elementar do processo de escolarização não é suficiente para que se configure como um fator de proteção à pobreza.

Nos três conjuntos amostrais ($\text{IMPM}_{\text{Geral}}$, $\text{IMPM}_{\text{Pentecoste}}$ e $\text{IMPM}_{\text{Cascavel}}$), o grupo dos que concluíram o ensino médio ou ensino superior se apresenta com média estatisticamente diferente ($p=0,000$) de todos os demais grupos com menor período de escolarização. Observa-se, portanto, que uma menor escolarização está relacionada com valores superiores de incidência da pobreza multidimensional, dado reforçado pela correlação negativa e moderada existente entre as duas variáveis ($\rho = -0,566, p=0,000$). Pode-se considerar, com base nesses dados, que em Pentecoste e em Cascavel, a significativa diminuição da pobreza multidimensional requer uma estimativa de maior permanência dos sujeitos nos processos de escolarização por um período efetivamente superior a 12 anos.

Com o intuito de observar se havia alguma diferença na incidência de pobreza junto à porcentagem de participantes que ingressou no ensino superior ou que teve algum membro da família¹⁹, realizou-se uma análise intergrupos através do comparativo entre os 50% menos multidimensionalmente pobres ($\text{IMPM}_{\text{Geral}}<0,29$) e os 50% mais multidimensionalmente pobres ($\text{IMPM}_{\text{Geral}}>0,29$). Entre os menos pobres, 49,2% ($n=126$) não tiveram acesso ao ensino superior e 28,1% ($n=72$) ingressaram no ensino superior privado, pagando com recursos próprios. Entre os mais pobres, 82,6% ($n=209$), não ingressaram no ensino superior e apenas 6,7% ($n=17$) o fizeram com seus próprios recursos.

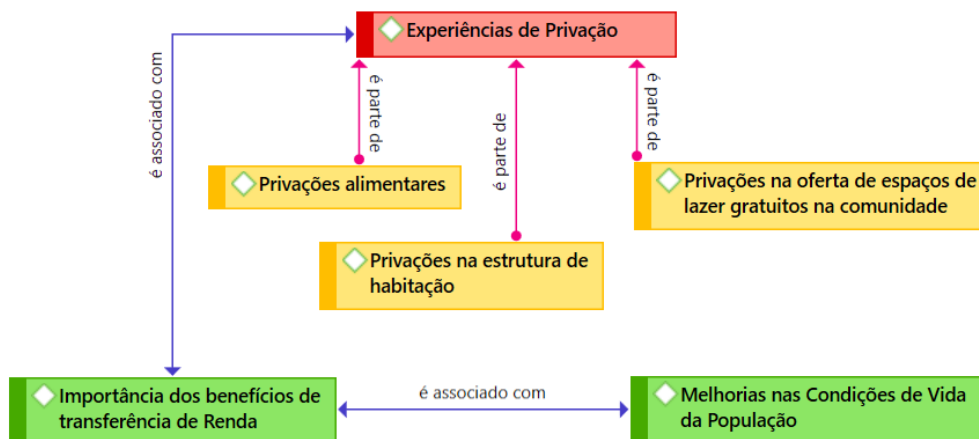
¹⁹ A indagação literal foi: “Você ou algum membro da sua família ingressou no ensino superior? Como?”.

Retomando os dados de que Pentecoste apresentou maior indicador de incidência do IMPM, embora com menor privação na dimensão educação quando comparado à Cascavel, é interessante observar que o aumento do número de anos de estudos sozinho não acarretou na efetiva saída dos sujeitos da condição de pobreza ou em uma menor convivência com outros fatores de privação. Quanto a isto, Garcia e Yannoulas (2017, p.25) assinalam de modo pertinente que “não adianta aumentar os anos de escolaridade dos 25% mais pobres sem implementar ações necessárias e específicas para extinguir as razões que levaram à exclusão de grupos significativos da população brasileira”. São ações, segundo os autores, que deveriam considerar quais os fatores que interferem na garantia de acesso, condições de permanência e de qualidade do ensino.

Em ambos os municípios, a necessidade de arranjar emprego ou trabalhar, de cuidar da família e a dificuldade de chegar à escola foram os três principais fatores apresentados como justificativa por terem parado de estudar. Estes dados indicam que a incapacidade da família de prover os recursos financeiros e sociais para manter as crianças e os jovens na escola e o distanciamento das escolas públicas do local de moradia são os fatores com maior influência sobre a evasão escolar e a interrupção no processo de contínua escolarização. Além disso, há que se considerar que as fragilidades nos processos educacionais se vinculam diretamente a outros conteúdos de privação, o que implica dizer que não será apenas a educação motor de superação da pobreza.

Por sua vez, as experiências de privação narradas pelos moradores fornecem um panorama geral das problemáticas sociais com as quais convivem historicamente. São privações relacionadas ao acesso e a qualidade da alimentação, à estrutura de habitação e à oferta de espaços de lazer gratuitos na comunidade, como pode ser observado na Figura 6. Associadas a essas três categorias, estão também a importância atribuída aos benefícios de transferência de renda e as melhorias nas condições de vida identificadas pela população.

Figura 6 – Mapa categorial das Experiências de privação



Fonte: Elaborada pela autora.

A segurança alimentar e nutricional implica na garantia de acesso contínuo à quantidade e qualidade suficientes de alimentos, sem o comprometimento do acesso a outras necessidades essenciais e obtido por meio socialmente aceitável (SEGALL-CORRÊA *et al.*, 2003). Quando a desigualdade social, por ser uma condição eticamente injusta, afeta a possibilidade de acesso aos alimentos e à alimentação saudável, fala-se de iniquidade na segurança alimentar (PANIGASSI *et al.*, 2008). A insegurança alimentar, manifestada através das experiências de privações no acesso aos alimentos, foi apresentada como um fenômeno vivido na infância, mas que ainda é compartilhado na história recente dos sujeitos. Karla (GFP4) afirma:

Era tão lasqueira que a mãe disse que quando eu era pequena aqui tinha dia que ela mandava eu ir lá no Deca, que era o único comerciante que tinha aqui na Providência [...]. Eu chorando, pedindo uma banana pra comer e num tinha. Ela mandava eu ir lá no Deca pedir a ele. Que ele era só a pessoa que tinha condições. Aí ele pegava, enrolava duas banana no papel e me dava pra mim trazer. Num dava a banana limpa não pra mim trazer, pra ninguém num vê. Enrolava no papel duas bananinha e aí chegava em casa e a mãe fazia uma bananada pra mim, porque não tinha como comprar. [...]

Paulo (GFP2) narra uma experiência de privação alimentar vivida na infância que, embora parecesse de difícil imaginação por tão absurda, interconectava-se com outra privação: o acesso precário às políticas de educação. Segundo ele: “[...] pra terminar o segundo grau, a gente tinha que sair cedo, às vezes não tinha o café da manhã, às vezes a merenda, talvez vocês nem acreditem, às vezes a minha merenda de casa era café com farinha. Café com farinha!” (Paulo, GFP2). A insegurança alimentar, portanto, reflete a já instaurada negação dos direitos elementares da pessoa (PANIGASSI *et al.*, 2008), como o de

estar bem nutrido, mas que se vinculam a outros indicadores que delimitam grupos em situação de vulnerabilidade social. Assim é que as privações alimentares vividas dizem respeito não somente à falta de recurso financeiro para a compra do produto.

Uma variável que também interfere para que não tenham acesso aos itens diz respeito a não oferta do produto na localidade em que residem, pois, “[...] *Se tem uma fruta, não tem o dinheiro, se tem o dinheiro não tem a fruta*” (Joana, GFP1). Esta fala contribui para o entendimento de que as privações não são vividas isoladamente, estando interconectadas em uma disposição cíclica, pois residir na área rural reduziria a oferta de postos de trabalho, o que geraria menor poder financeiro, fragilização do comércio local e menor disponibilização de itens alimentícios na localidade. Daí que não somente a conceituação da pobreza é uma tarefa complexa (CRESPO; GUROVITZ, 2002) como a sua análise e a identificação das relações entre os fatores que a constituem também o são.

Os participantes sofrem o mesmo que Comim *et al.* (2016, p.40) identificou nos sujeitos de seus estudos e intitulou de “privações materiais e psicológicas múltiplas”, característica das experiências de pobreza intensa. Assim, é preciso falar da sobreposição de privações, o que vem a ser um dos fenômenos mais graves da perpetuação da pobreza, pois ao buscar alterar uma questão, deve-se entendê-la dentro de sua dinâmica estrutural. Esta ótica de análise rompe com o pensamento da pobreza como consequência da manifestação direta de um conjunto de privações, posto que é preciso entendê-la em um sistema interconectado multicausal e complexo, no qual às condições materiais de vida estão interligados componentes subjetivos por elas forjados ao mesmo tempo em que também as constitui. Sebastiana (GFC2), ao relatar como se deu sua chegada ao acampamento do MST, permite identificar a expressão concomitante dessas questões:

Quando nós chegamo (sic) aqui, isso sim era miséria. Ninguém queria saber de nós, ninguém queria dar serviço, ninguém queria saber de nada. Ninguém dava nada a ninguém. Eu vivia com meus filho com vinte e cinco reais de Bolsa Família, sabe, e trabalhando por dia. Oito reais por dia. Assim a gente começou, comendo bolinho com farinha e água e tendo que levar a vida e foi indo.

Nesta fala, identifica-se a privação no acesso à habitação, pois Sebastiana vinculou-se ao Movimento como tentativa de obter moradia, a experiência de desamparo, a monoparentalidade feminina, a fragilidade no acesso à renda, a privação alimentar e a insegurança quanto ao futuro sendo vividas conjuntamente. Aliada à convivência com as privações sobrepostas, está o reconhecimento de que as precárias condições de moradia perduram ao longo do tempo e interferem na escolarização, assim como são vividas por um

número mais amplo de pessoas que não somente aquele pertencedor ao agregado familiar. De acordo com Zelda (GFC2),

Aí até a minha mãe foi conseguir fazer um piscinho no barraquinho lá no Primeiro de Maio. Foi a primeira vez que consegui, mas sempre chão batido e lona pingando na cabeça. Era uma disputa aqui no boteco por caixa de papelão pra forrar pelo menos a cabeça, né?! Porque eu ia cedo pra escola e parece que tinha tomado banho. Dia de frio suava a lona e pingava tudo em nós.

A oferta de espaços de lazer gratuitos na comunidade também foi narrada como um conteúdo de privação vivido por crianças, jovens e idosos. Paulo (GFC2) explica que o Ginásio, espaço físico utilizado para a prática de esportes em grupos, existente na comunidade deu lugar à instalação de uma fábrica de calçados. Embora lamente o impacto da perda do único espaço para a prática de esportes na comunidade, entende que os moradores não tinham opção: “[...] *Entre o esporte e a fábrica, é melhor a fábrica porque dá emprego. Mas aí, e o esporte? É porque o esporte tirava os menino da rua, [...] tava ajudando aqui com relação ao desenvolvimento dele na escola*”.

Em Cascavel, Alberta (GFC3) afirma que não há lazer para a juventude: “*Nos domingo, assim, sabe, não tem, futebol, não tem nada, nada. Então eles saem pra outros lugares, né. E aqui é só a igreja e quando tem festa na igreja e só*”. Mesmo diante do interesse de participar das atividades vinculadas aos grupos religiosos, a ausência de dinheiro se coloca como um impeditivo para a vivência deste momento de interação. De acordo com Laura, “[...] *tem festa, mas não pode ir*”. Alberta complementa “*Porque tem que pagar o almoço, né, você quer comer, você tem que pagar o almoço tudo [...] Muitas vezes a gente não sai porque falta né, a aposentadoria*”.

Embora narrem inúmeras experiências de privação vividas no presente, os participantes reconhecem que, no passado, interagiam com um volume mais intenso de carências. Eles apontam melhorias nas condições de vida da população e as associam à importância dos benefícios de transferência de renda e à ampliação das expectativas de consumo, que contribuíram para amenizar dificuldades enfrentadas por residir na área rural. Karla (GFP4) avalia que “*Antes, possuir um carro era bem mais difícil. A questão do acesso era mais difícil ainda. Pouquíssimas pessoas aqui na Providência possuíam carro, agora mais pessoas possuem [...]*”. Para Rosa (GFP4), a pobreza vivida no passado gerava sofrimento intenso, em certo sentido amenizado se comparado ao período de realização da pesquisa.

Ah, minha fia! Nem sabe o sofrimento que eu passei!. Foi uma dificuldade tão grande pra nós criar nossos filho. Difícil mesmo. [...] Tinha dia, que amanhecia o dia lá em casa não tinha açúcar nem pra fazer o café. Hoje eu digo 'Meu Deus, que mundo é que nós crescemos?'.

A diminuição da pobreza narrada por Karla e Rosa está vinculada à ampliação das políticas socioassistenciais no cenário brasileiro a partir do início dos anos 2000. Embora a pobreza seja uma problemática social antiga neste contexto, foi com a ascensão ao poder do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) que ganhou destaque na agenda pública estatal. Logo no início de sua gestão, as duas principais ações que impulsionaram o alcance do objetivo de erradicar a fome, a pobreza e a miséria no Brasil foram a criação do programa Fome Zero, em 2003, e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004. O programa Fome Zero propunha constituir medidas para que os brasileiros tivessem acesso à, no mínimo, três refeições diárias, tarefa desafiadora dado o contexto de 23 milhões de pessoas, em 2003, que não possuíam recursos monetários para assegurar uma alimentação adequada (PELIANO, 2010). Para tanto, segundo Castro (2010), foram realizadas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional; a criação do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), criado em 1993, com representantes da sociedade civil, e a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), tornando a alimentação um dever do Estado. A proposta era assegurar estratégia integral de promoção da segurança alimentar, vinculando o apoio produtivo à proteção social.

Ainda em 2003, o Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído através da Medida Provisória n.º.132, de 20 de outubro de 2003, e convertido na Lei n.º. 10.836 no ano seguinte, em 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004). O PBF é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa) ou pobreza²⁰ (com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa), registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)²¹ do Governo

²⁰ Em sua versão inicial, o Programa Bolsa Família estipulava como sujeitos em situação de extrema pobreza aqueles cuja renda familiar *percapita* era inferior à R\$ 50,00, ao passo que seriam considerados pobres pessoas com renda entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00. Em 2011, estas linhas de mensuração foram alteradas para R\$ 70,00 e R\$ 140,00. No ano de 2015, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2015), realizou uma nova atualização e estabeleceu como critérios para concessão do Bolsa Família são: ter renda familiar *percapita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais e possuir no agregado familiar crianças ou adolescentes com idade entre 0 a 17 anos.

²¹ Cabe destacar que o CadÚnico foi criado em 2001, ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. À princípio, sua base de dados era composta pelas informações de três programas de transferência de renda: o Auxílio Gás, do Ministério das Minas e Energia; o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde; e o Bolsa Escola, do Ministério da Educação (BRASIL, 2010). Com o advento do Programa Fome Zero e do

Federal (COSTA; FALCÃO, 2014). Fundamenta-se nos princípios que regulamentam a segurança alimentar e nutricional como um direito universal sob responsabilidade do Estado e tem como objetivo “contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras premiadas pela miséria” (CAMPELLO, 2013, p.15). O objetivo de sua criação era integralizar as ações de transferência de renda brasileiras e amparar o eixo de garantia de recursos previsto no Programa Fome Zero. Nesse sentido, Pires (2013) destaca que o Programa Bolsa Família atua em dois períodos temporais no enfrentamento da pobreza. Em curto tempo, almeja o alívio imediato da situação de pobreza e de fome ao conceder recursos financeiros. Em longo prazo, espera fortalecer o acesso às políticas de saúde e educação e amenizar os ciclos de reprodução da pobreza.

Entre os anos de 2004 e 2009, a pobreza extrema no Brasil reduziu 3%, saindo de 8% para 5% da população. Mesmo com a redução significativa, ainda era possível contabilizar em 2009 aproximadamente 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza (IPEA, 2014). O amadurecimento do PBF, a necessidade de uma maior ênfase nas ações de inclusão produtiva, a importância de compreender a pobreza como um fenômeno multidimensional e a permanência de um número expressivo de pessoas em pobreza extrema favoreceu a criação do Plano Brasil Sem Miséria, durante governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016), por meio do decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. O objetivo do Plano era superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações (BRASIL, 2011), tendo como pilares: garantia de renda, garantia do acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva.

A ênfase dada aos programas socioassistenciais, a busca pela erradicação da pobreza e a oferta de ações de segurança alimentar favoreceu para que o Brasil alcançasse melhorias em seus indicadores sociais, que são observados pelos moradores da área rural. Valdomiro (GFP1) entende que as melhorias nas condições de vida da população e uma maior atenção ao povo rural são consequência das políticas de governo do ex-presidente Lula: *“O Brasil vêi se ajeitou tudo depois que o Lula foi eleito. Fez um bucado de coisa pra pobreza”*.

Em 2014, o Brasil foi excluído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014) após ter alcançado, entre 2004 e 2009, uma diminuição de 25% da insegurança alimentar, sobretudo junto aos grupos populacionais em extrema pobreza, e a redução de 10,7% para menos de 5% na taxa de subnutrição do país. No mesmo período, contabilizou-se a saída da extrema pobreza de 22 milhões de brasileiros

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, esses benefícios foram integralizados no Programa Bolsa Família.

(IPEA, 2014).

A transferência de renda como mediadora do alívio do sofrimento da pobreza foi mencionada também por Doralice (GFC3): “*Aí eu com a Bolsa Família que eu ganhava, né, eu paguei aluguel. Ela ganhava [negava] comida pras minhas criança e daí não tinha da onde tirar. Com a Bolsa Família eu comprava as coisa, que era 50 reais naquele tempo. Eu tirava as coisinha pra eles comer*”. Constatou-se ainda que, na etapa quantitativa, que, em média, os beneficiários do Programa Bolsa Família ($M=0,34$, $DP=0,11$) apresentaram maior $IMPM_{Geral}$ que os não beneficiários ($M=0,26$, $DP=0,11$), sendo esta diferença significativa [$t(496) = -7,51$, $p=0,000$]. Este dado permite identificar que os beneficiados estão em maior situação de pobreza multidimensional e que a concessão da transferência de renda, nesta amostra, está contemplando, efetivamente, a proposta do Programa de focar nas famílias mais pobres (SILVEIRA NETO; AZZONI, 2014).

A respeito da relação existente entre renda e pobreza, identificou-se junto à amostra pesquisada que há diferença significativa das médias de incidência de pobreza multidimensional em função da renda familiar *percapita* considerando a amostra geral [$F = (3, 505) = 45,45$; $p=0,000$], a amostra cearense [$F = (3, 226) = 15,82$; $p=0,000$] e a amostra paranaense [$F = (3, 275) = 24,22$; $p=0,000$]. A fim de explorar as interações existentes entre renda familiar *percapita* e a incidência de pobreza, realizou-se análise de correlação de Pearson. Os dados revelam que a pobreza multidimensional em Cascavel e em Pentecoste possuem correlação positiva e moderada com a renda familiar ($r_{Cascavel}=0,41$, $p_{Cascavel}=0,000$; $r_{Pentecoste}=0,387$, $p_{Pentecoste}=0,000$). Retoma-se, com essas informações, as discussões de que, mesmo não sendo a posse de valor monetário o único indicador de pobreza (Sen, 2000), a privação de rendimentos é um fator limitador importante na vida dos sujeitos. Dessa forma, assegurar o acesso aos recursos financeiros, sejam eles provenientes das políticas assistenciais ou da ampliação das oportunidades de produção agrícola, é uma importante estratégia para amenizar os impactos da pobreza rural.

As falas de Karla (GFP4), Rosa (GFP4), Valdomiro (GFP1) e Doralice (GFC3) e os dados estatísticos de abrangência do PBF ilustram o movimento de redução da incidência da pobreza rural na primeira década do século XXI apontada por Maluf e Mattei (2011). Segundo estes autores, dentre os fatores de redução do fenômeno, está a ampliação das políticas de transferência de renda, em especial à previdência rural, cujas influências para a diminuição da pobreza foram anteriores e, até mesmo, mais amplas que o Programa Bolsa Família (PBF). Entretanto, não há como negar a importância do PBF, considerado o maior

programa de transferência de renda condicionada do Brasil em termos da quantidade de famílias atendidas e do montante de recurso investido (ÁVILA, 2013).

Os participantes da pesquisa, embora narrassem privações alimentares no momento de realização da pesquisa, afirmaram que a fome já não existia com a mesma intensidade vivida no passado. Um indicativo da diminuição da fome foi também obtido quando, na etapa quantitativa, indagou-se quantas refeições costumavam fazer por dia. Em Pentecoste, 88,3% (n=332) dos participantes afirmaram realizar três ou mais refeições e 9,8% (n=37) duas refeições. Em Cascavel, contrastando com seu IMPM inferior à média geral e à média de Pentecoste, contabilizou 80,6% (n=291) dos sujeitos realizando três ou mais refeições e 17,7% (n=64) duas refeições. Entretanto, apenas na região paranaense os moradores destacaram as boas condições do solo e a frequente precipitação de chuvas como elementos que contribuem para a diminuição da fome. Segundo Minervina (GFC2): *“Planto tudo de alimento, né?! Claro, às vezes a gente não tem dinheiro, mas a comida a gente tem. Nunca diz: “oh, não tenho que botar na panela!”*. Já na região Nordeste, a vulnerabilidade às questões climáticas, que será melhor debatida a frente, acarreta perda da produção e maior dependência dos benefícios de transferência de renda.

A compreensão de que a diminuição da fome, é o indicador de diminuição da pobreza aparece na fala de Amadeu (GFP4): *“os programas do Governo ajudou muito. Por isso que eu tô dizendo que hoje a pobreza é menos”*. Especificamente nos grupos focais realizados em Pentecoste, ficou claro na fala dos moradores que o que alivia a fome, mesmo diante de uma sequência de anos de seca, é o recebimento do Bolsa Família, do Garantia Safra e da aposentadoria rural, benefícios socioassistenciais cujo acesso ampliado à população se vincula às propostas de erradicação da pobreza nos governos Lula e Dilma. Segundo Paulo (GFP2), *“as pessoas que vivem da agricultura hoje elas se mantêm graças a safra pedida, graças ao Bolsa família, graças à aposentadoria. E quem não tem bolsa família e aposentadoria?”*.

A interrogação de Paulo é o ponto de inquietação de vários dos participantes da pesquisa, sobretudo dos residentes na região nordestina. Durante a realização da etapa qualitativa da investigação, entre outubro de 2016 e janeiro de 2017, o Brasil estava vivenciando o *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff. No Ceará, a seca plurianual assolou o estado entre 2007 a 2015, deixando 135 municípios em estado de emergência (MARTINS; MAGALHÃES, 2015). Na etapa grupal da investigação, diante da incerteza quanto ao novo governo, da ameaça de diminuição da cobertura do Bolsa Família e do efetivo cancelamento do benefício de pessoas com as quais conviviam, começava a se desenvolver

entre os moradores de Pentecoste o receio do corte do recurso em mais um ano seguido de seca e o receio quanto ao futuro. Para Letice (GFP1), “*O que fez piorar muito [nós últimos meses] foi tirar o Bolsa Família do povo, né? Que tão tirando. Esse é um medo. É, tirar o Bolsa família*”.

Lamentavelmente, a tendência de queda da subnutrição da população brasileira foi interrompida em 2017, assim como as melhorias nos indicadores sociais, fatores que corroboram com o temor dos participantes. Conforme o IBGE (2018c), entre os anos de 2016 e 2017, houve diminuição de 18,5% para 17,7% da porcentagem de pessoas com renda domiciliar *percapita* maior que o intervalo entre $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$ 468,50). Por sua vez, o número de sujeitos com rendimento médio domiciliar *percapita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (R\$ 234,25) e até R\$ 85,00 aumentaram, respectivamente, de 12,6% para 13,0% e de 4,0% para 4,7%. Estes dados apontam o trânsito dos sujeitos para grupos com classes de rendimentos inferiores. Os mesmos indicadores assinalam o aumento no número de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza, referenciada segundo parâmetros internacionais em US\$ 1,90 (ou aproximadamente R\$ 140,00 segundo valores de 2017). Embora os participantes nordestinos tenham sido os que mais verbalizaram o medo de regressar às linhas de extrema pobreza, o IBGE (2018c) identificou que todas as regiões brasileiras, com exceção da área Norte, onde os dados se mantiveram estáveis, vivenciaram o aumento da pobreza extrema, que alcançou 15 milhões de pessoas em 2017. Para a organização não governamental ActionAid (2017, p.6),

Até 2014, o Brasil foi exitoso ao atingir antecipadamente o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome e a pobreza. Nos últimos anos, porém, o cenário começou a mudar, com o déficit fiscal acumulado e o descaso com problemas estruturais como a reforma tributária, levando o país a uma crise econômica e agravando o desemprego. No início de 2017, batemos o recorde da série histórica, com 14,2 milhões de trabalhadores desempregados.

Pode-se afirmar que os efeitos mais perversos das experiências de privações vividas pelas populações rurais dizem respeito ao seu caráter sobreposto, continuado e coletivo. A sobreposição aponta que os sujeitos vivenciam concomitantemente variados conteúdos de privação na forma de múltiplas insuficiências, sejam elas alimentares, de estrutura de habitação e de oferta de espaços de lazer na comunidade. As experiências de privação são, ainda, continuadas, pois perduram ao longo do tempo, chegando a marcar fases distintas da vida dos indivíduos ou, até mesmo, as novas gerações do agregado familiar. Neste caso, a privação atinge o status de ser transgeracional, pois alcança pais, filhos e netos na reprodução

perversa da pobreza. O aspecto coletivo diz respeito ao fato de que se comunga das experiências de privação por residir no mesmo território, por possuir o mesmo tipo de ocupação ou por ser descrito como pertencedor a uma dada classe social.

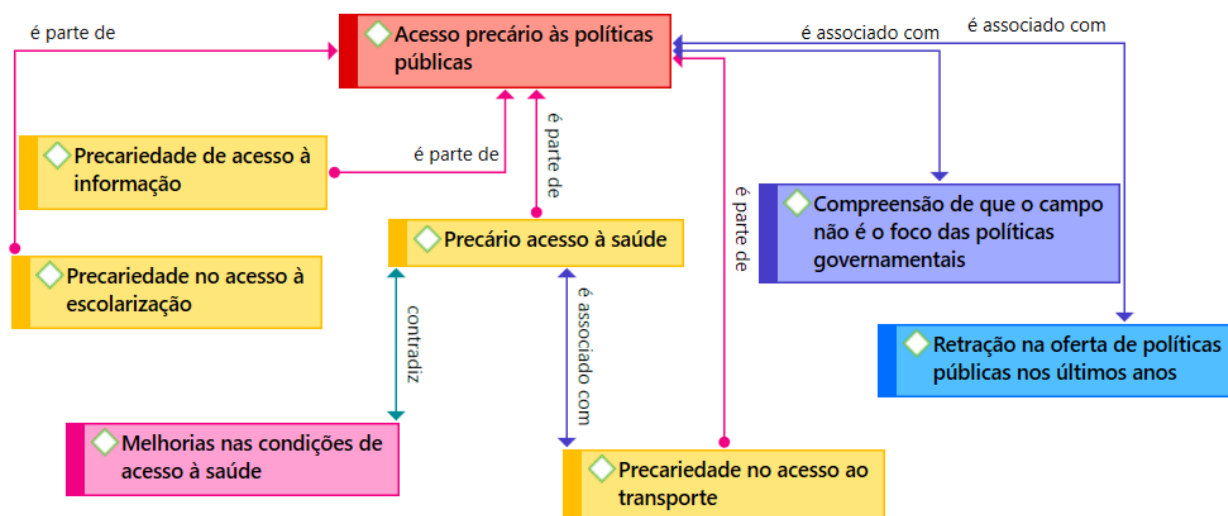
3.3.2 “Se fosse bom a gente era assistido totalmente e num é” (Miguel): acesso precário às políticas públicas

Embora a precariedade na oferta das políticas públicas seja reconhecidamente um dos fatores de produção e manutenção do sujeito em condições de pobreza rural (MALUF; MATTEI, 2011; ZIMMERMANN *et al.*, 2014; BOJANIC; 2016), o campo persiste fora do foco prioritário das políticas governamentais. O acesso precário às políticas públicas, apontado inicialmente neste estudo como uma das dimensões analíticas da pobreza rural, ganha intensidade através das falas dos participantes. Foram relatadas precariedades no acesso à saúde, à escolarização, ao transporte, à informação e às políticas públicas em geral, como pode ser observado na Figura 7. Como categorias adjacentes, associadas ao acesso precário às políticas públicas, foram identificadas a compreensão de que o campo não é o foco das políticas governamentais e a retração da oferta das políticas públicas no recorte temporal no qual se desenvolveu a pesquisa. Quanto à saúde, ainda que reconhecendo as fragilidades em sua oferta, moradores identificaram melhorias quando comparado a um período histórico anterior.

Embora a média geral da dimensão saúde ($M=16$) do IMPM tenha sido inferior às demais dimensões (trabalho e renda, educação, habitação e aspectos subjetivos da pobreza), no discurso dos participantes são apresentadas recorrentes experiências de acesso frágil e descontínuo das políticas de saúde. Na etapa quantitativa, quando indagados sobre a frequência com que conseguem atendimento médico ou de outros profissionais da saúde quando precisam, 47,3% ($n=178$) dos moradores de Pentecoste afirmaram sempre conseguir atendimento. Em Cascavel, este número foi superior, chegando a 61,5% ($n=222$) (Tabela 9).

Com o intuito de identificar se há distinções no acesso ao atendimento médico e de outros profissionais de saúde entre o grupo dos mais pobres e o grupo dos menos pobres, realizou-se uma análise da frequência intergrupos através do comparativo entre os 50% menos multidimensionalmente pobres ($IMPM_{Geral}<0,29$) e os 50% mais multidimensionalmente pobres ($IMPM_{Geral}>0,29$). Obteve-se que 63,3% ($n=162$) dos menos pobres multidimensionalmente sempre conseguem atendimento, ao passo que apenas 48,2% ($n=122$) conseguem com a mesma frequência.

Figura 7 – Mapa categorial do Acesso Precário às políticas públicas



Fonte: Elaborada pela autora.

A porcentagem acumulada entre os que nunca ou poucas vezes (34%; n=86) conseguem é superior entre os mais pobres quando comparado ao grupo dos menos pobres (18,8%; n=48). Estes dados apontam que as distinções no acesso aos serviços são observadas tanto em função das regiões nas quais residem como da intensidade da pobreza que compartilham. Assim, quanto mais pobres, menor o acesso ao atendimento médico o que, por sua vez, contribui para a permanência na pobreza.

Tabela 9 - Frequência com que conseguem atendimento médico ou de outros profissionais da saúde quando precisam em função da cidade e da intensidade da pobreza

	Pentecoste		Cascavel		Grupo menos pobre multi (IMPM _{Geral} <0,29)		Grupo mais pobre multi (IMPM _{Geral} >0,29)	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Nunca	9	2,4	5	1,4	3	1,2	6	2,4
Poucas Vezes	118	31,4	80	22,2	45	17,6	80	31,6
Frequentemente	68	18,1	54	15,0	46	18,0	45	17,8
Sempre	178	47,3	222	61,5	162	63,3	122	48,2
Não respondido	3	0,8	0	0	0	0	0	0
Total	376	100	361	100	256	100	253	100

Fonte: Elaborado pela autora

Estes dados estão interconectados com os conteúdos apresentados durante os grupos focais, quando a precariedade no acesso à saúde foi descrita como um dos mais graves problemas vividos nas comunidades investigadas. As principais queixas dizem respeito às dificuldades de acesso aos serviços especializados e a não garantia de transporte quando há a necessidade de se deslocar até a cidade de referência para obter o atendimento de que

necessitam, acentuando os impedimentos de acesso à saúde. Segundo Amadeu (GFP4), a saúde é o grande desafio de morar na área rural: “*A saúde é pior [que as demais dificuldades]. Mó dificuldade também. Acesso, transporte, medicamento. Tem médico, mas não tem o medicamento próprio. Tudo é dificuldade*”.

A tríade de precariedade descrita por Amadeu, composta por fragilidades no acesso ao serviço, carência de transporte até as demais localidades para consultas e exames e ausência de medicamento nas instituições de saúde também foi objeto de análise de outros participantes. Retomando a discussão da sobreposição das privações que acentuam o sofrimento da pobreza, Maria Antônia (GFC2) narra a ausência de recurso financeiro e a distância territorial até o centro urbano como fatores que impedem a continuidade do uso do medicamento que necessita.

Daí hoje eu preciso ir pra Cascavel para comprar meu remédio e não tem. Ir pra Cascavel gasta passagem, gasta de ônibus pra ir até Rio do Salto, né. [...] Eu já tou doente. Eu preciso de um filho que ajuda. [...]. Eu tô sem o remédio.[...]. Não é fácil. [...]. É sofrido. Perdi meu marido, perdi uma filha com 12 anos no acampamento. É difícil. [...].

Em Pentecoste, Joana (GFP1) assinala situação similar a de Maria Antônia ao não conseguir atendimento de saúde em virtude da ausência de transporte: “[...] *eu fiz um cateterismo, né? Eu preciso ir pro médico, não tem um carro, eu tenho que pagar do meu bolso. Como é que eu vou pagar se eu não tenho um emprego? [...] Seu eu não posso fretar um carro, ele não pode, ela não pode, aí fica aquela, né? Com uma dor que pode até morrer, né?*”. Marluce (GFP3) reflete sobre os casos em que é necessário um atendimento na Unidade de Pronto Atendimento na sede do Município e interroga: “*Onde nós vamos arrumar dinheiro pra pagar carro?*”. Os dados quantitativos fortalecem as indagações de Joana e Marluce quanto aos riscos vividos pela ausência de oferta de transporte ao apontarem que 44,7% (n=113) dos mais pobres multidimensionalmente ($IMPM_{Geral} > 0,29$) deixaram de utilizar algum serviço de saúde por não ter dinheiro para pagar o transporte. Entre os menos pobres ($IMPM_{Geral} < 0,29$), este número cai para 9,8% (n=25).

As falas de Joana, Maria Antônia e Marluce, assim como os dados quantitativos, permitem trazer para o debate a reflexão sobre em que medida a equidade, enquanto princípio doutrinário, e a regionalização, como princípio organizativo, do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro estão sendo assegurados, sobretudo no que diz respeito à população rural, possuidora de dois núcleos de referência: a cidade a qual pertence e a capital a qual a sua cidade se referencia. Dizendo de outra forma, é como se a área rural estivesse duas vezes mais distanciada do serviço especializado, o que não anula ou minimiza suas necessidades de

atenção em saúde. Ao contrário, os dados vêm apontando que, por residirem na área rural, estão vulneráveis a um número maior de fragilidades no acesso às políticas públicas de saúde.

Aumenta-se o risco de adoecer por residir na área rural pois, neste território, os determinantes sociais da saúde, que integram as condições de vida e trabalho de seus membros, como habitação, saneamento, ambiente de trabalho, serviços de saúde e educação e as redes sociais e comunitárias, interagem com as condições mais gerais (socioeconômicas, culturais e ambientais) (BATISTELLA, 2007) mantenedores de iniquidades. Analisada sob um olhar ampliado, no qual são considerados os seus determinantes sociais, as condições de vida dos moradores da área rural revelam as inúmeras desigualdades sociais em saúde, descritas pela Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde (BRASIL, 2006) como injustas, inaceitáveis e evitáveis. Regina (GFP3) lamenta a inexistência de espaços gratuitos para a prática de atividades físicas na comunidade.

A gente assiste a televisão, a gente vê tanta coisa bonita pros idosos, né? Eu tinha tanta vontade de fazer. Quando eu vou lá pra casa da minha irmã em Fortaleza, as vezes, ela diz: ‘Se você morasse aqui você fazia seus exercício pros idosos’. Porque a gente não tem condição de pagar uma academia de idosos, né? Aí, se tivesse era bom demais, um exercíciozim pros idosos.

Este fato coloca em questionamento a premissa de que seria a equidade na oferta dos serviços de saúde, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2000), uma estratégia para a diminuição das disparidades regionais e sociais. Caso assim fosse, a equidade deveria “[...] se materializar no processo de formulação das políticas de saúde e das políticas públicas intersetoriais que podem ter impacto sobre os determinantes sociais da saúde” (VIEIRA-DASILVA; ALMEIDA FILHO, 2009, p.220). A diferença na condução do procedimento de saúde dos pacientes da área urbana e da área rural, por exemplo, foi objeto de análise dos participantes. Minervina (GFC2) questiona:

nós queria entender porque do campo é diferente da cidade?!. O da cidade chega lá e fala: “Eu vim agendar uma consulta.” Conseguem e nós aqui do sítio chegar lá: “Você tem exame pra mostrar pro médico, pro doutor?!”. Aí vai agendar se tiver o exame, mas ou você tem que enfrentar a fila e você tem que chegar de madrugada porque se você chegar lá depois das oito é difícil mesmo você encontrar uma ficha né. Muitas vezes nós sai daqui quatro e meia, cinco hora e chega lá já tem dez pessoa.

Os investimentos em saúde, na compreensão de Espínola e Zimmermann (2018), são pressupostos tanto para o próprio desenvolvimento econômico como para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. Entretanto, o que se percebe na fala dos participantes é a

dificuldade de acesso aos serviços de saúde no que diz respeito à tratamento, recuperação, promoção e prevenção, aspectos instituídos desde a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) como direitos fundamentais, mas que não são efetivamente assegurados na área rural. A precariedade no acesso à saúde é objeto da análise de Miguel (GFP3) e de seu descontentamento diante das adversidades que necessita enfrentar para dar continuidade a um tratamento oncológico.

E agora esse negócio de dizer que pouco tá bom é mentira. O pouco tá bom não! Nunca foi bom! Porque se fosse bom a gente era assistido totalmente e num é. [...] Eu tenho que fazer o exame de PSA, o hemograma e tomar a quimioterapia. Se eu quiser marcar um carro pra ir pra lá tem que ir pra lá 4 hora, 2, 3 hora da manhã! Uma pessoa doente pode sair daqui pra ficar de pé 2, 3 hora da manhã? Ele pode pagar de 21 em 21 dias um carro? Não pode! Quer dizer que não tá bom. Bom se uma pessoa tá doente que trabalhou... Como ele aqui, nós todos, que trabalhamos a vida toda por essa comunidade, por essa cidade, né. Muita gente plantou, muita gente criou o leite dele, criou foi limpando o roçado, plantando o feijão, né. Eles tudo trabalharam pelo bem desse local. Aí hoje necessita buscar o recurso que foi gasto, que eles deram, né, a contribuição dele. E agora, cadê? Cadê, fizeram o quê com ele? Aí nós não tem um carro pra levar nós, no médico [...].

Há, contudo, o reconhecimento de que, mesmo possuindo queixas quanto à cobertura dos serviços, em um comparativo histórico, são assinaladas melhorias na saúde ofertada à população. Entre os avanços listados, estão ações da atenção primária em saúde através das campanhas de vacinação e de atenção à gestante. Odete (GFC1) esclarece que uma melhoria nas ações de saúde foram “As vacina (sic) porque antes não era assim. Era raiz, chá e só, e só se tratava com as raiz né, não tinha vacinas, então depois que comecemos (sic) a vacinar os nossos filho melhorou muito”. Já Regina (GFP3) descreve:

Então assim, eu quero falar do avanço, que teve um avanço na saúde [...]. Porque hoje, [...] quando uma mulher sai gestante, já tem uma consulta marcada, da importância das consultas, de fazer as consultas, elas já são acompanhadas por enfermeiros, médicos, né. Então, quando eles chegam na sala do parto já estão todas orientadas e bem acompanhadas, e eu acho isso um avanço muito grande.

Os êxitos alcançados no cenário rural brasileiro no campo da saúde, com a ampliação das ações de imunização e estratégias de cuidados primários, segundo Coimbra Júnior (2018), são relevantes e merecem ser valorizados. Entretanto, não são suficientes para reverter décadas de negligenciamento. Ainda existem importantes limitações de acesso e de qualidade nos serviços de saúde disponibilizados no campo (SOARES *et al.*, 2015; DIMENSTEIN *et al.*, 2017), ilustrados nas falas dos participantes e que perpassam tanto o desconhecimento da real situação de saúde local (COIMBRA JÚNIOR, 2018) como a precariedade na oferta do conjunto de políticas públicas de educação, habitação, transporte e geração de emprego e

renda.

A precariedade no acesso à escolarização representa uma problemática antiga nas áreas rurais (HESPANHOL, 2014). Catarina (GFC2) descreve os desafios de sua vida que poderia ser registrada em um livro, mas que ela própria não teria condições de ler: *“Eu não tenho muita leitura. Não sou muito inteligente, sabe?! Mas se eu soubesse, eu podia fazer um livro e ia dá bem grosso, sabe?!”*. O processo de escolarização de Paulo (GFP2), marcado pela inserção tardia e pela condicionalidade do pagamento de uma taxa escolar, permitem refletir sobre a importância da ampliação do ensino público na área rural e sobre o ainda grande contingente de sujeitos com baixa escolarização neste território.

Quando eu senti vontade de estudar, eu tinha 7 anos de idade. E aí eu pedi minha mãe e meu pai pra me colocar na escola. Aí eles disseram que não era tempo, porque, antigamente, existia a taxa escolar. Além da taxa escolar que você tinha que pagar todo mês, o aluno tinha que ir de farda e tinha que ir de congá, aqueles sapatos de antigamente. E nós, lá eu sou de uma família de 14 filhos, e já tinha 4 na escola. A minha mãe ela costurava, e meu pai vendia chapéu, então, o dinheiro não dava pra pagar escola pra todo mundo, né? Por isso que eu entrei tarde na escola, e, mas graças a Deus, dos 14 filho, sou o único que tem faculdade, dos homens. Sou o único que terminei o ensino médio [...]. (Paulo, GFP2)

Os participantes das duas regiões relatam que as ofertas de formações em nível técnico e superior são disponibilizadas apenas fora das localidades onde residem, o que impulsiona a migração dos jovens: *“Vai pra fora pra estudar, né, os filho vão saindo e deixando os pais, né.”* (Cássia, GFC3). Dessa forma, a carência de oportunidades locais acaba se constituindo como um dos fatores que contribui para a estagnação das áreas rurais ou para a perda de suas populações. Odete (GFC1) descreve: *“E é ruim porque tem que ir pra Cascavel fazer a profissionalização, aqui não tem. Aqui não tem um cursinho de informática pra ninguém. Nunca teve! E nem na escola! É uma dificuldade”*.

Dolores (GFC3) descreve a dificuldade enfrentada pelos jovens para ter acesso à escolarização como um obstáculo já característico da comunidade: *“O povo já acostumou com os tropeço daqui, eu acho, né? Quem vai estudar, que sai o ônibus daqui, 5:15, chega meia noite, então eles já tão jovens já tão acostumados no ritmo, então.”*

Quando a falta de oferta nos serviços educacionais se interconecta com outros fatores capazes de contribuir para a manutenção do sujeito na pobreza, retoma-se a discussão de que a superação da pobreza é empreitada complexa, sobretudo para grupos de sujeitos que possuem uma maior tendência a permanecer nesta situação por estarem mais vulneráveis às privações. Ney e Hoffmann (2009, p.179) identificaram que, na agricultura e, também em

outros setores econômicos, os membros de famílias pobres, com escassez de terra, “(...) desenvolvem principalmente atividades que exigem pouca qualificação e baixo investimento, ao passo que os mais ricos têm uma possibilidade bem maior de ascender às ocupações mais produtivas e bem remuneradas”. Nesse contexto, democratizar o acesso ao ensino contribuiria para uma maior inserção em atividades não agrícolas e, conseqüentemente, para uma expectativa de aumento da renda da população.

Já foi citado neste estudo a diferença existente entre a oferta de políticas públicas no contexto urbano e no contexto rural, o que indica que este último é mais vulnerável à pobreza. Contudo, há também uma questão de gênero importante neste debate. Raiher (2016) lista a dedicação às atividades do lar e a atuação em atividades não remuneradas, informais, e em segmentos menos organizados como alguns dos fatores corroboram para a inserção da mulher na condição de pobreza. Soma-se a isto o fato de que, por estar atrelada à figura feminina o cuidado com a infância, a ausência de espaços educacionais de tempo integral ou de acolhimento das crianças nos anos iniciais de vida, coloca-se como um impedimento para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em Cascavel, a ausência total de creches se apresenta como o principal impedimento para que se vinculem a algum tipo de atividade remunerada. Cássia (GFC3) afirma: “*A criança não tem creche. Cê num vai trabalhar sem ter uma creche pra deixar os filho, daí tem que ficar em casa*”.

Uma vez que o estado não concede as políticas necessárias para o acolhimento da primeira infância, as mulheres, por serem reconhecidas como as principais responsáveis por seu cuidado e zelo, acabam não se vinculando às vagas laborais disponibilizadas. Frente às constantes alegações de que o Bolsa Família haveria gerado como dano colateral o ‘efeito preguiça’ entre mulheres beneficiadas, Oliveira e Soares (2013) resgataram estudos de impacto do Programa e identificaram que as pequenas diminuições na participação das mulheres na jornada de trabalho se deve ao fato de que estão substituindo trabalho mercantil por trabalho doméstico. Ou seja, estão dedicando um número maior de horas aos cuidados com os filhos. A possibilidade de conciliar uma inserção efetiva no mercado de trabalho perpassa, nesse sentido, a garantia de condições de cuidado à primeira infância.

Dentre as insuficiências de capitais existentes na pobreza, segundo Buanain e Dedecca (2011), está a infraestrutura. Junto à amostra pesquisada, a distância dos centros urbanos é ampliada em virtude da fragilidade, ou até mesmo, inexistência de transporte público que conecte a área rural à cidade. Ao serem indagados sobre quais as principais dificuldades de residir na área rural, Vera (GFC3) respondeu prontamente: “*A distância!*”.

O distanciamento vivido não diz respeito apenas a quantidade de quilômetros a serem percorridos para se chegar às comunidades rurais. Favareto e Seifer (2012, p.66) alertam que “a distância de centros urbanos também pode se converter em desvantagem pelo aumento nos custos de informação e transporte”, o que pode acarretar em impactos negativos para o desenvolvimento local. Na realidade observada, a distância territorial é vivida como fator que contribui para a invisibilidade da população rural, quando se coloca, como já mencionado, como um dos fatores que amplifica outras precariedades, a exemplo das políticas de saúde e educação. Nas comunidades mais distantes dos centros urbanos, os participantes narraram situações de isolamento decorrentes da ausência de estradas. Carmem (GFP4) deseja que chova na região onde reside, mas já prevê que ficará “presa” no local:

O acesso é terrível. Porque você vê que não tem estrada não, só tem buraco. E quando der a primeira chuva, aí só se for andar só de cavalo, a pé, [...]. Porque se tiver inverno, se Deus quiser vai ter, embora eu fique presa aqui, se você conseguir chegar até aqui no período de março, abril, aí você verá com seus olhos a situação.

O transporte apareceu como o principal problema social da comunidade para 39,1% (n=147) dos participantes da cidade de Pentecoste, ocupando o segundo lugar no ranking onde as demais opções eram desemprego, violência e criminalidade, moradia ou posse da terra, serviços públicos (saúde, educação, etc) e prostituição infanto-juvenil. Já em Cascavel, este mesmo quesito foi listado por apenas 6,9% (n=25) dos participantes, ocupando o quarto lugar na listagem das problemáticas mais recorrentes.

A precariedade na oferta de estrutura de transporte, assinalada na etapa quantitativa, foi também mais acentuada na narrativa dos moradores de Pentecoste durante os grupos de discussão. Eles chegaram a mencionar um tipo de transporte irregular como a única possibilidade de se deslocar para a cidade mais próxima. Letice (GFP1) descreve que: “Transporte que nois tinha, agora não tem mais. Se nós quiser sair daqui tem que ir pro Campos Belo, arriscando a vida em cima de um caminhão. Ônibus, nós não tem mais”. O “caminhão” de que fala Letice são popularmente conhecidos como ‘pau-de-arara’, nos quais as pessoas se deslocam na carroceria ou caçamba em pé ou sentados em pedaços de madeira, sem sintoma de segurança ou qualquer outro tipo de proteção. Mesmo sendo um tipo de transporte vulnerável e perigoso, acaba sendo a oferta mais acessível financeiramente para a população, o que não quer dizer que tenham acesso garantido à área urbana. Joana (GFP1) exemplifica esta limitação ao descrever: “Se a pessoa for pra pentecoste, né? Tem o dia das pessoa ir. Se eu tenho um negócio hoje, quinta feira? Eu não posso [ir] porque não tem

transporte”.

Diante de situações urgentes ou quando os paus-de-arara param de circular na região, a alternativa encontrada é fretar carros particulares: *“Eu pagava todos os meses 230 pra ir pro centro [de Fortaleza].”* (Joana, GFP1). Vale ressaltar que, no período de realização da pesquisa, a média da renda familiar *percapita* de Pentecoste era R\$ 442,48 (DP=402,43), o que indica ser este valor pago pelo transporte expressivamente impactante nos recursos familiares. Quando não dispõem do valor e se trata de uma demanda emergencial de saúde, os moradores narram adquirir a dívida do valor do frete, gerando endividamento.

As queixas decorrentes da falta de infraestrutura de transporte em Cascavel foram mais amenas que em Pentecoste, pois a lógica de organização dos distritos rurais nesse território, mais próximos às rodovias, favorece o acesso aos ônibus com horários regulares. Entretanto, quando a análise recai mais especificamente sobre a população que reside no Acampamento do MST de Cascavel, as dificuldades de mobilidade foram mais significativamente expressivas que da população que reside na zona distrital. Mesmo a problemática do transporte tendo sido mais acentuada no Ceará, Vlândia (GFC1), moradora de um distrito de Cascavel, argumentou que *“[...] tem muitos horários [de trabalho externo] que não bate com a hora do ônibus”*, gerando impedimentos para a aceitação de certas ofertas laborais.

O acesso à informação também aparece como um fator que acarreta impactos negativos na vida dos moradores. Sobretudo no grupo focal realizado junto à população acampada de Cascavel, a necessidade de informações foi expressa como a possibilidade de obter esclarecimentos quanto aos seus direitos e deveres. Zelda (GFC2) declara: *“Ah, tem muitas coisas assim que a gente não sabe direito da gente, dever, né?! Coisas assim que tem idosos assim que às vezes tem direito de receber algum benefício do governo e alguma coisa e não sabe [...]”*

As precariedades, entretanto, não estão restritas às políticas de saúde, de educação e ao acesso à informação. Segundo os moradores, faltam bancos. O comércio local, quando existe, possui poucos produtos para comercialização. O Conselho Tutelar, que deveria assegurar as condições de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, possui presença inexpressiva. Afirma Paulo (GFP2):

Aí nós temos o conselho tutelar que dificilmente vem na escola, quando vem é quando a escola não aguenta mais a situação crítica. Então, são grupos que existe na sede do município, mas que não atende as localidades, e atende quando são convidados. E às vezes, quando são convidados, vêm, mas quase nada fazem.

A percepção de que há diferenças no modo como o poder público destina assistência às populações rurais e urbanas não foi expressa apenas por Paulo. Moradores das duas regiões explanaram que o campo não é o foco das políticas públicas. Catarina (GFC2) argumenta: “*E a política em geral ela é mais focada na cidade, o campo sempre fica em segundo plano. Em todo canto é assim*”. Cazella *et al.* (2016) constataram em pesquisa o que para Catarina é experiência diária. Em sua análise sobre o conjunto de políticas públicas produtivas e assistenciais destinadas aos agricultores familiares brasileiros, os autores identificaram a existência de um número significativo de unidades agrícolas que se encontra numa situação de obscuridade, pois

pouco se conhece sobre suas principais estratégias de reprodução social e projetos de futuro. Esses agricultores familiares totalizam cerca de dois milhões que, somados aos seus pares beneficiados pelo Bolsa Família (quase um milhão), representam um contingente expressivo de agricultores que não integra a agenda de trabalho das principais organizações profissionais agrícolas (CAZELLA *et al.*, 2016, p.71-72).

O desconhecimento dos moradores rurais pelas políticas públicas dificulta a formulação de ações adequadas a estes contextos, além de gerar compreensões fantasiosas que desconsideram suas especificidades locais e as novas sociabilidades que vem desenvolvendo. A perpetuação do status de invisível junto às políticas públicas e a percepção de residir em um território onde as melhorias das condições de vida se dá lentamente quando comparado ao tecido urbana, contribuem para o sentimento de indignação frente às recordações de que, em cada período eleitoral, os candidatos e suas comitivas vão até as localidades, mas não regressam após ser eleitos para dar devolutivas às queixas apresentadas. Valdomiro (GFP1) reflete: “*Aqui, quando é na época da política, todo mundo é bom, ‘eu vou fazer isso aqui’, ‘vou fazer aqui’. E cadê? Como é que faz?*”.

A atenção governamental deficitária destinada à área rural é compreendida como uma ausência de valorização do agricultor. Ao falar sobre como é morar na comunidade, Miguel (GFP3) selecionou uma imagem que retratava um produtor rural, com suas vestimentas e a pele queimada de sol: “*Isso aqui é pra mostrar pros governantes, aqui, pra dar mais valor ao agricultor mesmo [...]*”. A percepção de estar à mercê de governantes que os veem como meros eleitores posteriormente invisíveis, contudo, fortalece a sensação de insegurança, de não ter controle sobre os acontecimentos e de depender dos representantes políticos locais para que algo seja feito em benefício da população.

No período de desenvolvimento dos grupos focais, entre outubro de 2016 e janeiro de

2017, a população rural participante já apontava perceberem a retração na oferta das políticas sociais, sobretudo as de saúde e assistência social, com o corte na concessão de recursos, medicamentos e benefícios. Minervina (GFC2) apontou: “*até um tempo nós pegava uma cesta básica por ano e isso agora acabou*”. Quando ocorre a interrupção no repasse de medicamento, as consequências apontam para um maior risco de agravamento do quadro de adoecimento, haja vista que a população identifica a impossibilidade de adquiri-lo com recursos próprios.

No ano passado eu fiz um exame, deu uma bactéria no meu estômago, aí os remédio foi todo de graça, né, todo pelo SUS. Agora, eu já fiz de novo, já deu de novo, mas não tem nenhum comprimido. A doutora me disse “Esse remédio é caro, a senhora tem que comprar”, eu nem comprei ainda, não tem condições de comprar (Josefa, GFP3).

O relato das precariedades no acesso às políticas públicas vivido pela população pobre em estudo, lamentavelmente, corrobora com os estudos (MALUF; MATTEI, 2011; BOJANIC, 2016) que apontam ser esta uma das principais dimensões impulsionadoras da permanência dos sujeitos em condições de privação. Constitui-se, dessa forma, o ‘perverso ciclo de recriação da pobreza’ (HESPANHOL, 2014, p.4), que tem nos baixos rendimentos, na falta de infraestrutura e na dificuldade de acesso aos serviços básicos seus componentes impulsionados essenciais. Contudo, a este ciclo novos elementos se agregam, como as condições nas quais é desenvolvido o trabalho rural.

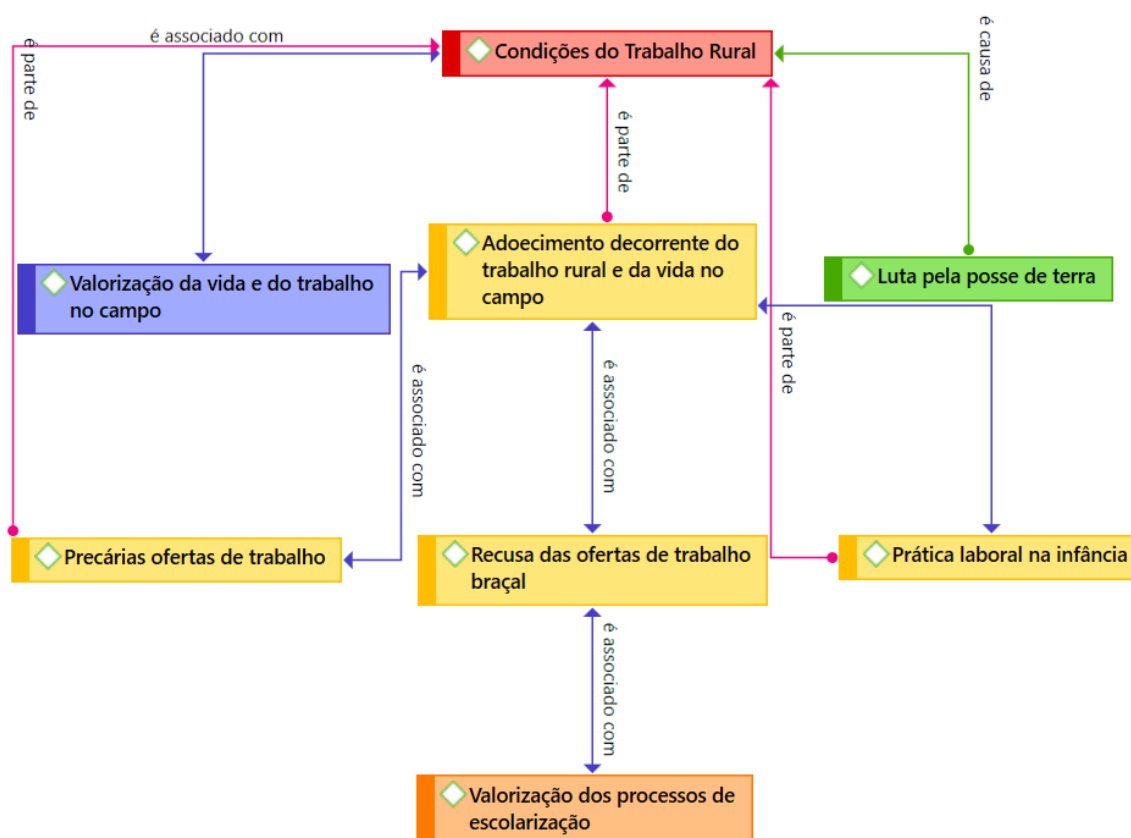
3.3.3 “Nós depende de trabalhar fora pra sobreviver, porque aqui dentro nós não vive” (Sebastiana): condições do trabalho rural

As condições do trabalho rural aparecem no discurso dos participantes vinculadas à precária oferta de trabalho, as experiências de práticas laborais na infância, ao adoecimento decorrente do trabalho rural e da vida no campo, a recusa da oferta de trabalho braçal e a crescente valorização dos processos de escolarização (Figura 8). Chama a atenção, como um elemento compreensivo de como se organiza o labor rural, a valorização da vida e do trabalho no campo pelos participantes.

O desemprego foi eleito o principal problema social da comunidade por moradores tanto da área rural de Pentecoste (47,9%, n=180) como de Cascavel (52,6%, n=190). Na região nordestina, onde 81,6% (n=307) dos respondentes da etapa quantitativa encontravam-se em idade produtiva, na faixa etária entre 18 e 60 anos, 49,7% (n=187) não exerciam nenhum tipo de trabalho remunerado e 21,5% (n=81) faziam bicos no período de realização

da pesquisa. Na região sul, os dados não são tão discordantes. Considerando a amostra total de Cascavel, 77,3% (n=279) estavam na faixa etária entre 18 e 60 anos, 57,6% (n=208) não realizaram qualquer tipo de prática remunerada e 15,2% (n=55) trabalhavam sem carteira assinada (Tabela 10).

Figura 8 – Mapa categorial das Condições do Trabalho Rural



Fonte: Elaborada pela autora.

Carmem (GFP4) afirma que “*Aqui a renda que tem é o emprego da prefeitura. Quem não é empregado da prefeitura trabalha ganhando diária de serviço, trabalha de servente.*” Quanto aos itens produzidos, a pouca diversidade chama a atenção. Lúcia (GFP4) complementa a fala de Carmem: “*Se num é o feijão, é o carvão. Inverno e verão*”. Os participantes afirmam que há a disponibilidade e o desejo dos moradores de exercer uma prática laboral, mas que faltam ofertas de trabalho na comunidade. Valdomiro (GFP1) afirma “*A pessoa tem vontade de fazer um serviço e não consegue arrumar*”. Em Pentecoste, o fator limitante da baixa oferta de postos de trabalho se deve a pouca variabilidade produtiva da região, ainda caracterizada pela agricultura familiar de subsistência, baixa expressividade dos incentivos governamentais para capacitação e produção agrícola, vulnerabilidade às mudanças climáticas e dependência dos empregos vinculados aos espaços públicos locais. Cascavel, por

outro lado, comunga de outras raízes geradoras das baixas ofertas laborais.

Tabela 10 – Frequência dos participantes que estavam exercendo algum tipo de trabalho remunerado no momento de realização da pesquisa

	Pentecoste		Cascavel	
	n	%	n	%
Não	187	49,7	208	57,6
Faço bico	81	21,5	42	11,6
Trabalho com carteira assinada/contrato de trabalho	23	6,1	52	14,4
Trabalho sem carteira assinada	80	21,3	55	15,2
Não respondido	5	1,3	4	1,1
Total	376	100	361	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi a crescente mecanização da produção agrícola, que incorporou padrões industriais ao campo (PESSOA; RIGOTTO, 2012), responsável por gerar grande contingente de pessoas expropriadas da posse da terra e realocadas para outros postos de trabalho. Odete (GFC1) identifica que, com essas transformações nos modos de produção, a diminuição da oferta de atividade remunerada impulsiona a população para um fluxo migratório.

O trabalho, né, o serviço [ficou mais difícil na comunidade]. Porque naquele tempo as fazenda tinha o serviço braçal pra dar pra comunidade toda trabalhar. Os mais velho tudo trabalhava e hoje não tem como trabalhar. Os rapazinho e as meninas se conseguir trabalhar tem que pegar o ônibus e ir fora porque na comunidade não tem trabalho. (Odete, GFC1)

Josefa (GFP3) apresenta uma interconexão de fatores que contribuem para que o trabalhador rural não consiga produzir, estando interligadas questões como: custo da produção divergente do valor obtido com sua comercialização, falta de apoio governamental e convivência com questões climáticas. Segundo ela:

Falta de emprego tem muita. Porque hoje em dia o agricultor não tem mais condição de trabalhar porque não tem gente mais pra trabalhar, é 40 real, 45 por dia serviço. Quando você faz um feijão, bota um saquinho pra vender é 50 reais, como agora tá um saco de 500. Aí a pessoa cria, também não pode, não tem condições de criar, porque o governo amarra aquele apoio, né. Quando tinha o açude, as pessoas pescavam, aí agora cadê? Cadê o peixe, pras pessoa pegar?

Uma moradora de Cascavel, ao falar dos desafios enfrentados na oferta de trabalho no acampamento, afirma: “*Tá se tornando muito difícil porque nós tamo há muitos ano acampado e nós acampado nós depende de trabalhar fora pra sobreviver, porque aqui dentro nós não vive. O ano inteiro sobrevivendo*” (Sebastiana, GFC2). Viver e sobreviver possuem,

segundo a compreensão de Sebastiana, uma diferença atrelada à intensidade da pobreza no cotidiano, onde a mera sobrevivência diz da manutenção da vida, mas não do exercício de suas eleições ou vontades, fixando-se na experiência das demandas urgentes, inquestionáveis e inevitáveis.

Retomando as contribuições da Abordagem das Capacitações de Sen (2000), os funcionamentos, que refletem aquilo que a pessoa avalia fazer e ser, e as capacitações, que efetivamente representa o que o sujeito pode realizar (ser e fazer) não apontam para um exercício da liberdade, pois aos sujeitos não está resguardado o direito de usufruir o tipo de vida que deseja. Isto quer dizer que, em condições de pobreza, o exercício da agência, responsável pelo reconhecimento do sujeito de seu poder de autoria na construção de sua história de vida, está prejudicado (MOURA JÚNIOR, 2015). A baixa oferta de postos de trabalho rural diminui o potencial de agência, dando aos moradores a sensação de estar à mercê das adversidades, desprovidos da possibilidade de intervir para transformá-las. Lúcia (GFP4) descreve:

[...] Na minha casa, nem eu, nem meu marido é funcionário da prefeitura, então pronto, não temos emprego. Não tem uma fábrica, não tem nada. Você tem que viver pedindo a Deus que não falte um alimento, que não falte um leite pro seu filho, que não falte uma fralda, se virando, de qualquer jeito. Quem é funcionário da prefeitura, tem seu salário todo mês. Quem não é, tem que correr atrás.

Em um dos grupos focais de Pentecoste, foi mencionada a situação de pessoas que trabalham todos os dias da semana por uma remuneração inferior a meio salário mínimo. Segundo Cloves (GFP1), *“Aqui tem gente que trabalha que ganha menos que isso daí. [...] Neste momento tem uns 4, 5 ou 6”*. Na sequência de condução do grupo, uma das participantes referiu que existem situações ainda piores que trabalhar por um valor inferior a um salário mínimo, mesmo sob intensa carga de trabalho. Para Letice (GFP1), *“E tem muita gente que procura e nem isso tem. Tem gente que se esforça. Procura e não tem serviço. Quer trabalhar pra ganhar pelo menos meio salário, e não tem”*.

A indisponibilidade de emprego, que resulta na ausência de remuneração, coloca em risco a possibilidade de que assegurem o pagamento de serviços básicos, como o fornecimento de água. Marluce ilustra esta situação: *“Aí, por exemplo, não tem como, a gente sem emprego, pagar 3 papel d’água, né”*. Diante da situação de desamparo gerada pelo desemprego, resta aos moradores reconhecer que lhes cabe as tarefas mais brutas, isto se encontrarem oportunidades para executá-las, já que seu recrutamento é episódico e irregular (REGO; PINZANI, 2013).

O relato de prática laboral desde a infância foi recorrente no discurso dos moradores das duas regiões, tendo as expressões 'eu nasci e me criei na agricultura'(sic) e 'eu nasci e me criei na roça'(sic) sido utilizadas com frequência. Ivete (GFC3) descreve: “[...] *eu sempre me criei desde pequena na roça trabalhando, lutando, né?!*”. Chama a atenção que, nos contextos pesquisados, descrever-se como um sujeito que trabalha desde a infância aparece como um conteúdo que evoca certo tipo de reconhecimento social positivo. Assim, embora considerem que as precárias condições de produção e sua concorrência com os processos de escolarização os afastou do cotidiano escolar, há uma valoração moral associada ao trabalho infantil agrícola. Alda (GFC1), por exemplo, descreve sua rotina de trabalho com orgulho:

Todos nós desde criança da idade dela aqui [apontando para uma criança], nós aqui ia pra boia fria, estudava, trabalhava meio período. Eu fui poucas vezes na boia fria, mas fui. Às vezes, faltava na aula e ia na boia fria e depois quando eu não ia pra boia fria eu estudava meio período e trabalhava depois mais meio período nas casa das professora. Às vezes, eu trabalhava depois de meio dia até meia noite passando roupa pra professora. A minha família toda é assim e aqui tem uns também que é assim. [...]

Há uma ideia compartilhada entre os participantes de que a exploração de sua força de trabalho asseguraria a visão dos demais membros da comunidade como uma pessoa honrada, séria e respeitável. Assim, “(...) a ocupação precoce acaba sendo considerada como algo virtuoso” (CARVALHO, 2008, p.567), onde entre os membros das famílias pobres todos devem desde cedo contribuir para o sustento do grupo doméstico. Silva (2010), tomando como referência os estudos de Axel Honneth, esclarece que, dentro da sociedade capitalista, progressivamente a base da estima social, antes voltada para o pertencimento à sociedade, cede lugar à busca do mérito individual.

O reconhecimento social e a autoestima dos sujeitos deixam de ter como base a solidariedade e passam a ser organizados em função do princípio do mérito individual, a partir do qual se evoca da sociedade a valorização do *status* profissional dos sujeitos, de suas habilidades e talentos. Seria, portanto, fundamental garantir às gerações jovens a perpetuação do trabalho como um valor moral, que remeteria à ideia do sucesso como algo que se alcança através do próprio esforço e capacidade e da eficiência individual. Trata-se de uma concepção meritocrática que, ao lado da psicologização da vida social, compõe característica cara ao sistema capitalista e às concepções neoliberais (COIMBRA; LEITÃO, 2003).

Quando, na visão meritocrática, responsabiliza-se o sujeito pelo que ele é e consegue realizar, sucesso e fracasso se tornam atributos individuais e as bases para que sejam

elucidados remete às explicações psicológico-existenciais. Com isso, “o cotidiano é esvaziado politicamente; as relações de opressão, as explorações, as diversas formas de dominação são invisibilizadas e atribuídas ao território do psicológico” (COIMBRA; LEITÃO, 2003, p.12). A psicologização do mérito dissimula os conflitos sociais e alimenta o discurso da culpabilização do pobre por sua situação (GUARESCHI, 2009; ACCORSSI, SCARPARO, 2016). Os atravessamentos históricos, culturais e ideológicos de constituição da pobreza no cenário contemporâneo são ignorados, o que contribui para caminhos de obscurecimento daquilo que são os conteúdos estruturais que ditam parâmetros de como se viver a infância e a vida jovem em condições de vulnerabilidade social.

Outra perspectiva de entendimento da valorização do trabalho infantil junto à população rural, diz da ideia de que, uma vez estando exercendo alguma ocupação, as crianças e jovens estariam ‘protegidos’ de influências negativas na comunidade. As noções de orgulho, virtuosidade e proteção associadas ao trabalho infantil remetem a um passado histórico no qual aos filhos da pobreza é negado o direito à infância, à vivência do lazer e à destinação da energia requerida para o seu desenvolvimento biológico e cognitivo para o labor. Assim, o trabalho infantil se constitui como uma ‘perversa forma de inserção laborativa’, pois é responsável por assalariar aqueles que não podem responder livremente pelos seus atos civis (NEVES, 2004, p.150). No campo, um agravo para esta situação é a demanda de trabalho braçal requerida pela prática produtiva, o que faz com que sejam os próprios pais os responsáveis por recrutem os filhos para tais atividades. Kassouf e Santos (2010, p.351) constataram, de modo convergente com esta questão, que

na ausência de mercado de trabalho perfeito, os proprietários de terra não são capazes de contratar mão-deobra adulta de forma eficiente e enviar seus filhos para a escola. Ao contrário, eles têm maior incentivo para utilizar o trabalho de seus filhos nas atividades agrícolas e pecuárias.

Os participantes da pesquisa narram perpetuar os fundamentos do trabalho precoce entre os filhos, incentivando-os a se inserirem em uma lógica de produção agrícola similar a que vivenciaram. Josefa (GFP3) reafirma sua decisão de ter transmitido ao filho a mesma experiência de inserção laboral a qual foi submetida: “*O pessoal diz assim: ‘Mas tu é muito malvada, botar o bichim pra trabalhar’.* Mas foi melhor trabalhar desde novim, que ele aprendeu. [...]”. Um fator impeditivo para a perpetuação do ciclo de inclusão precoce da criança no trabalho são os conteúdos legais que subsidiam esta negativa, tal como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 2017, p.11), que em seu artigo 4º afirma que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A formulação do ECA foi, segundo Hillesheim e Cruz (2008), um demarcador no território brasileiro da Doutrina de Proteção Integral, sistematizada pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989. Tal Doutrina considera as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, que necessitam ser reconhecidos em sua condição singular de desenvolvimento. Sob esta ótica, a infância pobre, em virtude de sua condição de vulnerabilidade social, passa a demandar políticas de proteção especial, como o Programa Bolsa Família. Porém, embora narrem o receio de ser punidos por infringir conteúdos normativos que proíbem o trabalho infantil, é evidente nas falas dos moradores o desconhecimento de quais os mecanismos legais que regem a proibição do trabalho infantil. Para os participantes, a existência de marcos legais que impedem a inserção dos filhos no trabalho agrícola desde a infância traria consequências sociais negativas, como o risco de não aprenderem a trabalhar e se colocarem preguiçosos na vida adulta. Minervina (GFC2) compreende que permanecer morando no campo contribui para integrar os filhos no trabalho agrícola, ao mesmo tempo em que não os deixaria sozinhos em casa, ação que seria em sua compreensão alvo de denúncias no contexto urbano:

Assim, as criança tão tudo estudando. E quando eles não tão lá, eles vão na roça e me ajudam e ninguém vai se implicar. Agora eu lá na cidade arrumar um serviço pra trabalhar e deixo as criança em casa pra ver o que acontece. Já vem o Conselho pra cima, né?! Então...". (Minervina, GFC2).

Os moradores descrevem uma rotina intensa de trabalho no campo, iniciada, como mencionado, desde a infância e que perdura ao longo do tempo gerando processos de adoecimento. O trabalho como ação prazerosa, que lhes traz significado para a própria vida, vai se constituindo como fonte de dor física e de convivência com a vulnerabilidade do acesso aos serviços de saúde. Dessa forma, as condições de produção no campo acentuam os riscos ao adoecimento pela maneira precoce com que os sujeitos se inserem na prática da produção agrícola, pela intensidade da força física requerida e pela contínua exposição às variáveis meteorológicas, como a intensidade dos raios solares e as altas temperaturas.

Alves e Guimarães (2012), durante análise dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), Comunicação de Acidentes do Trabalho (CATs) e Relações Anuais de Informação Social (RAIS) de trabalhadores rurais do estado de Minas Gerais (MG), identificaram as doenças osteomusculares ou músculo-esqueléticas e do tecido conjuntivo como as mais

recorrentes, o que inclui problemas de distensão e inflamação das articulações e ligamentos, principalmente nos braços, punhos, mãos e joelhos, e dores lombares crônicas, cervicalgias e problemas da coluna dorsal. Entre os participantes, adoecimentos similares foram comumente narrados. Alberta (GFC2), uma das idosas que se descreveu tendo nascido e crescido na roça, narrou a condição de saúde que lhe levou a se ausentar do trabalho:

E hoje tô aposentada, mas por deficiência, né, porque me deu problema no joelho, tenho artrose, né, e tenho prótese nos dois joelho e problema na coluna. Por isso que tô aposentada, não pude mais trabalhar. [...] O doutor falou que não tem cirurgia, que é só se cuidar e no dia que eu tivesse numa cadeira de roda sentindo muita dor ele me operava (Alberta, GFC2).

A contínua exposição ao sol, de acordo com o entendimento de Estevão (GFP3), é um dos fatores que claramente diminui o tempo produtivo do homem e da mulher do campo: “*Um homem hoje aqui vivendo dentro da terra, trabalhando dentro da terra, vivendo dentro da terra mesmo, sem mentira, ele num passa de 55 anos. Porque só o sol queima ele, de tanto tá trabalhando*”. Sendo assim, o impedimento para o trabalho se dá quando o corpo, efetivamente, já não suporta mais “*Porque nós num tem mais a força física pra trabalhar*”. (Estevão, GFP3).

Dolores (GFC3) diz continuar se dedicando ao trabalho rural, mesmo já se sentindo cansada: “[...] *Eu tô com cinquenta e um ano eu sinto canseira, tem dia que eu não consigo dormir de canseira, mas não quero entregar o barco [...]*”. Embora convivendo com o desconforto físico consequente das dores sentidas, os moradores assinalam se sentir envergonhados quando necessitam parar de trabalhar. O incômodo de Odete (GFC1) e sua rejeição à ideia de ter se tornado alguém que se esquivava do trabalho, mesmo reconhecendo suas limitações físicas, são claramente expressos em sua fala:

[...] sou alérgica de tudo, não posso tomar sol e não tomo nada. Daí eu quase morro da doença e eu falei “eu não virei marajá”. [...] Eu sinto que quando o sol me pega assim já começa a me queimar. O médico me proibiu que eu não posso mais tomar sol. Eu sinto falta de trabalhar [...] Eu fico é com vergonha, porque eu fui acostumada a trabalhar.

O sentimento de vergonha, para La Taille (2002a, p.17), diz respeito a um tipo de controle interno, pois “quem sente vergonha julga a si próprio”. Neste caso, há o compartilhamento da imagem negativa e dos julgamentos depreciativos impostas aos sujeitos. No caso de Odete (GFC1), a vergonha por não continuar a exercer o trabalho que lhe é fonte de sofrimento físico é consequência da noção instituída socialmente de que possui valor, ou reconhecimento social, aquele que permanece produtivo. Entretanto, as condições deletérias

de vida e de trabalho no campo acabam por reduzir este tempo produtivo. Zelda (GFC2), quando descreve a vida e o trabalho no acampamento, aponta um envelhecer que transpõe o tempo cronológico e uma relação entre condições de pobreza e adoecimento que se estabelece independentemente da idade.

[...] E eu falo porque hoje eu tô com vinte e sete anos, mas a minha saúde tem vez assim que eu acho que eu já tô berando os cinquenta, sessenta porque é muito tempo, sabe?! Eu vim pra cá eu tinha dez anos. [...] Então é tipo uma coisa que a saúde da gente vai tipo lá atrás, não veio nada e tá vindo o resultado agora. Então a gente tá sentindo na pele. É dor nas perna, é dor nas costa, é dor de cabeça, é dor em todo lado.

Por sua vez, o já mencionado acesso precário às políticas de saúde e aos outros serviços públicos, somados à convivência com a pobreza e aos modos de produção agrícola que demandam intensa força física, contribuem para que o quadro de adoecimento já instaurado permaneça como um demarcador na vida dos sujeitos. A doença, neste caso, soma-se ao conjunto de demarcadores da posição social ocupada pelos indivíduos (BARATA, 2009). Sobretudo no contexto rural, a saúde dos trabalhadores culmina por ser “[...] condicionada pelo processo de exploração de trabalho no campo” (CIRILO NETO; DIMENSTEIN, 2017, p. 464), que os conduz ao adoecimento precoce sob precárias condições de assistência às políticas públicas, uma articulação perigosa que contribui para sua exclusão do sistemas produtivo, para sua maior invisibilização e ratificação em situação de pobreza.

A valorização da vida e do trabalho no campo esteve intensamente contemplada na fala dos participantes, embora não se remeta a uma idealização das condições de vida locais ou à negação das dificuldades ali enfrentadas. Dolores (GFC2) entende que a vida na roça remete à tradição, a um tipo de herança cultural possível de ser transmitida aos seus descendentes através dos hábitos compartilhados, das técnicas de produção agrícola e da posse legalizada da terra.

Porque esse é um sonho que eu carrego desde criança. É viver na roça. É um sonho desde quando eu vivia com meu pai. Sempre sentia [vontade] de ter um pedaço de terra pra plantar e ter um lugar onde viver e onde eu possa colher o pão pro meus filho comer. [...] Sim e é um sonho. A tradição parece que eu carrego, né?! Trabalhar na lavoura. Então agora eu luto pra ter um lugarzinho assim, sabe?!.

Há um respeito e uma valorização por se descrever como alguém que dedicou toda a vida ao trabalho no campo: “É isso, né, sou aposentada como agricultora, minha vida inteira foi na roça. Nunca trabaiei (sic) por mês, nem nunca trabaiei (sic) em firma, nada, só na

roça” (Eudalina, GFC3). Dessa forma, a dedicação ao trabalho agrícola, mesmo tendo sido identificada como uma das principais causas do adoecimento da população, também foi descrita como fonte de satisfação e realização pessoal, como uma ação que atribui sentido para a vida dos moradores. Socorro (GFP3) busca justificar “[...] *Eu dou muito valor a trabalhar. Não trabalho mais porque as minhas condições física não dá mais, né e os problemas de saúde [...]*”.

O trabalho aparece como análogo à honratez e, similar às raízes de explicação do trabalho precário infantil, converte-se como mediador de reconhecimento social. Alda (GFC1), que no momento da pesquisa possuía quarenta e cinco anos, afirma ter receio de que as dores musculares lhe impeçam de trabalhar: “[...] *Eu tô fazendo tratamento e eu quero ter meus cinquenta anos trabalhando, que é o que eu mais gosto de fazer é trabalhar. Se eu parar, não sei o que vai acontecer*” (Alda, GFC1)”. Chama atenção que os participantes apontam as raízes da necessidade de ser reconhecido como derivado de um conteúdo moral associado ao trabalho, segundo o qual ao ócio se atrelam elementos como a malandragem, a esquiva e a desresponsabilização pelo auto sustento. Ao analisarem a geração de seus descendentes, embora reconheçam o valor das tradições do campo, sobressai-se o trabalho, independente de seu local de exercício, como mediador para o reconhecimento derivado do mérito do consumo, quer dizer, torna-se admirável o sujeito que obtém recursos através da venda de sua força de trabalho. Antonieta (GFC1) relata com orgulho os caminhos trilhados por seus filhos: “*O meu filho mais velho fez quarenta e dois anos e todo mundo trabalha [...] todos saiu daqui também. Todo mundo trabalha, todo mundo tem a sua casa, o seu carro graças a Deus!*”.

A luta pela posse da terra como um dos fatores analíticos de discussão do trabalho rural foi expressa apenas pelos participantes dos grupos focais na Região Sul, não tendo sido apresentada pelos participantes dos grupos focais da Região Nordeste. Em Cascavel, a luta pela terra diz da vinculação propriamente dita ao movimento social e a vivência do acampamento, assim como aos processos de migração vivenciados até se estabelecerem em local fixo. Vale lembrar que, não por acaso, o MST foi criado durante o Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado de 21 a 24 de janeiro de 1984, justamente em Cascavel (PR) (CALDART, 2001).

Os sujeitos do grupo focal realizado no acampamento Dorcelina Folador relatam um longo período de envolvimento com a questão da luta por terra e a convivência com experiências de reintegração de posse, que resultam na perda da mínima infraestrutura adquirida durante o período em que estiveram acampados, podendo contabilizar décadas.

Eleonora (GFC2) afirma: *“Eu tinha um jardim muito bonito lá em cima e foi tudo destruído”*. Nazaré (GFC2) esclarece que se trata de uma questão que, por não ter elementos de resolutividade, acaba sendo transmitida intergeracionalmente: *“Cê vê. Desde noventa e nove, nós espera. Até agora. Nenhuma solução vem, o ano que vem, dali dois ano e assim vai passando. Os filho vão crescendo, os neto vão chegando e sempre é a mesma. Nós precisava que olhasse por nós, né?!”*.

A luta pela posse da terra na região do agronegócio é tarefa árdua e frequentemente silenciada pelos interesses econômicos dos grandes grupos nacionais e internacionais que passaram a gerir as relações no campo brasileiro. Entretanto, a não garantia do direito à terra contribui como um importante fator de exclusão social (MENDONÇA, 2008; DEDECCA; BUAINAIN; NEDER; TROVÃO, 2012), responsável por perpetuar a pobreza rural. Ney e Hoffmann (2009) chegam a mencionar que a alta concentração fundiária no Brasil apresenta efeito mais forte na renda da população agrícola que a baixa escolarização, mesmo esta última possuindo relevância significativa.

No caso dos participantes que não se vincularam ao movimento social, a história de vida é marcada por fluxos migratórios onde há terras para a locação, pelo trabalho assalariado em fazendas ou cooperativas ou pelo exercício de atividades não agrícolas. Alberta (GFC2) descreve seu fluxo migratório: *“Também, nunca tive terra, assim, de nossa, né? A gente trabalhava sempre em terra arrendada, tudo lá no Rio Grande, daí a gente não conseguiu muita coisa [...]”*.

Embora não tendo sido mencionado nos grupos focais cearenses a questão da luta pela terra, isto não quer dizer a inexistência de alta concentração fundiária no local. Ao contrário, Helfand e Pereira (2012) destacam que há elevada distribuição desigual de terras no Nordeste, sendo este um dos fatores que contribui para a perpetuação da pobreza. No entanto, questões como o baixo incentivo governamental à agricultura familiar na região, conforme já mencionado, e a vulnerabilidade às mudanças climáticas, que será melhor explorada adiante, são fatores que se apresentam anteriores ao confronto com as elevadas taxas de concentração fundiária.

Os participantes descrevem observar uma crescente recusa da oferta dos trabalhos agrícolas, sobretudo pela população jovem. Este fato seria, na análise dos sujeitos, contraditório com a baixa disponibilidade de vagas. Odete (GFC1) descreve com indignação a justificativa de recusa do trabalho que oferecera: *“Então a gente veio aqui buscar um assim pra juntar o milho e daí era seis, sete dias e cento e vinte reais por dia pra juntar milho.*

Então falaram ‘Nós num quer juntar nada não que dói as costas!’. A alegação de que o tipo de trabalho era o motivo de sua própria negação foi compreendida como absurda, já que, estando ociosos, os sujeitos deveriam aceitar as oportunidades. No entendimento de Ângela (GFC1), *“Teve gente aqui uma vez que andou atrás de um peão aqui e disse que não achou pra plantar e o bar tava cheio [...] E então, é falta de vontade de trabalhar”*.

As falas de Odete e Ângela assinalam os caminhos da construção de pensamento de que não exerce algum tipo de trabalho apenas quem não deseja, quem é preguiçoso ou malandro. Mesmo sentindo no próprio corpo as consequências adoecedoras do trabalho agrícola e as limitações físicas dele decorrentes, a única possibilidade vislumbrada pelos participantes é de que os demais sujeitos aceitem as escassas vagas ofertadas, assim como eles próprios o fizeram em um dado momento da vida. Alda (GFC1) declara que *“a maioria não querem mais trabalhar braçal, querem trabalhar com coisa fácil”*.

O trabalho fácil, ao qual se refere Alda (GFC1) são as ocupações não agrícolas, que demandam maior escolarização e, em uma grande parte, também maiores rendimentos. A busca por essas novas áreas de ocupação, ao mesmo tempo em que são encorajadas dentro de seus grupos familiares mediante o incentivo aos processos de escolarização de seus filhos e netos, são analisadas como expressão da falta de coragem e, até mesmo, covardia dos demais sujeitos com os quais não se estabelece um vínculo de proximidade. Alberta (GFC3), mesmo convivendo com as dores decorrentes do excesso de trabalho braçal ao longo da vida, declara *“(...) A gente hoje em dia tem menino novo de 20, 20 e poucos anos que não querem mais enfrentar”*.

Quando a um dos jovens é dada a possibilidade de expressar seu ponto de vista, o que é revelado é a recusa a um exercício profissional que, segundo compreendem, coloca-os em posições análogas as de um animal. Enquanto em um dos grupos focais os membros debatiam sobre as pouquíssimas ofertas de trabalho na comunidade, estabeleceu-se a seguinte fala:

Paulo (GFP2): *Aí se tiver uma família que tiver um aposentadim pra ajudar toda família... Aí já viu, né?!*

Regis (GFP2): *Ou corre lá pra cerâmica virar burro de carga.*

Dados como os da pesquisa de Buainain, Dedecca e Neder (2012, p.506-507), que apontam que cerca de 33,6% dos membros de domicílios pobres extremos residentes na área rural trabalhavam mais de 40 horas semanais com uma rendimento inferior a um salário mínimo, ilustram a precariedade do item remuneração quando se fala nos tipos de trabalhos disponíveis no campo. Ainda é preciso considerar outras variáveis como a intensa demanda

física, a ausência de disponibilização e de uso de equipamentos de segurança (ALVES; GUIMARÃES, 2012), risco ergonômico por posturas inadequadas e pelo excesso de peso carregado pelos trabalhadores, assim como riscos de acidentes pela falta de manutenção e proteção dos maquinários utilizados (RUOSO JÚNIOR *et al.*, 2014).

Paulo (GFP2) coloca em discussão qual a real validade do desconforto do que se entende por um trabalho degradante. Segundo pensa, a obtenção de um rendimento, necessário para o auto sustento, seria fator suficientemente relevante para amenizar os possíveis questionamentos a respeito do trabalho que necessita realizar.

Aí me faz lembrar lá na fábrica: muitos jovens entram numa fábrica, passam 2, 3 meses, aí quando sai, diz que era ruim, que não prestava e tal, né? Era uma escravidão, que exige demais, mas lá pro final do mês ele tem o salário dele.

Expedito (GFP2), o único dentre os participantes do grupo em que ocorreu a discussão que estava no momento da pesquisa trabalhando na cerâmica, argumentou “*Pra quem quer trabalhar num existe serviço pesado não. Lá não é bom não, mas de qualquer maneira dá pra sustentar a família. [...]*”. A reduzida oferta de postos de trabalho na comunidade, a necessidade de prover o sustento da família e a baixa escolarização colocam Expedito em uma posição de precárias ofertas concretas de oportunidades de mudança, fixando-o mais fortemente na busca pela sobrevivência e diminuindo sua capacidade de agência. Sendo assim, a eleição de justificativas para aceitar os desafios e as dificuldades opera, de acordo com Accorssi e Scarparo (2016) como uma das formas encontradas para lidar com as experiências difíceis do cotidiano.

A valorização dos processos de escolarização, que implicaria em uma maior permanência nos espaços formais de ensino, é entendida como a possibilidade de um futuro com maiores oportunidades e digno. Na compreensão de Eudalina (GFC3): “*Eu penso assim, quanto mais estudo menos faz força e ganha mais, tem mais conhecimento*”. No entendimento dos moradores, a conclusão de um curso de ensino superior é apresentada como algo possível e necessário. Para Letice (GFP1): “*Por que se fizesse a faculdade ia ganhar melhor, né? Se não tem faculdade, se não tem estudo, como é que vai ganhar? Se tudo que a gente precisa hoje em dia precisa de estudo?*”. A permanência nos processos de escolarização, assim como já mencionado, acaba contribuindo para a migração precoce dos jovens, que por não terem oportunidades em suas localidades, saem da casa dos pais em busca de melhores oportunidades de ensino. Josefa (GFP3) relata com orgulho os passos seguidos pela filha:

Eu também tenho 3 filho. Só uma saiu de casa pra estudar com 11 anos que dizia 'Mãe, eu não volto mais pra cá trabalhar, eu vou correr atrás do que quero'. Correu atrás e conseguiu. E hoje é agente penitenciária, corretora de imóveis, foi porque ela correu atrás, né? Mas sofreu nas casa dos outro, aguentava humilhação, tudo, mas ela dizia "Eu não volto pra casa, pra cá pra ficar aqui trabalhando".

A valorização dos processos educacionais como via de proteção à infância e garantia de melhores condições de vida esteve emblematicamente presente nas falas dos moradores de Pentecoste e de Cascavel. Para Roberval (GFP3), os processos de escolarização representam a possibilidade de um futuro menos indefinido e com maiores proteções: *“Mas pra esse pessoal que não é aposentado e não tiver estudo, sei lá desse povo daqui uns dias, né? Quem tem estudo não vai ficar na cadeia, e nem trabaiaar, e vai estudar, viver na escola”*. Ângela (GFC3) descreve a satisfação e os desafios para manter o filho em seu curso de graduação em uma instituição pública federal: *“[...] eu faço tudo, tudo pra ele estudar fora. Tudo! Tudo e mais um pouco as vezes [risos]. Não interessa se é preciso comprar alguma coisa, não sendo demais, dá pra passar eu passo. [...] Agora ter o estudo eu quero”*.

Neste caso, assim como nos demais, a escolarização é entendida como o caminho possível para que o sujeito venha a obter melhorias para si e para sua família. Para Juvenal (GFP2), analfabeto até os 45 anos, aprender a ler e a escrever contribuiu para que novas expectativas de futuro fossem construídas, além de possibilitar a superação da vergonha por não ser alfabetizado.

Mas pra mim ta bom demais, né? Pegar a caneta, assinar o nome, eu não sabia. [...]. Eu sentia vergonha. [...]. Se não sabe ler, num pode apresentar nada, né? Mês pra trás não sabia nem assinar meu nome. Hoje o pouco que eu to sabendo eu agradeço a ela [professora]. [...] Eu não me sentia bem. Eu ía assinar o meu nome no cartório e tinha que botar o dedo. Hoje eu pego uma caneta e assino meu nome, né?!?

Com a baixa oferta de postos de trabalho e um maior amparo das políticas assistenciais, os jovens vão não só permanecendo maior período nas escolas como migrando cada vez mais precocemente, o que é identificado por Amadeu (GFP4): *“Porque de primeira não, estudava e ia pra casa, estuda e ia pra casa até os seus 20 anos, que era quando ia sair pra cidade. Agora não, hoje não, terminou o 3º ano aqui vai pra cidade atrás de emprego”*.

A compreensão da agricultura como um espaço destinado àqueles com baixo nível de escolarização vai progressivamente sendo transformada entre os moradores da área rural, que estimam para seus familiares novas fontes de conhecimento e maiores ofertas ocupacionais

que não as vinculadas ao campo. Tais dados evidenciam, o que já se percebe entre os produtores rurais, que não há uma valorização social e econômica da agricultura familiar, ficando a produção agrícola cada dia mais sob o domínio das grandes empresas do agronegócio e de suas técnicas que associam alta tecnologia, baixo contingente de mão de obra, capital internacional e ampliação crescente do uso de agrotóxicos sob a justificativa de otimização da produção.

3.3.4 “A seca tá judiando muito com o nordestino” (Amadeu): vulnerabilidade às variáveis climáticas

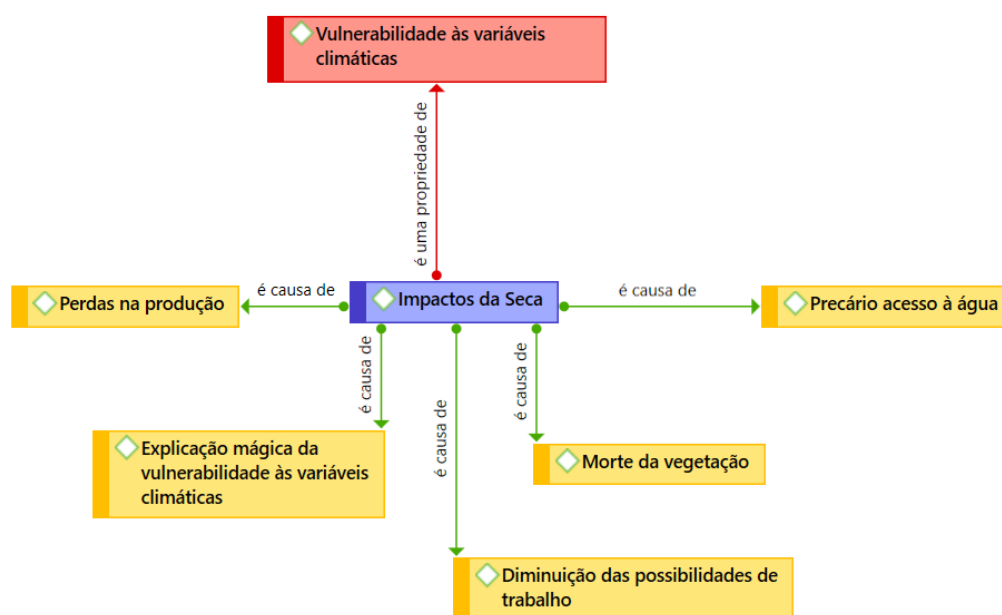
A vulnerabilidade climática, de acordo com Valverde (2017), diz respeito aos modos com que o clima e a variabilidade climática, sobretudo os extremos climáticos como enchentes, secas prolongadas, ondas de calor, tufões e tornados, podem se tornar uma ameaça potencial para determinados grupos sociais. Os extremos climáticos compõem parte da variabilidade climática natural, não sendo o excesso ou a diminuição das chuvas, por exemplo, por si só responsável por uma situação de ameaça. O que fornece aos eventos extremos a característica de um desastre é, na compreensão de Favero, Sarriera e Trindade (2014, p.207), a situação vulnerável na qual já se encontram certas populações já que “mais do que um evento agudo, um desastre é a expressão aguda da vulnerabilidade em suas diferentes dimensões (física, social, ambiental, etc.)”.

A variabilidade climática, então, diz de um fenômeno físico natural, porém que impacta de modos distintos as vidas dos sujeitos residentes no local em que se manifestam uma vez que suas consequências não são vividas com a mesma intensidade por todos. Sendo assim, ter suas condições de vida e de trabalho organizadas em uma relação de dependência das variações climáticas, como é o caso de parte da população rural, representa um termômetro indicador das muitas vulnerabilidades, no sentido plural do termo, com a qual necessitam conviver diariamente.

Na pesquisa, as variáveis climáticas foram apresentadas como uma questão relevante e organizadora dos modos de vida rural. Os indicadores da vulnerabilidade às variáveis climáticas foram identificados na etapa quantitativa, através do Questionário sobre Impactos Psicossociais da Seca, originalmente elaborado por Favero (2012) e adaptado por Ximenes (2016), e na etapa qualitativa, mediante as discussões nos grupos focais. Entre as questões ambientais recorrentes nas duas regiões, destaca-se a seca ou estiagem, que possuiu maior expressividade junto à população de Pentecoste, onde 92,3% (n=347) relataram ter vivido

diretamente ou ter tido algum familiar que viveu a situação. Em Cascavel, apenas 21,6% (n=78) assinalaram esta experiência. Este dado fortalece os conteúdos expressos nos grupos de discussão, onde a vulnerabilidade às variáveis climáticas apareceu diretamente ligada aos impactos da seca como geradores de perdas na produção, diminuição das possibilidades de trabalho, explicação mágica da vulnerabilidade às variáveis climáticas, morte da vegetação e precário acesso à água (Figura 9).

Figura 9 – Mapa categorial vulnerabilidade às condições climáticas



Fonte: Elaborada pela autora.

No contexto nordestino, os impactos da seca como fatores que acentuam as vulnerabilidades já expressas nos territórios foram mais recorrentes se comparados à região Sul, que, assim como já debatido, possui outras características climáticas, com maior precipitação de chuvas, e produtivas, com maior disponibilização de postos de trabalho assalariado nos ramos do agronegócio e nas atividades não agrícolas. Vale ressaltar, ainda, que no período de realização da pesquisa, os moradores contabilizavam uma sequência de anos com baixos volumes de chuvas em Pentecoste. Paulo (GFP2) diz: “*Nós estamos há 5 anos que não tem inverno*”. _

Mesmo a seca como evento climático tendo sido mais frequente na região Nordeste, em Cascavel, Alberta (GFC2) relata sua experiência de perdas na produção: “[...] *daí depois entrava aqueles anos de seca, né e num dava o produto. E você tinha que tirar até da gente pra pagar a parte pros ôto*”. Uma possível característica de diferenciação do que significa

perder a produção nos dois territórios diz da recorrência com que isso acontece e de seu impacto na geração de recursos financeiros e alimentares para as famílias, fazendo com que o conteúdo produzido seja utilizado apenas para a subsistência e não para a comercialização. Quanto à isto, Juvenal (GFP2) esclarece que *“Só eu tem 5 ano que eu planto e nós só faz comer”*.

Diretamente interligado às perdas na produção, está a diminuição das possibilidades de trabalho, pois a ausência de chuvas impacta na redução de pessoas dedicadas ao plantio, seja em suas próprias terras, como trabalhadores diaristas ou meeiros. Cloves (GFP1) fala da interdependência entre períodos chuvosos e o cultivo de produtos agrícolas: *“E nós que vive da lavoura sem água também nós não cultiva”*. É, dessa forma, constituída a relação entre precipitações de chuva, produção agrícola e renda, sendo o primeiro elemento decisivo para a ocorrência dos demais, o que fortalece ainda mais a evidência de que há uma baixa variabilidade produtiva compartilhadas pelos moradores. Karla (GFP4) afirma que a ausência de período chuvoso compromete até mesmo a permanência da população no local: *“[...] a renda familiar daqui é da agricultura, né. E com a falta d’água não tá tendo como ter essa renda, aí dificulta muito morar aqui”*. Já para João (GFP2), a seca impacta diretamente o exercício de sua ocupação, resultando em uma situação adversa: *“Eu sou pescador, como é que eu vou pescar num açude que nem água num tem?! Tá difícil”*.

Estes dados retomam o que já foi apontado por Vidal (2003) de que, no contexto semiárido, predominam produções que dependem das precipitações de chuvas ao mesmo tempo em que geram recursos monetários restritos. Além disso, as perdas na produção culminam, em convergência com os dados apontados pelas investigações de Favero (2012) e Camurça *et al.* (2016), com situações de endividamento que fortalecem ainda mais a situação de estar vulnerável às condições climáticas, recaindo em mais um dos pontos cíclicos de perpetuação da pobreza rural. Lamentavelmente, o que se vê demarcado no cotidiano dos moradores é que a indústria da seca ainda permanece vívida como força de subordinação das populações rurais nordestinas, posto que o projeto de convivência com a seca, apontado por Celso Furtado (2003) e Pomponet (2009), embora tenha trazido importantes ganhos, carece efetivamente de maior expressividade no cotidiano dos moradores. Tanto é que, entre os participantes, as possibilidades identificadas de melhorias para o contexto climático que maltrata não são os incentivos técnicos e o apoio governamental, mas sim a esperança de um período de chuvas na região: *“[...] a seca tá judiando muito com o nordestino. E a esperança desse ano a gente ter um bom inverno que é pra voltar a riqueza do Ceará, porque o negócio*

tá feio mesmo” (Amadeu, GFP4).

Ver-se dependente de um fenômeno natural coloca os moradores em lugar de imprevisibilidade e permanente expectativa, onde a chuva é entendida como garantia de melhores condições de vida para todos: “*Não, é o que eu digo, tendo inverno, não faltando inverno. Tendo inverno pra todo mundo dá certo*” (Valdomiro, GFP1). Durante um dado momento em que se debatia a questão das consequências da seca para a comunidade no GFP2, estabeleceu-se a seguinte fala, que contribui para o entendimento de que há um pensamento socialmente compartilhado de que está sob o controle das condições climáticas, cujas variáveis em si são incontroláveis e imprevisíveis, a responsabilidade pela vida digna dos moradores:

Ernesto: *Eu sou agricultor. Perdi tudo, perdi [...]*

João: *Tá tudo ligado. Acabou a água, acabou tudo.*

Paulo: *Sem água não tem vida, né? Fica tudo seco. [...] Parou a frente de serviço. Parou.*

Conviver com algo que não se pode controlar gera entre os moradores a formulação de explicações mágicas da vulnerabilidade às variáveis climáticas com as quais tem que conviver. São conteúdos que remetem à ideia da seca como fenômeno que está em domínio da fé em uma divindade, que se mostrará bondosa e acolhedora garantindo alguma intervenção em benefício da população através das chuvas. Nas palavras de Juvenal (GFP2), cujo conteúdo foi similarmente apresentado por outros moradores: “*Aqui tem seca e falta d’água, né? Ai nós tem que esperar, né, a vontade de Deus [...]*”. Edna (GFP2) também explicita sua crença na vontade de Deus: “*Mas a gente tem fé que isso aqui ainda vai voltar, né? Depende do bom inverno. Se Deus quiser, a escola vai voltar a ter a sua horta*”. Não se trata, contudo, de dizer que os moradores das áreas rurais que vivenciam a seca são apáticos e conformados com as situações de instabilidade com as quais convivem, mas sim que são prementes “(...) os riscos subjetivos e os efeitos psicossociais danosos que subjazem ao cotidiano de privações nos contextos rurais marcados pela seca” (CAMURÇA *et al.*, 2016). Dentre essas privações, cabe relembra, está a questão do acesso precário a água como necessidade básica não somente para a produção agrícola, mas principalmente para o consumo humano.

Sobre este aspecto, durante a etapa quantitativa, identificou-se que 23,7% (n=89) dos moradores de Pentecoste não possuem água encanada. Em Cascavel, este número é de 2,2% (n=8). Os dados da amostra cearense são superiores em porcentagem ao que Caldas e Sampaio (2015) obtiveram como informações a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2009, contabilizado em 17,16% da população nordestina

sem água encanada. Comparativamente à região Sul, cuja média de famílias sem acesso à água foi de 1,29%, a amostra de nossa pesquisa também está em situação de maior privação. As discrepâncias no fornecimento de água encanada entre as regiões assinalam mais um indicador de maior pobreza multidimensional para a região Nordeste, já que não ter acesso a este serviço básico representa o descumprimento da garantia de uma infraestrutura mínima à população.

Endossam estes dados a constatação na etapa quantitativa de que 68,1% (n=256) dos participantes de Pentecoste afirmaram ter a seca provocado falta de água para o consumo humano, enquanto em Cascavel esta porcentagem foi de 20,5% (n=74). Todavia, o precário acesso à água foi conteúdo recorrente no relato qualitativo dos moradores de Pentecoste, não tendo sido contemplado nos grupos focais como uma questão vivida em Cascavel. Na fala de Letice (GFP1), as dificuldades no acesso à água colocam em questionamento a avaliação da qualidade de vida na comunidade. Ela diz: “[...] *na Providência é bom a moradia, difícil é a água*”. Mesmo quando há água encanada, uma característica é seu fornecimento ser episódico e descontínuo, levando os moradores a adquiri-la por outras vias de concessão que não o fornecimento pela agência pública: “[...] *a água aqui vem um dia e outro não, às vezes as pessoas paga, né?*” (Joana, GFP1).

Na comunidade de Providência (Pentecoste), os moradores convivem como a questão da água dentro de uma lógica polarizada, onde em um extremo há ausência de precipitação de chuvas e, no outro, sua abundância. Quando não há chuva, o baixo fornecimento de água acaba contribuindo para o endividamento da população, que necessita comprá-la para ações básicas como beber, cozinhar e realizar higiene pessoal. Carmem (GFP4) fala das dificuldades em manter os cuidados básicos necessários ao zelo da casa e dos dois filhos menores de seis anos:

Aqui a situação tá tão séria que eu, pelo menos no meu caso, na minha casa, tenho que comprar água... Tem um rapazinho que tem um poço, ele vende. É 20 reais, uma caixa d'água de mil litro. Eu tenho que comprar pra me poder lavar roupa, lavar louça, porque não tem água. Tem que comprar, 20 reais a caixa d'água e num dá pra nada.

Há situações em que a aquisição da água passa a concorrer com a compra de alimentos. Madalena (GFP4) diz acreditar que “[...] *muitas famílias tiram da boca, dizendo assim, tiram da boca pra comprar a água, né. Tem que mexer na renda que tem que comprar o alimento pra comprar a água*”. Com a diminuição da incidência de chuva, a água fornecida para a região é de baixa qualidade, estando, em certos casos, imprópria para a ingestão

humana. Sobre o preço da água para beber, Marluce (GFP3) revela sua preocupação: *“Pior que eu tô achando caro é a água, que eu to comprando, 3,50 o garrafão é muito dinheiro”*. Por outro lado, quando há o excesso de chuva, sobretudo em Providência, a ausência de estradas pavimentadas e, portanto, de uma infraestrutura que conecte a comunidade à sede municipal, resulta no isolamento do distrito e na impossibilidade dos moradores irem e virem. Segundo Joana (GFP1), *“[...] aqui chove muito, aí fica ilhado, né?”*.

A morte da vegetação e a alteração da paisagem nos períodos de ausência de chuvas foi mais um dos indicadores dos impactos da seca na vida dos moradores. Na comunidade da Serrota (Pentecoste), um hábito dos moradores era o plantio de flores e hortaliças em suas residências e nos espaços coletivos, como a escola local, que possuía uma horta cuidada pelos funcionários. Porém, afirma Neide (GFP2) *“Agora não [mais flores], mas antigamente tinha muito. Mas por conta da seca [...]”*. Os moradores expressaram lamento diante da mudança da vegetação, que parece descaracterizar o sentido da vida no campo: *“Eu peguei essa imagem porque... só... a natureza, né? Verdinha. Mas aqui no interior não tem mais lugar assim”* (André, GFP2).

A maneira como os residentes das áreas rurais vivenciam os impactos das variáveis climáticas é reveladora do conjunto de vulnerabilidades socioeconômicas com as quais convivem. Assim, as informações geradas neste tópico são indicadoras de que o quadro de privações vividas no contexto rural, em especial o Nordeste, embora tenham sofrido melhorias com o avanço das políticas públicas sociais nos últimos vinte anos, não obtiveram efetiva transformação de um quadro historicamente constituído de desatenção às problemáticas vividas no campo. Por sua vez, cabe discutir quais os interesses políticos, econômicos e ideológicos de continuar elegendo a seca, um fenômeno natural e recorrentemente manifesto, como o principal vilão responsável pela perpetuação da pobreza no contexto nordestino.

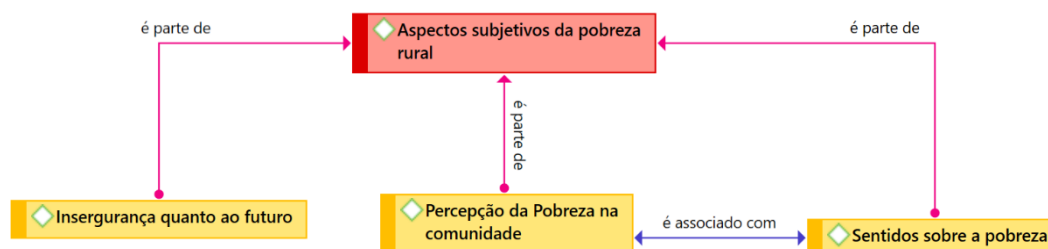
3.3.5 “Porque a nossa vida todo dia é um dia, né?!” (Sebastiana): aspectos subjetivos da pobreza rural

Intitular uma das dimensões das implicações psicossociais da pobreza rural como aspectos subjetivos não tem o interesse de anular os conteúdos dos significados e sentidos sobre os contextos de privação. Ao contrário, será a última dimensão a ser debatida sob o reconhecimento de que a resposta da pergunta ‘quem é o morador da área rural?’ foi sendo

progressivamente construída ao longo da tese. A pobreza rural, analisada segundo um prisma multidimensional, deve ser considerada como um fenômeno que se forja sob a materialidade de condições concretas de existência, historicamente constituídas por tensionamentos sociais e interesses de grupos dominantes. Fala-se, então, de uma constituição psicossocial, onde as ideias, comportamentos e sentimentos dos sujeitos sobre suas experiências de vidas não são derivadas unicamente de suas experiências individuais. Ao contrário, residir na área rural, comungar da história do lugar, dos seus modos de vida e sistemas de representações sociais (GÓIS, 2005), influencia a avaliação sobre o lugar e sobre si mesmo, o que assinala que a dimensão subjetiva da pobreza é um importante indicador para ampliar as medições das implicações psicossociais da pobreza. Assim é que, nos relatos dos grupos focais, os aspectos subjetivos da pobreza rural estiveram organizados em torno de quatro categorias: sentidos sobre a pobreza, percepção da pobreza na comunidade, insegurança quanto ao futuro e descrença nos poderes institucionais (Figura 10).

Os sentidos sobre a pobreza apresentados pelos moradores estão associados as visões que comungam sobre o que é ser pobre na área rural. Nas falas dos moradores, a pobreza está vinculada às situações extremas de ausência de condições monetárias para prover alimentação, falta de controle dos próprios gastos, falta de vontade de trabalhar e acomodação em virtude dos benefícios sociais concedidos.

Figura 10 – Mapa categorial aspectos subjetivos da pobreza rural



Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo entende Miguel (GFP3), “[...] pobre é não ter uma panela no fogo pra comer, pra cozinhar, esse é pobre”. Ao compreenderem a pobreza como fenômeno análogo à fome, sobressai-se entre os participantes a visão unidimensional e monetária deste fenômeno, responsável por distinguir os sujeitos em situação de pobreza como aqueles que possuem deficiência na renda ou na capacidade de consumo (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016). Vista sob um único aspecto, facilmente a pobreza se converte como questão de responsabilidade do sujeito, consequência direta da quantidade de esforço despendido para

superá-la.

A pobreza como falta de controle dos próprios gastos é um indicador da ideia de esforço para a superação dessa condição. Socorro (GFP3), ao mesmo tempo em que defende que a pobreza é consequência da falta de autocontrole, reivindica para si uma posição de admiração por conseguir administrar poucos recursos em uma situação de monoparentalidade feminina. Segundo ela: “[Pobre] *É os que não se controla, não pensa na vida. Se eu não me controlar tá aí, eu ganho um salário e tem 2 filho e uma casa pra cuidar, porque no caso também tem boa intenção*”. Entretanto, não é só Socorro que compreende a pobreza sob este ângulo. Catarina (GFC2) entende que “*É que nem ela tá falando que os que tem o benefício, se souber se controlar, manear, que nem diz o outro, vai conseguir se manter né?!*”.

A pobreza como falta de vontade de trabalhar esteve presente na fala dos moradores das duas regiões, embora tenha se apresentado de maneira mais enfática entre os participantes de Cascavel. Há, nos conteúdos expressos, a noção do esforço não somente como autocontrole, mas como disponibilidade física para se adequar às ofertas de trabalho disponíveis. Na visão de Alberta (GFC3), é pobre quem não tem vontade de trabalhar, colocando-se de maneira moralmente questionável ao ter expectativa de receber algo sem realizar esforço física para tanto:

São as pessoas pobres que tem aqui, mas que não tem interesse em trabalhar e às vezes vem pedir alguma coisa pra gente. E a gente diz: “Ó, eu vou te dar, vou te arrumar, mas aí tu vem uma hora e eu tenho um servicinho assim, assim pra fazer”. A pessoa vai embora e não volta mais porque não deu dado assim, sabe?! Eles querem as coisas de graça (Alberta, GFC3).

Luiza (GFC1) comunga com o pensamento de Alberta e afirma que a negação das ofertas de trabalho se daria independente de seu exercício ser no campo ou na cidade: “*Tem gente que não quer ganhar bastante na cidade porque tem preguiça de ir lá e nem quer ganhar pouco aqui porque diz que é pouco*”. A recusa das ofertas de trabalho, mesmo sob baixa remuneração e requerendo intenso esforço físico, seria um indicativo da apatia do sujeito frente à pobreza: “*Se ele não encarar isso é porque ele gostou da miséria*” (Jurema, GFC2). Miguel (GFP3) chega a ser mais enfático e diz: “*Os pobre que tem [na comunidade] é porque quer*”.

Falas com as de Socorro, Catarina, Alberta, Luiza e Miguel centram nos sujeitos a responsabilidade pela busca de melhorias para suas vidas, o que gera processos de culpabilização dos pobres por sua situação (GUARESCHI, 2009; SIQUEIRA, 2014; ACCORSSI; SCARPARO, 2016). Culpabilizar os sujeitos por estar em situação de pobreza

contribui para a manutenção do *status quo*, pois desconsidera sua produção histórica e social (MOURA JÚNIOR *et al.*, 2014) e ignora os demais atravessamentos econômicos, políticos e ideológicos que os mantêm nesta situação. Quanto a isto, Siqueira (2014) relembra que a pauperização é resultado inerente à relação de exploração entre capital e trabalho derivado do modo de produção capitalista, o que implica que sua total superação não condiz com os interesses do capital, que se fortalece e reproduz ancorado na distribuição desigual de recursos.

Entre os participantes, não esteve claramente expressa uma leitura crítica de que as práticas laborais se fundamentam em uma lógica produtiva na qual maior esforço não necessariamente gera maiores recursos. Um exemplo disto foi a análise gerada nos grupos focais como consequência da apresentação pela pesquisadora de uma situação hipotética na qual um homem, desempregado há um ano e meio, com um filho de dois anos e a esposa também desempregada é convidado a trabalhar com uma remuneração mensal inferior a meio salário mínimo.

Facilitadora: Manuel está desempregado há um ano e trabalha como diarista pra sustentar a esposa e o filho pequeno, de dois anos. Recentemente, o Manuel foi chamado pra trabalhar ganhando metade de um salário mínimo, que dá 440 reais, hoje. Ele vai aceitar, porque ele acredita que só depende dele se esforçar pra ter uma vida melhor. O que vocês acham dessa história do Manuel?

Paulo (GFP2): É a necessidade primeira dele, “tô desempregado, se apareceu foi isso? Então é isso que...”, né? É a consciência de que se ele, né? Fizer um bom trabalho, se ele se esforçar, né? Ele pode tá crescendo dentro do emprego. O salário dele pode tá melhorando. Mas aí depende do querer dele, da vontade dele.

A ideia do esforço e da auto responsabilização pelo trabalho como chaves para a superação da pobreza refletem a simplificação analítica dos fatores conjunturais que a reforçam. Em uma perspectiva concreta, não há uma correlação direta entre a intensidade da força física dispendida para o trabalho e as altas remunerações. Sobretudo no contexto rural, assim como mencionado neste estudo, a alta concentração fundiária e a baixa escolarização são os fatores predominantes para a baixa remuneração no campo (NEY; HOFFMANN, 2009) e não o menor número de horas trabalhadas por opção dos moradores.

Entre os participantes, outro sentido atribuído à pobreza foi a ideia de acomodação das pessoas frente aos benefícios sociais. Kátia (GFC1) compreende que, sobretudo os jovens, recusam as ofertas de trabalhos braçais: “*Agora os novo (sic) não quer trabalhar. Porque eles vão trabalhar se ganha cesta básica?!*”. Interessante que, entre os moradores de Cascavel, o benefício que resulta em acomodação é a concessão da cesta básica, fortalecendo a noção compartilhadas entre os participantes de que é a fome o indicativo da pobreza. Já em Pentecoste, a aposentadoria dos idosos presentes na família seria o motor da letargia dos

jovens frente à pobreza: “*Mas aí com o aposento das pessoas, todo mundo se aposentando, muita gente desistiu de trabalhar pra se encostar nos aposentado*” (Estevão, GFP3).

De acordo Cazella *et al.* (2016, p.51), o apoio econômico governamental para a agricultura familiar não tem sido concedido de modo equânime, pois a maior parte dos agricultores familiares não são beneficiados por políticas produtivas, como a reforma agrária, o Pronaf²² e a inserção nas compras públicas de alimentos, também nomeada de mercados institucionais, que lhes garantiria maior autonomia econômica e de produção. Contrariamente, estes grupos familiares estão, em sua maioria, relegadas ao assistencialismo social, recebendo a concessão de previdência rural e o programa Bolsa Família, que embora socialmente relevantes, não efetivam a proposta de emancipação produtiva dos grupos de produtores familiares rurais. Estes dados são vividos na prática quando os moradores relatam baixas ofertas de trabalho no campo, baixa remuneração e precárias condições produtivas que contribuem com processos de adoecimento derivados do excesso de esforço físico sob condições ambientais adversas.

Quanto à percepção da pobreza na comunidade, representou elemento comum a todos os grupos focais a ausência de um consenso sobre se existem ou não pessoas em condições de pobreza nos locais onde residem. Sobretudo em Cascavel, onde os participantes foram mais enfáticos em atribuir a pobreza como consequência da preguiça, os pobres seriam apenas os sujeitos sem alternativas para ultrapassar esta condição, o que reduziria a quantidade de pessoas inicialmente identificadas por eles como pobres: “*Eu acho que, no meu ponto de vista, pobreza, pobreza não tem, tem falta de vontade de ter as coisa, pra correr atrás. Pobreza não tem, como eu falei. Tudo que a gente plantar, o que você quiser, tem*”. (Eudalina, GFC3). Em Pentecoste, os sujeitos que se distinguiriam de uma condição de pobreza seriam os que possuem rendimentos fixos, principalmente aposentadoria:

Por exemplo, tem gente que diz, ela tava dizendo, que não existe pobreza. Acho que não existe mesmo não, porque nós passa dificuldade, mas não é todo, não é todo, sabe? Porque tem muitos que tem condição, como ele [apontando para outro participante] já falou, os que são aposentado, que tem seu dinheirinho, não passa tão apertado. Mas, como eu, que não sou aposentada ainda, muitos que não são aposentado, esses passam muita necessidade. Muito sufoco. (Olga, GFP1)

²² O Programa de Fortalecimento da Agricultura Família (PRONAF) foi criado em 1996 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, mediante o Decreto 1.946. É uma política pública que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Segundo Cazella *et al* (2016, p.61), como “a maioria dos acessos ao Pronaf atende agricultores integrados às principais cadeias produtivas e com maior movimentação econômica, passou a ser recorrente a rotulação do Programa como sendo uma política para o ‘agronegócio’”.

Chama atenção que, nos grupos focais, os moradores descreveram a pobreza como uma experiência vivida por um sujeito externo ou cuja experiência foi superada por eles no passado. Expedito (GFP2) descreve: “E assim nós vai vivendo. Num é pobre não, mas vai vivendo a vida. [...]”. Já Miguel (GFP2), descreve ter vivido a pobreza no passado, embora reconhecendo que as fragilidades vividas em seu processo de escolarização e de inserção precoce no trabalho que o privação da habilidade de ler e escrever: “[...] *eu também, eu fui pobre, num sei nem assinar o meu nome, ainda mal*”. (Miguel, GFP2)

De acordo com Dolores (GFC2), a pobreza na comunidade está mais presente entre as pessoas idosas, que já não mais possuem condições físicas para trabalhar. Estes são os sujeitos que vivenciam a fome e o abandono intensamente, necessitando do auxílio dos vizinhos quando não possuem algum tipo de benefício social.

[...] Essa semana mesmo chegou uma pessoa e falou pra mim assim “Eu tô com uma fome”. Falou pra mim uma pessoa de idade, sabe?! E me deu vontade de chorar, na hora me deu vontade de chorar de ver a pessoa naquela situação sem nenhum filho, sabe?! Com fome. Essa hora eu senti que fosse minha mãe. E eu fui pegando assim, sabe?! Peguei alimento mesmo e falei: “Oh, vai comer vizinha! Come, mata a sua fome! Pra mim não vai fazer falta”. Anotei pra mim pagar. Então existe pobreza ainda. Existe. [...] Não é dizer que não trabalhou, é uma senhora, é uma velhinha, mas ela também trabalhou, né?!. (Dolores, GFC2).

Paulo (GFP3) acredita que, na comunidade de Serrota (Pentecoste), a diminuição da pobreza é um produto positivo dos benefícios sociais concedidos à população local. Em seu entendimento, em todo agregado familiar há, no mínimo, uma pessoa beneficiária.

Por incrível que pareça, a gente sabe que existe a pobreza, né? Mas, assim, dentro da Serrota, quem conhece a fundo mesmo a Serrota, existe pessoas pobres, né? Mas não existe aquela pobreza de dar dó. Não existe. Porque, o que ocorre mesmo, no sentido da palavra, é aquela pessoa desprovida de tudo, né? E aqui não, é como o Estevão disse, aqui a família, o pai, a mãe, não tem, mas o vô tem, então vai mantendo. Certo? Não existe, assim, a pobreza da pessoa não ter o que comer hoje, não ter o que beber hoje. Porque, além disso, tem a questão também, é... dos programas do governo federal, Bolsa família. Eu acho que a cobertura pro Bolsa Família é quase cem por cento (Paulo, GFP3).

Diante da afirmativa de outro morador de que a pobreza seria um problema do passado da comunidade de Providência (Pentecoste), Karla (GFP4) afirma “[...] *eu acho que teve miséria, agora tem pobreza*”. Esta expressão ilustra justamente aquilo que seria a proposta do Programa Bolsa Família de contribuir, através da transferência de renda, com a superação da pobreza extrema (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013). Estudos como o de Rêgo e Pinzani (2013) apontam o potencial deste Programa na produção de autonomia dos beneficiados, ao

mesmo tempo em que, através de suas condicionalidades, favorece uma maior permanência das crianças em processos de escolarização e sob atenção dos cuidados de saúde. Como exemplo, cabe retomar o que já foi discutido aqui sobre alguns dos nexos causais em torno da reprodução intergeracional do trabalho infantil precoce no campo.

Nestes casos, o benefício, ao materializar uma maior rede de proteção à infância e ao grupo familiar, contribui progressivamente, embora ainda de modo tímido, para a diminuição dos ciclos da pobreza. A defesa que se faz aqui é, portanto, a ampliação da política e seu desenvolvimento articulado com outras iniciativas de produção econômica e superação da vulnerabilidade da população local à fenômenos cujos efeitos danosos podem ser evitados, como é o caso da seca e dos postos de trabalho agrícolas insalubres. Crê-se que, garantindo essas condições, sentimentos como os de insegurança quanto ao futuro, presentes com expressiva recorrência nos grupos focais, possam ser amenizados entre a população rural.

Entre os participantes, as dificuldades de fazer planos para o futuro estão vinculadas aos sentimentos de constante insegurança quanto aos próprios rendimentos. Nas palavras de Sebastiana (GFC2), *“Assim a gente começou, comendo bolinho com farinha e água e tendo que levar a vida e foi indo. Porque a nossa vida todo dia é um dia, né?!”*. Diante das dificuldades de ultrapassar as demandas cotidianas concretas e da instabilidade derivada dos anos de seca, Expedito (GFP3) entende que antever o futuro se torna empreitada difícil *“Não tem como fazer plano pra muito tempo assim, né?!”*. Assim é que, em Pentecoste, 67,6% (n=254) dos participantes afirmaram ter se sentido inseguro quanto ao futuro como consequência de questões ambientais. Em Cascavel, este número foi quase três vezes menor, com 19,1% (n=69). Porém, a convivência com outras questões sociais e econômicas vinculadas aos contextos de pobreza vai contribuindo com estes sentimentos de indefinição quanto à vida e ao futuro.

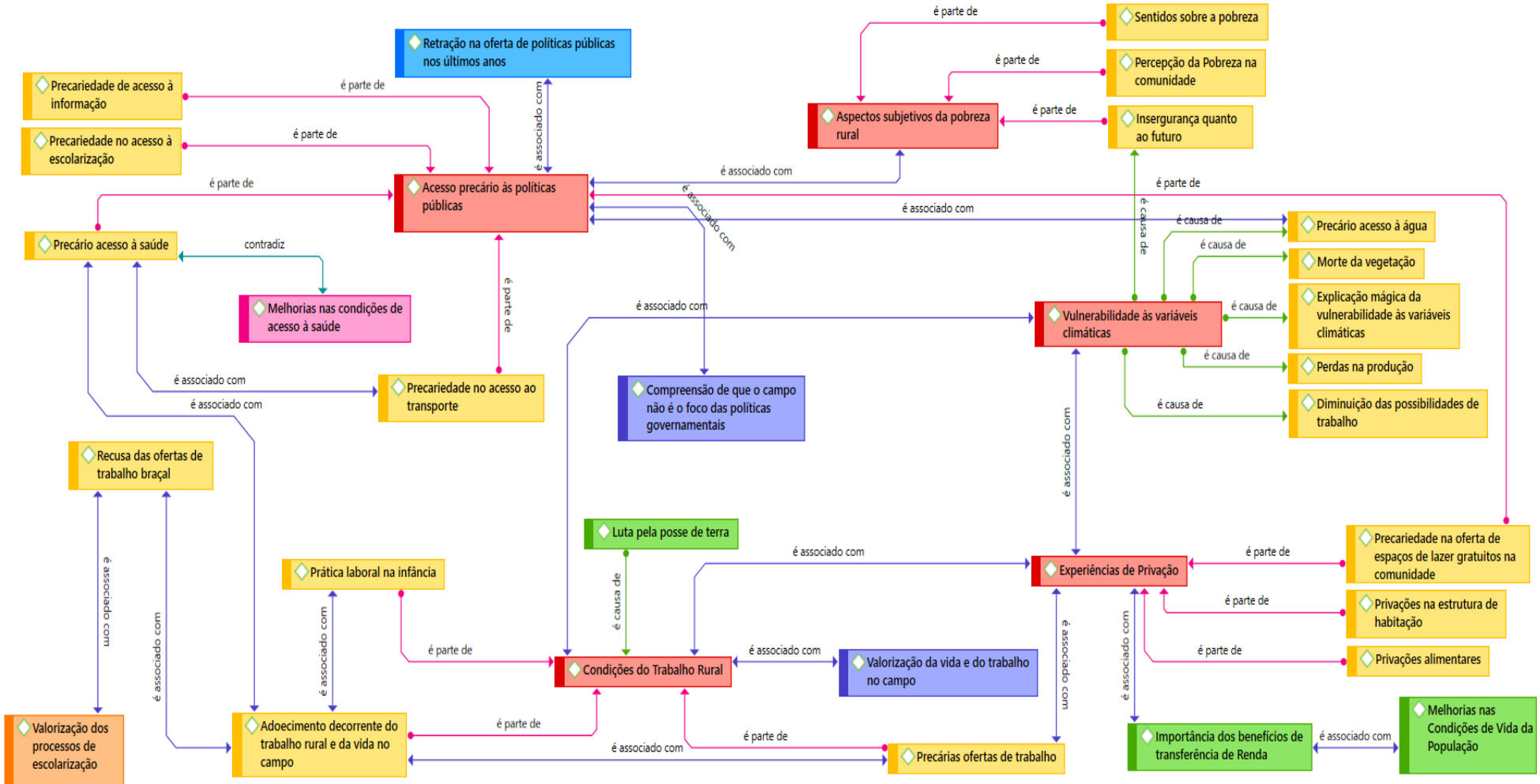
A insegurança vai, progressivamente, fixando os sujeitos na experiência que se desenvolve no presente e fazendo-os abrir mão da construção de expectativas que temem ser irrealizáveis. Erondina (GFC3) ilustra esta constatação ao dizer: *“Também não sou de fazer muito plano não”*. Com isso, os aspectos subjetivos vão apontando que, no plano de fundo das falas dos sujeitos, existem atravessamentos sociais e fatores concretos que interferem na constituição do psiquismo dos sujeitos (CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012), de modo que se revelem quais os componentes de resistência e enfrentamento desenvolvidos em contextos de pobreza rural.

Souza (2018) parte da concepção de *habitus* em Bourdieu para construir seu entendimento de que os sujeitos têm seu comportamento efetivo no mundo orientado por esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, muitas vezes opacos, irrefletidos e inconscientes. Cria-se uma visão de mundo e uma hierarquia moral transmitida como um signo social quase imperceptível. Nesta tese, mesmo diante de inúmeras situações adversas que trazem obstáculos concretos para a melhoria das condições de vida os sujeitos permanecem reproduzindo ideias de que a aquisição de uma boa vida, distante da pobreza, é algo fruto do esforço pessoal. Trata-se de um conteúdo que expressa a significação social da pobreza como algo individual, cujas medidas de superação devem integrar ações privadas, fragilizando o entendimento de que é uma problemática estruturalmente constituída.

3.4 Considerações breves sobre as implicações psicossociais da pobreza rural

Dentre as considerações parciais obtidas ao final deste primeiro capítulo, reafirma-se que a pobreza e suas implicações psicossociais (CIDADE, MOURA JÚNIOR, XIMENES, 2012; MOURA JÚNIOR et al., 2014; ACCORSSI, SCARPARO, 2016) somente podem ser compreendidas através da análise multidimensional e complexa estabelecida entre seus impactos sociais e psicológicos para a constituição dos modos de pensar, agir e sentir dos sujeitos. Afinal, como bem enfatizam Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016, p.116), os contextos rurais produzem modos de existência ao mesmo tempo em que são produzidos por eles, sendo não apenas palco ou cenário onde se desenvolvem as interações, mas sobretudo “(...) agenciadores de modos de vida”. Por conseguinte, há que se considerar quais as consequências perversas que um percurso histórico marcado pela fragilização da oferta de políticas públicas (de saúde, de educação, de transporte, de lazer, de geração de emprego e renda), pela destinação de investimentos governamentais díspares entre regiões, pela invisibilização dos modos de ser e viver no campo e pela naturalização da pobreza geraram para as formas de sociabilidade no contexto rural. Com vistas a facilitar uma visão representacional de como cada uma das cinco dimensões listadas se interconectam com as vinte e sete categorias identificadas através dos dados quantitativos e qualitativos, foi elaborado um Modelo Representativo das Implicações Psicossociais da Pobreza Rural (Figura 11).

Figura 11 – Modelo Representativo das Implicações Psicossociais da Pobreza Rural



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 11 permite identificar que, embora as dimensões analíticas das implicações psicossociais da pobreza tenham sido debatidas especificamente em subtópicos distintos ao longo do capítulo, são conteúdos que estão interconectados à medida em que se expressam concomitantemente na vida das pessoas residentes nas áreas rurais pesquisadas. As experiências de privação, o acesso precário às políticas públicas, as condições do trabalho rural, a vulnerabilidade às variáveis climáticas e os aspectos subjetivos estão associadas e retroalimentam a pobreza.

Existem articulações intradimensionais, entre as categorias que compõem uma dimensão, e interdimensionais, quando a categoria de uma dimensão permite ampliar o entendimento da categoria de outra dimensão por estarem associadas. Esta proposição pode ser observada quando o acesso precário à saúde, enquanto categoria da dimensão acesso precário às políticas públicas, vincula-se internamente à precariedade no acesso ao transporte e, sob uma perspectiva interdimensional, ao adoecimento decorrente do trabalho rural e da vida no campo, relacionado à dimensão condições do trabalho rural. As precárias ofertas de trabalho tanto se associam com o adoecimento dos sujeitos como com a acentuação das experiências de privação. A observação de que existe pouca oferta de espaços de lazer gratuitos na comunidade evidencia a vivência da privação no cotidiano dos sujeitos e como esta precariedade dispõe sobre as limitações de alcance das políticas públicas no campo. Por sua vez, a vulnerabilidade às variáveis climáticas impacta na diminuição das possibilidades de trabalho, o que acentua a precarização das ofertas de postos laborais.

Sendo assim, observadas em uma disposição representacional, as dimensões analíticas das implicações psicossociais da pobreza rural permitem o entendimento de que estão sendo reproduzidas socialmente condições objetivas e subjetivas de perpetuação da pobreza. Desconsiderá-las acarreta na invisibilização das relações assimétricas de acesso à renda, às políticas públicas, à participação nos espaços de decisão econômica e política, reforçando a significação social da pobreza como algo natural, não passível de transformação concreta, intrínseco às suas experiências cotidianas e à vida rural.

4. AS MANIFESTAÇÕES DO FATALISMO POR MORADORES DA ZONA RURAL

O capítulo tem como objetivo analisar as manifestações do fatalismo em contexto de pobreza rural. No senso comum, entende-se fatalismo como termo que remete a algo derivado da fatalidade, de um destino que é impossível prever ou controlar. Martín-Baró (1998) inseriu o fatalismo nas discussões sobre Psicologia da Libertação e o definiu como fenômeno psicossocial atrelado à concepção de que a vida é predeterminada e fruto de uma vontade sobrenatural ou divina. Entretanto, na atualidade, questões como a insegurança, a incerteza e a indefinição quanto à vida, associadas à diversidade de correntes religiosas, contribuem para que este fenômeno adquira nova roupagem e desperte atenção sobre em que medida se constitui como indicador dos impactos que processos como a individualização, a culpabilização e a simplificação analítica dos fatos cotidianos podem acarretar na constituição do psiquismo de sujeitos em condições de pobreza.

Nos contextos rurais, a intensa pobreza, a vulnerabilidade às variáveis climáticas e a invisibilização de seus modos de vida pelos gestores públicos radicalizam a sensação de insegurança. Entre os moradores, o entendimento de que a produção agrícola depende de uma força sobrenatural que lhes concederá as condições climáticas adequadas os posiciona à mercê da vontade divina. Camurça *et al.* (2016) compreendem que, nestes casos, o fatalismo, ao lado de sentimentos como a submissão e a resignação, opera como impacto psicológico decorrente das condições objetivas de vidas marcadas pela seca. Porém, uma reflexão que se coloca é sobre si, mesmo em contextos territoriais distintos, nos quais a problemática da precipitação de chuvas não se apresenta com a mesma intensidade, a vulnerabilidade da vida no campo impulsiona concepções fatalistas.

Sendo assim, para alcançar o objetivo pretendido, o capítulo parte da conceituação inicial de fatalismo, considerando suas expressões em contextos marcados pela pobreza. São descritas as quatro fontes de informações utilizadas para a construção de um Modelo Analítico das Dimensões do Fatalismo. O controle divino, a predestinação, o pessimismo e a noção de sorte são apresentados como dimensões iniciais de análise do fatalismo, reorganizadas a partir dos dados quantitativos e qualitativos obtidos nesta tese. Com base nos dados provenientes da aplicação do Questionário de Pobreza Multidimensional e da Escala Multidimensional do Fatalismo em sua versão reduzida, foram realizadas análises descritivas, Teste T de *Student*, ANOVA, Análise de Regressão Múltipla com método *Stepwise* e Análise de Correlação de Pearson e de Spearman. Os dados qualitativos contemplaram os três grupos focais realizados

em Cascavel e os quatro facilitados em Pentecoste.

4.1 Fatalismo: conceituação e interlocuções com a temática da pobreza multidimensional

Martín-Baró (1998; 2004) enfatiza que o fatalismo é fruto de um contexto ideológico latino-americano marcado pela marginalização e pela pobreza, que geram condições de vida deploráveis e um regime de vida opressor. Manifesta-se, em um primeiro plano, como realidade social, externa e objetiva, para depois se converter em uma atitude pessoal, interna e subjetiva, responsável por gerar relações de sentido entre o sujeito e um mundo que se apresenta como fechado e incontrolável.

O fatalismo, então, diz de um esforço (ou de uma habilidade) que é, ao mesmo tempo, cognitivo (MARTÍN-BARÓ, 1998, 2004; VALLEJO-MARTÍN, MORENO-JIMÉNEZ, RÍOS-RODRÍGUEZ, 2017), emocional (MARTÍN-BARÓ, 1998, 2004; DÍAZ *et al.*, 2015) e comportamental (MARTÍN-BARÓ, 1998, 2004) para lidar com os sentimentos de impotência perante o mundo e a sociedade. No plano dos pensamentos, Martín-Baró (1998, 2004) listou como manifestações do fatalismo a crença de que a vida está predefinida, de que há um destino fatal que não se pode mudar e de que existe um Deus todo-poderoso responsável pelo futuro. No plano das emoções, encontra-se a resignação, o não se deixar afetar pelas emoções e a aceitação do sofrimento resultante do próprio destino. No plano comportamental, há o conformismo e a submissão, a tendência à passividade e à desmobilização das maiorias populares, assim como a fixação no presente.

As condições políticas, econômicas e culturais de cada sistema social irão interferir nas manifestações do fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1998), o que resulta na ideia de que ele adquire roupagens específicas segundo cada contexto. Daí que o fatalismo serve como eficaz estratégia de opressão ao refletir no psiquismo dos sujeitos as consequências das estruturas econômicas, sociais e políticas fundamentadas na exclusão e na desigualdade social. Blanco e Díaz (2007) se aproximam desse pensamento ao descreverem que, na atualidade, o fatalismo encontra elementos para sua perpetuação em um rosto bifronte, nos moldes do que intitulou de fatalismo coletivista e fatalismo individualista. O fatalismo coletivista é a face mais tradicional desse sistema de crenças. É típico de sociedades de solidariedade mecânica²³, onde não há significativa divisão social do trabalho, a consciência social e a individuação são fracas. O fatalismo coletivista, assim, está associado a um esquema mental caracterizado pela

²³ Blanco e Díaz (2007) referenciam, ao distinguirem o fatalismo em coletivista e individualista, as contribuições do sociólogo Émile Durkheim sobre os tipos de solidariedade social derivados da divisão social do trabalho.

aceitação resignada e passiva do destino como fruto de uma vontade sobrenatural ou de forças da natureza. Por se perceberem à mercê dos acontecimentos, os sujeitos de culturas coletivistas, identificou Díaz *et al.* (2015), entendem que atingir um objetivo é raramente possível e, mesmo diante de situações exitosas, a percebem como resultado da sorte ou da predeterminação.

Em sua expressão coletivista, o fatalismo dificulta a fixação de metas, reduzindo as expectativas das pessoas sobre a vida, o que permite dizer que se trata de “(...) uma estratégia cognitiva perversa que faz as pessoas terem um maior nível de satisfação com a vida, mas inibe a ação para transformar a realidade social”²⁴ (DÍAZ *et al.*, 2015, p.992). Neste nível, representa a peça fundamental do círculo vicioso do conformismo (MARTÍN-BARÓ, 2004), pois o sujeito entende que nada pode fazer já que seu destino está traçado e é esta inatividade que acaba por reforçar o contexto de incertezas.

O fatalismo individualista, segundo Blanco e Díaz (2007), é intensamente manifesto nas sociedades atuais, caracterizadas pela solidariedade orgânica e por altos níveis de desenvolvimento tecnológico e econômico, mas que submetem as pessoas a contingências aleatórias e ameaças incontrolláveis. São contextos onde se convive com a globalização do risco e a controlabilidade limitada dos perigos (BECK, 2006). Perceber-se vulnerável à destruição do meio ambiente, às ameaças do terror fanático, ao desemprego e à exclusão social gera o que Blanco e Díaz (2007) identificaram como incerteza, insegurança, descrença nas instituições como mantenedoras de conforto e da segurança, ceticismo frente ao que pode vir a ocorrer no futuro e incredulidade quanto aos esforços pessoais. Em culturas individualistas, a falta de integração social gera um estado de solidão e um profundo sentimento de isolamento (DÍAZ *et al.*, 2015).

Apesar de Blanco e Díaz (2007) compreenderem que apenas o fatalismo individualista representa uma estratégia de adaptação aos contextos desfavoráveis, Martín-Baró (1998, 2004) já identificava este potencial quando defendia que o fatalismo apresenta sua funcionalidade ao evitar com que o sujeito se frustre e se desgaste diante dos investimentos sem sucesso em transformar a realidade. Martín-Baró (2004, p.161) elucida: “o fatalismo pode ser considerado como um mecanismo adaptativo, uma estratégia de sobrevivência, que permite ao campesino latinoamericano sobreviver em condições totalmente desfavoráveis”²⁵. A esta mesma

²⁴ Trecho original: “*collectivist fatalism is a perverse cognitive strategy that makes people have a higher level of satisfaction with their lives, but inhibits action to transform social reality*” (DÍAZ *et al.*, 2015, p.992).

²⁵ Trecho original: “*En esse sentido, el fatalismo puede ser considerado como un mecanismo adaptativo, una estrategia de supervivencia, que permite al campesino latino-americano subsistir en condiciones totalmente desfavorables*”.

conclusão chegou Díaz *et al.* (2015, p.942), que o definiu como uma estratégia adaptativa “inteligente e realista (benéfica)”²⁶.

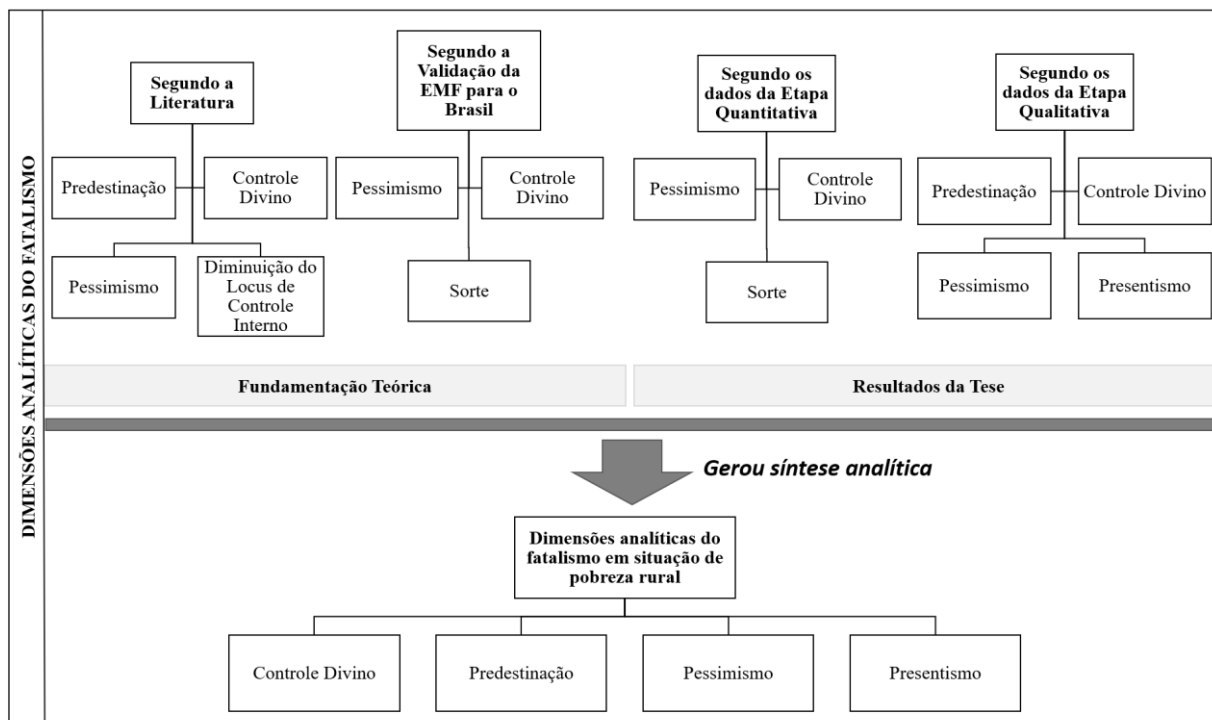
Entretanto, vale ponderar que, mesmo o fatalismo se configurando como uma estratégia de adaptação aos contextos marcados por insegurança, incerteza e indefinição típicas do contexto de pobreza, é preciso questionar sobre em que medida ele se correlaciona com as estratégias de enfrentamento psicossocial à pobreza. Afinal, o próprio Martín-Baró (1998) esclareceu que a negação da situação de colonizado e o distanciamento cognitivo das experiências impede que o sujeito tome consciência das inúmeras contradições presentes em sua existência, mantendo a inibição corporal e o entendimento de si como responsável pelos fatos negativos da vida, ao que o autor nomeou de ‘culpabilidade psíquica’. Nestes casos, o risco presente é o de que a reprodução de ideias fatalistas que contribuem para a manutenção do *status quo* e para a naturalização das experiências cotidianas, ao não se constituírem como foco de atenção das investigações em psicologia, apresentem-se mimetizadas com conteúdos culturais e reproduzidas como elementos de tradição religiosa, por exemplo.

Pode-se dizer que o fatalismo é um fenômeno que elucida processos psicossociais ao mesmo tempo em que denuncia as implicações que as condições de vida da população geram na constituição do psiquismo dos sujeitos. Embora sendo um tema potencial no campo da investigação em psicologia, um desafio observado é o de eleger quais as dimensões analíticas adequadamente pertinentes ao conjunto de significações que a noção de fatalismo engendra. Quanto a isto, Piña-Watson e Abraído-Lanza (2017) advertem que uma característica das investigações com ênfase no fatalismo é a dificuldade de especificar quais as dimensões que o compõem, sendo, por vezes, discutido em sua interface com as noções de destino, fatalidade, sorte, *locus* externo de controle ou, até mesmo, de medo.

Nesta tese, a constatação de que existe uma diversidade de dimensões utilizadas na análise do fatalismo, por vezes produzindo alegações divergentes para seu entendimento, e o modo com que o contexto rural vivencia conteúdos religiosos e elenca suas explicações sobre as experiências cotidianas impulsionaram a eleição de dimensões analíticas do fatalismo em situação de pobreza rural a partir de quatro fontes de informações (Figura 12). A primeira fonte correspondeu ao que se apresenta na literatura sobre as dimensões do fatalismo e permitiu fornecer os delineamentos iniciais para sua compreensão. Foram identificadas, então, quatro dimensões principais: predestinação, controle divino, pessimismo e diminuição do *locus* de controle interno.

²⁶ Trecho original: “*a smart and realistic (beneficial) adaptation strategy*” (DÍAZ *et al.*, 2015, p.942).

Figura 12 – Fontes de informação das dimensões analíticas do Fatalismo



Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda fonte foi representada pelo estudo de validação, junto à população rural das regiões norte, nordeste e sul do Brasil, de uma versão reduzida da Escala Multidimensional de Fatalismo (EMF-Reduzida) por Cidade *et al.* (2018). Em sua versão original, formulada por Esparza Del Villar, Wiebe e Quiñones (2015), a EMF possui como mencionado na metodologia deste trabalho de tese, trinta itens distribuídos em cinco fatores: fatalismo, pessimismo/desesperança, internalidade (ou *locus* de controle interno), sorte e controle divino. No entanto, a versão reduzida e validada junto à população rural brasileira identificou uma diminuição de cinco para três fatores (pessimismo, controle divino e sorte), em torno dos quais estão dispostos onze itens. Por sua vez, a terceira e a quarta fonte de informações dizem respeito aos resultados desta pesquisa de tese. Os dados quantitativos foram derivados da aplicação da EMF-Reduzida, referindo-se à terceira fonte de dados. Os dados qualitativos, pertencentes à quarta fonte de informações, foram aqueles provenientes da condução total de quatro grupos focais em Pentecoste (Ceará) e de três em Cascavel (Paraná).

O debate entre essas fontes permitiu a produção de um esquema de pensamento intitulado de Modelo Analítico das Dimensões do Fatalismo segundo as fontes de informação. Na construção deste Modelo, será possível perceber a supressão dos fatores diminuição do

locus de controle interno e sorte. Essas ausências se devem a uma maior ênfase atribuída aos dados gerados pela fonte qualitativa por compreender que os achados nesta etapa da pesquisa trouxeram considerações mais substanciais a respeito das redes explicativas elaboradas pelos sujeitos sobre suas crenças e condições de vida. Foi através desses achados que se percebeu uma menor relevância das categorias sorte e *locus* de controle interno para a compreensão da complexidade do fatalismo como fenômeno decorrente das implicações psicossociais da pobreza rural. Destaca-se que a noção de sorte não foi citada durante os sete grupos focais.

Dessa forma, no decorrer do capítulo, será apresentada, em dois grandes tópicos, a trajetória teórico compreensiva percorrida para que fosse possível elaborar o Modelo Analítico das dimensões do fatalismo relativo à população pesquisada do Nordeste e do Sul do Brasil, constituído por controle divino, predestinação, pessimismo e presentismo apresentado. No primeiro tópico, será feita a exposição conceitual das dimensões analíticas do fatalismo segundo a literatura. O segundo tópico apresentará os dados quantitativos relativos ao fatalismo e os conteúdos dos grupos focais.

4.2 Dimensões analíticas do fatalismo segundo a literatura

Díaz *et al.* (2015) apontam que, nas propostas teóricas que abordam o fatalismo, as noções de predeterminação, falta de controle interno e pessimismo são os fatores mais recorrentes. Contudo, a partir do pensamento original de Martín-Baró (1998), propõe-se acrescentar algumas sugestões no esforço de compor as dimensões principais do fatalismo. Seriam elas: atualizar o termo predeterminação por predestinação e incluir a noção de controle divino, distinguindo-o de predestinação.

A ideia de predestinação é pilar fundamental para o entendimento do fatalismo, pois em torno dela se organiza o conjunto de crenças de que os fatos ocorrem independente dos esforços dedicados pelo sujeito. O destino aparece como uma profecia a ser realizada, contra a qual é impossível atuar, pois foge ao controle do sujeito. Comunga com este pensamento Piña-Watson e Abraído-Lanza (2017, p.91), que mencionam o fatalismo como “a crença de que as coisas estão destinadas a acontecer”²⁷.

Nos contextos de pobreza, a acentuação da vulnerabilidade às problemáticas sociais aumenta proporcionalmente a sensação de não ter controle sobre a própria vida (ARCINIEGA, 2000). Ratifica este pensamento Martín-Baró (1998, p.96) ao descrever que “as classes

²⁷ Trecho original: “[...] it is a belief that things are “meant to happen” (PIÑA-WATSON; ABRAÍDO-LANZA, 2017, p.91).

dominadas não têm possibilidade real de controlar seu próprio futuro, de definir o horizonte de sua existência e moldar sua vida de acordo com esta definição”. Na ausência de condições objetivas para a transformação, resta aos sujeitos crer em uma força sobrenatural, que se apresenta como superior a todas as determinações terrenas e responsável pelo exercício do bem e do mal em suas vidas.

A aceitação passiva e submissa de um destino aparentemente irremediável e fruto da vontade de Deus ou de forças sobrenaturais (MARTÍN-BARÓ, 1998) é, portanto, expressão do desamparo cotidiano e da sensação de impotência do sujeito. Assim, o fatalismo favorece o distanciamento da realidade ao mesmo tempo que exerce o papel de “apaziguador das tensões sociais e do sofrimento psíquico oriundo de viver na pobreza” (XIMENES; CIDADE, 2016, p.135). A causa das misérias e dos males é entendida como desfecho da vontade divina e não como manifestação da opressão. Fanon (2001, p.48) atribuiu a este ato de distanciar-se das experiências com intuito de resgatar o equilíbrio interior a metáfora da ‘serenidade de pedra’. Os sujeitos creem estar em uma redoma de proteção espiritual, porém convivem com proibições, impedimentos e medos geradores de explicações míticas. A ideia de que todos os sujeitos possuem um destino responsável por traçar os acontecimentos é colocada no lugar do contato direto com a fonte de mal estar, medida que demanda maiores esforços cognitivos, comportamentais e emocionais.

Atribuir as experiências de êxito a fontes externas ao próprio controle acaba por exercer o papel de estratégia protetora, pois mantém a imagem positiva que os sujeitos têm de si mesmos (PALOMAR; CIENFUEGOS, 2006). Concomitantemente, a retirada dos fatos de seu contexto histórico-cultural como produto de processos humanos favorece a naturalização da realidade (MARTÍN-BARÓ, 2004) e a diminuição do reconhecimento de si como capaz de intervir no curso da própria vida. Dessa constatação decorre que a noção de predestinação presente no fatalismo favorece a negação, a evitação e o pensamento ilusório, próprios de um processo de desengajamento ou desligamento da realidade.

O controle divino se aproxima da noção de predestinação, mas a ultrapassa. Martín-Baró (2017, p.61) chegou a mencionar a existência de um fatalismo religioso como forma de denúncia ao uso do “consolo de que Deus consertaria as coisas no outro mundo e recompensaria os pobres por seu sofrimento, obediência e resignação”. É sob influência de discursos deste tipo que a opressão e a dominação na América Latina perduram desde o processo de colonização, efetivando o interesse das classes dominantes. Ao remeter a Deus a responsabilidade pelo destino, o fatalismo realiza seu caráter ideológico de “aceitação prática

da ordem social opressiva”²⁸, já que justifica a postura de conformismo e submissão e induz comportamentos dóceis frente às exigências de quem detém o poder (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.97).

Em suas expressões mais danosas, predestinação e controle divino se aliam obscurecendo o futuro e mistificando o passado. A anulação da história coletiva mutila o passado como espaço racional-emocional, processo que explica a raiz do fenômeno social dos excluídos (OSÓRIO, 2009). Sem a apropriação crítica de sua memória como povo ou nação, resta aos sujeitos a reprodução ingênua e fantasiosa dos conteúdos ideológicos dominantes, responsáveis pelo falseamento da realidade. Assim, a fixação nas experiências imediatas, situadas apenas no presente (não há passado ou futuro), cerceia a compreensão de que existem nexos causais entre os fatos e permite a proliferação de “(...) um discurso dominante que nega, ignora ou disfarça aspectos essenciais da realidade” (MARTÍN-BARÓ, 2009, p.195).

A ancoragem dos sujeitos em uma lógica temporal restrita ao presente, ao que se intitula de presentismo, expressa um conjunto de fatores que leva a prejuízos na saúde mental. Sobre isto, Castillo, Campo e Carrillo (2016), em pesquisa realizada com jovens em situação de pobreza, identificaram que, mesmo pensando e sentindo que possuem os recursos pessoais para lidar com a situação de privação e para buscar melhores condições de vida, é a realidade no qual os jovens estão inseridos, marcada pela exclusão social, fator que impede a realização desses intentos. Diante da frustração por não conseguir alterar a realidade e efetivar projetos no futuro, os jovens se sentem infelizes e nervosos, o que pode acarretar prejuízos para sua saúde mental. Dessa forma, investir no presente parece mais exitoso que planejar um futuro incerto.

É neste aspecto que o fatalismo, em sua roupagem de predestinação, controle divino e presentismo, pode se constituir como uma eficaz estratégia de impedimento do sujeito tomar posse de sua realidade. Embora Freire (1980) não tenha sido o responsável por formular inicialmente o termo conscientização, foi em sua obra que esta expressão adquiriu visibilidade como importante dimensão do trabalho social. Segundo afirma Freire (1980), a conscientização implica na capacidade do sujeito des-velar a realidade para conhecê-la e para decifrar os mitos que enganam e auxiliam na manutenção da estrutura social dominante. Refere-se, portanto, a um movimento que prevê apropriação crítica da realidade (dimensão cognoscitiva) e o desenvolvimento de ações concretas para transformá-la (dimensão política) (VIEIRA; XIMENES, 2008).

²⁸ Texto original: “*aceptación práctica del orden social opresivo*” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.97).

Freire (1984) lista três tipos de consciência, as quais se vinculam cada uma a um modelo de sociedade. A consciência semi-intransitiva ou mágica, típica de sociedades fechadas e com rígida estratificação social, caracteriza-se pela compreensão da realidade de modo cristalizado, pela explicação dos fenômenos fundamentada na existência de uma entidade superior (Deus, destino ou azar), pela tendência ao conformismo e à passividade. Os sujeitos conseguem acessar apenas os conteúdos imediatamente disponíveis e tendem a naturalizar os acontecimentos. Na consciência transitiva ingênua, comum às sociedades em transição, os sujeitos tomam consciência de sua condição de explorado e se descobrem na situação de opressão. São características desta fase a simplificação dos fatos (sujeito não investiga nem se aprofunda nas raízes explicativas dos fatos), a forte inclinação ao gregarismo (característico da massificação), o gosto acentuado pelas explicações fantasiosas, a fragilidade na argumentação, o forte teor de emocionalidade e a prática da polêmica em detrimento do diálogo. O terceiro e último tipo de consciência, a transitiva crítica, é comum em sociedades abertas e revela o aprofundamento da consciência dos sujeitos. Neste caso, o sujeito compreende a realidade como mutável, busca adotar uma postura aprofundada na interpretação dos problemas, substitui as explicações mágicas por princípios causais, expressa segurança na argumentação, receptividade ao novo e se demonstra inquieto e aberto ao diálogo.

Chama atenção que, na consciência semi-intransitiva ou mágica, os conteúdos do fatalismo estão fortemente presentes dada a forte referência aos conteúdos sobrenaturais como explicativos dos acontecimentos. O *apartheid* cada vez mais intenso entre ricos e pobres nas sociedades fechadas, intensifica o clamor à divindade. Neste caso, há uma latente alusão aos conteúdos religiosos, colocando em debate quais os impactos que este conjunto de crenças pode acarretar nos modos de organização social.

Vale ponderar que nem toda religião exerce função social alienante. Martín-Baró (1998) distinguiu duas formas de ser e atuar como igreja. Na primeira, está a religião da ordem, na qual a figura de Deus atua sancionando o ordenamento social através do apoio aos setores dominantes e à ideologia conservadora. Na segunda, está a religião subversiva, que leva, como obrigação prática da fé, os sujeitos a questionarem e a buscarem a transformação das estruturas socioideológicas que violam os direitos humanos. Neste grupo, está inclusa a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação nasce do tensionamento apresentado à Igreja Católica de que era preciso adotar um posicionamento frente à situação de miséria e de violência vivida na

América Latina do final dos anos de 1960. A opção preferencial pelos pobres, que fundamentou toda sua estruturação, dava indícios da descentralização de suas ações dos detentores do poder para os historicamente destituídos de poder (WOLF, 2009). Com isso, o caráter profético das ciências da libertação implica que, frente a uma situação de injustiça, o opressor seja denunciado e a novidade da libertação seja anunciada (GUARESCHI, 2009). Repousa sobre esta leitura de um novo papel da religião o reconhecimento de sua potencialidade para que os sujeitos consigam desenvolver formas de lidar com a pobreza, seja por impulsionar a interação em grupos ou por fornecer um conjunto de crenças religiosas pautadas na fé e na esperança de um horizonte de libertação.

Entretanto, no mesmo momento histórico em que a Teologia da Libertação se desenvolvia no contexto latinoamericano, difundia-se no Brasil o Neopentecostalismo, ou a Terceira Onda do Pentecostalismo, fundamentado na Teologia da Prosperidade (SCHULTZ, 2008). Esta concepção teológica²⁹ teve seu impulso de desenvolvimento nos anos de 1940 junto às igrejas pentecostais norte-americanas (SANTOS; BIAR, 2018), que defendiam o trabalho com forma de enriquecimento, a não culpabilização frente ao acúmulo de riquezas derivadas de práticas lícitas, a dedicação à vida profissional como uma vocação divina e a defesa de uma moral ascética, amparada no esforço por negar ou renunciar prazeres mundanos e vícios.

Embora a noção de prosperidade alinhada a um discurso teológico tenha sido, como afirma Santos e Biar (2018), afirmada com maior entusiasmo primeiramente por protestantes das classes média e alta, rapidamente foi incorporada aos discursos e práticas de pessoas com menor poder financeiro, sobretudo por defender que seria possível resolver relativamente rápido os problemas e alcançar êxito em campos de grande importância, como a saúde e o poder financeiro. No Brasil, a histórica situação de desigualdade social e pobreza apresentava todas as condições para uma rápida expansão das igrejas neopentecostais alicerçadas na Teologia da Prosperidade.

Segundo esta concepção teológica, a fé é o elemento responsável por mediar a aquisição de todos os direitos expressos na Bíblia e que o sujeito deseje alcançar, podendo ser: saúde, superação de situações de adoecimento, prosperidade financeira ou vitória sobre as “forças diabólicas”. Dentre os fundamentos da Teologia da Prosperidade, está a argumentação de que a prosperidade financeira representa a comprovação de que o sujeito obedece aos desígnios de Deus (GONÇALVES; PEDRA, 2017) e de que a dor, a pobreza e a fraqueza são

²⁹ A Teologia da Prosperidade, de acordo com Gonçalves e Pedra (2017), é também intitulada de *Health and Wealth Gospel, Faith Movement, Faith Prosperity Doctrines, Positive Confession*.

expressões da fragilidade de sua fé (GABATZ, 2012). Para alcançar a bonança, contudo, o crente não pode entrar em conflito com a moralidade contida nos ensinamentos bíblicos, pois o elemento chave da prosperidade é a obediência aos mandamentos de Deus (SUNG, 2015). A consequência deste pensamento é a adoção de uma visão liberal dos próprios rendimentos e dos meios para alcançá-los, porém seguindo rigorosamente os preceitos de modelos familiares e de relações afetivo-sexuais extremamente tradicionais.

No contexto brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro (RJ) representou o berço de expressão do cenário de derrocada do milagre econômico proposto pelo governo ditatorial. Nas terras cariocas, o acentuado distanciamento entre ricos e pobres, a constituição de um seguimento marginalizado, que cada vez mais internalizava a cultura de consumo, e a acusação silenciosa contra os pobres forneceu solo propício para que, em 1977, fosse criada a Igreja Universal do Reino de Deus, uma das principais divulgadoras da Teologia da Prosperidade (SUNG, 2015)³⁰. Segundo a Forbes (2015), Edir Macêdo, fundador da Igreja Universal, está entre os líderes religiosos mais ricos do mundo, com negócios diversificados na área da mídia e de bancos privados, contabilizando em 2014 um patrimônio de 1,1 bilhão de dólares.

O debate quanto aos pontos de aproximação e de distanciamento existentes entre a Teologia da Libertação e a Teologia da Prosperidade se faz pertinente dado o olhar que ambas destinam à pobreza e ao engajamento que expressam quanto à superação desta situação. Ambas se posicionam contrariamente às concepções teológicas indiferentes às problemáticas sociais e/ou que apresentam o sofrimento decorrente da pobreza como condição para a salvação. No entanto, ocupam polos opostos quando a discussão é a perpetuação da cultura do consumo e a crítica ao sistema capitalista. Sung (2015, p.47) esclarece que, a partir da concepção da libertação, busca-se a superação deste sistema e a defesa da “dignidade universal independente da confissão religiosa e da pobreza”. Na noção de prosperidade, o intento é a integração e a ascensão no interior da classificação social capitalista, sem que seja proferida qualquer crítica à cultura do consumo. Ao contrário, o dinheiro acaba por se constituir como o mediador para o alcance do sagrado e da dádiva religiosa (GABATZ, 2012).

O empenho despendido pela Teologia da Libertação prevê que, através dos trabalhos realizados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), fosse possível evangelizar a

³⁰ Gonçalves e Pedra (2017) listam como igrejas neopentecostais brasileiras, além da Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 no Rio de Janeiro; a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1976 em Goiás; a Igreja Renascer em Cristo, fundada em 1986 em São Paulo; e a Igreja Mundial do Poder de Deus, fundada em 1998 em São Paulo.

população, favorecer o conhecimento dos mecanismos de reprodução do capitalismo e potencializar a luta social (SUNG, 2015). O intuito é a construção de uma sociedade justa e igualitária. A Teologia da Prosperidade, por outro lado, demanda menor energia daqueles que com ela se vinculam, pois não tece críticas aos valores da cultura de consumo vigente. Seus encontros são marcados por forte conteúdo emocional e há um trabalho de divulgação permanente de seus ideais e de sua visão de prosperidade financeira para todos, constituindo-se como mais atrativa para grandes grupos de pessoas em situação de pobreza. Além disso, preconiza-se com esta concepção uma maior autonomia dos sujeitos para a obtenção de lucro (GABATZ, 2012), deixando de lado a concepção de que as relações mercantis de exploração da forma de trabalho são um problema ético ou moral.

O Brasil, embora continue sendo um país eminentemente católico, observa o crescimento vertiginoso das concepções evangélicas, dentre as quais se destacam as neopentecostais. No período intercensitário entre 2000 e 2010, o IBGE (2012) identificou um aumento de 16,6 milhões no número de evangélicos, atingindo 22,2% da população total ou 43,2 milhões de pessoas. As regiões Nordeste e Sul, mesmo contabilizando diminuições no número de católicos, ainda mantém as taxas mais elevadas do país, com 72,2% e 70,1%, respectivamente. Contudo, a discussão que se faz urgente não repousa apenas no número de adeptos que se agregaram ou desvincularam de cada uma dessas concepções religiosas, mas sim no impacto que as mudanças permanentes das vertentes teológicas brasileiras geram na interpretação de fenômenos como a pobreza e a desigualdade social.

É possível falar de um cenário no qual a noção de prosperidade acessível indistintamente a todos chega à população não somente através de sua disseminação nos templos e igrejas, mas disponível através de canais televisivos e de rádio, com programações específicas e organizados para transmissão de seus ideais. Há, ainda, como aponta Gonçalves e Pedra (2017, p.83), que se considerar as repercussões decorrentes da crescente inserção das concepções evangélicas no cenário político brasileiro, alicerçada na argumentação de que o “gigante adormecido” precisa estabelecer “um governo do ‘povo de Deus’”. Entretanto, não está claro se os sentimentos pregados de inconformismo frente à má condução política corresponde a um processo efetivo de apropriação crítica da realidade. Ao contrário, por se posicionarem em concordância com os fundamentos capitalistas, apartados de uma análise conjuntural e dos questionamentos dos conteúdos socioideológicos vigentes, o que se delineia é que se trata, retomando Martín-Baró (1998), mais de uma religião da ordem do que de uma religião subversiva.

Sung (2015, p.49) entende que, em uma sociedade que “culpabiliza, criminaliza e até demoniza os pobres”, as comunidades evangélicas se apresentam como afirmação de sua dignidade humana, valendo-se, para isso, de uma linguagem religiosa tradicional. Pensamentos como este assinalam a importância de circunscrever as repercussões dessa concepção teológica a partir dos discursos dos sujeitos, de modo a assinalar em que medida se constituem como força motriz de novos parâmetros da vida em sociedade. Dessa forma, as discordâncias existentes entre Teologia da Libertação e Teologia da Prosperidade na apresentação da influência divina sobre os acontecimentos permite assinalar que é preciso avaliar com cuidadosa atenção o conteúdo de religiosidade presente na expressão do fatalismo. As considerações de Schultz (2008) se coadunam com esta ideia ao afirmar que a estrutura teológica do imaginário religioso brasileiro é ambígua e cheia de simultaneidades e misturas.

Esparza Del Villar, Wiebe e Quiñones (2015) identificaram que, mesmo os sujeitos que acreditam na existência de um controle divino, também creem possuir domínio sobre a própria vida, o que demonstra que essas duas crenças não se excluem. Além disso, a espiritualidade e as crenças religiosas aparecem como aspectos promotores de sentido da vida (UNDURRAGA; AVENDAÑO, 1997) e esperança (CAVACO *et al.*, 2010), que favorecem dirigir a vida em função de um porquê e para quê além da cotidianidade e ser capaz de adotar uma postura ativa e construtiva sobre sua vida e o seu entorno.

Apresentada como aspecto positivo, a esperança pode ser entendida como uma força propulsora de ação (MOORE, 2005). Em certo sentido, implica na capacidade do sujeito se perceber como alguém capaz de realizar objetivos, o que integraria tanto a vontade de alcançar o intuito como a capacidade do sujeito de realizá-lo de maneira eficaz (BRONK *et al.*, 2009). Ser portador de esperança significa adotar uma postura ativa e construtiva sobre sua vida e o seu entorno. A esperança permite com que o sujeito evite o desespero (GISKE; ARTINIAN, 2007), configurando-se como uma alternativa emocional para lidar com situações de sofrimento e incerteza.

O controle divino como dimensão do fatalismo pode, então, interferir com um duplo efeito. Quando os sujeitos possuem pouco domínio sobre a situação vivenciada, ele pode favorecer o pensamento positivo, caracterizado pelo esforço do sujeito em se centrar nas possíveis estratégias para melhor lidar com a experiência. Por outro lado, pode conduzir os sujeitos a uma situação de desvinculação com as experiências cotidianas concretas ao negarem ou obscurecerem os fatores estruturais geradores do seu sofrimento. Nestes casos, há o afastamento do indivíduo do evento estressante em si ou das reações emocionais que ele

incita (WADSWORTH, 2012), o que pode resultar na diminuição do potencial transformador dos indivíduos.

Díaz *et al.* (2015) descreve o pessimismo como uma expressão emocional do fatalismo, ao lado do desespero. Quando o sujeito desacredita na possibilidade de que acontecimentos positivos venham a ocorrer, demonstra seu descontentamento pelas experiências anteriores sem êxito ao mesmo tempo em que se protege emocionalmente e de modo antecipado de possíveis novos fracassos. O ceticismo, segundo este pensamento, não é uma expressão de apatia, mas sim um tipo de desesperança aprendida (ARDILA, 1979), manifesta quando os sujeitos desenvolvem estratégias de (re)ação às recorrentes experiências de frustração. Arciniega (2000) entende que o fatalismo faz com que o sujeito aprenda, se molde e se habitue a viver na pobreza. Para tal, o pessimismo pode se colocar como regulador das emoções dos sujeitos.

Undurraga e Avendaño (1997) incluiu as atribuições de controle sobre o meio como um recurso psicológico dos sujeitos em contexto de pobreza que lhe permite interpretar se as possibilidades de modificação do meio em que vive estão orientadas para aspectos internos ou externos. Logo, entende-se o *locus* de controle interno como a habilidade do sujeito se sentir capaz de dominar um acontecimento e explicá-lo a partir de sua conduta, habilidade e esforço (PALOMAR; CIENFUEGOS, 2006). O *locus* de controle externo, segundo Blanco e Díaz (2007) se referindo à Rotter (1966), dá-se quando a fonte de explicação dos acontecimentos é entendida como resultado do azar, da sorte, de outros poderes ou de ação sobrenatural. No caso do fatalismo expresso em condições de pobreza, há uma diminuição do *locus* de controle interno em função do aumento do controle externo, isto porque, como já mencionado por Martín-Baró (1998), faltam as condições concretas para que o sujeito realize seu potencial de intervenção e transformação de sua realidade, fazendo com que a esperança por si não garanta a efetiva ação sobre o mundo. Como aponta Díaz *et al.* (2015, p.931),

Esse fenômeno [diminuição do controle interno] pode ocorrer por várias razões: um contexto político marcado pelo totalitarismo coletivo que tem de ser aceito passivamente (MARKOVA *et al.*, 1998), a pobreza extrema (LEWIS 1961, 1969) ou incapacidade para enfrentar ameaças e riscos que caracterizam o mundo globalizado (BECK, 1998)³¹.

A diminuição do *locus* de controle interno está associada a certo desengajamento ou desconexão dos sujeitos das situações adversa. Contudo, este distanciamento é mais fruto da

³¹ Texto original: “*This phenomenon may occur for various reasons: a political context marked by collective totalitarianism which has to be accepted passively (Markova et al., 1998), extreme poverty (Lewis 1961, 1969) or incapacity to face threats and risks that characterize the globalized world (Beck, 1998)*”.

fragilização do sujeito e da precariedade dos recursos psicossociais a ele oferecidos do que propriamente de sua escolha por se desvincular da realidade. É adequado dizer, ainda, que predestinação, controle divino, pessimismo e diminuição do *locus* de controle interno são expressões do fatalismo que estão intrinsecamente relacionadas e possuem raízes nas condições econômicas, sociais, culturais e ideológicas onde os sujeitos se inserem.

4.3 Fatalismo e pobreza rural no nordeste e no sul do Brasil

A análise das expressões do fatalismo junto à população rural do nordeste e do sul do Brasil se fundamentou nos dados quantitativos, derivados da aplicação da Escala Multidimensional de Fatalismo (EMF) em sua versão reduzida e validada para o contexto brasileiro por Cidade *et al.* (2018), e nos dados qualitativos, provenientes da condução total de sete grupos focais nos dois territórios. Considerando as propriedades estatísticas da EMF-Reduzida aplicada neste estudo, obteve-se adequado índice de consistência interna junto à amostra pesquisada (*Alfa de Cronbach* 0,797).

A Análise Fatorial Exploratória com método de componentes principais e rotação oblíqua direto indicou a existência de três fatores com uma variância explicada de 57,35%. Os dados do Teste Kaiser-Meyer-Olkin [$KMO=0,817$] e do Teste de Esfericidade de Bartlett [$\chi^2(55) = 1920,046$, $p < 0,001$] indicam que a análise fatorial é adequada. De modo distinto ao que foi identificado no estudo de validação da escala para o contexto rural brasileiro (CIDADE *et al.*, 2018), segundo o qual o fator 1 se refere à sorte, o fator 2 ao controle divino e fator 3 ao pessimismo, na investigação, o primeiro fator diz respeito ao controle divino, seguido de sorte e pessimismo. Além disso, o item “Se acontecem coisas ruins, é porque tinha que ser assim”, anteriormente vinculado ao fator pessimismo, apresentou-se, com base na AFE, como componente do fator controle divino (Tabela 11).

A média de resposta para o fatalismo foi 2,33 (DP=0,64), indicando que, em média, as respostas estiveram mais próximas do ponto neutro (nem concordo, nem discordo) da escala *likert* de cinco pontos. As médias totais de Fatalismo foram comparadas em função da cidade, do sexo, da idade, da religião, da participação em reuniões da igreja/ paróquia/templo/terreiro e do tempo que frequentou a escola, assim como expresso na Tabela 12.

Tabela 11 - Cargas Fatoriais (Rotated Component Matrix), Comunalidades (H²), Percentuais de Variância para os 11 itens da EMF - Reduzida e Alfa de Cronbach

	Carga Fatorial			H ²
	1	2	3	
Tudo que acontece com uma pessoa foi planejado por Deus	,813			,605
Qualquer coisa que aconteça na sua vida é porque Deus quer que aconteça	,812			,500
Deus controla tudo de bom e de mau que acontece com uma pessoa	,647			,528
Se acontecem coisas ruins, é porque tinha que ser assim	,611			,496
A pessoa morre quando é sua hora e não há muito o que se possa fazer sobre isso	,572			,664
As coisas boas que acontecem com você, geralmente, são por sorte		-,831		,643
Quando acontecem coisas boas com as pessoas é por sorte		-,806		,729
Existem pessoas que nascem com sorte		-,716		,441
Não se pode vencer na vida, não importa o quanto a pessoa se esforce			,778	,742
Você sente que não tem nenhum controle sobre as coisas que acontecem com você			,739	,381
O sucesso está determinado quando se nasce, não há nada que se possa fazer para ter sucesso na vida		-,316	,562	,580
Percentual de variância explicada	33,36%	14,19%	9,80%	
Autovalor	3,670	1,562	1,078	
Alfa de Cronbach	,742	,736	,636	

Fonte: Elaborada pela autora

A média do fatalismo foi superior em Pentecoste (M=2,38, DP=,63) quando comparada à Cascavel (M=2,28, DP=,65), sendo esta diferença, de acordo com o Teste *t de Student*, estatisticamente significativa ($t(691) = 2,02, p < 0,05$). Entre os homens, o fatalismo médio (M=2,38, DP=,67) foi superior aos valores obtidos junto às mulheres (M=2,32, DP=,63). Porém, não se tratou de uma distinção significativa ($t(688) = 1,08, p > 0,05$).

Na amostra total, 80,5% (n=593) dos pesquisados são católicos, 16,7% (n=123) são protestantes ou evangélicos, 2,4% (n=18) não possuem religião, 0,3% (n=2) comungam dos preceitos de outro grupo religioso não listado e 0,1% (n=1) não respondeu. A prevalência de católicos obedece ao parâmetro nacional, porém com porcentagem superior, haja vista que no território brasileiro foi contabilizado 64,6% de sua população católica (IBGE, 2012). Contudo, considerando as especificidades das regiões, Pentecoste contabilizou o maior número de sujeitos católicos (n=316, f=84%) e Cascavel o maior número de evangélicos ou protestantes (n=72, f=19,9%).

Com vistas a identificar se a religião autodenominada possui interações com o fatalismo, realizou-se ANOVA de um fator, que apontou que em Pentecoste ($F(2, 346) = 3,32, p > 0,000$) e em Cascavel ($F(2,339) = 2,04, p > 0,000$) não há diferença significativa da

expressão do fatalismo em função da religião. Este dado permite questionar si, nos contextos pesquisados, a autodenominação de pertença aos grupos religiosos será um dos elementos que permitirá compreender a expressão do fatalismo. Isto porque, como apontou Blanco e Diáz (2007), a própria pressão pela conformidade com o grupo social ao qual pertence pode favorecer a perpetuação deste fenômeno, o que leva a crer que é o modo como o contexto social reproduz as convicções religiosas e as utiliza como instrumento de perpetuação das relações de dominação um dos fatores a incidir sobre o fatalismo e não sua autodenominação a um grupo. Reforça esta alegação a informação de que, mesmo 80,5% (n=593) dos participantes tendo afirmado que participam de reuniões da igreja/paróquia/templo/terreiro, não há médias distintamente significativas ($t(690) = -0,674, p > 0,05$) entre os sujeitos que participam de eventos religiosos ($M=2,33, DP=0,66$) e os que não participam ($M=2,34, DP=0,64$) destas atividades.

Tabela 12 – Média e Desvio Padrão do fatalismo total em função da cidade, do sexo, da idade, da religião, da participação em reuniões da igreja/ paróquia/templo/terreiro e do tempo que frequentou a escola segundo amostra total

Fatalismo	M (DP)
Cidade	
Pentecoste	2,38 (0,63)
Cascavel	2,28 (0,65)
Sexo	
Masculino	2,38 (0,67)
Feminino	2,32 (0,63)
Idade	
18 a 28 anos	2,12 (0,62)
29 a 35 anos	2,18 (0,61)
36 a 45 anos	2,32 (0,67)
46 a 60 anos	2,40 (0,64)
61 a 80 anos	2,56 (0,59)
81 a 101 anos	2,72 (0,38)
Religião	
Frequenta reuniões de sua igreja/ paróquia/templo/terreiro?	
Não	2,30 (0,66)
Sim	2,34 (0,64)
Tempo que frequentou a escola	
Nunca frequentou	2,61 (0,63)
Até 5 anos (ensino fundamental incompleto)	2,50 (0,60)
6 a 9 anos (ensino fundamental completo ou incompleto)	2,36 (0,55)
10 a 11 anos (ensino médio incompleto)	2,13 (0,64)
12 anos ou mais (ensino médio completo ou ensino superior)	1,98 (0,62)

Fonte: Elaborada pela autora

Os resultados da ANOVA mostram que há diferença significativa ($F(5, 687) = 9,16, p = 0,000$) do fatalismo entre os grupos etários. O Test *post hoc* Bonferroni demonstrou que os

sujeitos com idade entre 18 a 28 anos não apresentam diferença significativa em comparação aos grupos com 29 a 35 anos e 36 a 45 anos. Contudo, a distinção passa a ser expressiva comparando-se o grupo mais jovem aos três grupos etários mais velhos. Há uma fraca correlação positiva fraca entre fatalismo e faixa etária ($\rho = ,260$, $p=0,000$). Entretanto, merece atenção que a ANOVA indicou que a média do tempo de permanência na escola se relaciona significativamente com o fatalismo ($F(4, 688) = 25,45$, $p = 0,000$).

Com base no Teste *Post hoc Bonferroni*, sujeitos que concluíram ensino médio ou ensino superior não apresentam médias significativamente distintas ($p>0,05$) se comparados a quem possui o ensino médio incompleto. Porém, comparando-se aos demais grupos, a diferença da média de fatalismo entre os sujeitos com mais de 12 anos de permanência na escola é significativa ($p=0,000$) se comparado aos grupos com ensino fundamental completo ou incompleto (de 6 a 9 anos), ensino fundamental incompleto (até 5 anos) e que nunca frequentaram a escola. Estes dados são endossados pela correlação negativa moderada identificada entre a permanência em processos de escolarização e o fatalismo ($n=693$, $\rho = -,355$, $p = 0,000$), o que quer dizer que, quanto maior o tempo de permanência na escola, menor a manifestação de crenças fatalistas. Achados similares foram obtidos no estudo de Navarro, Yubero e Larrañaga (2018), que identificaram uma diminuição do fatalismo à medida que adolescentes espanhóis progrediram até a escola secundária.

Com o intuito de explorar as relações existentes entre fatalismo e o IMPM foram realizadas as seguintes análises: Teste *t de Student*, correlação de Pearson e Análise de Regressão Múltipla com método *Stepwise*. Segundo o Teste *t de Student*, há diferença estatisticamente significativa ($t(486) = -6,18$, $p=0,000$) entre o grupo dos multidimensionalmente pobres ($IMPM_{Geral}>0,29$) e dos não pobres multidimensionalmente ($IMPM_{Geral}<0,29$). Entre os pobres multidimensionalmente, a média de fatalismo é superior ($M=2,48$, $DP=0,61$) se comparado aos não pobres ($M=2,11$, $DP=0,68$). Este dado condiz com a correlação positiva moderada entre o Fatalismo e o IMPM ($r= 0,286$, $p=0,000$). Trata-se de um achado da pesquisa coerente com as argumentações de Martín-Baró (1998), Blanco e Díaz (2007), Góis (2008), Ansara e Dantas (2010) e Díaz *et al.* (2015) de que a pobreza favorece o desenvolvimento de concepções fatalistas.

Considerando separadamente as dimensões que compõem o IMPM (educação, habitação, saúde, trabalho e renda, aspectos subjetivos da pobreza) na análise de correlação, o fatalismo apresentou correlações significativas ($p<0,01$), positiva moderada com a dimensão educação ($r=0,27$) e positiva fraca com habitação ($r=0,14$), trabalho e renda ($r=0,17$) e saúde ($r=0,14$). Entretanto, a relação entre Fatalismo e a dimensão aspectos subjetivos da pobreza

não foi significativa ($p>0,01$, $r=0,04$), o que merece ser melhor debatido à luz dos dados qualitativos.

Na Análise de Regressão Múltipla (ARM), a variável dependente Fatalismo e as variáveis independentes referentes às cinco dimensões do IMPM apontou a existência de dois modelos preditivos, expressos na Tabela 13. No primeiro modelo, a dimensão educação ($R=0,270$, $F(1, 486) = 38,225$, $\beta=0,270$, $p=0,000$) aparece como única preditora da variável dependente fatalismo, porém com uma baixa variância explicada ($R^2 = 7,3\%$). No segundo modelo, educação ($\beta=0,257$, $p=,000$) e habitação ($\beta=0,128$, $p=,000$) são preditoras do fatalismo ($R=0,299$, $F(2, 485) = 23,758$, $p=0,000$), com capacidade de explicar 8,9% de sua variação.

Tabela 13 - Análise de Regressão Múltipla para a variável dependente Fatalismo e variáveis independentes dimensões do IMPM

Modelo	Regressores	R dos modelos	R ² parciais	R ² ajustado	Beta Padronizados (β)	F	p
1	Dimensão Educação	0,270	0,073	0,071	0,270	38,225	0,000
2	Dimensão Educação	0,299	0,089	0,085	0,257	23,758	0,000
	Dimensão Habitação				0,128		

Fonte: Elaborada pela autora

Foram realizadas, através do Teste *T* de *Student*, comparações das médias dos três fatores da EMF-Reduzida em função dos grupos com e sem pobreza multidimensional, sendo identificado que há diferença significativa segundo a incidência de pobreza. As médias de controle divino [$t(490,85) = -4,04$; $p=0,000$; $M_{\text{Pobre Multi}} = 2,79$; $M_{\text{Não Pobre Multi}} = 2,50$], sorte [$t(502) = -4,21$; $p=0,000$; $M_{\text{Pobre Multi}} = 2,47$; $M_{\text{Não Pobre Multi}} = 2,13$] e pessimismo [$t(499) = -6,28$; $M_{\text{Pobre Multi}} = 1,99$; $M_{\text{Não Pobre Multi}} = 1,49$] são superiores nos grupos onde há pobreza multidimensional. Soma-se a este dado a identificação de que há correlação significativa ($p<0,01$) entre o IMPM e os três fatores da EMF-Reduzida, sendo esta positiva fraca em relação ao controle divino ($r=0,174$), positiva moderada em função da sorte ($r=0,224$) e do pessimismo ($r=0,287$). Os dados estatísticos assinalam a pertinência de que sejam considerados como indicadores analíticos iniciais do fatalismo: controle divino, pessimismo e sorte. Entretanto, a análise qualitativa dos três grupos focais de Cascavel e dos quatro de Pentecoste, realizada com auxílio do software Atlas Ti 8.4, permitiu identificar controle divino, predestinação, pessimismo e presentismo como dimensões de análise do fatalismo. A diminuição do *locus* de controle interno, apontada na literatura, e a noção de sorte, presente na etapa quantitativa, aparecem como elementos que se correlacionam com as quatro dimensões

centrais, não sendo substanciais para o entendimento do fatalismo.

4.3.1 “Eu só conto com Deus mesmo” (Jane): Controle divino

A ideia de que há uma força divina responsável pela condução do percurso de suas vidas e por interferir diretamente nos acontecimentos emerge no discurso dos participantes como tentativa de explicar fatos que lhes parece fora de seu controle, de sua previsibilidade ou, até mesmo, como reivindicação de proteção espiritual. A diversidade com que a categoria controle divino foi apresentada na fala dos participantes permitiu assinalar quatro modos de sua expressão, que estão diretamente interligados, podendo ser manifestos concomitantemente ou isolados. São eles: a) controle divino como explicação da força para superar as adversidades; b) controle divino como explicação das variáveis climáticas; c) controle divino como ordenador dos comportamentos (dimensão punitiva) e apaziguador dos conflitos sociais (dimensão da passividade); e d) controle divino como explicação dos bons acontecimentos. As distintas expressões da noção de controle divino identificadas na análise qualitativa se aproximam da proposta de Esparza Del Villar, Wiebe e Quiñones (2015), que apontavam ser esta dimensão uma variável importante por si só, cujos resultados poderiam ser apropriadamente analisados de forma separada das noções de sorte, pessimismo e diminuição da internalidade dada sua relevância e potencial explicativo do fatalismo.

Uma faceta do controle divino que merece ser destacada é seu papel como fonte de explicação para superar as adversidades. Nestes casos, o que prevalece não é a concepção de uma divindade responsável pela resolução de todas as problemáticas, mas sim a fé por ela emanada como mediadora da tomada de decisões e força espiritual que intervém indiretamente para que o acontecimento se desenvolva de maneira positiva. A consequência deste processo é expressa através da noção desenvolvida pelo sujeito como sendo capaz de agir e obter resultados favoráveis, desde que tendo se amparado em um fundamento espiritual. Estes elementos foram identificados nas falas de Josefina (GFC3) e Mazé (GFC1), quando, ao narrarem como se deu a superação de experiências difíceis, enfatizaram a importância de uma noção de divindade como o primeiro fator responsável pela mudança no curso de suas vidas. Na interlocução estabelecida entre a facilitadora do grupo focal e Josefina, foram constituídas as seguintes falas:

Facilitadora: *Vocês [...] mencionaram que foi muito difícil o começo, ter a terra, enfrentar as dificuldades. O quê que vocês acham que ajudou vocês a seguir em frente?*

Josefina (GFC3): *Primeiramente foi Deus, né. Deus ajudou a gente e deu força e a gente venceu*

Mazé (GFC1), por sua vez, apontou a associação entre o componente divino e a disposição física para o trabalho como os responsáveis por superar as dificuldades de ter que criar sozinha a única filha após a morte precoce do marido. Há, nas falas dos participantes, a evocação de conteúdos religiosos associados à noção de uma divindade que os protege, fortalecendo-os.

Mazé (GFC1): [...] Nós morava no Alto Pires numa casinha velhinha. Nós fizemo uma casa nova, mas não durou nem dois ano eu fiquei viúva. Fazia oito dia que tinha quebrado o braço. Sofri bastante. Daí não dava pra morar lá porque era tudo fazenda ao redor. Sozinha e tinha só uma filha. [...] Agora tenho duas casa e comprei outra ali que tá alugada, mas foi sofrido também.

Facilitadora: E o que ajudou a senhora a passar por esse momento sofrido?

Mazé (GFC1): Deus e a força de vontade de trabalhar. Coragem pra trabalhar e trabalhava na panificadora, trabalhava com dona Maria, trabalhei direto.

Josefina (GFC3) expressa como, mesmo com dificuldades de locomoção, perdurava em seu esforço de continuar trabalhando distante de sua residência. Ser uma vencedora quer dizer, para ela, não sucumbir às adversidades, tendo sua força estruturada a partir de sua fé:

Eu graças a Deus trabalhei na escola 33 anos. Às vezes eu ia daqui de Juvinópolis em casa de a pé e ainda voltava de a pé. Perdia o ônibus. O ônibus ia e me deixava [...]. Mas nunca desisti, graças a Deus. [...] Nunca cansei e nem desisti. [...] E graças a Deus venci (Josefina, GFC3).

Compreender que há uma força sobrenatural ou divina que os impele a permanecer íntegros diante das experiências adversas aparece, então, como um elemento protetivo diante do estresse continuado da pobreza (GÓIS, 2008). As noções de ‘ter fé’ e ‘ter esperança’ se configuram como os fatores que contribuem para o fortalecimento dos sujeitos e para a diminuição de sentimentos como o medo e a insegurança, ao mesmo tempo em que permite com que os acontecimentos sejam cognitivamente por eles ordenados segundo a crença de que o melhor em suas referências irá acontecer. Segundo esta perspectiva, há a compreensão implícita da existência de um sistema de forças com correlação positiva entre crença religiosa e uma tendência para a resolutividade dos problemas.

Neste aspecto, é quando o controle divino possui uma roupagem de fortalecimento da esperança e do otimismo frente a própria vida, o que serve de amparo espiritual em um contexto no qual o desamparo material cotidiano é vivido de modo intenso. Exemplifica isto a fala de Joana (GFP1), que após descrever as inúmeras dificuldades decorrentes de residir em uma área vulnerável à seca e exposta às condições de pobreza, afirma “*Porque que a gente vive aqui, sabe por que?! Porque Deus é bom, e a gente tem muita fé*”. Carmem (GFP4)

contribui com o entendimento da tríade desamparo-pobreza-fé quando afirma “*Você tem que viver pedindo a Deus que não falte um alimento, que não falte um leite pro seu filho, que não falte uma fralda, se virando, de qualquer jeito*”.

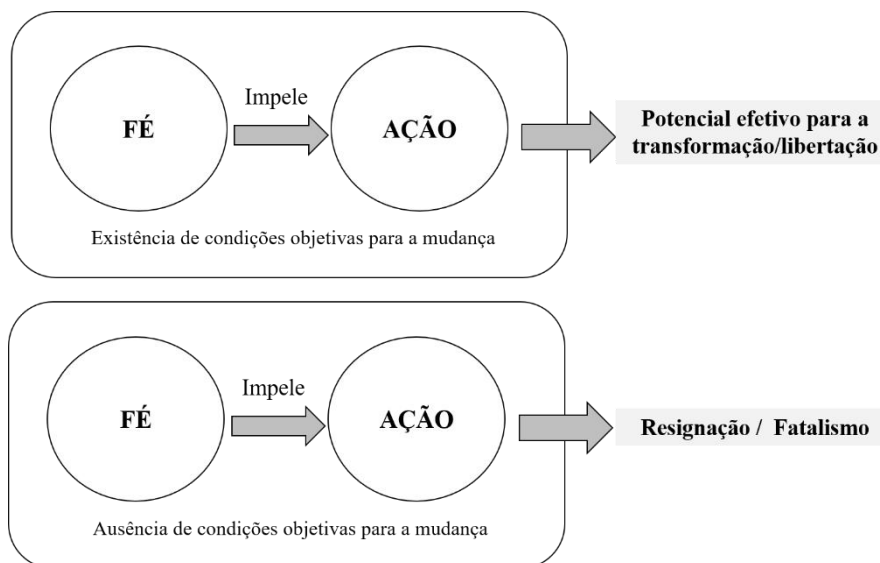
A baixa oferta de amparo se apresenta da forma mais dolorosa em ocasiões nas quais as pessoas se percebem mais vulneráveis, seja ao trabalho degradante, às adversidades, ao adoecimento e até à morte de pessoas próximas. Em tais ocasiões, afirma Krúpskaia (2017, p.101), “[...] a pessoa busca apoio, esperança, e, como não encontra, acaba voltando-se para Deus; quanto maior a dificuldade, mais fervorosa é a oração”. É preciso acreditar na existência de uma divindade bondosa, capaz de dar-lhe espiritualmente o suporte que falta na vida terrena. Nestes casos, a fé em Deus e a auto responsabilização representam o potencial de luta demonstrado em falas como de Dolores (GFC2), que afirma:

É a coisa mais importante que tem na nossa vida é a esperança e a fé que a gente não deixa cair né. A gente levanta todo dia de manhã e fala: ‘Mais um dia! Vou pra luta!’ E aquela fé, aquela esperança que vai alcançar. Isso é que não deixou nós cair ainda.

Embora se configure como um componente emocional importante, o risco que recai sob a grande atribuição da intensidade da fé como responsável pelo sucesso e pelo fracasso é o distanciamento analítico dos inúmeros fatores que coexistem na determinação dos fatos. Neste caso, perdura o controle divino como ajustamento de crenças e ações, gerando um limiar tênue entre a fé que impele à mudança efetiva e a fé que conduz à resignação e ao fortalecimento das demais dimensões do fatalismo, como pode ser visto na Figura 13.

As visões fatalistas, tal como descrito por Navarro, Yubero e Larrañaga (2018), são perpetuadas em virtude da recorrente experiência de se sentir incapaz de prevenir ou lidar com situações estressantes. Como falta ao sujeito o reconhecimento de caminhos concretos e viáveis para a superação de um cotidiano adverso, a evocação de proteção divina, presente nos conteúdos verbalizados pelos participantes das duas regiões investigadas, fornece-lhes a compreensão de que não estão totalmente à mercê dos fatos, haja vista que há um plano de amparo espiritual para suas vidas. Quanto a isto, afirma Jacinta (GFP2) que “*Embora a gente viva a escassez de água, mas a gente é um povo de fé. Acredito em Deus que o nosso açude vai encher, por que? Por conta da nossa fé. Isso aqui é por causa da fé da comunidade de Serrota*”.

Figura 13 – Relações entre fé e potencial de transformação ou resignação



Fonte: Elaborado pela autora.

Wadsworth (2012) define apoio social como um recurso positivo para lidar com condições de privação, estando focalizado nas relações interpessoais e na capacidade destas auxiliarem na resolução de situações adversas. Ele atua protegendo o sujeito contra os impactos negativos da pobreza, pois, como afirma Valla (1999), permite com que experimentem uma maior sensação de controle sobre a própria vida. Silva *et al.* (2016), diante da diversidade de tipos de apoio social listadas, propõe quatro fontes relevantes quando se discute o enfrentamento às condições de privação: a) apoio familiar, que tem como fundamento o agregado social representado pela família; b) apoio comunitário, que dispõe sobre a rede de apoio solidário e mútuo desenvolvida através das relações comunitária; c) apoio religioso, vinculado aos conteúdos de espiritualidade e religiosidade e d) apoio institucional, resultante da prestação de serviços, concessão de recursos, atendimento e acolhimento realizados pelas políticas públicas, ONG's, escolas, igrejas e associações. Cada uma dessas fontes de apoio pode gerar suporte aos sujeitos. Siqueira (2008) define suporte social como um conceito multidimensional, responsável por descrever os recursos emocionais e instrumentais disponibilizados aos sujeitos através de sua presença na rede de interações sociais que o circunda.

Na pesquisa, a existência de uma proteção divina, que é evocada através das preces de seus fiéis, aparece como suporte emocional para lidar com os eventos adversos. Percebe-se que tais reivindicações se dão em contextos nos quais o apoio familiar está fragilizado e o apoio institucional, sob responsabilidade do estado através da concessão das políticas

públicas, apresenta-se precarizado ou inexistente. Diante da interrogação “Quando vocês precisam de ajuda, com quem é que vocês podem contar?”, realizada pela facilitadora dos grupos focais, a noção de uma divindade aparece como única fonte de apoio social ou associada a outros elementos. Segundo Jane (GFP4): “*Eu só conto com Deus mesmo. Porque Deus é quem ajuda nós*”. Joana (GFP1) menciona as relações de vizinhança: “*Ou com os vizinho (sic), ou com Deus*”. Nas falas apresentadas, a noção de divindade é descrita como geradora de suporte emocional e expressão de apoio social. O componente da religião favorece para que os sujeitos não se percebam solitários diante das adversidades. Contudo, a evocação de proteção divina apenas suaviza as consequências emocionais negativas da ausência de controle dos acontecimentos.

Além disso, comumente, os planos para o futuro dos participantes estiveram relacionados a uma expectativa de proteção divina através da concessão de bons acontecimentos ou de garantia de fortalecimento de si para alcançar tais intentos. Amadeu (GFP4) narra “[...] *as coisa boa, que Deus abençoe e conceda as coisa boa, porque a gente só quer coisa boa*”. Eudalina (GFC3) e João (GFP2) expressam como, diante das fragilidades das políticas educacionais, a manutenção da fé se apresenta como a principal força que os impele a crer no alcance do êxito de suas tentativas. Sobre as dificuldades de assegurar a permanência do filho estudando e residindo em outro município, Eudalina (GFC3) expressa: “*Com a força de Deus nósis vamo aguentar*”. A situação de indefinição diante do estado de saúde do filho favorece para que Norma (GFP4) esteja em uma permanente situação de agradecimento e aclamação de fé:

E quem criou não foi eu, foi Deus que criou meus fi, né... Que foi sufoco demais pra eu criar eles, né?! Mas todo dia eu penso assim que agradecer que é mais um dia que eu passei junto com meus filho e é mais um dia que meu filho enxergou, porque ele tem um problema na visão e já perdeu um olho e o outro só tem 10% da visão. O médico disse que ele tem possibilidade de perder total, mas eu tenho fé em Jesus Cristo que ele não perde, né?.

É pertinente dizer que, quando não é possível deter o controle sobre os acontecimentos, adotar uma visão positiva de esperança ameniza os impactos emocionais negativos por não ter o domínio da situação. Não se trata, contudo, de, sobre uma argumentação racionalista, negar os conteúdos benéficos do controle divino como fonte de superação das adversidades. A questão que merece destaque é como as estruturas sociais se apresentam para os sujeitos, quais as possibilidades exequíveis de transformação da realidade, as ofertas de apoio social asseguradas e como fenômenos contemporâneos como a individualização, o desamparo e a

culpabilização do sujeito por sua situação (GUARESCHI, 2009) ratificam explicações divinas dos fatos cotidianos. Nestes casos, tanto a tomada de consciência como seu aprofundamento (FREIRE, 1980) são prejudicados, dificultando a apropriação crítica da realidade vivida pelos sujeitos.

Os dados da pesquisa convergem com a alegação de Martín-Baró (1998) de que o distanciamento da realidade possui fundamentos de proteção emocional ao dessensibilizar os sujeitos ou retirá-los do contato direto com as causas do seu sofrimento. Porém, a fonte de dor/desconforto permanece. Chama atenção que o controle divino, em nenhuma das falas dos sete grupos focais, esteve associada a uma referência direta aos líderes religiosos, embora não seja possível, apenas com base neste dado, afirmar que não influenciam a concepção de divindade comungada pelos participantes.

Tal como já mencionado, está presente nas falas dos participantes, sobretudo entre os residentes na região Nordeste, a compreensão de que os impactos das variáveis climáticas são controlados por Deus, sendo este responsável por reger a alternância entre períodos de chuva e seca. Segundo Adolfo (GFP1), *“agora só o que está com muita dificuldade aqui é a água, mas logo Deus mandará”*.

Diante da ausência de interferências governamentais eficazes para sanar as privações vividas pelos moradores da comunidade, Valdomiro (GFP1) afirma: *“Não, esses problemas d'água aí, só Deus mesmo. Não tem outra coisa, somente Deus e mais ninguém. Porque o cabra promete e não faz”*. Haja vista que não é possível crer nas promessas dos representantes locais, Juvenal (GFP2) compreende que *“[...] nós tem que esperar, né, a vontade de Deus [...]”*. Agenor (GFP3) acredita que a concessão de chuvas será resultante da fé da população. Uma vez a população aumentando a intensidade das orações, segundo crê, Deus irá expressar sua misericórdia, como pode ser observado no relato:

Eu acredito que nós precisa sabe o quê mais? É de orar a Deus pedindo mandar chuva do céu pra nós beber. Se estreirar mais ainda de Deus né? Alguma coisa que nós fala, que não agrada a Deus pára de falar, alguma coisa que nós diz com alguém e não agrada, não dizer mais, né não? Pra que Deus tenha misericórdia, né não? Porque se nós for, ó: “Senhor, manda, Senhor, manda”. E nós temo mandado dele, por acaso? Nós tem que pedir “Senhor, tenha misericórdia...”

O termo ‘misericórdia’ foi apresentado também por Marluce (GFP3) ao descrever que não sabe o que ocorrerá com sua comunidade diante do recorrente quadro de seca. Tal expressão, derivada do latim *Hesed*, quer dizer a manifestação da essência de Deus *“[...] o amor que diante de seu filho não pode deixar de amar, que não deixa de amar mesmo quando*

o filho amado está sob o domínio do mal” (BARBOSA JÚNIOR, 2017, p.13). Segundo a tradição cristã, a misericórdia é a demonstração da compaixão divina pela vida dos homens, o amor primeiro por eles vivenciado. Frente à fragilização das redes de interação social e das vinculações coletivistas, o controle divino representa a expressão do poder sobrenatural como o fundamento último de apoio aos sujeitos, já que as possibilidades concretas de superação lhes são negadas dada a fragilidade do amparo estatal. Na fala de Juvenal (GFP2): *“Eu peço a Deus pra mandar bom inverno. As coisa tão tudo secando, se num mandar, vai piorar, porque num tem água. Nós já tamo esperando a um tempo [...]”*

Uma faceta do controle divino que chama atenção por seu caráter disciplinador é a concepção de divindade como ordenadora dos comportamentos. Segundo esta compreensão, não agir segundo determinadas prerrogativas religiosas pode acarretar consequências negativas, concebidas como punição. Estevão (GFP3) retrata as possíveis consequências a serem vividas pelos sujeitos que não são seguidores de uma concepção religiosa: *“Aquele que não tiver Deus tá ferrado, perde tudo. Quem tiver com Deus aí tem que tá bom, né, que tem ao meno uma esperança que vai pro céu. E quem não tem?”*. A existência de uma vida celestial é, para Estevão (GFP3), a principal justificativa do porquê conduzir sua vida cotidiana em conformidade com os fundamentos de sua igreja. Ao seguir o que se estabelece como a vontade divina, de acordo com Socorro (GFP3), os sujeitos poderão ser beneficiados (ou agraciados) com uma vida plena após a morte: *“Um dia, se eu for fiel a Deus, o Senhor me dará uma coroa de vida eterna, né. [...]”*

Nazaré (GFC2), ao recordar seu histórico de engajamento junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o tempo em que está acampada, estabelece uma metáfora entre sua militância e a ideia de busca por uma terra prometida ou dada por Deus segundo expresso pela Bíblia. Em sua análise, os sujeitos que não seguirem o estimado pela religião, não obterão êxito na aquisição a terra que almejam:

Falando da terra prometida, mas aquele povo que tavam caminhando pela terra prometida eles claro, os anos eram longos, mas eles sempre tavam com aquela fé e aquela esperança, né?! Eles nunca desanimaram e tavam com Deus, mas teve muitos né que desanimaram no meio do caminho né abandonaram a Deus e seguiram o mundão. Aqueles que seguiram o mundão, não chegaram na terra prometida, né. Então, é muito bom, muito importante.[...] (Nazaré, GFC2).

Blanco e Díaz (2007) assinalam que, na lógica de reprodução das ideias fatalistas, a lei inexorável do Universo ou da inquestionável vontade de um Criador estabelece uma ordem social a qual o sujeito necessita se render de modo resignado ou, até mesmo, grato e confiante

na esperança de ser recompensado em outra vida. As falas de Estevão (GFP3), Socorro (GFP3) e Nazaré (GFC2) se vinculam claramente às concepções do neopentecostalismo. As características deste movimento, algumas das quais contempladas nas falas dos três participantes, dizem respeito à ênfase na teologia da prosperidade, ao abandono (a amenização) do ascetismo, valorização do pragmatismo, incorporação de fundamentos da gestão empresarial na condução dos templos, uso da mídia para o trabalho de proselitismo (conversão das pessoas) em massa e de propaganda religiosa e centralidade da teologia da batalha espiritual contra as outras denominações religiosas (SILVA, 2007).

Tal como já mencionado, no neopentecostalismo, as reivindicações por caridade ou justiça social concedem lugar à busca individual de prosperidade e bem-estar. Nas palavras de Schultz (2008, p.51-52), no centro dos rituais religiosos neopentecostais os apelos frequentes dizem respeito à busca pela infusão de poder “[...] poder de Deus, poder dos filhos de Deus, poder sobre o destino, poder ganhar mais dinheiro, poder sobre doenças e males, poder sobre o demônio”. Entretanto, a aquisição de tais poderes subjaz um imperativo sacrificial, pois entende-se que Deus não concederá bênçãos sem uma contrapartida do fiel.

Quando Luiza (GFC1) expressa “*Que nem tem aquele ditado “um pouco com Deus é bastante e sem Deus não é nada”*”, em sua fala está presente a concepção da Teologia da Prosperidade segundo a qual todos são filhos e filhas de Deus. Sendo assim, nenhum filho de Deus pode adoecer ou sofrer. Caso isto ocorra, afirmam os participantes da pesquisa e ratifica Gabatz (2012, p.98), “é demonstração clara da ausência de fé e, por outro lado, da presença do diabo”. Percebe-se que, ao atribuir a um Deus a responsabilidade pelos fatos mais marcantes de suas vidas, gera-se como efeito a possibilidade de sanar ou aliviar o sentimento de insegurança perante os acontecimentos vividos no momento presente e a imprevisibilidade do futuro.

A vida dos sujeitos em condições de pobreza os faz conviver com o sofrimento de estar à margem do sistema produtivo, com processos de estigmatização, assim como com situações de permanente insegurança, incerteza e indefinição quanto aos próprios rendimentos, ao acesso às políticas públicas, à capacidade de estar ou não incluído na dinâmica produtiva. Tamanha insegurança faz com que os sujeitos se coloquem cada vez mais fixados no presente pela clara necessidade de garantir a própria sobrevivência hoje e pela impossibilidade de planejarem um futuro que lhes parece obscuro. Na tentativa de proteção contra o desamparo, o sujeito faz uso de formas de explicação subjetivas dos fatos fundamentadas em concepções religiosas que mistificam a realidade ao mesmo tempo em desprivilegiam o potencial da

articulação coletiva como força de transformação da realidade. Marluce (GFP3) apresenta uma fala coerente com esta argumentação: “[...] *tem que agradecer todos os dias a Ele por a gente tá ao menos vivo. Pelo dom da vida*”. Percebe-se que a resignação se faz sutilmente expressa nos discursos dos sujeitos. Haja vista que não é possível se queixar dos infortúnios cotidianos, resta ao sujeito se resignar ao possível, acreditar na bondade de Deus e ter esperança de uma nova vida após a morte.

Entre os participantes, a explicação dos bons acontecimentos como derivados da vontade divina reafirma os conteúdos estimados por Navarro, Yubero e Larrañaga (2018) quando atestam que o fatalismo se vincula aos modos como os sujeitos atribuem as causas dos resultados obtidos na vida, sejam eles de sucesso ou de fracasso. Doralice (GFC3), ao narrar a concessão de sua residência através de um programa de habitação governamental, explicita: “*Graças a Deus que ganhamo essa casa. Dali a gente pega um pouquinho, planta alguma coisa*”. A ideia de que há uma intervenção divina responsável pelos fatos significativos em suas vidas também aparece na fala de Alberta (GFC1), que descreve “*Mas Deus me ajudou, porque fez aqui, a pessoa quis vender e eu consegui comprar*”.

Já na fala de Antonieta (GFC1), o controle divino que explica os fatos positivos é o mesmo que a coloca em uma situação de indefinição frente ao que seria a realização da vontade de Deus em sua vida no futuro: “*Mas todo mundo trabalha [referindo-se aos filhos], todos saiu daqui também. [...] Todo mundo tem a sua casa, o seu carro graças à Deus! E eu tô aqui e enquanto que Deus quer que vá bem eu vou ficar aqui*”. As falas listadas, ilustrativas do controle divino, distinguem-se da noção de predestinação, pois não remetem à noção de uma profecia a ser seguida, mas sim como a ideia de uma interferência permanente, exercida por uma força sobrenatural ou divina que conduz os passos dos sujeitos ora como benção, ora como fonte de elucidação dos acontecimentos.

4.3.2 “Foi o destino que Deus preparou pra mim vir pra cá”: noção de predestinação

Predestinação e controle divino estabelecem uma linha tênue. Juntos, eles representam uma das principais dimensões do fatalismo (DÍAZ *et al.*, 2015). A crença de que a vida está predefinida e se desenvolve independente da vontade do sujeito remete à ideia de um destino fatal, que está sob domínio de um Deus responsável pelo futuro (MARTÍN-BARÓ, 1998, 2004). Não é incomum que a noção de predestinação apareça associada a uma diminuição dos esforços para tentar alterar a realidade. Entretanto, os dados demonstram não ser coerente

apontar que se trata de uma plena apatia em relação à vida, mas sim como possibilidade de explicar o que está fora do campo de definição pelo sujeito ou de sua previsibilidade no futuro, podendo desencadear um menor investimento para mudança da realidade.

A predestinação, na fala dos participantes, é relacionada à ideia de um destino responsável por estabelecer a profissão, o local de moradia, as habilidades manuais e, até mesmo, o suporte oferecido para uma situação de adoecimento vivenciada. No caso de Paulo (GFP2), ser professor é entendido como uma profecia cumprida em sua vida: *“Sou o único que terminei o ensino médio, e por via do destino, não era minha profissão, não era o que eu queria, mas foi o que acabou sendo: professor. E eu estou nessa luta há mais de 20 anos”*. Para Socorro (GFP3), foi também destino que lhe reservou residir na comunidade: *“Moro na Serrota porque foi o destino que Deus preparou pra mim vir pra cá, né, morar aqui nesse lugar”*. Miguel (GFP3), por sua vez, compreende que as aquisições de melhorias em sua vida foram derivadas de seu esforço, porém como consequência de habilidade divina a ele concedida: *“Tudo foi ganhado com meu trabalho, um salgadim que Deus deu esse dom pra mim fazer e eu aproveitei, né”*.

Contudo, a fala de Alda (GFC1) elucida que a noção de predestinação não diz apenas da imposição de um destino fatal por uma força religiosa. Há, em seu ponto de vista, certo lugar atribuído a um sujeito ativo diante de sua vida, embora reconheça que não possui pleno domínio dos acontecimentos. Segundo ela, *“[...] os pais tem que ensinar os filho a trabalhar e viver como Deus quer e não ficar esperando cair do céu.”* (Alda, GFC1).

Não se trata, segundo esta ideia, da força divina fazer valer sua vontade de modo determinista, mas sim de exercer o poder de sua mão invisível (BLANCO; DÍAZ, 2007) sobre os acontecimentos. A predestinação aparece também como explicação do porquê dos fatos cotidianos, sendo a justificativa, na concepção de Alberta (GFC3), do motivo pelo qual estava junto à vizinha no dia em que esta sofreu um ataque cardíaco.

Doralice (GFC3): *Faz uns 3 ano. Foi lá em casa, aí nós começemo a tomar chimarrão, [...]. Daí ela tava tomando chimarrão e me deu aquele negócio lá e eu já fiquei passando mal. Aí ela foi chamar um carro pra vim me pegar, né, porque meu filho tava na escola, meu marido tava trabalhando. Daí só ela que eu pedi só.*

Alberta (GFC3): *Foi Deus que me mandou eu lá, naquela hora, porque se não eu não ia saber, né, porque não é todo dia que a gente vai na casa do vizinho.*

Na narrativa dos fatos cotidianos, atribuir ao acaso determinadas situações implicaria reconhecer que não se tem poder sobre todas as coisas, o que, em certo sentido, faz com os sujeitos vivenciam sentimentos similares às situações de estar impotente ou com liberdade

cerceada. Nestes casos, a simplificação analítica dos fenômenos é derivada do obscurecimento da realidade e da construção de ideias que remete ao tipo de consciência semi-intransitiva ou mágica (FREIRE, 1980). Assim, Deus representaria uma entidade incontestável, que por ser superior aos interesses mundanos e terrenos, é capaz de exercer a justiça e a bondade.

Na fala de Miguel (GFP3), há expressão de uma ideia de destino inevitável, fruto da vontade de Deus e que deve reservar aos sujeitos sentimentos de conformação: “*É dizer graças a Deus por isso, tudo é preparação de Deus, Deus preparou, né? Se ele não preparou fazer o quê? Se conformar!*”. Blanco e Díaz (2007) afirmam ser pertinente considerar que o fatalismo está em um ponto inconcluso entre dois polos. De um lado, estariam as convicções e as crenças que fortalecem e justificam a resignação e a apatia. Do outro, pode-se situar a mera pressão para a conformidade. Seguindo a lógica deste continuum, Miguel (GFP3) vai progressivamente se colocando mais no posicionamento que remete à resignação.

Em certo sentido, sabe-se que o controle divino e a noção de predestinação são elementos que fragilizam a apropriação dos sujeitos do curso de suas vidas quando se apresentam como responsáveis por obscurecer o futuro e anular o passado. Por influência das concepções fatalistas, os acontecimentos sociais passam a ser entendidos como “fenômenos naturais cuja alteração é improvável” (ANSARA; DANTAS, 2010, p.97). Na compreensão de Luiza (GFC1), o futuro é domínio da vontade divina, embora reconheça seu papel para manter-se ativa e saudável no presente: “*O futuro a Deus pertence, né?! A gente vai lutar pra tá mais ou menos né, pra tá bem. Porque a gente vem aqui dançar e eu faço isso duas vezes por semana lá em Cascavel né e procurar não parar né porque a gente não dá pra ficar do mesmo jeito*”. Chama atenção, em falas como a de Luiza, que coexistem nas redes explicativas elaboradas pelos sujeitos elementos que são de predestinação ao mesmo tempo que de auto responsabilização, pois se sentem capazes de interferir sobre os fenômenos, embora concedendo a uma força divina papel decisivo para sua realização.

Se, por um lado, crer na sua capacidade de auto eficácia e reconhecer-se como responsável pela sua vida é um componente importante para uma maior apropriação dos sujeitos dos fatos, por outro, centralizar o desfecho dos acontecimentos nos atributos individuais desprivilegia os atravessamentos sociais, culturais e ideológicos que interferiram para sua manifestação. A ênfase exacerbada em uma análise individualista, tanto quanto concepções de uma predestinação divina, pode ser utilizada como justificativa para o obscurecimento das tensões que reproduzem as interações cíclicas entre problemáticas sociais, tais como os círculos perversos da pobreza de que fala Kliksberg (2002).

Ansara e Dantas (2010) são enfáticas ao definirem que o fatalismo é um esquema ideológico, oriundo das estruturas sociopolíticas, que se enraízam psiquicamente. Em Cascavel, duas ocasiões de um mesmo grupo focal permitem compreender a alegação das autoras. Em um primeiro momento, Alda (GFC1) tenta explicar os motivos pelos quais sua irmã continua em seu vínculo laboral mesmo vivenciando um processo de adoecimento psíquico.

Eu tenho uma irmã que trabalha em frigorífico faz muitos anos. Ela é depressiva, depressiva, toma remédio controlado fortíssimo e ela não para de trabalhar. [...] Porque ela veio de uma família trabalhadeira. Ela foi incentivada por todos nós. Quando os pais tem que ensinar os filho a trabalhar e viver como Deus quer e não ficar esperando cair do céu.

No segundo momento do grupo, diante da narrativa dos participantes de que a superação das adversidades era consequência de um esforço estritamente individual e do acreditar em uma força divina, estabeleceu-se a seguinte fala entre os participantes:

Facilitadora: *Então, deixa eu pensar assim e vocês me dizem se concordam ou discordam. Pra vencer na vida, é só se esforçar?*

Antonietta (GFC1): *É.*

Laura (GFC1): *Se esforçar.*

Alberta (GFC1): *Acreditar.*

Facilitadora: *Acreditar que vence?*

Antonietta (GFC1): *É.*

Laura (GFC1): *Acreditar e lutar.*

Alberta (GFC1): *É aquela estória Deus não vai descer do trono dele pra vim aqui e te ajudar. Ele te deu saúde, braço e perna.*

Luiza (GFC1): *Deus dá, mas tem que se ajudar também.*

Falas como a de Alda (GFC1) e diálogos como o estabelecido no grupo, que enfocam virtudes familiares e esforço individual como justificativa para subjugação aos contextos adversos, demonstram como as concepções fatalistas reforçam a reprodução da dominação social (ANSARA; DANTAS, 2010) ao se ancorarem em discursos ao mesmo tempo de auto responsabilização e de culpabilização. Nestes casos, a figura de divindade continua sendo mediadora da alienação, pois, em última instância, a causa dos males, da miséria e do destino está em Deus (FANON, 2001) e o sujeito se posiciona no sentido de se curvar aos seus desígnios.

4.3.3 “*Mas o lugar não pode, né? Não vai conseguir*” (Gerardo): Pessimismo

Esparza Del Villar, Wiebe e Quiñones (2015) compreendem que o pessimismo está diretamente vinculado às percepções de impotência e desânimo. Ele se manifesta quando ao sujeito recaem sentimentos de desesperança aprendida (ARDILA, 1979). O pessimismo expresso pelos participantes se vincula ao histórico das experiências por eles vividas, não sendo adequado dizer que se trata de uma posição preexistente do sujeito em relação ao mundo, mas sim como consequência dos modos como se dá a interiorização da realidade por eles vivida. Sendo assim, o pessimismo é expresso como derivado da observação dura dos fatos cotidianos, do sentimento de impotência diante das decisões governamentais, da descrença na capacidade de realização de uma transformação social legítima e da compreensão de estar em uma situação à deriva dos processos de justiça social.

Em Cascavel, a descrença na capacidade governamental de prover os recursos básicos para a população apareceu na fala de Alda (GFC1) quando esta analisava a situação hipotética apresentada de um homem que, por estar em situação de desemprego, havia aceitado trabalhar por um montante financeiro inferior ao estimado para a sua atividade. Segundo relata: “*Se você achar pouco e parar, a coisa piora. Ficar esperando pelo governo...*” (Alda, GFC1). Paulo (GFP2) também reconhece o desamparo institucional vivido pelos moradores na comunidade: “*Mas é como eu disse, olha são poucos que veem pela comunidade. [...] Se o prefeito, se os gestores públicos tivessem uma visão de... de desenvolvimento social, fariam isso. Não temos um trabalho social na comunidade*”.

Um dos caminhos possíveis para a análise da incerteza, da insegurança e do descrédito nas instituições como mantenedoras das garantias sociais de bem-estar e segurança está, como afirma Blanco e Díaz (2007), na ‘controlabilidade limitada dos perigos’ vivida pelas sociedades atuais, marcadas pela destruição do meio ambiente, pelas ameaças do terror fanático, o desemprego, a exclusão social dentre outros. Contudo, a exposição aos riscos não é vivida democraticamente por todos os sujeitos. Beck (2016, p.41) compreende que a distribuição dos riscos “[...] se atêm, assim como as riquezas, ao esquema de classe – mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se em cima, os riscos embaixo”. As expressões da pobreza no contexto rural (MALUF, MATTEI, 2011; HELFAND, PEREIRA, 2012) radicalizam a vulnerabilidade aos riscos. Ao mesmo tempo, opera-se nesta lógica de espaço-tempo da ruralidade o mesmo que vem sendo vivido na lógica dos Estados-nação: é estabelecido “que desigualdade é relevante ou não” (BECK, 2018, p.111).

Por sua vez, a descrença diante das possibilidades de obtenção de melhorias para a

comunidade foi claramente expressa durante um dos grupos focais realizados em Cascavel. Na continuidade da narrativa dos moradores sobre as dificuldades ali vividas, que estão relacionadas ao acesso das políticas públicas, seguiu-se o diálogo:

Facilitadora: *E vocês acham que podia ser diferente?*

Gerardo (GFC3): *Mas o lugar não pode, né? Não vai conseguir, lugar muito pequeno. Se fosse um município.*

Quando o sujeito avalia as situações sob o ponto de vista do que está mais desfavorável, enfocando a iminência de realização dos males, antecipa os conteúdos desagradáveis e se blinda dos impactos negativos das adversidades. Percebe-se que há, entre os participantes, a reivindicação de um ideal de como se portar diante dos temores do mundo, o que implica não somente em acreditar no poder celestial, mas também estar a uma certa distância dos custos emocionais das experiências cotidianas. Exemplifica este pensamento a fala de Conceição (GFP1): *“Não adianta a gente tá numa dificuldade e chorar, se lamentar”*. Uma dose de pessimismo aparece, então, como o recordar de experiências similares cujos desfechos não foram agradáveis. Nestas circunstâncias, dá-se a antecipação dos fatos negativos pelos sujeitos. Portar-se de modo pessimista parece afirmar a ideia já apresentada de que o fatalismo contribui para uma certa economia psíquica. Oros (2005) esclarece que a sensação de não poder controlar um acontecimento frequentemente gera um estado de paralisação que prejudica as tentativas de alcançar os objetivos dos sujeitos. Sob estas circunstâncias, o pessimismo aparece como fator de evitação para que os sujeitos não constituam expectativas que lhes parece irrealizáveis.

4.3.4 “Só posso dizer do presente” (Juvenal): presentismo

Martín-Baró (1998), em seu estudo com a população salvadorenha, já apontava que, quando não é possível lamentar o passado ou prever o futuro, somente resta aos sujeitos o aqui-agora. Contudo, Díaz, Blanco e Stavradi (2015) reconhecem que, durante longo período, a análise do presentismo como dimensão de análise do fatalismo foi negligenciada nos estudos do campo da saúde. Na atualidade, afirmam os autores, os recorrentes períodos de crise e a insegurança econômica e política tornam o presentismo algo cada vez mais recorrente.

Entre os participantes, a dificuldade de fazer planos para o futuro a curto e médio prazo foi expressa em todos os grupos focais. Vera (GFC3), diante da negativa de verbalizar

como se imaginaria em dois anos, defende “*Você programa alguma coisa pra hoje, amanhã, mas o futuro a Deus pertence. É, mas as vezes até o plano que cê (sic) faz hoje amanhã aconteceu alguma outra coisa você tem que mudar, né? [...]*.” Não se trata de dizer que os sujeitos não devem estar flexíveis para se readequarem aos imprevistos. A questão basilar é o temor recorrente de construir um ideal de vida em uma dimensão temporal imprevisível e incontrolável e suas consequências para o modo com que os sujeitos compreendem as experiências cotidianas e se posicionam frente a elas. Afinal, ater-se ao presente parece mais exitoso que planejar um futuro incerto.

Se falta aos sujeitos segurança no presente, o futuro aparece envolto em uma atmosfera de receio e medo. Para amenizar tamanho desconforto, aos participantes resta a compreensão de que o futuro está sob controle de Deus, que é quando presentismo e controle divino se interconectam. Quanto a isto, Ivete (GFC3) esclarece que “[...] *daqui pra frente você não sabe, é Deus quem sabe, né. Então a gente tem que viver bem e pra frente Deus quem sabe, né*””. A imprevisibilidade do futuro aparece na fala de Juvenal (GFP2) como fonte de desconforto e obstáculo para o planejamento de ações: “*Daqui a cinco ano?! Não posso dizer de amanhã que a gente não sabe. Só posso dizer do presente [...]*”. O presentismo, quando observado em condições de pobreza, não dispõe sobre a busca permanente do sujeito pela satisfação de seus ideais hedonistas. Contrariamente, é fruto da conjunção entre conteúdos de controle divino e predestinação. A presentificação das experiências, então, potencializa o controle divino e a predestinação, ao mesmo tempo em que é por eles intensificada.

Em contexto vulneráveis, quando aos sujeitos restam experiências de desamparo similares às situações de desastres, as repercussões subjetivas apontam para a descrença de que estão convivendo em um mundo justo e o aumento da ansiedade diante da insegurança quanto ao futuro e do temor da possibilidade de morte (FAVERO; SARRIERA; TRINDADE, 2014). Nestes casos, a partir do presentismo, pode ocorrer certa diminuição das expectativas negativas sobre resultados futuros, pois há hesitação em conectar-se com este plano temporal, fator listado por Navarro, Yubero e Larrañaga (2018) como uma característica do fatalismo.

O presentismo reforça e mantém a alienação ao se configurar como uma barreira cognitiva impeditiva da análise crítica dos fatos. Uma maior fixação dos sujeitos nas experiências do presente lhes subtrai o potencial questionador e limita o uso da linguagem como instrumento simbólico de apropriação de sua história e de denúncia social. Isto gera a-criticismo e passividade intelectual, expressos através da cultura do silêncio e da reprodução de formas de consciência mágica ou transitiva ingênua (FREIRE, 1980). O pensamento

presentista é, portanto, pensamento repetitivo, desconectado da negatividade histórica que abre os caminhos para o questionamento dos conteúdos postos como naturais, para a construção do novo, do possível, do não-existente, do futuro (MARTÍN-BARÓ, 2015).

Martín-Baró (2015) entende que a alienação se dá através da redução da inteligência adulta do seu estágio operatório formal ao estado intuitivo³². A inteligência operatória formal é aquela, em sua compreensão, que gera pensamento maduro e efetivamente crítico. Já a inteligência intuitiva possui sete características, que auxiliam no entendimento dos mecanismos psicológicos da alienação: egocentrismo, centralização deformadora, fixismo, dificuldade para assimilar novos conteúdos, concretização³³ fenomênica, irreversibilidade e preconceito.

O egocentrismo é a incapacidade de distinguir o próprio ponto de vista do posicionamento de outros sujeitos. A centralização deformadora se dá quando o sujeito foca atenção em uma única característica marcante do objeto em detrimento de outros aspectos importantes e, ao fazê-lo, distorce a possibilidade de raciocínio crítico. O fixismo diz respeito ao pensamento organizado de modo estático e imóvel, conduzindo às negações do passado e do futuro. A dificuldade para assimilar novos conteúdos faz com que os sujeitos tentem excluir do cotidiano tudo o que representa uma novidade autêntica ou um acontecimento imprevisto. Na concretização fenomênica, o pensamento é superficial, opera com imagens concretas, imediatas e com uma percepção estática da realidade, tornando os sujeitos dependentes intelectual e emocionalmente do mundo externo. A irreversibilidade do pensamento opera quando o ato de pensar é lento, extremamente concreto e repetidor de fatos concebidos como irreversíveis da realidade. Por fim, o preconceito permite compreender que conceitos da inteligência intuitiva possuem caráter imaginativo e concreto, destituídos de características esquemáticas e abstratas.

Quando impera a inteligência intuitiva e alienada, o sujeito se dá por satisfeito em reproduzir à realidade, sem intenção de transcendê-la. Nestes casos, entende Martín-Baró (2015), o domínio sobre o funcionamento do ato inteligível está fora do indivíduo, assim como ocorre nas manifestações do fatalismo. Dessa forma, é possível afirmar que o presentismo, o controle divino, a predestinação e o pessimismo são fatores elucidativos do fatalismo que permitem compreender de que modo a alienação e o distanciamento crítico do sujeito de sua realidade vão sendo forjados em contextos de pobreza.

³² Para formular sua proposta, vale destacar, Martín-Baró (2015) referência a obra de Jean Piaget

³³ Na expressão original, Martín-Baró (2015, p. 276) utiliza o termo “*concreción fenomênica*”.

4.4 Considerações breves sobre as manifestações do fatalismo

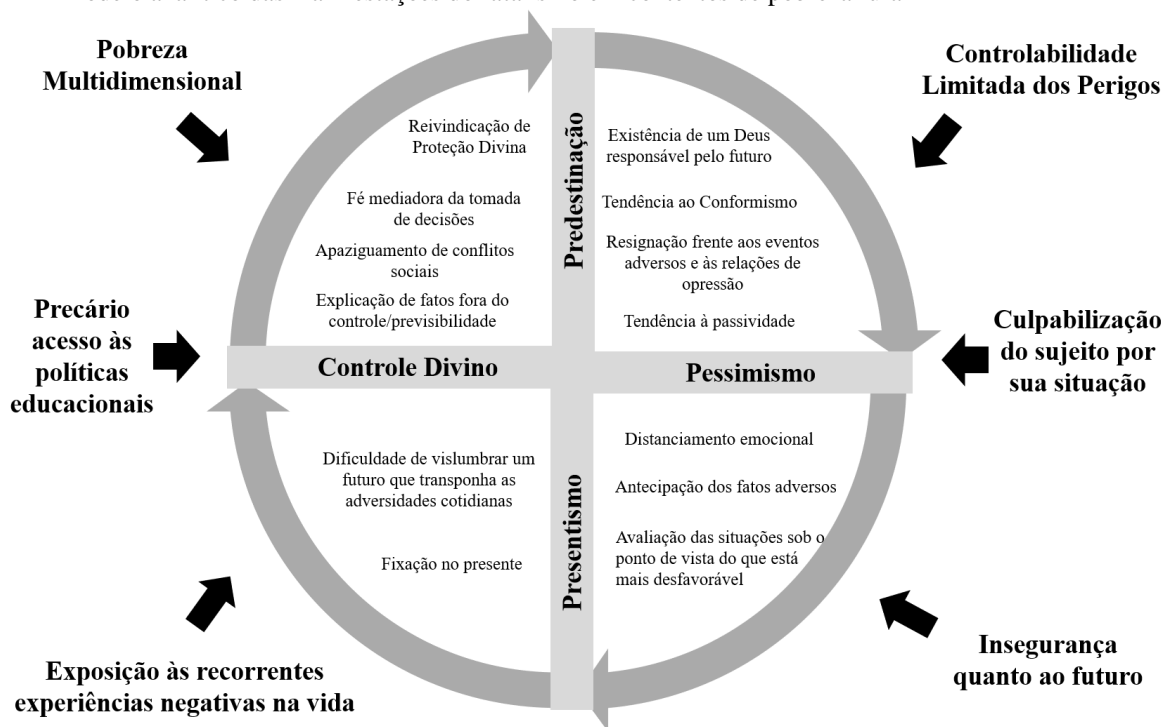
O debate de fenômenos como o fatalismo, que permitem a compreensão dos componentes psicossociais relacionados ao distanciamento emocional dos fatos cotidianos, revela como a ausência de consciência crítica pode ser tranquilizadora para os sujeitos. Estar distanciado dos acontecimentos, negar-se a reconhecer sua gravidade ou as relações cíclicas responsáveis pela sua reprodução perversa é um modo de manter-se vivo. Assim, com base nos dados analisados, reafirma-se a compreensão de que o fatalismo dispõe sobre uma resposta potencialmente adaptativa a situações incontrolláveis da vida (MARTÍN-BARO, 1998, 2004; DÍAZ *et al.*, 2015; NAVARRO, YUBERO, LARRAÑAGA, 2018). Trata-se de um fenômeno que se manifesta como resultado aprendido de repetidas exposições a experiências negativas na vida.

Entretanto, o efeito apaziguador que gera não diminui suas consequências para a manutenção da alienação, da apatia social e da dominação subjetiva. Os dados demonstram como o desamparo derivado da pobreza intensifica o desenvolvimento de pensamentos místicos, a baixa reflexividade crítica e a unidimensionalidade analítica da realidade. Isto quer dizer que a adoção de uma consciência crítica, em detrimento de uma consciência mágica ou ingênua (FREIRE, 1980), requer dos sujeitos elementos cognitivos e sociais que o impelem a assumir uma visão analítica profunda, implicada, auto responsável e questionadora das verdades absolutistas que lhes foram apresentadas, muitas vezes, ao longo de toda a sua história de vida. Solicita, ainda, abrir mão de anseios individuais em benefício de propostas coletivistas. Reivindica dos indivíduos que se reconheçam como sujeitos que vivenciam a humilhação social que é, como afirma Svartman e Galeão-Silva (2016), ao mesmo tempo um sofrimento político e um fenômeno psicológico.

Manter-se em uma situação de consciência mágica permite a alienação, a desvinculação dos sujeitos do sentido de suas ações (DUARTE, 2004) e, com isso, usufruir de sentimentos que remetem a uma falsa tranquilidade mediante a atribuição da responsabilização dos fenômenos cotidianos a uma entidade divina, o que já havia sido previsto por Martín-Baró (1998). Contudo, o que há de se considerar em uma revisão do fenômeno do fatalismo quando este é discutido trinta anos depois do texto original de Martín-Baró (1998), é que, na atualidade, compor uma classe de risco (BECK, 2018) implica na convivência com distintos fatores que deixam os sujeitos vulneráveis, distantes do foco da participação social e impedidos de vivenciar seu potencial emancipador e libertário. Dito isto, propõe-se que o fatalismo seja analisado a partir do Modelo analítico das manifestações do

fatalismo em contextos de pobreza rural a seguir (Figura 14), representativo de uma base conceitual mínima para sua compreensão.

Figura 14 – Modelo analítico das manifestações do fatalismo em contextos de pobreza rural



Fonte: Elaborado pela autora.

No modelo, os elementos distais circunscrevem o contexto de emergência e reprodução do fatalismo. Não é a pobreza multidimensional a única responsável pelo panorama propício às crenças fatalistas. A precariedade no acesso às políticas educacionais e seus impactos na aquisição da habilidade de análise crítica e desenvolvimento do pensamento abstrato, a exposição às recorrentes experiências negativas na vida (tais como as experiências de privação, a vulnerabilidade climática e o exercício de práticas laborais precárias e potencialmente adoecedoras), a sensação de estar permanentemente exposta aos perigos incontroláveis (como a seca, a ausência de renda e o risco do adoecimento), a culpabilização do sujeito por sua situação e as recorrentes experiências de insegurança quanto ao futuro fornecem os elementos propiciadores da reprodução do fatalismo.

Controle divino e predestinação, de acordo com o Modelo, comungam de elementos relacionados à noção de divindade e à interpretação dos acontecimentos cotidianos. No quadrante derivado da articulação entre as duas dimensões, é possível identificar a reivindicação dos moradores de uma força divina protetora, a referência à fé como mediadora

da tomada de decisões pelos sujeitos, o apaziguamento de conflitos sociais como consequência do não dar-se conta dos tensionamentos que reforçam e mantêm a pobreza e a busca por tentar justificar ou explicar acontecimentos que lhes parecem fora do controle ou da previsibilidade. Da interconexão entre presentismo e controle divino, ascende a dificuldade de vislumbrar conteúdos no futuro que transponham as adversidades cotidianas, a fixação no presente e a dificuldade de desenvolver um pensamento abstrato, capaz de construir expectativas além das demandas imediatas.

A interface entre predestinação e pessimismo revela a compreensão da existência de um Deus responsável pelo futuro, a tendência ao conformismo e à passividade, assim como a resignação diante de eventos adversos e das relações de opressão estabelecidas. Por fim, pessimismo e presentismo estabelecem pontos dialógicos para que se entenda o distanciamento emocional, a antecipação dos fatos desagradáveis como consequência da desesperança desenvolvida ao longo de trajetórias de vida marcadas por adversidades injustas e evitáveis, assim como a avaliação das situações pelos sujeitos destacando o que está mais desfavorável como estratégia de fornecer temporário suporte emocional.

5 RESILIÊNCIA: DEFINIÇÕES E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA UM OLHAR DO ENFRENTAMENTO À POBREZA

O capítulo tem como objetivo identificar quais os fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais marcados pela pobreza. Para tanto, vale-se da premissa de que, mesmo os estudos a respeito do construto resiliência tendo emergido em massa ao final da década de 1970 e início de 1980, ainda se trata de área em constante atualização e que expressa os valores e os objetivos daqueles que o define (OBRIST; PFEIFFER; HENLEY, 2010).

A diversidade teórica do conceito de resiliência é apresentada neste capítulo como uma estratégia para o delineamento de qual definição será utilizada considerando sua pertinência para o debate dos contextos de pobreza. Para tanto, parte-se da contribuição de dois enfoques sobre o tema: as noções de resiliência comunitária e de resiliência social. Os dados qualitativos obtidos através dos grupos focais realizados em Cascavel e Pentecoste subsidiaram a explanação dos resultados e a construção do que se propõe como resiliência sócio-comunitária.

5.1 A diversidade teórica do conceito de resiliência

Um relevante percurso tem sido trilhado desde a ascensão, no início do século XIX, do termo resiliência em áreas como a física, a engenharia e a metalúrgica. À princípio, eram considerados resilientes certos materiais que, mesmo sob uso em situações que poderiam lhes causar deformidades, recuperavam-se e retornavam à posição original (TROMBETA, GUZZO, 2002; YUNES, 2003; ARCINIEGA, 2013; FRANCISCO, COIMBRA, 2015). Entre os anos de 1970 e 1980, os estudos em psicologia sobre resiliência começam a ser desenvolvidos com o intuito de compreender como os sujeitos, embora expostos às severas adversidades, permaneciam saudáveis.

Neste período, a ascensão de um enfoque da resiliência nas pesquisas norte-americanas e inglesas, tal como assinalado por Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011), somente foi possível dada a contingência sócio histórica e cultural, que apontava uma série de críticas ao intitulado enfoque de risco, centrado na enfermidade, nas características associadas a uma alta probabilidade de dano biológico ou social e nos sintomas manifestos pelos indivíduos. A mudança, em certo sentido paradigmática, foi quanto à ênfase atribuída aos fatores que incidem sobre o desenvolvimento humano. Se na abordagem de risco são

focalizados os fatores que interferem no desenvolvimento e em seus resultados negativos, na abordagem da resiliência são enfatizadas tanto as dimensões positivas quanto negativas dos fatores que acarretam implicações para o desenvolvimento humano. Nos momentos seguintes, a literatura na área foi crescendo significativamente em distintos campos de saber, tais como educação, administração, recursos humanos (COIMBRA, 2015), ecologia, engenharia e a própria psicologia (DAGDEVIREN; DONOGHUE; PROMBERGER, 2015).

Embora seja um conceito de grande valoração nos campos do saber, não há um consenso teórico de definição da resiliência e cada área elege suas unidades analíticas. Entretanto, em linhas gerais, a resiliência é apresentada em função das respostas apresentadas pelos sujeitos face à adversidade, ao estresse e aos fatos inesperados. Com isso, passa a ser um termo comumente utilizado com o intuito de esclarecer como os sujeitos conseguem se desenvolver de modo psicologicamente são mesmo em contextos de adversidade e de risco. Seria ela uma manifestação da capacidade de se adaptar e se transformar como resposta ao enfrentamento de adversidades significativas (SÁEZ, 2012; ROOKE, 2015; GROTBORG, 2003). López-Fuentes e Medina (2012) afirmam que, embora não exista uma definição universal de resiliência, as investigações que sobre ela se debruçam a explicam em termos de processo, capacidade, crescimento, enfrentamento e habilidade.

A variabilidade de termos utilizados para tentar definir resiliência anuncia o cuidado necessário ao discuti-la, afinal, ela diz de uma construção complexa (SÁEZ, 2012; MASTEN, 2014; SOUTHWICK *et al.*, 2014). Coimbra (2015) atenta para o risco do uso de visões da resiliência estritamente como superação de adversidade, pensamento que reforça a ideologia neoliberal ao responsabilizar isoladamente os sujeitos e desconsiderar os determinantes sociais, econômicos e culturais. Neste esforço de romper com uma visão determinista e universalista da resiliência, complementa a autora, a alternativa adequada é inseri-la no contexto e na cultura onde se expressa, perspectiva compartilhada por Southwick *et al.* (2014). Assim, a resiliência é um fenômeno multifatorial (SÁEZ, 2012), relacional e não essencialista (KECK, SAKDAPOLRAK, 2013).

López-Fuentes e Medina (2012) compreendem que a resiliência é o resultado da interlocução entre influências ambientais (externas), oriundas dos contextos familiares, sociais e culturais, e influências individuais (internas) que, juntas, permitem aos sujeitos a superação do risco e da adversidade de forma construtiva. Neste processo, que é dinâmico e interativo, haveria não só a recuperação do indivíduo após o conflito, mas também o desencadeamento de mudanças e o fortalecimento das defesas caso as ameaças retornem. Dessa forma, entende-

se que a resiliência se refere tanto aos indivíduos como aos grupos familiares ou coletivos que são capazes de resistir aos efeitos nocivos da adversidade. Contudo, para que não haja uma culpabilização do sujeito ou do meio (família e comunidade) sobre o porquê de ter ou não se colocado de modo resiliente, parece adequado ressaltar a argumentação de Moraes *et al.* (2015) de que sem o surgimento de oportunidades para superar as dificuldades e a disponibilização de novas alternativas de vida, não seria possível falar em resiliência.

Assim, a expressão da resiliência não diz de um resultado em si, mas sim de quais os recursos e as estratégias que permitem aos sujeitos transpor às dificuldades. Seguindo este pensamento, a resiliência não dispõe apenas da adaptação dos sujeitos, ela implica em mudanças derivadas do enfrentamento da situação estressora (YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007). Negreiros e Rocha (2018, p.2) vão além e argumentam não só que a resiliência não está restrita à superação momentânea de um conteúdo adverso, mas também que ela implica em “[...] um caminho a ser trilhado pela via da construção de uma consciência crítica do indivíduo”.

A ausência de discurso uníssono sobre resiliência e o reconhecimento das implicações teórico-conceituais de sua apropriação por distintas áreas são fatores eleitos por Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) para, em conformidade com as proposições de Fantova (2008) e Suarez-Ojeda (2004), distinguir a resiliência em três correntes: a norte-americana ou anglo-saxônica, a europeia e a latino-americana. A vertente norte-americana está, comumente, mais alinhada ao enfoque behaviorista ou ao ecológico transacional, que tem suas bases no modelo de Urie Bronfenbrenner. É caracterizada pelo pragmatismo, maior centralização no indivíduo, análise de dados observáveis e quantificáveis. Nesta perspectiva, a resiliência emerge como produto da interlocução entre sujeito e meio. A corrente europeia possui enfoque comumente psicanalítico, com uma perspectiva ética relativista e inclinada a analisar a visão do sujeito sobre as adversidades, de modo a transcender os fatores contextuais. A vertente latinoamericana está, por sua vez, mais voltada para a análise dos processos comunitários, destacando como o social pode contribuir mediando as respostas dos sujeitos às adversidades.

Não obstante, Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) creem que as distinções entre as três correntes repousam no modo como compreendem as noções de resistência, adaptação, recuperação e superação. Sendo assim, ingleses e norte-americanos se debruçam sobre a ideia de que a resiliência seria resistência ao estresse. A ideia de adaptação como ajustamento do sujeito ao contexto social adverso estaria inserida nesta concepção. Já

na perspectiva latino-americana, as pesquisas estariam relacionadas não apenas à ideia de resistência, mas incorporaria também as noções de recuperação e superação. Os autores alertam que há, presente neste enfoque, um uso ambivalente e genérico do conceito de resiliência, pois ao selecionarem como participantes das pesquisas tanto sujeitos que se abalaram e se recuperaram diante de contextos de estresse quanto aqueles que permaneceram bem todo o tempo, acabam por atribuir uma mesma nomenclatura a fenômenos distintos.

Na Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, os fatores de risco e de proteção são debatidos segundo um olhar circular e transacional de promoção da resiliência, que é entendida como expressão de saúde mesmo em situação de adversidade (LIBÓRIO; UNGAR, 2010). Nesta perspectiva, fator de risco é uma característica de um grupo de indivíduos ou de uma dada situação que prediz resultados negativos no futuro (MASTEN; REED, 2002). Nas discussões sobre desenvolvimento humano, estes fatores são todos os eventos ou fatores negativos que aumentam a probabilidade de que os sujeitos venham a manifestar problemas físicos, psicológicos, comportamentais e sociais (KOLLER; MORAIS; CERQUEIRA-SANTOS, 2009). Eles podem congrega atributos biológicos e genéticos da criança e/ou da família, além de fatores da comunidade capazes de influenciar o ambiente da criança e de sua família (MAIA; WILLIAMS, 2005).

Entres os fatores de risco estão empobrecimento/pobreza, experiências de violência intrafamiliar e na comunidade, conflito com a lei, exposição às doenças/drogas, enfermidades físicas e mentais, institucionalização, vida na rua, discriminação, conflito com a lei, separação/perda da família, situações de trauma decorrente de guerras e desastres naturais (KOLLER, MORAIS, CERQUEIRA-SANTOS, 2009; POLLETO, KOLLER, 2008; SAÉZ, 2012). Tendem a ser multifatoriais e podem se expressar de modo concomitante, o que diminui ainda mais a possibilidade de que a pessoa demonstre resiliência frente à intensidade do contexto adverso.

Vale destacar que as noções de estresse e de risco possuem uma proximidade funcional e interdependente, a ponto de serem utilizadas como termos similares, assim como observado na fala de Morais (2009, p.39): “alguns eventos de vida têm sido descritos na literatura como estressores e, portanto, são considerados fatores de risco ao desenvolvimento”. É preciso, contudo, ter em mente que os riscos não são determinantes de desenvolvimento psicopatológico (TROMBETA; GUZZO, 2002), mas predis põem os sujeitos, quer dizer, aumentam a possibilidade de que ocorram interferências inadequadas em seu

desenvolvimento. Eles não se manifestam igualmente nos indivíduos, o que induz a ser pensados em termos dos processos que influenciam e dos recursos pessoais dos sujeitos que auxiliam no enfrentamento de suas consequências negativas. Em um contexto de risco, então, a resiliência atua produzindo características saudáveis, sem que ocorra eliminação ou evitação dos fatores de risco (KOLLER; MORAIS; CERQUEIRA-SANTOS, 2009).

Fatores de proteção são as qualidades de pessoas ou contextos que diminuem as consequências da exposição aos fatores de risco ao predizerem resultados positivos mesmo diante da adversidade (MASTEN; REED, 2002). Trombeta e Guzzo (2002) afirmam que os fatores de proteção favorecem a aquisição de controle sobre a vida e o incentivo ao bem-estar e à saúde psicológica. Podem ser entendidos como os fatores distintos que interagem e alteram a trajetória da pessoa, auxiliando-a na elaboração de experiências de cuidado, fortalecimento e enfrentamento ao risco através do desenvolvimento de novas respostas pessoais (POLETTTO; KOLLER, 2008). Os fatores de proteção, assim como os fatores de risco, podem se apresentar de modo cumulativo como efeito de múltiplos fatores combinados. Ambos não possuem caráter universal, devem ser entendidos como processos dinâmicos e analisados dentro do contexto específico de cada cultura (LIBÓRIO; UNGAR, 2010).

Libório e Ungar (2010), ao resgatarem as contribuições de Michael Ungar para a definição de resiliência, enfatizam a interlocução por ele estabelecida entre a Abordagem Bioecológica, com seu potencial analítico sistêmico, e o discurso construcionista sobre o tema. A partir de um olhar do construcionismo social, a realidade não é entendida como algo posto, mas sim como derivada de uma lógica discursiva, segundo a qual o modo como as pessoas compreendem os fatos, o descrevem, explicam e com ele interagem é fruto de uma interação ativa e cooperativa (GERGEN, 2009). Na própria definição de resiliência, deveria, então, estar presente o entendimento do que certas culturas e contextos específicos entendem por funcionamento saudável ou crescimento psicológico.

Bronfenbrenner, na compreensão de Libório e Ungar (2010), assinala categorias fixas para o entendimento da resiliência ao propor um modelo ecológico e hierarquicamente ordenado entre fatores de risco e proteção que podem, sem prejuízos conceituais, dialogar com o reconhecimento de que os trânsitos dos sujeitos em direção aos conteúdos protetivos dependerá do que compreendem como sendo mais relevante e da capacidade de negociação com aqueles que concedem recursos promotores de bem-estar. Assim, quando se entende que a resiliência é resultado tanto da capacidade das comunidades em prover recursos significativos como do que elaboram sobre funcionamento saudável (LIBÓRIO; UNGAR,

2010), a ideia de que se trata mais de uma construção social que um atributo do sujeito se fortalece.

Seguindo a proposta de romper com perspectivas abstratas e universalistas de resiliência, Francisco e Morais (2015) se debruçaram sobre o desafio de defini-la a partir da psicologia histórico-cultural, assentada na concepção epistemológica e filosófica marxista. Para tanto, propõem o uso da expressão resiliência em-si para designar o processo de enfrentamento das situações adversas vividas pelos indivíduos. Entretanto, fazer frente às adversidades não implica necessariamente na apropriação consciente dos conteúdos, daí que o enfrentamento alcançado não é total, mas sim parcial. Nas palavras dos autores Francisco e Morais (2015, p.75), a resiliência em-si está em um nível abaixo da emancipação dos sujeitos, que “[...] só será possível por meio de um processo de tomada de consciência, bem como pela superação das atuais relações sociais”. Sendo assim, o fundamento basilar para o desenvolvimento de uma visão ampliada de resiliência seria não apenas considerar os fatores que contribuem para o seu desenvolvimento, mas, substancialmente, suas implicações para a apropriação crítica dos sujeitos sobre suas vidas e a real capacidade que experimentam de ser capazes de transformar estruturas sociais marcadas pela alienação e pela submissão.

No que diz respeito aos fatores que contribuem para seu desenvolvimento, pode-se retomar a discussão de que a resiliência dispõe sobre como cada sujeito e cada cultura compreende as noções de risco, proteção, viver bem e se adaptar, vinculando-se à ideia de Montero (2006) de que parece estar vinculada à transmissão histórica de certos padrões de comportamento, de gostos, de conhecimentos, de cultos e predisposições. Desta forma, não se pode perder de vista que a resiliência, em nível individual, vincula-se a quadros estruturais e desenvolvimentos históricos mais amplos (DAGDEVIREN; DONOGHUE; PROMBERGER, 2015), contrariamente ao que se diz de ser um atributo comportamental singular de indivíduos ou famílias. A resiliência deve ser entendida como um processo complexo, que integra concomitantemente processos psicossociais, socioculturais e cognitivos (SUARÉZ-OJEDA, 2006).

Não se trata de acreditar em uma força sobrenatural intrínseca e impulsionadora de processos de adequação às expectativas sociais, mas sim de considerar que, uma vez oferecendo as condições objetivas e subjetivas necessárias, o sujeito em condições de pobreza irá construir seu curso de desenvolvimento dentro do que para o seu universo de referência sociocultural significa se adaptar criativamente à realidade. Família e comunidade irão, segundo pesquisas de Yunes (2012), López-Fuentes e Medina (2012), Morais *et al.* (2015)

exercer papel importante neste processo.

Yunes (2012) identificou que um recurso utilizado por famílias em situação de pobreza é buscar, para manter o controle da situação em meio à crise, a compreensão e o sentido das dificuldades através do apoio oferecido pela família extensa e pela rede social. Em sua pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua, López-Fuentes e Medina (2012) observaram que elevada autoestima e relações familiares caracterizadas pela união e pelo afeto estão diretamente relacionados à resiliência, influenciando sua manifestação de forma moderada. Morais *et al.* (2015), por sua vez, entendem que as comunidades que expressam resistência se caracterizam pelo compartilhamento de sentimentos de confiança e pertencimento, pela socialização de valores e de interesses mútuos que retroalimentam a oferta de redes de apoio.

A discussão sobre pobreza em seu prisma multidimensional lança um desafio para o debate sobre resiliência, pois o que se pretende não é apenas entender como vivem as pessoas e como respondem às adversidades, mas sim dar prosseguimento ao intuito de elucidar quais as condições de possibilidades aos sujeitos disponíveis para que desenvolvam estratégias com ênfase na consciência crítica e na expressão de suas capacidades transformadoras. Embora pertinentes dentro do referencial que assinalam, as visões amplamente difundidas sobre resiliência apresentam fragilidades quando a questão é avançar na construção de um modelo propositivo capaz de denunciar as condições histórico-culturais que subjagam indivíduos, famílias e comunidades e fragilizam seus potenciais de dar respostas às adversidades. Com isso, intenta-se o delineamento breve de uma proposta de olhar sobre a resiliência adequado ao que já foi desenvolvido no campo de estudos sobre as implicações psicossociais da pobreza rural.

5.2 Em busca de um conceito de resiliência pertinente ao estudo da pobreza rural

A incorporação do conceito de resiliência nos debates das ciências sociais em geral e da política social em particular é relativamente recente. Dagdeviren, Donoghue e Promberger (2015) listam como fatores relacionados à ampliação do uso do conceito de resiliência nas ciências sociais justamente aqueles assinalados por Beck (2006) como característicos da sociedade de risco global e de sua controlabilidade limitada dos perigos: as mudanças climáticas, a difusão das ameaças terroristas e as desordens sociais, dentre as quais é possível listar desemprego, pobreza e desigualdade social. Quando a ênfase recai sobre estas questões, uma das duras críticas que repousa sobre a conceituação de resiliência diz respeito ao seu

desenvolvimento ter sido marcado pela pouca atenção destinada à análise dos quadros estruturais, ao percurso histórico de estabelecimento das condições sociais dos indivíduos e grupos e de suas repercussões nas expressões da resiliência (DAGDEVIREN; DONOGHUE; PROMBERGER, 2015).

Yunes, Garcia e Juliano (2016) avaliam, ainda, que há uma escassa literatura sobre resiliência que a considere como derivada de uma ação coletiva. Estas fragilidades acabam por obstaculizar a efetivação do caráter “profundamente político” da resiliência (KECK; SAKDAPOLRAK, 2013, p.14), que deveria estar inclinada não somente para questões individuais e comunitárias, mas principalmente para a análise da sociedade em função das próprias mudanças globais. Isto implica reconhecer, por exemplo, que a pobreza é uma problemática de escala mundial, embora se expresse com roupagens singulares em cada contexto.

No tocante às interfaces entre resiliência e questões sociais, vai sendo construída a argumentação de que o entendimento de suas expressões em contextos de pobreza se alinha com a leitura de que é um processo dinâmico e, como tal, deve ser entendida em função daquilo que são as capacidades coletivas, os potenciais de tomada e aprofundamento de consciência e as possibilidades de emancipação/libertação que enseja. Assim como a análise das implicações psicossociais da pobreza, que articula conhecimentos de distintas áreas do saber, como a economia, a história, as ciências sociais, a geografia e a própria psicologia, parece pertinente que o debate das expressões da resiliência em contextos de privação evoque o esforço de constituição de uma perspectiva transdisciplinar, o que já foi proposto por López-Bracamonte e Limón-Aguirre (2017). Na busca por formular uma argumentação coerente a respeito das expressões da resiliência em contextos de pobreza, elegeu-se duas contribuições iniciais: as noções de resiliência comunitária e de resiliência social.

5.2.1 Um conceito de resiliência para a América Latina: a resiliência comunitária

Resiliência comunitária foi uma terminologia desenvolvida com base nas observações de Elbio Néstor Suárez Ojeda³⁴ de como, em contextos comunitários, mesmo sob situações de desastres e calamidades, os sujeitos desenvolviam interações solidárias com ênfase na

³⁴ Elbio Néstor Suárez Ojeda é um médico argentino especialista em Saúde Pública, Pediatria e Saúde Materno-Infantil. Atuou como consultor da Organização Mundial da Saúde (OMS) e foi diretor do Centro Internacional de Informação y Estudios de Resiliência (CIER), criado na Argentina em 1997. O autor propõe que a resiliência, em termos gerais, seja entendida como um processo dinâmico que se constitui gradualmente em função das interações estabelecidas pelos sujeitos e auxilia em processos geradores de promoção de saúde.

amenização de danos e nas possibilidades de recuperação (JULIANO; YUNES, 2014). É considerada como um aporte teórico eminentemente latinoamericano (SUÁREZ-OJEDA, 2005; SUÁREZ-OJEDA, LA FARA, GONZÁLEZ; 2011; ARCINIEGA, 2013; LÓPEZ-BRACAMONTE, LIMÓN-AGUIRRE, 2017) com ênfase no conhecimento das populações afetadas pela pobreza e pela discriminação.

O maior destaque dado ao contexto comunitário não foi apenas uma mudança de nomenclatura. Alterou-se a base epistemológica do conceito inicial, assim como os critérios de sua observação e identificação em contexto coletivo (SUÁREZ-OJEDA; AUTLER, 2006), o que faz com que se alinhe à vertente latinoamericana de estudos sobre resiliência de que fala Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011). Oliveira e Morais (2018) acrescentam à concepção latinoamericana uma segunda tradição de estudos no campo da resiliência comunitária, a norte-americana, que teria como marco a publicação do artigo de Norris *et al.* (2008). Nesta publicação, resiliência comunitária é definida, a partir da discussão de termos como estresse, adaptação, bem-estar e recursos dinâmicos, como um processo que conecta uma rede de capacidades adaptativas após uma adversidade ou perturbação.

Oliveira e Morais (2018) destacam que há similaridades entre as correntes latinoamericana e norte-americana de resiliência comunitária, embora os estudos de cada local não expressem intercâmbios de referenciais e as produções da América Latina estejam marcadamente atravessadas por uma análise de como as condições econômicas e geográficas podem fragilizar a região para a ocorrência de desastres. Além disso, uma característica da terminologia ‘resiliência comunitária’, que as autoras (OLIVEIRA; MORAIS, 2018) constataram a partir de uma revisão integrativa com trinta e sete artigos em três idiomas (português, espanhol e inglês), foi a ausência de um consenso em sua definição.

Suárez-Ojeda e Autler (2006) propuseram, inicialmente, a identificação de cinco pilares da resiliência comunitária mais expressivos em grupos que superaram desastres e calamidades com maior êxito e rapidez. Seriam eles: autoestima coletiva, identidade cultural, humor social, adequação da gestão governamental e espiritualidade. Esta construção basilar primária, no entanto, foi alterada em Suarez-Ojeda, La Jara e Márquez (2007) e em Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011). Tomando como referência suas investigações posteriormente realizadas, o novo modelo propositivo dos pilares da resiliência comunitária substituem adequação da gestão governamental e espiritualidade por honestidade coletiva e solidariedade. Sendo assim, os cinco pilares mais significativos para explicação da resiliência comunitária seriam: identidade cultural, autoestima coletiva, humor social, honestidade

coletiva e solidariedade.

A identidade cultural é um processo interativo que se desenvolve ao longo da história, responsável pela incorporação e valorização dos hábitos alimentares, dialetos, costumes, danças e canções próprias de um grupo. Tais conteúdos vão se transformando em elementos intrínsecos ao próprio coletivo. Uma vez fortalecidos e cientes de suas características culturais singulares, facilitam para que os sujeitos reconheçam com clareza quais as influências das culturas externas (SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011) e que os distanciam de seus valores e hábitos. Isto porque, quando a cultura local é menosprezada em benefício de atributos culturais de exportação, que são aqueles que pouco ou nada refletem a realidade cotidiana vivida pela população, opera-se a subjugação dos povos, de seus potenciais tradicionais, de suas histórias e valores, o que pode ser facilmente utilizado como instrumento de controle. Coerente com este pensamento está a proposição de Martín-Baró (1998) de que a potencialização das virtudes populares locais, o que inclui sua identidade cultural, é importante tarefa de uma psicologia que se proponha latinoamericana e comprometida com a libertação dos povos de estruturas de dominação e subjugação.

Autoestima coletiva diz da atitude ou do sentimento de orgulho do lugar onde se habita. Os moradores que a expressam demonstram satisfação por fazer parte da comunidade e compartilhar seus valores. Além disso, esta valorização se manifesta através da consciência das belezas naturais e daquelas criadas pelos homens, da concordância com os valores culturais locais, do desfrutar das condições climáticas, das atividades culturais e recreativas (SUAREZ-OJEDA; LA JARA; MÁRQUEZ, 2007; SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011).

Identidade cultural e autoestima coletiva são dois fatores que se vinculam à definição de sentimento de comunidade³⁵ expressa por Sarason (1974) e McMillan e Chavis (1986). Para o primeiro autor, sentimento de comunidade é a emoção de pertencer a uma “(...) rede de relacionamento de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender (...)” (SARASON, 1974, p. 1). McMillan e Chavis (1986) consideram que sentimento de comunidade é o sentimento compartilhado de pertencer a uma coletividade, de que os sujeitos importam um ao outro e ao grupo, de ter fé e acreditar que as necessidades dos membros serão atendidas e de que há um compromisso de estar juntos. Nesta visão, o sentimento de comunidade é concebido a partir de quatro dimensões: filiação (*membership*), influência

³⁵ Nepomuceno *et al.* (2017) compreendem que sentimento de comunidade, senso de comunidade, sentido de comunidade e sentido psicológico de comunidade são traduções possíveis para a expressão ‘*Sense of Community*’, criada por Sarason em 1974.

(*influence*), integração e satisfação das necessidades (*integration and fulfillment of needs*) e ligação emocional compartilhada (*shared emotional connection*).

A filiação é o sentimento de fazer parte, de pertencer ou compartilhar um sentido de relacionamento pessoal com os membros de uma coletividade (McMILLAN; CHAVIS, 1986). Para experimentar a sensação de filiação, os sujeitos necessitarão ter investido algo de si, o que inclui a própria abertura emocional para o pertencimento. Montero (2004) acrescenta ao sentimento de filiação a história e a identidade social compartilhada, os direitos e deveres derivados da vinculação, os símbolos comuns, o investimento pessoal, a segurança e o apoio emocional, os aspectos positivos e negativos relacionados ao pertencer. Influência é um sentido de importância, de fazer a diferença para um grupo ao mesmo tempo em que ele acarreta contribuições para seus membros. A influência é a capacidade de influenciar a comunidade ao mesmo tempo em que é influenciado por ela.

A integração e satisfação das necessidades é o sentimento de que as necessidades dos membros serão satisfeitas e os recursos recebidos por meio de sua participação no grupo. Amaro (2007) considera que o sentimento de satisfação das necessidades individuais fortalece o sentimento de pertença ao grupo, pois os sujeitos são motivados a perdurar em seu envolvimento no grupo. Segundo Montero (2004), por pertencer a uma comunidade, os sujeitos podem obter benefícios em termos de status, ajuda psicológica e material em momentos de dificuldades, valores compartilhados, popularidade e respeito. A ligação emocional compartilhada é o compromisso e o reconhecimento de que os membros compartilham histórias, lugares comuns, tempo juntos e experiências semelhantes (McMILLAN; CHAVIS, 1986), o que gera sensações de calor e intimidade (AMARO, 2007). É o sentimento baseado no modo como são desenvolvidas as relações afetivas entre os sujeitos, mantendo laços sociais estreitos que irão perdurar na alegria e na tristeza (MONTERO, 2004).

Percebe-se que filiação, influência, integração e satisfação das necessidades e ligação emocional compartilhada são elementos que retroalimentam a autoestima coletiva e a identidade cultural ao fortalecerem a vinculação coletiva entre os membros de uma coletividade. Esta constatação retoma a argumentação de Montero (2004) de que intervenções a partir da Psicologia Comunitária deveriam adotar o conceito de sentimento de comunidade como núcleo central, pois sua expressão é indicativa de uma orientação positiva que fortalece e mantém a comunidade, ao passo em que sua fragilização ou ausência pode gerar desarticulação e, até mesmo, a própria destruição da comunidade.

Morais *et al.* (2015), embora não tenham explicitado a definição de sentimento de comunidade tal como apresentado por McMillan e Chavis (1986), constataram que os sentimentos de pertença à comunidade, a fé e os laços de amizade entre os moradores foram elementos característicos da expressão de resiliência comunitária. É possível afirmar que existe, sob o ponto de vista da organização comunitária, um importante valor da autoestima coletiva e da identidade cultural como fatores que fortalecem os grupos sociais no enfrentamento de adversidades, ao mesmo tempo em que são capazes de gerar e consolidar redes de apoio, como já apontado por Ximenes (2014) e Nepomuceno *et al.* (2017). A questão fundamental, contudo, são os elementos que incidem negativamente para que estas capacidades se manifestem.

Humor social é a habilidade dos grupos ou coletividades de identificar elementos cômicos em situações de tragédia. Nestes casos, ocorre a expressão, através de gestos, palavras ou atitudes, dos conteúdos cômicos ou incongruentes de uma situação. Como consequência do humor social, está seu efeito tranquilizador e prazeroso. Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011, p.88) afirmam que o humor é “[...] uma estratégia de ajustamento que ajuda a uma aceitação madura do infortúnio comum e facilita uma certa distância do problema e, portanto, favorece a tomada de decisões para resolvê-lo”³⁶. Entretanto, Francisco e Coimbra (2015) deixam claro o risco de que o distanciamento da situação problemática através do humor, considerado como algo positivo por Suárez-Ojeda (2005), possa vir a contribuir com a adoção de posturas alienadas e que beirem ao conformismo. É bem verdade, o humor social está em uma linha tênue entre o distanciamento para a crítica e o distanciamento para a alienação.

Honestidade coletiva, estatal ou administrativa quer dizer a condução transparente da gestão pública. Neste caso, a administração é realizada por funcionários com consciência grupal, que rejeitam a desonestidade e valorizam o exercício idôneo da função pública. Quando a honestidade é vivenciada nos processos de recuperação após desastres ou situações de grandes conflitos, os sujeitos se sentem mais dispostos a expressar sua solidariedade e desenvolvem maior confiança nas instituições. Todavia, Francisco e Coimbra (2015) tecem uma dura crítica à eleição por Suárez-Ojeda (2005) da honestidade estatal como característica da resiliência comunitária nas sociedades latinoamericanas. Não por acaso, uma vez que os países da América Latina estão no ranking dos mais corruptos, parece inadequado, para esses

³⁶ Trecho original: “una estrategia de ajuste que ayuda a una aceptación madura de la desgracia común y facilita cierta distancia del problema, y así favorece la toma de decisiones para resolverlo” (SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011, p.88).

autores, que a honestidade estatal permaneça como um dos pilares da resiliência.

Sob a alegação de que a proposta de Suárez-Ojeda (2005) demonstraria uma visão apartada das verdadeiras questões históricas e coletivas que marcam a América Latina, Francisco e Coimbra (2015) colocam em questionamento se a noção de resiliência comunitária, nos moldes em que foi apresentada, efetivamente poderia contribuir com uma visão mais ampla das problemáticas locais. Contudo, o que se propõe aqui é que, ao considerar a honestidade estatal como elemento analítico da resiliência comunitária, a constatação de sua não expressão ou dos obstáculos para que se manifeste deve ser entendido como um traço revelador das condições de opressão em que vive a população latinoamericana.

A solidariedade se refere à adesão a uma causa ou intenção, podendo ou não ser compartilhada entre os membros da comunidade, mas que é capaz de gerar um objetivo comum. Atitudes solidárias de uma comunidade tem se apresentado como uma importante ferramenta para alcançar a transposição de adversidades, mediante a capacidade de se reconstruir, desenvolver-se e alcançar um nível aceitável de bem-estar (SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011). Elas são capazes de originar sentimentos genuínos de colaboração e partilha, que ganham a roupagem de laços de afetos comunitários (MORAIS *et al.*, 2015). Não obstante, existem casos em que a atitude solidária se torna um conteúdo instituído nas normativas sociais, como através de regras de conduta e dever moral, ou através de conteúdos legais, como quando se tornam obrigação jurídica (SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011).

Outro aspecto que chama atenção é a proximidade existente entre o pilar da solidariedade que compõe a resiliência comunitária e a dimensão de integração e satisfação de necessidades de que fala MacMillan e Chavis (1986). Quando os sujeitos atuam de modo solidário com os demais membros da coletividade, seu esforço contribui para o sentimento de comunidade, pois fortalece a concessão de ajuda material e psicológica em contextos adversos e impulsionam a construção de redes comunitárias (MONTERO, 2004).

A resiliência comunitária se expressa como um importante potencial coletivo de transposição das adversidades compartilhadas em um território comum. Porém, a constante submissão dos sujeitos às situações de tensão e de alerta, na atualidade, fragiliza os fatores que promovem a resiliência comunitária (JULIANO; YUNES, 2014) quando deveriam estar sendo conduzidas estratégias para fortalecê-los. É necessário, ainda, que sejam considerados os fatores negativos ou antipilares da resiliência comunitária, entendidos como inibidores da capacidade solidária de reação frente às situações de adversidade coletiva. A saber: a

corrupção, o autoritarismo, a impunidade e o “malinchismo” (SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011). Muitas vezes, eles atuam em conjunto, sendo responsáveis, na América Latina, pelas situações de iniquidade social e de fragilidade no desenvolvimento dos países.

A corrupção é considerada o principal fator inibidor da resiliência comunitária (SUÁREZ-OJEDA, AUTLER, 2006; SUÁREZ-OJEDA, LA FARA, GONZÁLEZ, 2011). Ato de corrupção caracteriza “[...] o desrespeito generalizado na sociedade com o bem público [...] e vão desde pequenos atos de desobediência até o desvio de expressivas somas de recursos públicos” (MORAES; SANTOS; TORRECILLAS, 2014). A expressão da corrupção gera um “flagelo vergonhoso do desenvolvimento”³⁷ (SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011, p.91), quando os interesses privados de funcionários e governantes se sobrepõem aos interesses públicos. Sua disseminação, que pode se manifestar indistintamente em qualquer tempo histórico, fragiliza a legitimidade dos sistemas político democráticos. Tanto é que, no estudo de Moraes, Santos e Torrecillas (2014), quanto maior a percepção de corrupção na América Latina, mais baixa é a qualidade da democracia.

O autoritarismo aponta como consequências uma significativa perda da capacidade de negociação e de formulação de consensos alcançados como consequência de discussões sensatas. Está caracterizado pela inibição do potencial de criação de lideranças, pela centralidade crônica na tomada de decisões, na anulação do poder de inovação e de criação de respostas novas face a situações emergenciais. Na concepção de Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011), um grande desafio da América Latina é seu passado de ditadura, que gerou estigmas sociais profundos, cotidianamente expressos e que demandam tempo para serem superados.

Em suas distintas expressões, a impunidade fragiliza a confiança nas instituições públicas e impacta negativamente na capacidade de que a comunidade reaja diante de adversidades substanciais (SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011). Por se sentirem inseguros quanto à efetivação das prerrogativas da lei, os moradores se sentem vulneráveis e desamparados institucionalmente e o poder público entra em descrédito, reforçando os sentimentos associados ao que Blanco e Díaz (2007) apontaram como controlabilidade limitada dos perigos. O “malinchismo”³⁸, segundo Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011), representa a valorização excessiva do estrangeiro e a sua adoção como

³⁷ Trecho original: “*vergonzoso flagelo del desarrollo*” (SUÁREZ-OJEDA; LA FARA; GONZÁLEZ, 2011, p.91).

³⁸ O termo “malinchismo” foi desenvolvido no contexto mexicano em referência ao processo de colonização espanhol e à hipervalorização da cultura estrangeira em detrimento da cultura local.

referência em detrimento valores culturais autóctones. Muitas vezes ocorrido em referência à cultura norte-americana, o malinchismo está em um caminho contrário à identidade cultural e à autoestima coletiva.

Outro antipilar da resiliência comunitária, que foi descrito em Suárez-Ojeda (2005), Suárez-Ojeda e Autler (2006) e suprimido em Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011), é o fatalismo. Em sua versão primeira, Suárez-Ojeda (2005) descrevem o fatalismo em termos de seu conteúdo de predestinação, que poderia resultar em uma atitude passiva na confrontação do real. Porém, os próprios autores assinalam o potencial de influência ambígua das explicações sobrenaturais dos fenômenos: ora exercendo poder de proteção individual e coletiva, ora como facilitador da apatia. O caráter multidimensional do fatalismo já foi aqui explorado no capítulo 3.

Uma importante contribuição de Suárez-Ojeda (2005) e Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011) é a consideração de que os pilares e dos antipilares da resiliência comunitária são potenciais para o desenho de intervenções com ênfase no fortalecimento comunitário, proposta também assinalada por Yunes, Garcia e Juliano (2016). O quadro teórico-conceitual da resiliência comunitária é coerente com as propostas de uma atuação psicossocial com ênfase na comunidade, pois permite uma interseção com temas como facilitação comunitária (GÓIS, 2008); fortalecimento na comunidade (MONTERO, 2006), sentimento de comunidade (SARASON, 1974; McMILLAN, CHAVIS, 1986; MONTERO, 2004) e atividade comunitária (GÓIS, 2005).

O campo explicativo do conceito de resiliência comunitária toca em elementos passíveis de serem observados no cotidiano dos sujeitos. Seria possível, ao que tudo indica, investigar as características que levam ou não uma comunidade a expressar sua capacidade de adaptação diante das adversidades. Entretanto, a discussão parece ir além, pois o que se precisa debater são as condições que levaram os sujeitos à convivência com as ditas adversidades, quais os componentes que contribuem para que as comunidades estejam distintamente vulneráveis e quais as repercussões de seu potencial resiliente. É preciso que se aponte como, a partir de uma ênfase nos processos psicossociais comunitários, o fortalecimento dos sujeitos e de seu grupo social seja viabilizado não para a adequação e melhor ajuste ao conteúdo adverso, mas sim para o anúncio de um novo horizonte com vistas à superação das relações de dominação e de opressão.

5.2.2 A noção de resiliência social e suas possibilidades de contribuição para uma noção comunitária de resiliência

Uma abordagem da resiliência pertinente de ser debatida no campo de discussão sobre as implicações psicossociais da pobreza é a noção de resiliência social. É válido destacar, contudo, que não há apenas uma vertente de definição do termo, podendo ser listadas três ênfases. A primeira vertente, mais coerente com as definições tradicionais de resiliência, enfatiza os processos cognitivos envolvidos em sua conceituação e o papel do isolamento social. A segunda destaca as contribuições do campo da abordagem dos ecossistemas. A terceira vertente, que se acredita apresenta similitudes com as discussões sobre pobreza aqui expressas, destaca a importância de uma análise estrutural das condições sociais que potencializam ou fragilizam a resiliência.

Como representantes deste primeiro grupo, está a definição de resiliência social de Cacioppo *et al.* (2015), que a consideram como a capacidade dos indivíduos de trabalhar coletivamente com o objetivo de encontrar oportunidades em meio às situações trágicas e de transformar a adversidade em vantagem. Nestes casos, enfatiza-se a conexão com os outros indivíduos, grupos e grandes coletivos como possível mecanismo gerador de novas aprendizagens e de crescimento interpessoal. A resiliência social seria, com isso, a capacidade de interagir em relacionamentos positivos, recuperar-se e crescer como consequência das experiências estressoras e do isolamento social. A ênfase estaria nos processos de interação social mais amplos e naqueles decorrentes das experiências em grupos.

Cacioppo *et al.* (2015) considera que a resiliência social pode ser útil para a expressão, pelos sujeitos, de respostas adaptativas a um estressor significativo ou à perda de vínculos sociais, assim como poderia favorecer o crescimento pessoal ao interferir para o fortalecimento das relações interpessoais, o engajamento social, o estabelecimento de significados e a constituição de respostas sociais coerentes com as situações ameaçadoras. Sujeitos socialmente resilientes, nesta vertente, são aqueles que estabelecem encontros e relacionamentos sociais significativos. Contrariamente, indivíduos com baixa resiliência social apresentam sentimentos derivados do isolamento social e solidão persistente.

Tal proposta de definição de resiliência social recai na fragilidade de atribuir ênfase a uma resposta individual, embora produzida coletivamente em pequenos grupos, à adversidade. Mesmo estando no centro do discurso, o social é apresentado destituído de relações de poder e reduzido às aparências de escolhas e práticas dos indivíduos (CHANDLER, 2013). Não há um destaque do social em termos dos processos sociopolíticos,

culturais e ideológicos que engendra e que impactam na materialidade psicossocial sob a qual será produzida, vivida e superada a adversidade.

A segunda vertente de definição da resiliência social se utiliza das contribuições da abordagem ecológica da *Sustainable Livelihood* (SL)³⁹, vinculada ao *United Kingdom Department for International Development* (DFID), sem deixar de lado as contribuições do campo de análise da vulnerabilidade social e com destaque para a noção de capacidade (MAYUNGA, 2007; OBRIST, PFEIFFER, HENLEY, 2010). Obrist, Pfeiffer e Henley (2010) argumentam que é possível inferir a ideia de resiliência social na investigação *Sustainable Livelihood* quando apresentam as noções de ondas de adversidade (*waves of adversity*) e de camadas de resiliência (*layers of resilience*). Nesta pesquisa, são enfatizadas as capacitações, os ativos e as atividades das pessoas, com destaque para a consideração de que é preciso fornecer aos sujeitos as condições para que possam transformar estruturas e processos com o intuito de obter resultados positivos, tais como melhor renda, melhor segurança alimentar ou maior percepção de bem-estar.

Em sua versão original, desenvolvida entre o final de 1980 e início de 1990, esta investigação teve como objetivo ampliar a análise dos fatores envolvidos na erradicação da pobreza. Quando utilizada como ferramenta de pesquisa, Araújo e Gomes (2017) compreendem que a *Sustainable Livelihood* favorece aperfeiçoar a compreensão do pesquisador a respeito da subsistência e da sustentabilidade de um indivíduo ou de sua família. Comumente, seu desenvolvimento se dá junto aos sujeitos que já se encontram em situação de pobreza, em detrimento de uma ênfase metodológica nos grupos ou nas comunidades que vivenciam esta situação. A justificativa para o enfoque individualizado se assenta na alegação de que o estudo busca o entendimento de estratégias individualmente adotadas para sobrevivência e não a compreensão das alternativas coletivas.

Há, presente nesta compreensão, a ideia de que é possível amenizar as inseguranças vividas pela população pobre mediante a construção de resiliência. Para tanto, cinco tipos de capitais foram listados pelo *Institute for Development Studies* (IDS) e incorporados pelo DFID como sendo fundamentais. São eles: capital humano, capital natural, capital físico, capital econômico (ou financeiro) e capital social (KRANTZ, 2001; OBRIST, PFEIFFER, HENLEY, 2010; PEREIRA, SOUZA, SCHNEIDER, 2010).

Capital humano dispõe sobre a capacidade de trabalho, as habilidades usufruídas pelo

³⁹ A tradução literal do termo *Sustainable Livelihood* para o português significa ‘subsistência sustentável’ ou ‘meios de vida sustentáveis’. Contudo, dada a inexistência de uma tradução consensual nos estudos da área (ARAÚJO; GOMES, 2017), optou-se por utilizar a expressão original.

indivíduo, o conhecimento que detém, a boa saúde e a capacidade física necessárias para a aquisição das estratégias de subsistência. Capital social versa sobre os recursos sociais, dentre os quais é possível listar as redes de contatos, a relação patrão-empregado, as reivindicações sociais, as relações sociais baseadas em confiança, os grupos formalizados como associações e as afiliações. Capital natural integra os recursos naturais, tais como solo, ar, água e contato com a vida silvestre, necessários para a subsistência. Capital físico diz respeito à infraestrutura básica (acesso ao transporte, abrigo e energia) e aos bens responsáveis por manter a subsistência. Capital econômico ou financeiro, por sua vez, inclui a posse de recursos monetários, o acesso regular a pensão ou salário, à poupança e aos créditos, o domínio de equipamentos e tecnologias de produção. É reconhecido como o fundamento basilar para a busca de todas as demais estratégias de subsistência (KRANTZ, 2001; OBRIST, PFEIFFER, HENLEY, 2010; PEREIRA, SOUZA, SCHNEIDER, 2010).

Todos os cinco capitais listados sofrem influências das estruturas e dos processos da sociedade em geral, que pode vir a favorecê-los ou a restringi-los. Sendo assim, a exposição dos sujeitos às problemáticas sociais, políticas, econômicas ou ambientais, para Obrist, Pfeiffer e Henley (2010), faz com que experimentem a convivência com adversidades que apresentam variações em função da duração e da intensidade na forma de ondas de adversidade. As camadas de resiliência emergem como expressão dos recursos materiais e imateriais disponíveis aos sujeitos para lidar com os contextos de crises. Quando um sistema de subsistência é sustentável, as pessoas se implicam na busca por estratégias de subsistência capazes de gerar camadas de resiliência social e, com isso, superar as ondas de adversidade (OBRIST, PFEIFFER, HENLEY, 2010).

Se, por um lado, explorar a capacidade de adaptação dos sujeitos é algo positivo, por outro, a recorrente exposição a essas situações gera maior insegurança, que pode ser vivenciada como ondas de adversidade. Uma característica relevante do conceito de resiliência social é o reconhecimento de que a incerteza, a mudança e a crise, na concepção de Keck e Sakdapolrak (2013), são conteúdos comuns aos contextos de vida e não características excepcionais. Dentro da perspectiva ecológica da *Sustainable Livelihood* seria possível aos sujeitos três níveis de resiliência: lidar com a mudança, adaptar-se a ela e, até mesmo, transformar um conteúdo adverso em oportunidade (OBRIST, PFEIFFER, HENLEY, 2010). No entanto, existem grupos sociais, dentre os quais pode se destacar a população que reside na área rural, que estão expostos a uma maior recorrência de ondas de adversidade ao mesmo tempo em que convivem com um menor acesso aos capitais e uma maior fragilidade em suas

camadas de resiliência.

A terceira contribuição para definição de resiliência social, da qual fala Obrist, Pfeiffer e Henley (2010) diz da incorporação de conhecimentos das teorias social e cultural que afirmam a ideia de construção social da realidade. Neste campo teórico, o maior destaque dado está na consideração da dimensão concreta da experiência prática vivida e na análise da relação dialética entre a capacidade humana de agir (*agency*) e as oportunidades disponíveis, assim como às restrições engendradas por forças econômicas, sociais e políticas mais amplas. A agência representa, sob este olhar, a capacidade dos sujeitos de afetar as coisas, estando diretamente associada à habilidade para realizar algo. Na concepção de estrutura social, deve-se considerar, na análise de Dagdeviren, Donoghue e Promberger (2015), as normas e tradições, gênero, classe, distinções étnicas, relações de poder, influência colonial e suas expressões políticas e econômicas que incidem sobre o comportamento individual e as relações sociais. Alinhada a estas contribuições, Obrist, Pfeiffer e Henley (2010) destacam a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, que afirma os recursos materiais e imateriais como influenciadores da agência humana.

Bourdieu (2008) propõe quatro tipos de capitais: capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico. O capital econômico ou financeiro se refere à posse de recursos econômicos como dinheiro e ativos, assim como expressa a apropriação dos instrumentos de produção material ou cultural. O capital cultural dispõe sobre o domínio de um conhecimento específico ou de informação, associado a uma habilidade ou à educação. O capital social corresponde às redes de interações sociais e aos distintos tipos de relações valorizadas por possuírem um significado. Já o capital simbólico é comumente designado como honra, prestígio e autoridade, resultante de uma diferença aceita como legítima, que gera um lucro de distinção. Ele é resultante de diferenças objetivas, presentes “[...] nas propriedades materiais e nos lucros diferenciais que elas trazem, que se transmutam em *distinções reconhecidas* nas e por meio das representações que fazem e que formam delas os agentes” (BOURDIEU, 2013, p.111, grifo do autor).

Cada um desses capitais pode ser transferido ou transformado. Por exemplo, em contextos de pobreza rural, o capital cultural relativo ao domínio do saber sobre a produção agrícola, mesmo em situação de severa estiagem, pode se converter em capital simbólico, ao permitir com que o sujeito desfrute de prestígio ou carisma por estar desenvolvendo uma técnica de como conviver com as variações climáticas. Posteriormente, o próprio capital simbólico poderá ir se transmutando em capital econômico.

Obrist, Pfeiffer e Henley (2010) defendem que, dentre os capitais, o cultural é o de maior interesse para a pesquisa na área de resiliência, por ser capaz de moldar parte da agência humana mediante a experiência, a prática social e os processos educacionais. Isto não quer dizer que os demais capitais sejam menos importantes. O próprio Bourdieu (2005) alerta que o capital econômico ou financeiro é a principal condição de acumulação e de conservação dos outros tipos de capitais. Em certas sociedades, os agentes ou grupos são dispostos no campo segundo a posição que ocupam em relação ao capital econômico e ao capital cultural. Quanto mais elementos em comum os sujeitos possuem em relação a estas dimensões, mais próximos estarão.

Contrariamente, quanto mais tenham diferenças no acesso a esses capitais, mais distantes socialmente estarão. Para ilustrar esta argumentação, Bourdieu (2008) descreve um comparativo entre empresários, professores e operários não qualificados. Em sua análise, o primeiro grupo e o segundo grupo podem ser detentores de um maior volume de capital econômico, o que os posiciona contrariamente aos operários não qualificados. Por outro lado, empresários (mais ricos em capital econômico que cultural) e professores (mais ricos em capital cultural que econômico) podem estar em lados distintos quando a comparação diz respeito ao capital econômico e ao capital cultural.

Em Bourdieu (2005), capital é sinônimo de poder. Uma vez que os sujeitos são impedidos de ter acesso ao capital, o exercício de seu poder é fragilizado. Assim, na Teoria Bourdiana, a agência está condicionada por regras sociais, convenções e valores culturais (DAGDEVIREN; DONOGHUE; PROMBERGER, 2015). Brandão (2010, p.231) compreende que “os agentes só conseguem participar do “jogo” se dotados de um mínimo de capital específico do campo em que se situa”, assinalando elementos importantes para o entendimento dos processos de exclusão social.

O conceito de campo social estruturado em Bourdieu dispõe sobre as posições sociais cultivadas por indivíduos ou organizações. Cada campo se organiza como um espaço de possibilidades ao mesmo tempo em que integra lutas concorrenciais (de conservação ou transformação de relações de forças). É estruturado a partir de uma lógica específica de funcionamento que irá interferir nas distintas interações que nele ocorrem. Os meios disponíveis (capitais) e a posição que os sujeitos (agentes) ocupam no campo vão influenciar as estratégias que desenvolvem (BRANDÃO, 2010). Nesta perspectiva, os sujeitos possuem diferentes pacotes de capitais e poder, estando expostos de modos distintos ao mesmo risco, ideia similar ao que Beck (2018) expõe.

O acesso diferenciado aos capitais pelos sujeitos, embora em campos sociais comuns, é responsável por definir relações de dominação, subordinação ou equivalência entre os atores. Para Obrist, Pfeiffer e Henley (2010, p.288), “[...] em suma, o conceito de campo social chama a atenção para o fato de que as ameaças e, conseqüentemente, também a construção de resiliência ocorre em campos sociais específicos onde os atores podem acessar diferentes formas de capital”. Com isso, infere-se que a exposição ao risco e a expressão da resiliência social irá diferir dependendo da posição dos sujeitos no campo e das práticas que realizam.

Com base neste pensamento, acrescenta-se à noção inicial de resiliência, que destaca a capacidade dos sujeitos de agir ou fazer frente a uma realidade adversa, a noção de que esse potencial de ação é influenciado, ao mesmo tempo em que influencia, tanto os recursos materiais como os não materiais (capital econômico, social e cultural). Sendo assim, o capital simbólico emerge como fator que influencia o poder de ação tanto quanto o acesso aos outros três capitais.

Obrist, Pfeiffer e Henley (2010) avaliam que a Teoria da Estruturação, que tem como expoente Anthony Giddens, é pertinente para o estudo da resiliência em ambientes marcados pela heterogeneidade e por rápidas mudanças, nos quais tanto fatores políticos e estruturais, como mudanças climáticas e ambientais, geram insegurança material e espiritual. Diante de contextos marcados pela insegurança, os sujeitos são forçados a recorrerem à habilidade de estruturar a ordem social a partir das ameaças e desafios que enfrentam. Nesse sentido, resiliência social deve ser entendida como a

[...] capacidade dos atores de acessar capitais para - não apenas lidar e ajustar-se a condições adversas (isto é, capacidade reativa) - mas também procurar e criar opções (ou seja, capacidade proativa) e, assim, desenvolver maior competência (ou seja, resultados positivos) ao lidar com uma ameaça⁴⁰ (OBRIST; PFEIFFER; HENLEY, 2010, p.289).

Keck e Sakdapolrak (2013), ao abordarem o processo de constituição do conceito de resiliência social, retomam a existência de três momentos genealógicos importantes. Em um primeiro momento, a resiliência social, assim como a própria noção geral de resiliência, estava voltada para as capacidades dos sujeitos de dar respostas às situações decorrentes dos contextos adversos. Em seguida, ascendeu a compreensão de que é possível aos sujeitos aprender e se adaptar. Na etapa mais recente da evolução conceitual, considera-se a

⁴⁰ Texto original: “as the capacity of actors to access capitals in order to – not only cope with and adjust to adverse conditions (that is, reactive capacity) – but also search for and create options (that is, proactive capacity), and thus develop increased competence (that is, positive outcomes) in dealing with a threat” (OBRIST; PFEIFFER; HENLEY, 2010, p.289).

capacidade dos indivíduos de participar dos processos de tomadas de decisões e transformar as estruturas sociais. Deriva desta compreensão o entendimento de que a resiliência social implica na possibilidade de expressão de três capacidades: capacidades de enfrentamento (*coping capacities*), capacidades adaptativas (*adaptive capacities*) e capacidades transformadoras (*transformative capacities*) (Quadro 3).

Quadro 3 – Três capacidades da resiliência social

	Capacidades de Enfrentamento (<i>Coping Capacities</i>)	Capacidades Adaptativas (<i>Adaptive Capacities</i>)	Capacidades Transformadoras ou participativas (<i>Transformative Capacities or participative capacities</i>)
Resposta ao risco	Medidas são reativas (<i>ex-post</i>) aos fatos	Medidas são pró-ativas (<i>ex-ante</i>) ou preventivas aos fatos.	Medidas são pró-ativas (<i>ex-ante</i>) ou preventivas.
Escopo temporal	Curto prazo Diz respeito à agência baseada no imediatismo e no pensamento de curto prazo	Longo prazo Envolve agência estratégica e mais planejamento de longo prazo.	Longo prazo Envolve agência estratégica e mais planejamento de longo prazo.
Grau de Mudança das estruturas sociais	Baixo, manutenção do status quo.	Médio, mudança incremental.	Alto, mudança radical.
Resultados	Restauração do nível atual de bem-estar logo após um evento crítico.	Segurança do status atual do bem-estar das pessoas diante de riscos futuros	Aprimoramento do bem-estar das pessoas diante dos riscos atuais e/ou futuros

Fonte: Traduzido e adaptado de Keck e Sakdapolrak (2013).

As capacidades de enfrentamento, para Obrist, Pfeiffer e Henley (2010) e Keck e Sakdapolrak (2013), são re-ativas (*ex-post*) e expressam o processo de lidar e ajustar-se às condições adversas imediatas, valendo-se dos recursos que estão mais facilmente acessíveis. Possuem baixo potencial de mudança das estruturas sociais, contribuindo para a manutenção do status quo. Elas permitem, ainda, com que os sujeitos restaurem o nível de bem estar ao término da situação crítica. As capacidades adaptativas são “pró-ativas” (*ex-ante*), pois almejam, além do enfrentamento à situação, eleger e criar novas opções para os sujeitos. Integra a capacidade de agir estrategicamente em um planejamento de longo prazo. O grau de mudança que gera é médio e se atem mais às modificações incrementais. Funcionam com certo potencial preventivo, já que as pessoas se valem de experiências anteriores para antecipar riscos e realizar mudanças que auxiliarão na manutenção do bem estar das pessoas face aos riscos futuros. Keck e Sakdapolrak (2013, p.11) argumentam que a principal distinção entre enfrentamento e adaptação está na temporalidade que instrumentaliza sua

expressão, pois, “[...] enquanto o enfrentamento aborda a agência tática e a justificativa de curto prazo, a adaptação envolve agência estratégica e mais planejamento de longo prazo”⁴¹.

As capacidades transformadoras (*transformative capacities*), também chamadas de capacidades participativas, segundo Keck e Sakdapolrak (2013), dizem respeito à capacidade das pessoas de ter acesso aos capitais e à assistência no contexto sociopolítico, tais como as políticas públicas, participar dos processos de tomada de decisão e colaborar com a criação de instituições capazes de contribuir com seu bem estar individual e com o fortalecimento dos grupos sociais prevendo crises futuras. Seria uma conjuntura na qual os sujeitos teriam acesso ao exercício de sua contribuição participativa e democrática.

A diferença fundamental entre adaptação e transformação é, para estes autores (KECK; SAKDAPOLRAK, 2013), o grau de mudança que derivam nas estruturas sociais e os resultados que implicam. A transformação está orientada para uma mudança radical que visa a melhoria do bem-estar das pessoas diante dos riscos atuais e/ou no futuro. Trata-se, portanto, do exercício de uma capacidade que preconiza uma alteração substancial das condições de vida da população. A transformação não necessita ser rápida, podendo ser desenvolvida progressivamente. Além disso, o debate da resiliência social em termos das capacidades de enfrentamento, adaptação e transformação ressalta o papel da aprendizagem e do conhecimento decorrentes das experiências anteriores para a produção da resiliência.

A discussão da resiliência sob a ótica das ciências sociais resgata três conceitos que haviam sido colocados de lado: poder, política e participação (KECK; SAKDAPOLRAK, 2013), temas relevantes para o campo das intervenções psicossociais com ênfase na comunidade. Este resgate permite amenizar as duras críticas destinadas ao uso potencialmente despolitizado da definição de resiliência junto aos contextos sociais e sua possível inclinação para reforçar o *status quo* em detrimento de questioná-lo. Por estar mais inclinada à análise das questões estruturais, a discussão quanto às “condições sociais de resiliência” (DAGDEVIREN; DONOGHUE; PROMBERGER, 2015, p.4) permitiria uma atenção mais acurada de como ela se manifesta em situações onde a pobreza acentua processos de invisibilização social.

Entende-se que o destaque na construção de uma ideia de resiliência social está na necessidade de formular uma conceituação capaz de ordenar um novo caminho analítico da resiliência que seja capaz de entendê-la, tal como proposto em López-Bracamonte e Limón-Aguirre (2017), como expressão de capacidades individuais e coletivas, dependente da

⁴¹ Texto original: “While coping addresses tactical agency and short-term rationale, adaptation involves strategic agency and more long-term planning” (KECK; SAKDAPOLRAK, 2013, p.11).

qualidade das interrelações e interações dos agentes participantes. Mais que estar atento a identificar se o sujeito pobre é ou não resiliente diante das privações que vivencia, necessitava-se que a análise do fenômeno esteja deslocada para o entendimento do sujeito como pertencedor de uma realidade constituída historicamente e que produz condições concretas que permitem ou impedem a expressão das capacidades de enfrentamento, adaptação ou transformação.

5.3 Fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais

Oliveira e Morais (2018) propuseram, tomando como referência os modelos norte-americano e latinoamericano de resiliência comunitária, uma listagem de três fatores que contribuem para sua expressão: a) capital social; b) laços culturais e c) infraestrutura. As autoras entendem capital social como o conjunto de redes de suporte social formais (equipamentos sociais e ONG's) e informais (laços de solidariedade entre amigos, vizinhos e familiares) que os sujeitos podem acessar, assim como as características da organização comunitária (liderança, coesão social e participação comunitária), os aspectos de distintividade dos sujeitos em grupos sociais (por raça, classe social e vinculação às associações) e as relações de confiança entre moradores e seus governantes. Neste fator, estão, portanto, inclusos os pilares de solidariedade e honestidade estatal descritos por Suárez-Ojeda (2005) e Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011).

Os laços culturais, segundo Oliveira e Morais (2018), integrariam identidade cultural, expressa através de costumes e crenças compartilhados, autoestima coletiva, conhecimentos acumulados de experiências anteriores e humor social. No fator infraestrutura, estariam os componentes saúde, segurança, educação, transporte público e espaços de lazer em função do acesso que os moradores a eles possuem ou não. Neste estudo de doutoramento, entretanto, sugere-se uma modificação deste modelo considerando as contribuições de Obrist, Pfeiffer e Henley (2010) e Keck e Sakdapolrak (2013) e a inclinação para que se destaque o caráter político do conceito de resiliência quando debruçada sobre contextos comunitários.

A adoção de uma ênfase na resiliência que incorpore as contribuições das ciências sociais e o destaque dado aos contextos comunitários é fruto do reconhecimento de que esta capacidade requer uma leitura crítica das condições de possibilidades disponíveis para que os sujeitos a vivenciem. Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011) chegaram a intitular a capacidade de reação massiva da comunidade como resiliência comunitária ou social, embora

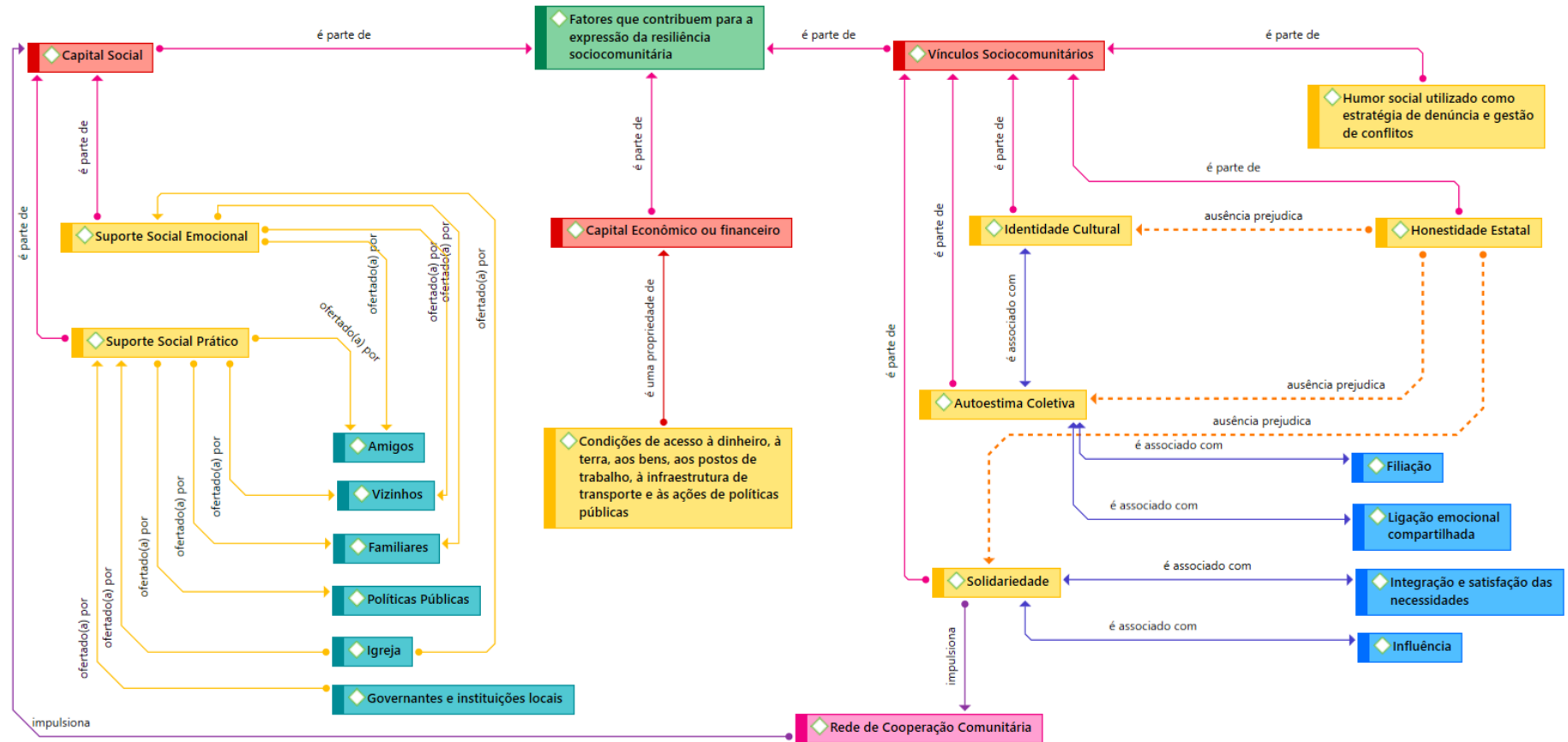
este último termo não tenha ganhado destaque posteriormente ao se fazer referência às contribuições dos autores. Esta nomenclatura é pertinente, porém não se trata apenas de mudar o título atribuído ao fenômeno.

É preciso evidenciar em uma nova conceituação de resiliência como um indicador do potencial de alteração substancial das condições econômicas e políticas. Nesse sentido, propõe-se que resiliência sociocomunitária seja compreendida como a capacidade transformadora dos sujeitos exercerem coletivamente seu potencial de agência como consequência da garantia de acesso aos capitais, da constituição de vínculos sociocomunitários positivos e da expressão de seus potenciais de enfrentamento e adaptação.

Sendo assim, a apreciação do material qualitativo derivado dos sete grupos focais, sendo três facilitados em Cascavel (PR) e quatro em Pentecoste (CE), tomou como referência três parâmetros analíticos, propostos neste estudo como fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais marcados pela pobreza. Os dois primeiros dispõem sobre os capitais aos quais os sujeitos necessitam ter acesso, sendo considera a proposta de Bourdieu (2005; 2008) de capital econômico e capital social. O terceiro parâmetro são os vínculos sociocomunitários, que reúnem os cinco pilares de resiliência comunitária (identidade cultural, autoestima coletiva, humor social, honestidade estatal e solidariedade) propostos por Suárez-Ojeda (2005) e Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011) e suas interconexões com as dimensões analíticas do sentimento de comunidade (filiação, influência, integração e satisfação das necessidades e ligação emocional compartilhada) (McMILLAN, CHAVIS, 1986; MONTERO, 2004).

A discussão dos três parâmetros permite compreender em que medida colaboram para que moradores das áreas rurais pesquisadas exercitem sua capacidade de participar dos processos de tomadas de decisões e transformar as estruturas sociais. Considerando os conteúdos teóricos que embasaram este capítulo e os dados qualitativos analisados, foi possível elaborar um Modelo Representativo dos Fatores que contribuem para a Expressão da Resiliência Sociocomunitária (Figura 15), no qual está expresso em um esquema gráfico como capital econômico, capital social e vínculos sociocomunitários se interconectam.

Figura 15 - Modelo Representativo dos Fatores que contribuem para a Expressão da Resiliência Sociocomunitária



Fonte: Elaborada pela autora.

No debate sobre a pobreza rural, o capital econômico reuniu as condições de acesso à terra, ao dinheiro, aos bens materiais, aos postos de trabalho, à infraestrutura de transporte e às ações de políticas públicas. O capital social, por sua vez, integrou as redes de suporte social emocional e de suporte social prático, que possuem distintas fontes de concessão. Entre os sujeitos pesquisados, amigos, vizinhos, familiares e representantes da Igreja foram mencionados como responsáveis por conceder tanto suporte emocional como prático. As políticas públicas e os governantes e instituições locais, por sua vez, apareceram como responsáveis pela oferta eminentemente de suporte prático.

Dentre os vínculos sociocomunitários, a identidade cultural está intimamente interligada com a autoestima coletiva. Identificou-se, ainda, que a ausência de reconhecimento das expressões da honestidade estatal na comunidade prejudica a identidade cultural, a autoestima coletiva e os laços de solidariedade. A autoestima coletiva está associada com as dimensões filiação e ligação emocional compartilhada que compõem o sentimento de comunidade. A solidariedade merece destaque por seu potencial impulsionador de redes de cooperação comunitária, que fortalecem a capacidade de, por meio de relações de vizinhança, os sujeitos obterem suporte social, influenciarem uns aos outros e alcançarem a integração e satisfação de suas necessidades. A seguir, os três parâmetros listados serão melhor debatidos.

5.3.1 Acesso aos capitais econômico e social

Os moradores das regiões pesquisadas, assim como já discutido no Capítulo 2, possuem limitações no acesso aos diferentes fatores de produção e ao conjunto de bens monetários que compõem o capital econômico ou financeiro. Cabe resgatar que, dentre as cinco dimensões listadas durante a análise das implicações psicossociais da pobreza rural, três são reveladores do acesso ao capital econômico: as experiências de privação, as condições de trabalho rural e o acesso precário às políticas públicas. As histórias narradas demarcam um campo social onde as privações de acesso à dinheiro, à terra, aos bens, aos postos de trabalho e à infraestrutura de transporte e de políticas públicas marcam a convivência comunitária, embora com maior ou menor intensidade dependendo da posição que os sujeitos ocupam e das interações que estabelecem. Por sua vez, a prática laboral centralizada em atividades que demandam grande esforço físico, além de contribuir com o adoecimento precoce, exclui os sujeitos da possibilidade de ganho financeiro no futuro. A questão não é apenas ter ou não a posse de bens, mas sim o reconhecimento de que, tal como expresso por Bourdieu (2013), ser

detentor deste capital econômico ou financeiro é, ao lado do capital social e cultural, condição reveladora da posição ocupada pelos sujeitos nas relações de produção.

Ter um baixo capital financeiro só não se tornará um indicador mais grave se houver capital social disponível. Recuero (2005) entende que, em Bourdieu, o capital social não é algo localizado nos indivíduos, mas sim intrínseco às relações. Os sujeitos usufruem de aspectos como reciprocidade, confiança e solidariedade, acessíveis através de recursos materiais e psicológicos. Estes recursos representam o suporte social (SIQUEIRA, 2008) a eles disponível nas redes sociais. Em Siqueira (2008), suporte social é descrito como um conceito multidimensional, cujas formas de expressão podem ser agrupadas em dois tipos: suporte prático, que inclui conteúdos instrumentais/financeiros e informativos, e suporte emocional, que integra a compreensão de ser cuidado e aceito por pessoas com quem possuem vínculos afetivos, tais como amigos, familiares e vizinhos. Sendo assim, o suporte social pode ser considerado em função do tipo de auxílio concedido e de quais os grupos de convivência social que mais o fornece. Entre os participantes, as principais fontes de apoio mencionadas foram os vizinhos, as políticas de saúde e a família. Com menor expressividade, apareceram os governantes e instituições locais, as políticas de assistência social e a igreja.

Os vizinhos são mencionados como aqueles responsáveis por conceder suporte prático e emocional. Do ponto de vista prático, é nas relações de vizinhança que os sujeitos encontram apoio para realização de atividades domésticas, concessão de alimentos e auxílio diante de situações de adoecimento, de perdas na produção e de necessidade de deslocamento até a área urbana. O suporte emocional diz do amparo emocional e do fornecimento de conselhos. A variação nos distintos tipos de auxílios obtidos como fruto da convivência comunitária faz com que sejam as relações de vizinhança as primeiramente acessadas pelos indivíduos. Os vizinhos, para Alberta (GFC1), são as fontes mais próximas de suporte social:

[...] primeiro socorro da gente é o vizinho próximo, né? O primeiro alento da gente é o vizinho mais próximo, né? E a gente vai lá, né? Primeiro. Que as vez os filho tão longe, né, uma coisa assim. Não dá pra gente se comunicar na hora né, então a gente vai nos vizinho. Todo mundo atende, todo mundo, né, que tem precisão um ajuda o outro.

Embora sem condições monetárias de prover um cuidador e sem vínculos familiares, o vizinho de Jurema (GFC2) conta com sua ajuda para os cuidados básicos de que necessita: “*Eu mesma apanhei um idosinho lá atrás do meu barraco. Só pra eu poder ajudar a lavar roupa, ajudar na alimentação. [...] Controlei o dinheirinho dele, comprei roupa, comprei calçado, mas ele tá lutando ali. Só que fome não passa*”. Poder contar com o suporte dos

vizinhos para a obtenção de alimentos é, para Letice (GFC1), Eudalina (GFC3) e Joana (GFC1) uma fonte de segurança. Segundo Letice (GFC1), *“Aqui é assim, Graças a Deus, o apoio de todo mundo, na hora da agonia todo mundo ajuda todo mundo”*. Mesmo que uma vizinha não possa auxiliá-la, Eudalina (GFC3) se sente segura que outra pessoa da comunidade poderá lhe amparar: *“Aqui são assim. Nós somos assim, né? Se precisar de alguma coisa, eu falo com a Vera. Vera não pode, a Dona Alberta pode, a Doralice pode. Nós somos assim, não tem uma coisa lá em casa, se alguém tiver... porque todo mundo ajuda”*.

Percebe-se, das falas dos participantes, que a relação de confiança é recíproca e fundamentada em um código moral implicitamente estabelecido entre os vizinhos. Segundo este código, o alimento concedido é emprestado, devendo ser devolvido tão prontamente seja possível para quem o solicitou, já que todos estão na mesma situação. Joana (GFP1) ilustra essa compreensão: *“É que nem falaram as meninas ‘Ei fulana, tem um pouquinho açúcar que me arranje?’, ‘inté quando eu comprar, quando aparecer o dinheiro que eu comprar’. É assim, sabe? Aí compra”*.

Quando há perdas na produção, Luiza (GFC1) diz que todos buscam se ajudar: *“E assim todo mundo se ajuda, quando acontece uma coisa, um vendaval e que um tá necessitado a comunidade se ajuda”*. São também os vizinhos que, primeiramente, fornecem socorro em uma situação de adoecimento, representando a fonte mais próxima de apoio para Alberta (GFC1): *“Primeiro a gente vai primeiro nos vizinho (sic). Quando eu me sinto mal, ou ela”*.

O suporte emocional obtido nas relações de vizinhança pelos participantes traz à tona a necessidade de que a comunidade seja entendida como um espaço de convivência ética (SVARTMAN; GALEÃO, 2016). Estabelecer um padrão de interação ética significa, inclusive, não ser colocado em um lugar de vitimização ou de piedade. Zelda (GFC2) compreende que, entre as vizinhas, uma relação verdadeira de amizade necessita ser não apenas de aceitação inquestionável do outro, mas também de impulsioná-lo em um processo reflexivo:

No dia a dia tem as vizinha e sim a gente escuta. Desabafa uma com a outra, mas de repente você precisa de um chacoalhão, mas amiga não é aquela que fala o que você quer ouvir né, não é aquela que fala: ‘Ah, coitada de você e não sei o quê. Porque fizeram isso com você?!’. É aquela pessoa que te dá aquele chacoalhão e te derruba pra você subir com força né, mas é difícil e às vezes você precisa de alguém de fora que te veja com um olhar diferente.

Alberta (GFC1), no entanto, reconhece que existem ocasiões nas quais apenas resta aos vizinhos acalantar o sofrimento e colocar-se aberta ao diálogo: *“Lá na casa da Doralice*

ela diz ó ‘não, se conforme, porque vai passar essa fase’. É importante não perder de vista que, como bem apontado por Svartman e Galeão (2016), a noção de comunidade possui um duplo efeito. O primeiro, facilmente percebido ao se destacar o suporte emocional resultante das relações de vizinhança, é o vínculo que apoia a reflexão. É preciso um ambiente socioemocional seguro e a garantia de acolhimento para que o sujeito consiga expressar seu sofrimento do cotidiano (GÓIS, 2005) resultante, dentre outras questões, da baixa obtenção de resultados positivos no dia a dia e do bloqueio da expressão pessoal. O segundo efeito, para Svartman e Galeão (2016), é a necessidade de que a *práxis* comunitária aponte como seu horizonte a construção de uma organização social sustentada na experiência de uma comunidade efetivamente democrática e, portanto, composta por sujeitos que entram criticamente em contato com suas experiências cotidianas e sejam reconhecedores das forças que mantêm processos de dominação. Seguindo este caminho, o fato das relações de vizinhança terem sido a principal fonte de suporte social assinala um importante potencial de trabalho junto às comunidades pesquisadas.

A atenção primária em saúde, através das equipes de Estratégia de Saúde da Família, foi a segunda principal fonte de suporte social e a primeira ação estatal com maior expressividade na geração de apoio apontada pelos participantes dos grupos focais. O suporte disponibilizado é do tipo prático, com a intermediação para adquirir benefícios sociais, tais como consultas, e garantias de deslocamento, mas também emocional, pois os profissionais se constituem como pessoas de referência na comunidade. Erondina (GFC3) narra como, após chegar à comunidade com dez filhas pequenas, foi a equipe do posto de saúde local responsável por acolhê-la e realizar os encaminhamentos necessários para a aquisição de uma moradia. Quase duas décadas depois, a política de saúde continua sendo, para ela, fonte de suporte social:

[...] Acho que não fazia nem um mês que eu tava aqui, minha menina ficou doente. Eu procurei o posto de saúde. Daí elas já conhecero minha história, me conheceram. Tinha a assistente social, a Vanusa. [...] Ela já conheceu minha história e um dia ela foi na minha casa, viu como é que eu tava, como é que era minha casa, na casa da fazenda, né, daí ela falou “Tem um projeto, da Vila Rural, que vai sair, que eu vou te inscrever” “Você vai me inscrever?”. Eu fiquei contente, mas não falei porque eu sempre via na televisão e pensava um dia de ser dona de uma casa dessa, né, eu nunca comentei com ninguém. Mas aí as meninas do posto me inscreveram e eu tô aqui por causa do povo do posto de saúde. Eu devo a elas. [...] o povo do posto de saúde me ajudaram muito e me ajudam até hoje. (Erondina, GFC3)

Entre os moradores, sobretudo os de Cascavel, há o reconhecimento do posto de saúde como um espaço de referência na comunidade tanto para sanar questões de saúde como para

obter acesso a outras políticas. Dolores (GFC3) afirma que *“Então, tudo que acontece vai lá pro posto de saúde e aí sempre tá. [...] O pessoal que trabalha lá dedica bastante tempo pra comunidade”*. Para Vera (GFC3), a relação de proximidade com a assistente social do posto de saúde a auxilia em momentos cruciais, como quando o transporte da cidade de Cascavel até o distrito rural é interrompido: *“Se eu tô em Cascavel fora de horário de ônibus, eu procuro falar com a assistente social. É a primeira pessoa para orientar a gente”*. Em Pentecoste, relações de proximidade entre profissionais de políticas públicas e moradores não foram contempladas nas falas dos moradores. Entretanto, Amadeu (GFP4) afirma ser o posto de saúde a referência em casos de adoecimento: *“Geralmente a gente procura esses pessoal assim. Primeiro a gente procura um posto de saúde aqui, ou hospital...”*.

Distintamente da expressividade das políticas de saúde, as políticas assistenciais foram pouco reconhecidas como fonte de suporte social. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), responsável por ser a porta de entrada do sujeito e de sua família na rede assistencial, não foi mencionado nos grupos focais cearenses como fonte de suporte social. Fator igualmente grave é que, vale lembrar, em dois dos quatro grupos facilitados neste território os mobilizadores foram profissionais desta política pública. Em Cascavel, a equipe do CRAS é descrita como fonte de suporte prático e mediadora da aquisição de benefícios socioassistenciais. Jurema (GFC2) atribui uma relação de confiança com a equipe do CRAS Rural de Rio do Salto, que é responsável por conectar, segundo ela, as pessoas do acampamento com um mundo externo que parece distante:

O CRAS também ajuda bastante, porque é muita coisa, assim, que precisa. Tipo agendamento de pessoas que não sabem como funciona lá fora e sempre chegou com a Regina [assistente social], a Virgínia [psicóloga] né... As meninas sempre que vem aqui sempre dão uma mão bem boa. Não dá pra se queixar, o CRAS é uma organização bem boa.

Odete (GFC1), assim como Jurema (GFC2), se sente segura e confiante de que a equipe de profissionais do CRAS fez tudo o que poderia para conseguir escolarização para seus filhos, embora sem sucesso: *“Elas não mede esforços. Elas faz o que tá no alcance delas fazer. Marca cursinho profissionalizante pras criança e tem uns que elas consegue até as passagem. Os meus não conseguiu [...]”*. Outros auxílios mencionados pelos participantes foram a concessão de cestas básicas e o agendamento de consultas com psicólogos.

A família foi descrita como a terceira principal fonte de suporte social pelos participantes dos grupos focais. É nas interações familiares que eles obtêm suporte prático através de auxílio financeiro para aquisição de medicamentos e alimentação e ajuda na

execução de atividades domésticas. Josefa (GFC3) explica que, diante das inúmeras despesas que possui e do risco de não conseguir custeá-las, existem ocasiões nas quais é preciso solicitar auxílio da família “[...] o aposento é pra um bocado de coisa, né? É pra remédio, é pra comer, é pra pagar água, energia, pra tudo. A gente tem que controlar bem. [...] Se a família não pode ajudar, né. Se a família tiver condições ajuda”. Existem, contudo, dois fatores que se colocam como impedimento para que a família exerça seu potencial protetivo: a experiência de pobreza vivida integralmente por todos os seus membros e a necessidade de sair do local de moradia para trabalhar em outra localidade. Paulo (GFP2), entretanto, reconhece que existem situações nas quais toda a família está necessitando de auxílio e não o consegue: “Então, é a família, e aí a família procurar ela mesma se ajudar, né? Algumas famílias encontram situações que não tem quem o ajude, né?”. No caso de Maria Antônia (GFC2), é possível contar com a colaboração do filho nas atividades de cada desde que adoeceu. Porém, uma vez que necessita de medicamentos e não renda após ter ficado impossibilitada de trabalhar, é seu familiar que necessita ir a outro município exercer atividade remunerada capaz de custeá-lo “Meu filho lava louça, lava roupa e tudo, me ajuda. Só que quando ele não tem um serviço fora. Só que ele tem que trabalhar”.

A situação de pobreza crônica, para Góis (2008), resulta em uma situação de distresse familiar, que é o estado permanente de tensão emocional ao qual estão submetidos os sujeitos deste grupo social, podendo resultar na fragilização de seu potencial protetivo. Silvia (GFC2) atribui importante valor à família, mas diz perceber que a constante situação de vulnerabilidade e de incerteza da vida no acampamento acaba por gerar a ruptura dos vínculos entre seus membros:

[...] eu acho que a família sendo bem assim unida vence os outros obstáculos que vem a frente se tiver união na família né. E daí muitas famílias acabou sendo destruída, já dos anos que eu tô aqui muitas famílias eu vi. Porque aqui mora todos juntos e a gente vê assim com mais frequência né e é triste isso.

Entre os participantes, chamou atenção que não exploraram o suporte emocional obtido na convivência familiar. Entretanto, não é pertinente afirmar que os grupos familiares estão impedidos de expressá-lo, mas sim que seria necessário, no processo investigativo, conceder maior atenção a esta capacidade familiar destinando maior número de questões a fim de explorá-la.

Os espaços religiosos, principalmente de orientação católica, são descritos como fonte de obtenção de conselhos e de auxílio em casos de adoecimento. Segundo Minervina (GFC2),

é na igreja que obtém orientações sobre como lidar com situações de conflitos familiares: “[...] *o padre sempre orienta né e sempre tem palestra né pra casais e essas coisa que é muito importante né*”. Valdomiro (GFP1) narra como o auxílio de um padre da comunidade lhe garantiu realizar o acompanhamento médico não ofertado nos espaços de saúde da comunidade:

Eu adoeci da próstata e fui pro Maranguape. Passei quase dois meses lá morrendo, e doente [...]. Fiquei por ali. Agradeço esse padre véi aí. ‘Valdomiro, como é que você tá?’ ‘Padre, eu tô muito doente’. ‘Vou lhe doar 550 real. Vou levar você pra uma clínica lá em Fortaleza’. Me levou. Acabar pagou os exame. [...] Mas se não fosse ele? Nada!

Os espaços de gestão municipal e demais instituições locais foram os com menor expressão entre os participantes. Em Cascavel, a lógica organizativa em torno dos distritos rurais, que possuem cada um seu gestor imediato, também chamado de prefeito, favorece para que consigam acesso mais rápido quando possuem alguma reivindicação: “*É e o pessoal aqui também procura bastante a sua prefeitura, o seu prefeito também, né, bastante gente recorre a eles lá também, né?*” (Ivete, GFC3). Em Pentecoste, Josefa (GFP3) foi incisiva ao discordar de uma vizinha que disse poder contar com o governo caso necessitasse de ajuda: “Agenor: *‘O governo ajuda [...]’*. Josefa (GFP3): *‘O quê? O governo não ajuda não?’*”.

A proximidade com os representantes políticos, no caso de Pentecoste, foi identificada como estratégia para o acesso à saúde por Amadeu (GFP4): “*Assim, no caso de saúde, às vezes a gente procura um candidato a vereador, ou mesmo pessoa mais conhecida, mais próxima da família [...]’*”. Nestes casos, mesmo o Sistema Único de Saúde brasileiro estando alicerçado sobre princípios doutrinários como universalidade, equidade e integralidade, a área rural encontra inúmeros impedimentos de garantia de acesso e de qualidade aos serviços de saúde. Sobre isto, Belarmino *et al.* (2016) entende que a organização de uma política de saúde nas áreas rurais necessita partir do reconhecimento de problemáticas como as desigualdades sociais, as iniquidades em saúde e a própria distribuição desigual de riquezas no contexto rural. Outro aspecto foi a identificação de que existem iniciativas institucionais nas localidades que não perduram: “*Inicialmente...é... há tempos atrás existia o AA, né? Que era o grupo os Anônimos Alcoólicos, né? Tinha as reuniões, que conversavam, mas aí, pronto. É... durou pouco tempo*” (Paulo, GFP2).

Os dados demonstram que as fragilidades no acesso ao capital financeiro estão vinculadas ao capital social ao demandar das fontes de suporte aspectos mais práticos (concessão de alimentos e dinheiro; amparo em situações de adoecimento; mediação para aquisição de benefícios socioassistenciais; ajuda com atividades domésticas) que emocionais

(acolhimento e amparo). Entre os participantes, ter capital social ameniza os impactos negativos das privações de acesso ao capital financeiro, informação que vai ao encontro de Ribeiro e Araújo (2018) quando defendem que estudos sobre o capital social deveriam subsidiar a organização das políticas públicas com ênfase no bem-estar social, já que evidências empíricas apontam ter este capital maior impacto na redução da pobreza.

Porém, observar como ambos se colocam reafirma a constatação de Catani (2011) de que são duas espécies de capital que mediam o acesso às posições de poder, determinam o espaço social e regulam trajetórias de grupos e indivíduos assim como as oportunidades que desfrutam. O baixo capital financeiro, com maiores índices de pobreza multidimensional, e social, com fragilidades na identificação das políticas públicas de saúde e assistência como fonte de suporte, pode ser um importante fator para a análise da pobreza mais acentuada em Pentecoste se comparado à Cascavel.

Por outro lado, o destaque para o suporte social derivado das relações de vizinhança contribui para que não se perca de vista, em um projeto de efetivação da função ética da comunidade, que esta deve exercer sua capacidade de se constituir como “um grupo de resistência que elabora coletivamente o sofrimento determinado pela humilhação social e conquista, nesse processo, a motivação política para enfrentar situações de opressão” (SVARTMAN; GALEÃO, 2016, p.343). Seguindo este pensamento, as políticas públicas deveriam colaborar com este processo de emancipação. Entretanto, este intento somente será possível dentro de um modelo no qual transponham os desafios da oferta de ações segmentadas, descontínuas e precarizadas para a população rural.

5.3.2 Vínculos sociocomunitários

As especificidades do modo de vida rural, o exercício da prática laboral agrícola, as relações de vizinhança marcadas pela convivência próxima e a memória histórica do lugar são conteúdos de valor positivo que expressam o reconhecimento da identidade cultural dos moradores pesquisados. As comunidades, embora narrem as recorrentes transformações das relações vividas no campo com a progressiva diminuição de postos de trabalho em decorrência da tecnificação da produção, no caso do Sul do país, e os longos períodos de seca na região Nordeste, são descritas como locais nos quais os modos de vida possuem uma organização em torno da prática agrícola. A ‘valorização da vida e do trabalho no campo’, que já foi listada na dimensão ‘condições do trabalho rural’ como um dos componentes analíticos

das Implicações Psicossociais da Pobreza Rural⁴², é também expressão da identidade cultural dos participantes da pesquisa.

Já foi discutido que os modos como o trabalho agrícola é desenvolvido, em diversas ocasiões, potencializa o adoecimento precoce dos indivíduos. Porém, não se trata de desprezar esta ação humana ou renegá-la a um trabalho de segunda ordem. As falas dos participantes reacendem as discussões de que há um potencial de valorização do conjunto de costumes e hábitos locais para o fortalecimento da identidade cultural e, até mesmo, da autoestima coletiva do homem e da mulher no campo. A narrativa de Minervina (GFC2) explicita esta argumentação: *“Aqui na verdade é uma área muito produtiva. E tudo que plantar, tá dando”*. Em tom de satisfação, Nazaré (GFC2) complementa a fala de Minervina ao listar os potenciais usos da terra: *“[...] Tem mandioca, tem abóbora, tem o quiabo, batata doce, cebolinha. Eu já fiz horta!”*. O tipo de trabalho que executam é revestido de aspecto simbólico e componente emocional partilhado entre os demais moradores, dando-lhes uma noção de identidade cultural e de pertencimento ao lugar. A identidade de um grupo se reafirma e se consolida através da consciência que os membros possuem de a ele pertencer e com ele estar comprometido (MARTÍN-BARÓ, 2017).

É neste aspecto que identidade cultural e autoestima coletiva começam a dialogar. A estima positiva compartilhada entre os moradores é por residir na comunidade e ali poder exercer uma ação repleta de valorização histórica e cultural. Expedito (GFC3) complementa esta alegação: *“Há oito ano atrás morando na vila rural, como teve, eu vivi numa vila rural, mas é uma foto que representa muita fazenda aonde sempre eu trabaiei. Sempre tive alegria e hoje tenho mais ainda, e hoje moro ainda”*.

A identidade cultural implica o reconhecimento da memória histórica do lugar. Mazé (GFC1) relembra a história de constituição da comunidade, marcada pela ausência de infraestrutura básica e pela disputa de terra: *“O meu sogro morou aqui e era mato, eu tenho foto de bicho andando por aqui. [...] Tenho foto de anta ele caçando aqui. Aqui porque era mato. Tudo mato, mato. Pistoleirada que nossa! Pistoleirada que sempre matava os outro”*. Rememorar as dificuldades vividas no passado contribui para que percebam os distanciamentos entre as gerações e as melhorias alcançadas pelos mais jovens: *“Hoje eu começo a contar pros meus neto e pros meus fio e eles me chama de louca e fala “credo!”*. *Eu conto da nossas comida antigamente. Não era que nem a comida de hoje, era outro tipo de comida”* (Ângela, GFC1)

⁴² Discussão apresentada no capítulo 2 deste estudo.

Quando as características culturais singulares vão sendo reconfiguradas ou esquecidas, os moradores experienciam o pesar da perda de seus hábitos coletivos. Jacinta (GFP2), por exemplo, relembra a prática dos moradores de Serrota (Pentecoste) de escalar uma pedra da localidade que foi sendo deixada de lado ao longo do tempo: “*Anos atrás nós tínhamos uma pessoa que fez um cruzeiro lá naquele alto, na entrada da Serrota [...]. Pena que a natureza vai... vai modificando, né? A gente não sobe mais o alto do cruzeiro, mas ele não deixa de ser o alto do cruzeiro*”. A fragilização da memória histórica dos povos, na análise de Martín-Baró (2009), dá-se como uma das consequências de ter seus esforços cotidianos recorrentemente despendidos para a busca de satisfação de suas necessidades básicas, que os faz permanecer em um constante presente psicológico, no qual não há passado ou futuro e a aceitação da realidade como algo natural e a-histórico é reforçada. Nas palavras do autor, o resgate da memória histórica como uma das tarefas urgentes da psicologia quer dizer:

[...] recuperar não somente o sentido da própria identidade, não somente o orgulho de pertencer a um povo, assim como de contar com uma tradição e uma cultura, mas, sobretudo, de resgatar aqueles aspectos que serviram ontem e que servirão hoje para a libertação (MARTÍN-BARÓ, 2009, p.195).

Entre os participantes, a reivindicação de uma fala que os descreve como abertos à convivência comunitária foi marcante. Jurema (GFC2) entende que seu modo de viver as relações de vizinhança poderia não ser tão bem acolhido no contexto urbano como é vivendo no acampamento em Rio do Salto (Cascavel). Em suas palavras, “*Eu não sirvo pra morar na cidade porque se eu ver a vizinha sentar na janela eu já puxo conversa com ela lá. Eu não sirvo pra ficar de cara fechada dentro de casa, né?!*”.

Os moradores de Cascavel e de Pentecoste compreendem os lugares de moradia como espaços acolhedores, que reúnem características positivas e que lhes instigam sentimento de alegria e sensação de estar seguro dos infortúnios vividos nos grandes centros urbanos. A percepção de acolhimento aparece como uma característica da comunidade que contribui para que seus membros se sintam valorizados nas relações de vizinhança, assim como na prática que realizam: “[...] *Nós que vivemos aqui em Juvinópolis, lugar muito acolhedor, né? Muito bom. E é mesmo muito bom, né, porque a gente planta e produz. Eu fui aposentada como agricultora, vivi minha vida na roça, trabaiei toda vida na terra [...]*”. (Eudalina, GFC3). Minervina (GFC2) descreve: “*A gente no sítio se dá com todo mundo né e são tudo dado*”.

O enaltecimento do campo como lugar seguro foi expresso em falas dos grupos focais de Providência (Pentecoste e Juvinópolis (Cascavel) por Letice (GFP1), Josefina (GFC3) e

Cássia (GFC3). Letice (GFP1) entende que residir na área rural permite ofertar segurança e liberdade para as crianças, o que não poderia ser assegurado em um centro urbano: “*Graças à Deus onde eu moro as crianças tem esse prazer de brincar à vontade. Não tem esse crime como tem na cidade grande*”. Cássia (GFC3) segue pensamento similar e narra a tomada de decisão de criar as filhas na área rural e de não regressar, após um período de visita à familiares, para a cidade onde morava:

Ah, eu acho que aqui [...] é um lugar bom, não tem violência, pra gente criar os filho, né. Eu vivi minha infância inteira aqui, daí quando eu tinha uns 15 anos eu fui pra Curitiba. Aí eu vim, eu tenho outra menina de 13 anos, e tenho ela, eu vim eu tava de dieta (período pós-parto) [...]. A minha mãe retornou faz 8 meses, eu não retornei porque eu falei pra ela ‘Eu vou criar minhas filhas aqui’ porque aqui é muito melhor. Aqui elas pode brincar, elas pode sair, pode ir lá em Juvinópolis, pode sair à noite, não tem perigo que nem em Curitiba.

Poder se locomover sem receios é aspecto de valorização e critério comparativo com a vida no contexto urbano, pois na área rural é possível “[...] *sair pra onde for, não tem nada disso aí, violência nem nada*” (Josefina, GFC3). Para Vera (GFC3), a tranquilidade também aparece como um dos elementos de reconhecimento da positividade da vida na comunidade: “*Eu gosto de morar aqui [...] É um lugar sossegado, tranquilo e é o cantinho que eu escolhi. Não tem outro*”. Chama atenção o conteúdo da escolha enfatizado na fala da participante. Estar consciente de que residir em Juvinópolis (Cascavel) foi uma escolha sua potencializa a autoestima pessoal de Vera, que se descreve como alguém que exerceu o poder de decidir onde gostaria de morar após ter tido residência em outros locais.

O lugar de moradia é descrito, ainda, como cenário de memórias compartilhadas, de histórias vividas coletivamente e que reafirmam os sentimentos de comungar com a realidade local. Josefina (GFC3) narra como é, após o afastamento de suas atividades laborais decorrentes da aposentadoria, regressar à escola onde trabalhou por aproximadamente trinta anos: “[...] *aqui é gostoso de morar, ish. Eu gosto tanto de [morar aqui]. Quando sinto saudade vou lá passear um pouco na escola.*” Paulo (GFP2), por sua vez, relata os aspectos positivos de residir na comunidade e assinala a reflexão das transformações vividas nos modos de vida local:

Sem contar que na comunidade Serrota, graças à Deus é um povo feliz, todo final de semana tem uma diversão, tem um aniversário, tem uma festa, tem uma coisa [...]. Acredito que cada um tá procurando se ajudar na medida que pode, né? E que a realidade da Serrota hoje não é mais a realidade de 10, 20 anos atrás. É realidade de cidade grande.

As falas de Josefina (GFC3) e Paulo (GFP2) demonstram o sentimento de se reconhecer como pertencedor da comunidade onde residem, estando sua história pessoal vinculada à história do lugar. Os moradores enfatizam, ainda, os aspectos positivos de residir nas comunidades fazendo um comparativo com situações vividas no passado:

A Serrota, de primeiro, as ruas eram assim, deserta, lixo em todo canto, né. E hoje as ruas calçadas, é pista, já tem coleta de lixo [...]. Nosso interior é um lugar bom de se morar; existe problema porque em todo lugar tem problema, mas assim, a gente tem facilidade no acesso à saúde, à educação, né, e as outras coisas (Regina, GFP3).

A descrição que os moradores fazem das comunidades pesquisadas, enfatizando seus aspectos positivos, a existência de uma memória pessoal que se interconecta com fatos coletivos e a apreciação dos modos de vida locais, resgata a consideração de que a autoestima coletiva está intimamente vinculada ao sentimento de filiação e de ligação emocional compartilhada de que fala McMillan e Chavis (1986) como característicos do sentimento de comunidade.

Os modos como a identidade cultural e a autoestima coletiva foram descritos nas falas dos participantes, remetendo-se à valorização dos costumes, dos hábitos e das tradições como fonte de orgulho e estima positiva por viver no lugar, apontam uma convivência comunitária que os auxilia na formulação de respostas aos conteúdos adversos que experimentam. Tanto é que, nos grupos focais analisados, as narrativas de expressões de solidariedade entre vizinhos foi o fator de resiliência comunitária com maior expressividade.

A solidariedade narrada pelos participantes, mesmo sem ter sido intitulada por eles com este nome, está associada à rede de cooperação comunitária com o objetivo de fornecer, tal como descrito anteriormente, suporte social a um de seus membros e às iniciativas individuais. Ela relembra a ideia de que se trata de um código moral de sobrevivência presente nas relações de vizinhança, sendo, portanto, o componente afetivo e ético que mobiliza a expressão do suporte social. Se, na discussão de suporte social a atenção está para o seu tipo e a observação de quem o executa, a solidariedade retoma quais os fatores que impulsionam os sujeitos a estarem atentos e sensíveis às necessidades comunitárias. Uma vez que desfrutem de afeto positivo na convivência social, os sujeitos poderão, segundo Cardoso e Baptista (2014, p.505), entrar em contato com “[...] maior senso de pertencimento a uma rede de apoio social, assim como a afetividade pode acarretar maior autoestima.”

Os participantes de Pentecoste e de Cascavel afirmam compreender que, “*precisando de ajuda aqui, todo mundo ajuda*” (Adolfo, GFP1) e “*a comunidade se ajuda*” (Minervina,

GFC2). Chama atenção o fato de todas as comunidades pesquisadas reconhecerem as relações de vizinhança como fonte de suporte para lidar com situações de adoecimento, fome e, até mesmo, com o processo de envelhecimento que lhes impede de perdurar como produtores agrícolas. Emocionada, Dolores (GFC2) descreve a tristeza por observar a fome de um vizinho idoso, impedido de trabalhar por sua condição física:

Essa semana mesmo chegou uma pessoa e falou pra mim assim “Eu tô com uma fome”. Falou pra mim uma pessoa de idade, sabe?! E me deu vontade de chorar, na hora me deu vontade de chorar de ver a pessoa naquela situação sem nenhum filho, sabe?! Com fome. Essa hora eu senti que fosse minha mãe. E eu fui pegando assim, sabe?! Peguei alimento mesmo e falei: “Oh, vai comer vizinha! Come, mata a sua fome! Pra mim não vai fazer falta” [...].

Quando Silvia (GFC2) narra “*muitas vez nós faz (sic) campanha no acampamento pra ajudar algumas pessoas, principalmente quando tá doente e que não tem o que comer*”, ela não só está exemplificando a relação adoecimento-fome-solidariedade como dando elementos para que se compreenda, em um contexto marcado pela pobreza, como a privação alimentar é um risco que lhes acompanha permanentemente e incita a articulação coletiva com o objetivo de alcançar a sobrevivência. Nesse sentido, Freitas e Trad (2010, p.329) elucidam como o temor da fome, a busca pela sobrevivência e as relações de vizinhança vão sendo construídas sob a roupagem de vínculos solidários:

A solidariedade, no interior dos grupos domésticos, é o eixo que move a manutenção da sobrevivência, em uma complexidade que regula os conflitos, cria códigos e gera a necessidade de manter uma inter-relação, compartilhando o espaço, a comida, os problemas, as festividades, o aleitamento materno, o cuidado com os filhos dos vizinhos etc.

A análise de Joana (GFP1) sobre em quais situações pode obter auxílio da vizinhança retoma a discussão de que, por comungarem das mesmas situações de privação, existem ocasiões nas quais o suporte mediante concessão de recursos financeiros não se efetiva, pois todos estão destituídos deste capital. Entretanto, há um leque mais amplo de ações com as quais podem contar e que reforçam o reconhecimento e a valorização das redes de suporte social como um importante recurso comunitário. De acordo com ela:

É. Às vezes as pessoas falham, né? Quando não tem. Mas às vezes a gente inventa, que a gente, assim, “ó, eu vivo sem você”, não, ninguém vive sem ninguém. Né? Um dia você precisa de alguém. Eu preciso, né? Eu não posso pegar três quilo, né? [...] “Conceição, me ajude aqui, bota esse tambor pra mim, bota esse balde”, né? Quer dizer, tudo é ajuda, né?” (Joana, GFP1).

Letice (GFP1) destaca a solidariedade entre os moradores de Providência como uma característica positiva do lugar: *“Porque aqui é uma comunidadezinha, assim, pequena, né? Mas eu tô na minha casa e você tá na sua. Mas se eu tô precisando, eu vou, chego junto. Aqui é assim, Graças à Deus, o apoio de todo mundo, na hora da agonia todo mundo ajuda todo mundo”*. Paulo (GFP2) menciona as estratégias de articulação comunitária que tem como objetivo potencializar a convivência local e realizar doação para os moradores que dela necessitem: *“[...] existe outro grupo chamado “Serramigos”, que é um grupo de jovem, que todo final de ano realiza um campeonato e aí as pessoas que vão jogar leva um quilo de alimento, e lá mesmo eles fazem uma cesta e distribui entre as famílias”*.

Falas como a de Letice (GFP1) e Paulo (GFP2) permitem retomar como a percepção de influência, ao lado da integração e satisfação das necessidades, contribui para o desenvolvimento do sentimento de comunidade. Isto porque, quando o sujeito estabelece vínculos solidários, a percepção de sua capacidade de influenciar a comunidade gera sentido de importância, de fazer a diferença para um grupo ao mesmo tempo o próprio grupo acarreta implicações positivas em sua vida. Por conseguinte, partilhar do sentimento de que as necessidades podem ser satisfeitas e recursos recebidos através de sua participação na comunidade fortalece a sensação de pertencer ao território.

Nestes casos, os laços de afetos comunitários estão permeados de sentimento de confiança recíproco e da busca de estratégias de sobrevivência coletiva que suavizam o sofrimento das carências materiais. É possível afirmar que a solidariedade, enquanto característica dos vínculos socioculturais, *“revela a necessidade que temos de convivência comunitária para crescermos na experiência de enraizamento no mundo”* (SVARTMAN; GALEÃO, 2016, p.341), sendo, portanto, um dos conteúdos centrais no delineamento de trabalhos com ênfase na articulação comunitária.

O humor social apareceu como um recurso utilizado pelos moradores. Não foi incomum, nas duas localidades, que os moradores se valessem de expressões ou narrativas cômicas, acompanhadas por gestos e risos que faziam alusão às condições precárias de acesso à terra, à restrita oferta de rede de apoio social, à perpetuação das adversidades derivadas da vida no campo e à precariedade no acesso aos benefícios sociais e às políticas de públicas.

Selma (GFC2), diante da situação de ter perdido seu roçado após a reintegração de posse da fazenda onde morava, narra como está sendo reconstruir seu plantio: *“Até em rocha eu plantei pra ver se produz. Eu cheguei agora e não tinha lugar para plantar [risos]”*. Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011) mencionam o uso do humor intelectual, que quer

dizer o jogo com a linguagem. Através do uso de uma metáfora, quando a efetivação lógica do conteúdo não se aplica, é possível empreender um ordenamento ao caos ou, até mesmo, um empenho em salvar os indivíduos de uma situação caótica ao lhe oferecer leveza, ainda que temporária, diante da situação negativa. Bordás *et al.* (2018) complementa esta alegação quando afirma que o uso do humor pode gerar certo suporte emocional e auxiliar os sujeitos na gestão de conflitos, facilitando as relações interpessoais.

A longa espera pela concessão da terra como fruto da militância faz Catarina duvidar de que seja possível alcançar seu objetivo. Contudo, é a interferência da filha que lhe assinala um conteúdo de aceitação e fortalecimento da esperança: *“Eu tava reclamando esses dia: “Vai dá quase duas década que nós tamo aqui né. Poxa, Deus o livre!” E ela [minha filha] falou: “Não reclama, mãe! A terra prometida demorou 50 anos. [risos]. Deus o livre! [Risos]”* (Catarina, GFC2).

Nas falas dos participantes, o humor é também utilizado para comunicar as adversidades derivadas da vida no campo. Durante um dos grupos focais de Cascavel, desenvolveu-se a seguinte fala: Facilitadora: *“Quando vocês precisam de ajuda, com quem vocês podem contar?”* e Marluce (GFC3) *“No posto, tudo é lá no posto Ipiranga [Risos]”*. O ‘Posto Ipiranga’⁴³ referenciado por Marluce (GFC3) é o único posto de saúde do distrito rural, reconhecido por todos os moradores como o espaço de referência na comunidade. Mesmo em tom de jocosidade, a fala é reveladora do pouco apoio institucional oferecido à população e da consciência que possuem quanto a isto. Há, ainda, um aspecto do humor social atrelado ao que se reivindica de identidade cultural do lugar. Paulo (GFP2) retoma a tradição do agricultor e suas dificuldades nos períodos de estiagem: *“Lá atrás, na seca, a única felicidade deles era a fé em Deus e a moça do lado [risos]”*.

As narrativas cômicas são reveladoras da dura realidade de vulnerabilidade a qual estão submetidos. Tornam-se verdadeiras piadas no cotidiano, mas comunicam conteúdos sérios como a exposição ao adoecimento e a baixa oferta de serviços de prevenção às epidemias. Martín-Baró (2015) compreende que a piada permite transcender momentaneamente a realidade, funcionando como uma compensação pela insatisfação diante da unidimensionalidade da existência. Sobre isto, é possível citar a fala de Roberval (GFP3):

Eu peguei a tal da chikungunya. [...] Aí chegou uma pessoa lá em casa. [Perguntou para meu filho: ‘Cadê teu pai?’. ‘Meu pai tá com a parente dele lá dentro’. ‘Quem é

⁴³ Há, no Brasil, uma propaganda televisiva de uma rede de postos de combustíveis descrita como um lugar no qual todos os problemas dos consumidores podem ser atendidos. No slogan, utiliza-se a frase “Você encontra tudo no Posto Ipiranga”.

ela?’. ‘É a chikungunya’ [risos]. Eu digo ‘Ah, menino safado!’. Aí eu saí, [...] menino safado. Eu fiquei todo doído. Eu fui pra UPA nesse dia. [...] Não aguentava ficar em pé.

O que pode parecer graça aos ouvidos de uma pessoa desatenta, é verbalização de conteúdos que revelam a precariedade no acesso aos benefícios sociais e às políticas de públicas vividos pela população rural. Miguel e Marluce, participantes do grupo focal de Pentecoste, empreendem diálogo que alude às consequências do desgaste físico do trabalho do homem no campo. A percepção que compartilham é a de que este trabalhador cessa sua prática laboral com respaldo do sistema previdenciário brasileiro quando já não há mais força física e a morte é iminente:

Miguel (GFP3): *Porque o dia de hoje, você vê, que aposentar o pobe do trabalhador com 70 e tantos anos.*

Marluce (GFP3): *Quando já tá morto né? [risos]”.*

As falas dos participantes, em certo sentido, estão em um caminho que se aproxima do que Suárez-Ojeda, La Fara e González (2011) afirmam sobre as capacidades de aceitar e metaforizar expressas através do humor social. Propõe-se que, acrescidas a estas capacidades, sejam destacados os potenciais de denúncia, compartilhamento de percepções e elaboração coletiva. Sendo assim, manifestar conteúdos se valendo de um tom de brincadeira ou piada permite entrar em contato com elementos que revelam as dificuldades cotidianas que se perpetuam ao longo do tempo e que poderiam ser mitigadas. Porém, em uma perspectiva de trabalho comunitário, o desafio seria ir além e utilizar o humor como estratégia primária de enfrentamento que incorporaria as duas capacidades iniciais e avançaria nas seguintes etapas: aceitar; metaforizar; denunciar; compartilhar percepções e elaborar estratégias coletivas.

Aceitar quer dizer, nesta proposta, permitir-se entrar em contato com o incômodo derivado da experiência. Quando o desconforto existe, o elemento primeiro é dar-se conta de sua existência para refletir sobre ele. Metaforizar significa construir um sistema de códigos que permita ao sujeito comunicar, em linguagem própria, o desconforto. Denunciar é expressar comicamente, através de piadas, conteúdos hilários ou jocosos, o que foi metaforizado. Não é incomum que o humor social seja por completo entendido apenas como aceitação, metaforização e denúncia. Como potencial de intervenção comunitária, entende-se que seria valioso construir espaços para compartilhar percepções. Assim, em momentos grupais, onde há a potencialização de trocas das experiências sociopsicológicas, é possível empreender a troca de percepções e seu aprofundamento. Uma vez apropriados do conteúdo

de humor, os sujeitos poderiam elaborar estratégias alternativas a serem desenvolvidas coletivamente com o objetivo de enfrentar a realidade posta.

No trabalho de campo, a crítica de Francisco e Coimbra (2015) quanto à fragilidade da honestidade estatal como pilar da resiliência comunitária pode ser objeto de análise. O baixo reconhecimento das instituições públicas como espaços nos quais é expressa a honestidade estatal contribui para o desenvolvimento de pensamentos pessimistas e de descrédito na efetivação de suas ações. Em Cascavel, nenhum dos grupos focais apresentou fala associada ao reconhecimento de honestidade estatal ou a sua negação. No local, o que foi expresso foi uma maior confiança na capacidade das políticas de saúde (posto de saúde) e de assistência (CRAS) de proverem suporte social, embora reconheçam, assim como já descrito, que entre os moradores do Acampamento Docelina Folador (Rio do Salto – Cascavel) há maior fragilidade no acesso as ações destes serviços. Entretanto, não foram expressos conteúdos de análise crítica referentes à honestidade ou desonestidade na gestão pública. Contrariamente, em Pentecoste, os participantes identificaram corrupção e descompromisso com as necessidades locais. Durante o grupo focal realizado em Serrota, iniciou-se um diálogo sobre práticas de extorsão realizadas pelos recém-chegados policiais à comunidade.

Álvaro (GFP2): *Daqui mesmo, daqui mesmo da Serrota tem [corrupção]. Quando a gente tá andando de moto, por exemplo, eles param, aí se é de menor, aí: “Macho, dá um dinheiro aí que eu libero tu”. A gente é obrigado a dar, se não der...*
 Paulo (GFP2): *Eu tô lhe dizendo que isso existe, em todas as esferas existe [...].*

As reticências na fala de Álvaro (GFP2) apontam o temor por conviver com uma força policial solicitada para proteger a população, mas que é vista como não representando os interesses comunitários e responsável por atos abusivos. Sem o amparo institucional de que necessitam, Paulo (GFP2) conclui “[...] São poucos que veem pela comunidade. [...] se o prefeito, se os gestores públicos tivessem uma visão de desenvolvimento social, fariam um trabalho social na comunidade”. Gertrudes (GFP2) questiona os eventos de desvios de dinheiro e conclui: “A gente sente na pele”. É coerente dizer, com base nas narrativas dos participantes, que a corrupção é o antipilar de resiliência correspondente à honestidade estatal.

No grupo focal do Acampamento de Rio do Salto, os participantes narravam o sonho de adquirir a terra apta ao plantio. Neste momento, a facilitadora indagou: “O que vocês acham que pode ajudar vocês a realizar esse sonho?”. As respostas dos sujeitos apontavam ser o desvio de verbas públicas como consequência da corrupção o fator que lhes impedia de acessar a posse legal da terra. Nas palavras de Zelda (GFC2), os governantes necessitam:

Ser menos corrupto, porquê, de repente até vem a verba, que a gente sabe que vem, mas só que fica tudo no meio da estrada pra tudo que é coisa: saúde, educação, é moradia.. É tudo empendurado (sic), pega um peixe ali e quando chega lá embaixo não dá pra comprar. Aí já não dá mais. Aí tem que esperar a nova [verba] vir e daí demora mais quatro ano, mais oito, mais doze anos.

A disposição de uma estrutura governamental distanciada da população, impeditiva do exercício da participação popular, acaba por prejudicar a percepção da comunidade de ser capaz de ultrapassar situações como a descontinuidade das políticas públicas, o excesso policial, o descompromisso dos gestores locais e as próprias adversidades oriundas das mudanças climáticas. Não desfrutar da possibilidade concreta de, mediante mobilização comunitária, angariar benefícios para a comunidade, vai minando a autoestima coletiva, fragilizando a memória de lutas e a identidade cultural, enfraquecendo a vinculação solidária entre os membros e reforçando o potencial de distanciamento emocional presente no humor social. Com os laços de afetos comunitários frágeis, os moradores ficam mais vulneráveis às influências externas, ao malinchismo, à corrupção e à ideia de um futuro predestinado.

A construção de um caminho alternativo a esta situação retoma o intuito basilar da Psicologia Comunitária, defendido por Montero (2006) como sendo potencializar a organização e as ações necessárias para que a comunidade use seus recursos, reconheça e seja capaz de ampliar o poder que possui ou busque outros recursos e desenvolva novas capacidades, de modo a gerar o poder sobre si mesma. Neste percurso, alguns cuidados deverão ser seguidos, como o investimento na qualidade democrática, a melhora da corrupção (MORAES; SANTOS; TORRECILLAS, 2014), a afirmação da comunidade como um espaço de memória de lutas (MARTÍN-BARÓ, 2009), a potencialização de vínculos comunitários colaborativos e a ênfase na fundamentação ética da interação comunitária (SVARTMAN; GALEÃO, 2016).

Investir no tecido comunitário e em sua potencialidade de construção de vínculos afetivos de cooperação e trocas mútuas representa uma importante estratégia para o fortalecimento da resiliência sociocomunitária. Nos contextos de pobreza, o resgate das relações de vizinhança como espaços de compartilhamento de experiências e histórias de resistência às adversidades permite com que os sujeitos se reconheçam estando em uma realidade comum, que poderá ser ultrapassada com esforços coletivos.

6 ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL: CONTRIBUIÇÕES DO FATALISMO E DA RESILIÊNCIA

O capítulo irá abordar o objetivo específico ‘identificar as estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza rural’. Para tanto, o enfrentamento, tal como a pobreza, é discutido como fenômeno multifacetado, que sofre influências do contexto histórico e cultural dos sujeitos. Problematiza-se em que medida é possível conceber o enfrentamento à pobreza apenas sob um viés econômico, que ratifica a concepção monetária como critério definidor da pobreza e de suas implicações no cotidiano dos sujeitos. As estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza aparecem, então, como um conjunto de formas de lidar inseridas em um dado contexto histórico cultural que integram a capacidade subjetiva de ressignificar a realidade e frente a ela se posicionar de modo inventivo e resistente.

Os dados qualitativos obtidos através da análise dos grupos focais realizados em Cascavel (Paraná) e Pentecoste (Ceará) permitiram identificar três categorias para o entendimento das estratégias de enfrentamento em condições de pobreza rural: a compreensão de como os moradores entendem que os sujeitos em geral devem se colocar diante das adversidades; os fatores que contribuem para a superação das adversidades e os empecilhos para o seu enfrentamento. Considerando os conteúdos obtidos ao longo da tese e que permitiram ampliar o debate sobre o que se entende por formas de lidar com a adversidade a partir das interações comunitárias, são apontadas distinções entre enfrentamento, adaptação e transformação, tomando como referência o modelo de resiliência social de Keck e Sakdapolrak (2013) e os debates estabelecidos pela Psicologia da Libertação. Propõe-se que o enfrentamento seja concebido em dois níveis (reação e adaptação), segundo os quais há um crescente no potencial de alteração efetiva da realidade até que seja possível garantir sua efetiva transformação. Ao final do capítulo, é apresentado um Modelo de Condições para o enfrentamento e a transformação social a partir das contribuições da resiliência sociocomunitária e do fatalismo.

6.1 Definições de enfrentamento e especificidades do contexto de pobreza

O interesse em decifrar como os sujeitos se posicionam frente às adversidades acompanha o desenvolvimento da psicologia⁴⁴. Entretanto, a partir da década de 1960, deu-se

⁴⁴ São observadas, nas produções *psi*, três termos que contemplam a noção de adaptação criativa aos contextos estressores. São eles: “*coping*”, termo em inglês, “*afrentamiento*”, termo em espanhol, e “enfretamento”, termo

início a uma nova geração de pesquisadores empenhada em compreender como os sujeitos desenvolviam modos de lidar com situações crônicas e estressantes, afastando-se dos modelos explicativos anteriores, que associavam os modos de enfrentar aos mecanismos de defesa do ego, rígidos e originados de questões inconscientes (SULS; DAVID; HARVEY, 1996). Interessados em descrever o enfrentamento mais como processo que como estrutura egóica, Richard Lazarus e Susan Folkman se destacaram, na concepção de Suls, David e Harvey (1996), como promulgadores dessa nova perspectiva.

Lazarus (1996) e Lazarus e Folkman (1991) definem enfrentamento como os esforços cognitivos e comportamentais desenvolvidos para lidar com demandas específicas externas e internas, avaliadas como excedentes ou que transbordam os recursos que os sujeitos já possuem para enfrentá-las. Os autores deixam claro que nem todos os processos adaptativos são de enfrentamento, pois ações automáticas, derivadas da necessidade de o sujeito sobreviver, são adaptativas, mas somente irão se caracterizar como enfrentamento se envolverem esforços para manejar as demandas estressantes. Entendido como processo, o enfrentamento está relacionado ao modo como o sujeito efetivamente pensa ou age em contextos específicos, podendo sofrer alterações segundo as necessidades impostas na sua interação com o entorno (LAZARUS; FOLKMAN, 1991). Nesse sentido, por prever uma relação de troca da pessoa com o ambiente, Suls, David e Harvey (1996) descrevem a perspectiva teórica de Lazarus e Folkman como modelo transacional de enfrentamento.

Antoniazzi, Dell'Aglio e Bandeira (1998) defendem a existência de uma distinção, embora não consensual, entre estilos de enfrentamento e estratégias de enfrentamento. Os estilos de enfrentamento estariam relacionados aos fatores disposicionais ou características dos sujeitos, que incidiriam na tendência de responderem a uma dada circunstância de modo particular. Já as estratégias de enfrentamento, termo utilizado por Folkman e Lazarus (1980), envolveriam o conjunto de pensamentos e de ações desenvolvidos para conduzir uma situação específica, podendo ser alteradas durante o curso da situação estressante. O enfrentamento pode, sob esta perspectiva, ser entendido como um processo dinâmico que integra as estratégias das quais se valem as pessoas para lidar com as situações estressoras e gerir as emoções delas decorrentes (NAVA-QUIROZ; VEGA-VALERO; SORIA, 2010).

No modelo transacional, existem dois tipos gerais de estratégias de enfrentamento (FOLKMAN, LAZARUS, 1980; LAZARUS, FOLKMAN, 1991; LAZARUS, 1996): enfrentamento focado no problema (*problem-focused coping*) e enfrentamento focado na

em português. Nesta investigação, opta-se por utilizar a expressão enfrentamento sob o reconhecimento de que a tradução para a língua corrente não acarretará prejuízos a sua compreensão como processo dinâmico e relacional.

emoção (*emotion-focused coping*). O enfrentamento focado no problema diz respeito às estratégias cognitivas e comportamentais para lidar diretamente com condições de vida promotoras de estresse, de modo a alterá-la ou promover seu gerenciamento. Envolve a identificação do problema, a eleição de soluções alternativas para amenizá-lo, a formulação de objetivos e a atuação propriamente dita (LAZARUS; FOLKMAN, 1991). Essa seria, portanto, uma estratégia de enfrentamento de ação direta (OMAR, 1995), mais comumente utilizada quando o sujeito avalia que as condições adversas podem ser modificadas. O enfrentamento focado no problema pode ser direcionado a uma fonte externa ou interna (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998). Quando dirigido a uma fonte externa de estresse, o enfrentamento focado no problema inclui buscar solucionar um conflito interpessoal ou requerer ajuda prática de outras pessoas. Uma vez orientado para uma fonte interna, inclui processos de reestruturação cognitiva.

O enfrentamento focado na emoção dispõe sobre os recursos utilizados com o intuito de regular ou diminuir as emoções estressantes, que são promotoras de sofrimento (FOLKMAN, LAZARUS, 1980; LAZARUS, FOLKMAN, 1991; LAZARUS, 1996). Neste caso, a ênfase recai não sobre o problema em si, mas sobre as respostas emocionais desenvolvidas pelos sujeitos, o que corrobora sua definição como enfrentamento paliativo ou de ação indireta (OMAR, 1995). De acordo com Lazarus e Folkman (1991), o enfrentamento dirigido à emoção pode incluir estratégias de minimização da relevância dos acontecimentos, evitação, distanciamento, atenção seletiva, comparações positivas e extração de aspectos positivos de situações negativas.

Há, ainda, uma relação interativa entre essas estratégias de enfrentamento, pois “o enfrentamento focado na emoção pode facilitar o enfrentamento focado no problema por remover a tensão e, similarmente, o enfrentamento focado no problema pode diminuir a ameaça, reduzindo assim a tensão emocional” (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998, p.285). Destaca Folkman e Lazarus (1980) que, uma vez o enfrentamento sendo objeto de investigação, a orientação adequada é entendê-lo como processo complexo que integra as funções de resolução de problemas tanto quanto as de regulação de emoções. Nesse sentido, a escolha de qual estratégia de enfrentamento utilizar dependeria da avaliação feita pelo sujeito do dano, da ameaça ou do desafio derivado da situação de estresse vivida.

Sabe-se que não há um consenso sobre os efeitos da exposição do sujeito ao estresse. Fierro (2005) entende que estar vulnerável às fontes estressoras ocasiona uma estimulação danosa, ameaçadora ou ambígua. Rangel e Becerra (2016), contudo, afirmam que uma vez

inserido na vida cotidiana, o estresse se constitui como uma resposta normal e adaptativa do ser humano quando exposto a acontecimentos desafiadores. Já Southwick *et al* (2014) entendem estresse como uma realidade da vida diária a qual todos os sujeitos estão expostos em maior ou menor grau. O que se percebe é que a extensão do prejuízo causado pelo estresse depende de sua recorrência, de sua intensidade e do modo como é avaliado ou interpretado pelo sujeito.

Em contextos marcados pela pobreza, tanto há alta recorrência como elevada intensidade na exposição a eventos promotores de estresse, pois a vulnerabilidade financeira, a exclusão social, a exposição aos adoecimentos físicos e mentais, o precário acesso às políticas públicas, por exemplo, são constantes. Wadsworth (2012) destaca que é preciso considerar a natureza cumulativa dos estressores da pobreza (*poverty-related stress*) e seus impactos na saúde mental dos indivíduos. Góis (2008) intitula de estresse continuado da população pobre, estresse da pobreza ou distresse da pobreza o estado permanente de tensão emocional ao qual estão submetidos os sujeitos pobres, suas famílias e a própria comunidade. Nestes casos, ocorre a exacerbação do estresse psicossocial e a supergeneralização do estado de vigília e tensão, originadas de relações sociais assimétricas e da vivência em uma sociedade marcadamente desigual. O estresse crônico favorece, então, o componente emocional do distresse, definido por Moscoso (2011, p.69)⁴⁵ como

(...) um estado marcado por sentimentos que variam em intensidade desde a tristeza, insegurança, confusão e preocupação, até a experiência de sintomas mais severos como, por exemplo, a ansiedade, a depressão, expressão de ira, isolamento social e perda da esperança.

Em condições de pobreza, portanto, a convivência recorrente com as adversidades ocasiona quantidades elevadas de estresse físico e psicossocial, que geram comprometimentos na saúde e no bem estar (WADSWORTH, 2012). No entanto, nem todos os sujeitos pobres e submetidos às situações de estresse crônico desenvolvem processos de adoecimento. Lever e Estrada (2010) consideram que o estudo das causas do estresse deve incorporar, necessariamente, a apreciação subjetiva do evento pela pessoa que o experimenta, havendo variações de respostas para cada pessoa que o vive. Entretanto, visões como esta podem, facilmente, conduzir a um processo de responsabilização estrita do sujeito pelo modo como lida com as situações, o que facilmente recairia no equívoco de afirmar que sujeitos

⁴⁵ Texto original: “*um estado marcado por sentimientos que varían en intensidad desde tristeza, inseguridad, confusión, y preocupación, hasta la experiencia de síntomas mucho más severos como por ejemplo la ansiedad, depresión, expresión de la ira, aislamiento social, y pérdida de esperanza*”.

mais adaptados desenvolveriam estratégias pré-definidas como socialmente aceitáveis e sujeitos em desajustamento não alcançariam as expectativas de condução das adversidades.

Atentos ao risco desta distorção, Lever e Estrada (2010) argumentam que a valoração subjetiva dos estressores vai depender dos recursos psicológicos e sociais disponíveis aos sujeitos, que envolvem as estratégias de enfrentamento, os recursos de resolução de problema, o sentido de humor e otimismo utilizados para dimensionar os problemas, a presença da religião como fonte de apoio, as redes sociais disponíveis e a resistência frente à adversidade. García (2007) acrescenta a esta listagem os recursos que incidem no modo de enfrentamento, como a energia física, a saúde, os compromissos, as crenças, os recursos materiais e as habilidades sociais.

Entretanto, a eleição de indicadores de enfrentamento como derivados de aspectos que recebem o rótulo de 'social' não assegura que sua compreensão esteja transpondo uma ênfase individualista. Isto porque o que deve estar no foco da análise quando se discute enfrentamento não são estritamente os conteúdos disposicionais e cognitivos que conduzem o sujeito a uma forma de interpretar os fenômenos, mas sim qual o contexto estrutural que reproduz socialmente as condições adversas e tensionam os sujeitos a certos tipos de posicionamentos e a constituição de redes de significação peculiares.

Em pesquisa realizada com mulheres em situação de baixa prostituição, Silva (2014) identificou que o binômio dominação-opressão, demarcador da vulnerabilidade social, cristaliza redes de violência através da produção de sentidos que as mantém ao mesmo tempo em que gera novas configurações. Ao desatar dos nós da violência, a autora intitulou de modo de enfrentamento. Considerando este pensamento, entende-se que é valioso destacar as interpretações, as crenças, os significados e os sentidos que os sujeitos desenvolvem a respeito da situação que lhes reivindica enfrentamento e que são produzidos na tessitura das interações sociais.

Outro aspecto que merece ser destacado é a constituição do enfrentamento em função da exacerbação da desigualdade social e da intensidade do distresse da pobreza. Em suas formulações, Góis (2008) destaca que o processo de construção da saúde pelo morador da comunidade tem como ponto de partida enfrentar estes dois agravos, considerando tanto a capacidade individual como familiar e comunitária de conceder respostas ao estresse do cotidiano e à ideologia de submissão e resignação. Este pensamento aponta que a ruptura com condições impostas por uma sociedade rigidamente estratificada em classes sociais, assim como a própria noção de enfrentamento, remonta a um esforço que é coletivo.

Sendo assim, pode-se dizer que o modelo proposto por Folkman e Lazarus (1980) favoreceu avanços no entendimento dos modos de lidar com as adversidades segundo uma visão multidimensional e relacional, que evoca o papel do sujeito frente às demandas que lhes são apresentadas. Entretanto, é preciso circunscrever quais as posições ocupadas pelos sujeitos na sociedade, como se deu a produção material e histórica do fenômeno que demanda dos sujeitos uma posição de enfrentamento. A ideia é superar visões abstratas e conceder destaque à análise sobre em que medida o contexto histórico-cultural e ideológico, atravessado pela desigualdade social e pela pobreza, promove a capacidade de enfrentamento e de que modo, efetivamente, ela assinala ou não processos de transformação social.

6.1.1 Enfrentamento em condições de pobreza

Recorrentemente, os textos que abordam a temática do enfrentamento à pobreza o fazem atrelando-a a uma perspectiva de superação ou minimização dos efeitos da privação monetária. Sob este ponto de vista, o enfrentamento é entendido como um conjunto de ações econômicas direcionadas para a alteração das condições objetivas de vida dos sujeitos. Tal compreensão se dá de modo indistinto tanto no contexto urbano como no contexto rural, como pode ser observado na fala de Maluf e Mattei (2011, p.23) ao afirmarem que “as estratégias para enfrentamento da pobreza rural requerem o reconhecimento do papel central do estado e sua capacitação com vistas à adoção de políticas públicas em diversas áreas”. Contudo, é preciso distinguir enfrentamento da pobreza e enfrentamento em condições de pobreza.

O enfrentamento da pobreza remete à noção de combate (ALVES; ESCOREL, 2012), alívio e superação da pobreza (ESPÍNOLA; ZIMMERMANN, 2018). Diz respeito às estratégias econômicas e políticas de enfrentamento à pobreza, que envolvem o reconhecimento de que são necessárias ações governamentais pautadas na redistribuição de renda e acesso às políticas públicas. Foi no final do século XX, mais especificamente a partir da década de 1990, que as discussões sobre o enfrentamento da pobreza ganharam destaque junto às agências internacionais como uma problemática inaceitável e resultante do modo de produção capitalista (ALVES; ESCOREL, 2012). Estão alinhadas a esta perspectiva medidas que destacam o papel do estado na formulação e implementação de políticas públicas que tenham como alvo a transposição da condição de pobreza.

Uma crítica que repousa sobre o debate do enfrentamento da pobreza é se, efetivamente, trata-se de uma situação que pode ser superada estritamente por meio de ações estatais dado seu enraizamento estrutural e a crescente precarização e vulnerabilidade de uma

classe trabalhadora composta por sujeitos desfilados (CASTEL, 2008), sobrantes e inúteis ao mundo (ALVES; ESCOREL, 2012). Espínola e Zimmermann (2018, p.55) apontam que, por si sós, as políticas de transferência condicionada de renda, no contexto latinoamericano, ainda não conseguiram assegurar o enfrentamento da pobreza estrutural, promovendo “[...] o lenitivo para as más condições de vida, sem superá-las”.

A ênfase no enfrentamento da pobreza conduz aos pensamentos de que seria a aquisição de bens financeiros a força propulsora para uma efetiva mudança social. Ater-se a esta proposta gera uma expectativa grandiosa, pertinente e necessária, porém que pode reforçar a ideia da pobreza como conteúdo atrelado à renda e unidimensional, quando o desafio é entendê-la sobre o prisma multidimensional de sua reprodução histórica e ideológica. Além disso, a propagação desta forma de conceber a pobreza ratifica pensamentos de culpabilização do pobre por sua situação (GUARESCHI, 2009; ACCORSSI, SCARPARO, 2016), já que abre as possibilidades de que se debata a pobreza sob o ponto de vista individualizado como esforço individual para transpor a condição de privação.

Nesse sentido, a questão central não é somente distribuir recursos entre os que não os possuem, pois esta distribuição ameniza temporariamente o sofrimento da pobreza, mas não interfere nas raízes de sua reprodução ao não tensionar os modos com que o próprio sistema capitalista expropria certos grupos humanos de bens e poder em detrimento de outros (com cada vez maior concentração de riqueza). Montañó (2012, p.278) reforça este pensamento, pois compreende que as estratégias de enfrentamento da pobreza, ao enfocarem políticas compensatórias, não alteram “[...] as fontes e fundamentos da desigualdade social, fundada na contradição capital-trabalho, na exploração da força de trabalho, na acumulação e centralização de capital, que num contexto de crise se vê acirrada”.

Manter as contradições sociais e assegurar seus impactos nos modos com que os sujeitos vivem, pensam, sentem, interagem, creem e padecem é condição para a reprodução do capitalismo. Segundo Guzzo *et al.* (2013), o modo de produção capitalista impõe condições de desigualdade ao fazer com que os trabalhadores não usufruam da riqueza que ajudaram a produzir, ao mesmo tempo em que a classe dominante, detentora dos bens de produção, se beneficia do que foi produzido coletivamente. Os impactos desse processo de expropriação financeira repercutem na ruptura entre o sentido da ação humana e seu significado (DUARTE, 2004). O sentido da ação liga, na consciência do sujeito, o objeto de sua ação (seu conteúdo) ao motivo dessa ação. Já o significado assinala a significação social das ações e sua decodificação pelos grupos sociais aos quais o sujeito pertence. Esta cisão

distancia o núcleo da personalidade da atividade de trabalho e conduz à alienação, pois a ação de trabalhar deixa de representar para o sujeito algo que o impulse a adquirir conhecimentos, habilidades e valores que o enriqueceriam como ser humano.

Neste caminho, o enfrentamento em condições de pobreza seria aquele apto a refletir sobre as condições ofertadas ou negadas aos grupos sociais para que façam frente à pobreza e aos demais fenômenos que com ela estabelecem relações interseccionais. A discussão do enfrentamento em condições de pobreza abre caminho para o debate a respeito das estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza, que estão amparadas no reconhecimento de que suas implicações para a constituição do psiquismo humano incidem sobre as redes de significados e de sentidos que elaboram como consequência dos esforços cognitivos, afetivos e comportamentais para lidar com as situações de adversidade.

Disponibilizar uma rede de cuidado em saúde, por exemplo, constitui-se como uma adequada estratégia de enfrentamento econômico e político, já que a precariedade de acesso a este tipo de serviço é um problema real vivido por pessoas em condições de pobreza (WADSWORTH, 2012). Entretanto, tem-se como desafio privilegiar os sentidos sobre a pobreza desenvolvidos pelos sujeitos a partir de suas experiências e que permitem o estabelecimento de modos de vida específicos, bem como diferentes formas de aceitar ou lidar com a situação (ACCORSSI, 2011; CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012).

Nepomuceno, Silva e Ximenes (2016, p.338) definem modos de enfrentamento como derivados “[...] de uma interação sujeito-entorno, de maneira múltipla, dinâmica e contextualizada, de acordo com as condições sociais, culturais e simbólicas disponíveis”. Nesse sentido, as estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza devem ser entendidas desde o ponto de vista dos sujeitos, do conjunto de percepções e significações que elaboram sobre a realidade e que refletem disposições socioculturais gerais. Cada estratégia utilizada possui uma referência dentro do contexto de onde ascende, sendo resultado das possibilidades disponíveis aos sujeitos e aos grupos para a intervenção na realidade, assim como de sua vivência, percepção e interpretação da situação de desafio.

Dentro do modelo explicativo do que são as estratégias de enfrentamento, há, então, uma disposição triangular e interrelacional, composta por cognição (pensamentos elaborados sobre a situação adversa, que possuem íntima relação com vivências anteriores e com o contexto no qual a experiência se insere), comportamento (ações realizadas pelos sujeitos como resultados da cognição e do afeto e que podem ou não estar diretamente empenhadas na anulação da situação estressora) e afeto (conjunto de sentimentos e emoções elaborados sobre

a situação vivida). Por ser um processo ativo, Wadsworth (2012, p.20) compreende que o ato de enfrentar “(...) inclui tentativas voluntárias de lidar com o estresse, concentrando-se em emoções, pensamentos ou ações que se pode tomar”.

Propõe-se que as estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza sejam compreendidas a partir de dois aspectos: a significação sociocultural do que se entende por enfrentar a adversidade e os recursos disponíveis para a controlabilidade da situação. Lever e Estrada (2010) entendem que a forma como o sujeito aprendeu a lidar com as situações se constitui como fator de grande relevância no processo de enfrentamento. Esta aprendizagem é proveniente das experiências vividas em um dado contexto sociocultural. Em contextos de pobreza, os recorrentes investimentos frustrados em modificar a realidade (CIDADE, 2012) reverberam no descrédito de que certas ações irão gerar mudanças positivas, podendo ocasionar distanciamento cognitivo e afetivo. Sendo assim, menor investimento para a mudança não é fruto de uma inata apatia dos sujeitos, mas sim produção de circunstâncias socioeconômicas e ideológicas que não asseguram o controle da relação entre esforço e produto, fazendo com que se sobressaiam “[...] sentimentos de perda da confiança na própria capacidade de ação e a desesperança” (MONTERO, 2006, p.129)⁴⁶.

Esta destituição dos sujeitos de sua capacidade de intervir sobre a realidade, gerada a partir de relações interpessoais caracterizadas pela servidão, heteronomia e injustiça, revela o sofrimento ético-político (SAWAIA, 2006) com o qual convivem os sujeitos pobres e que tem sua origem na relação dialética entre inclusão e exclusão social. Este tipo de sofrimento, como aponta Sawaia (2009a, p.104-105), demonstra “[...] a tonalidade ética da vivência da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época (...)”. A significação sociocultural do que se entende por enfrentar a adversidade é expressão dos modos de subjetivação que se desenvolvem em contextos de pobreza. Diante de formas de gestão dos afetos que diminuem a potência de agir em benefício do bem comum, pode ocorrer a fragilização da resistência social (SAWAIA, 2006) e o enfrentamento pode ser significado como algo que remete às lutas individuais pela autosobrevivência em detrimento de organizar em torno de si esforços coletivos para transposição da realidade imediata e alcance de um horizonte de libertação.

Os recursos disponíveis para a controlabilidade da situação falam sobre aqueles que asseguram aos sujeitos se posicionar objetivamente nas adversidades. São os conteúdos que capital econômico e financeiro e capital social, debatidos no capítulo anterior desta tese.

⁴⁶ Trecho original: “(...) sobrevienen la perdida de confianza em la própria capacidade de acción y la desesperanza”.

Trata-se das condições básicas e fundamentais para que os sujeitos tenham possibilidade de intervir sobre a realidade. Uma vez assegurados estes conteúdos mínimos, poderá ocorrer a expressão mais substancial de conteúdos de enfrentamento para além da busca pela auto sobrevivência. Quando não estão presentes, os sujeitos dedicarão seus esforços a manter suas necessidades mais elementares e seu potencial criativo estará dedicado a isto.

Em linhas gerais, as estratégias psicossociais de enfrentamento possuem caráter inventivo e de resistência, fazendo com que elas possam se constituir como importante instrumento de fortalecimento simultâneo dos sujeitos e de sua comunidade (MONTERO, 2006), geradores de processos de tomada e aprofundamento de consciência (FREIRE, 1980). A seguir, serão listadas estratégias de enfrentamento identificadas nos cenários rurais pesquisados.

6.1.2 Estratégias Psicossociais de Enfrentamento à Pobreza

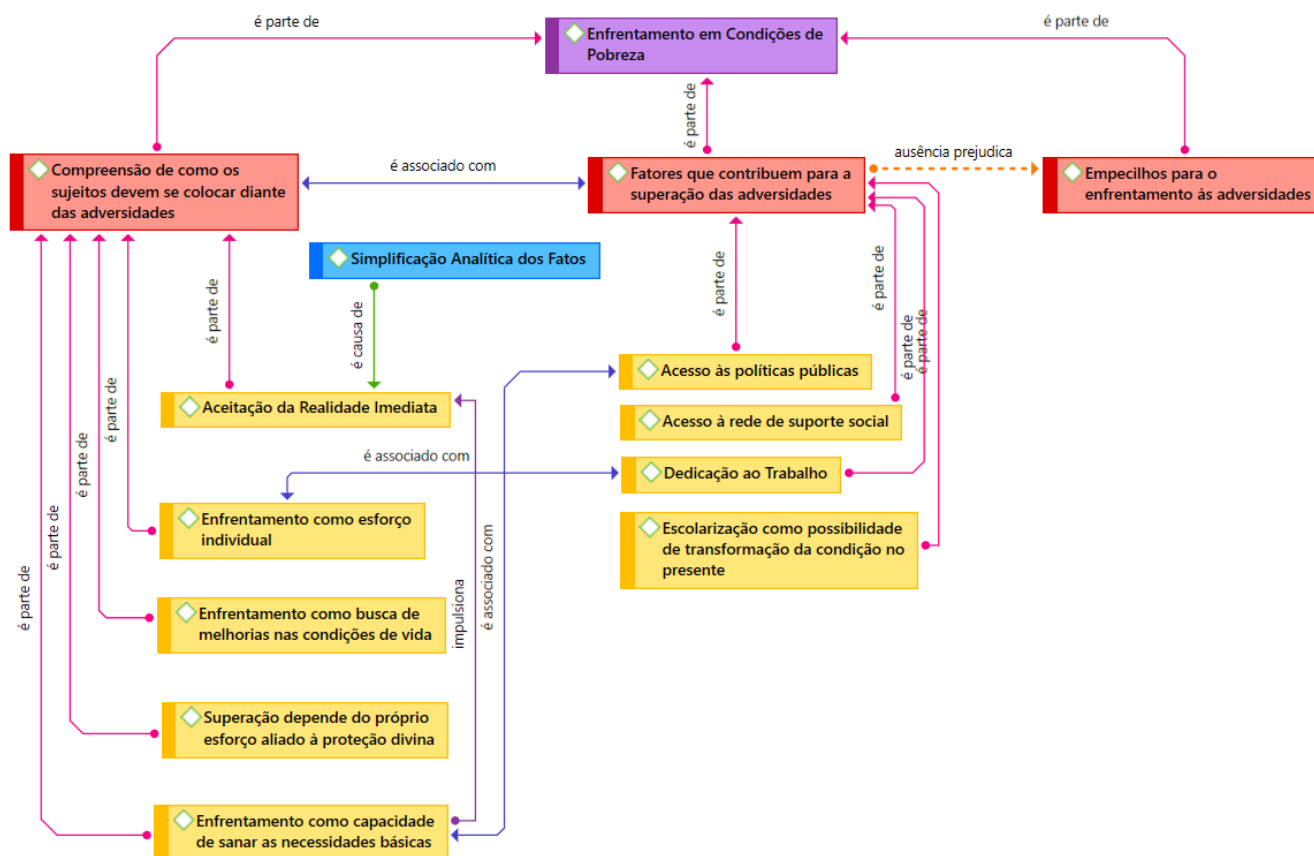
As estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza foram identificadas a partir dos relatos obtidos na etapa qualitativa através dos sete grupos focais realizados. A tematização dos conteúdos analisados permitiu destacar três categorias basilares que são parte do Modelo Representativo das Estratégias Psicossociais de Enfrentamento (Figura 15): a compreensão de como os moradores entendem que os sujeitos devem se colocar diante das adversidades; os fatores que contribuem para a superação das adversidades e os empecilhos para o seu enfrentamento.

A compreensão de como deve ser o posicionamento adotado diante das adversidades está composta por cinco subcategorias. A aceitação da realidade imediata é causa da simplificação analítica dos fatos pelos sujeitos ao mesmo tempo em que é impulsionada pela compreensão do enfrentamento como capacidade de sanar as necessidades imediatas. Há, ainda, a interpretação do enfrentamento como esforço individual e como busca por melhores condições de vida, assim como o entendimento de que a superação depende do próprio esforço aliado à proteção divina.

Os fatores que acreditam ser necessários para a superação das adversidades estão associados ao modo com que compreendem que devem se portar. Os moradores apontaram que o acesso às políticas públicas se vincula ao enfrentamento como capacidade de sanar as necessidades básicas. A dedicação ao trabalho aparece como conteúdo associado ao enfrentamento como esforço individual, o que os conduz em uma lógica argumentativa de que é preciso se dedicar com afinco às atividades produtivas caso almejam sair da pobreza.

Igualmente, os outros dois fatores que contribuem para transpor as adversidades são o acesso à rede de suporte social e o investimento em processos de escolarização como possibilidade de transformação da condição vivida no presente. Uma vez que estes conteúdos não estão presentes, acreditam os moradores, ocorrerão empecilhos para o enfrentamento às adversidades.

Figura 16 – Modelo representativo das Estratégias Psicossociais de Enfrentamento



Fonte: Elaborado pela autora.

A ideia de que o enfrentamento requer dos sujeitos a aceitação da realidade tal como ela se apresenta imediatamente à experiência apareceu nas falas dos moradores remetendo-se a noção de que necessitam se adequar a uma condição de vida que está posta e que apresenta demandas urgentes de serem sanadas. Durante a narrativa do caso de Manuel, estória fictícia cujo trânsito de vida poderia facilmente ser comum ao dos demais moradores, procedeu-se a seguinte fala:

Facilitadora: [...] *O Manuel está desempregado tem um ano e aí ele trabalha como diarista pra sustentar a mulher dele e o filho que ainda é pequeno. E aí recentemente ele foi chamado pra trabalhar ganhando mais ou menos uns seiscentos reais por mês. Era isso que disseram que podiam pagar pra ele. E aí o Manuel disse que vai aceitar porque ele acredita que só depende dele se esforçar pra ter uma vida melhor. O que vocês acham dessa estória?*

Eleonora (GFC2): *Eu acho que se a pessoa tiver com fome ele vai, dependendo da situação que tá em casa ele vai.*

Catarina (GFC2): *E do esforço... Ele já tava desempregado, né?! Então...*

Zelda (GFC2): *É melhor isso do que nada né*

Facilitadora: *É melhor isso do que nada?*

Eleonora (GFC2): *Com certeza né, é melhor um passarinho na mão do que dois voando né, tentar pegar lá por uma certeza né.*

Catarina (GFC2): *Se ele não encarar isso é porque ele gostou da miséria.*

Zelda (GFC2): *Eu também não posso às vezes querer alguma coisa que eu não consiga ou que eu não mereça ou que eu não tenha, né, como realizar. Tipo uma pessoa sem formação às vezes vai querer dirigir uma empresa e não tem como, você tem que realizar o que te limita a fazer e que você lute e conquiste aquilo, só que é o que te oferece agora e você não tem outra opção e porque não aceitar, né?!*

Para os participantes, se o conteúdo é urgente, resta ao sujeito acatar o que a realidade lhe impõe e buscar sanar as necessidades imediatas. Chama a atenção, neste discurso, que vai sendo construída uma lógica explicativa de que o enfrentamento é uma estratégia, pois remete à noção de exploração de uma situação de maneira vantajosa. Porém, neste processo, o executor do ato de enfrentar é um sujeito, que está sozinho, deve assegurar o mínimo (“um passarinho na mão” como disse Eleonora - GFC2), ser reconhecedor dos limites que possui, mas capaz de permanecer em sua luta, que, embora comum aos demais, é de sua estrita responsabilidade vencer ou perder. Simone (GFP2) reitera esta ideia: “*Aí, com meio salário, né? Ele economizando, dá pra pagar água, luz, né? Comprar algum alimento. Aí, quem sabe, o futuro dele melhorar, conseguir trabalhar e atingir o salário mínimo, futuramente*”.

Uma vez que se adequa ao que as necessidades urgentes demandam, na compreensão dos moradores, as mudanças nas condições vividas poderá ocorrer. Entretanto, percebe-se que se trata de um tipo de enfrentamento correspondente a um conteúdo de reação à adversidade, limitado na capacidade de fomentar análise crítica da situação e em proferir uma mudança nos fatores que a perpetuam. Em um dos grupos focais realizados em Providência (Ceará), a narrativa da estória de Manuel conduziu a opiniões similares aquelas encontradas em Rio do Salto (Paraná).

Facilitadora: *O que mais que vocês pensam sobre a estória do seu Manuel?*

Conceição (GFP1): *Que nem ele falou, que ele tinha dois filhos pra sustentar. Tinha que trabalhar pra sustentar o filho, né? Porque se não trabalhar, como é que ia sustentar?*

Joana (GFP1): *É, porque tá meio salário.*

Valdomiro (GFP1): *Ele já ganha meio salário de um lado, né? Aí ele vai fazer esforço pro outro lado pra recuperar, ver se completa um salário pra poder sustentar os filho (sic).*

A associação entre enfrentamento e esforço foi expressa por moradores das duas regiões. Eles compreendem que cabe aos sujeitos se dedicar, fazer frente às adversidades e buscar melhores condições de vida. Alberta (GFC1) narra sua crença de que esforço

vinculado à paciência resultaria na culminância dos êxitos imaginados: *“Eu acho assim, que nem o povo daqui pensa, fazer de tudo pros filho estudar lá, também tinha que fazer uma força, né. É, se a pessoa não tem uma opinião de dizer “Vamo conseguir, vamo enfrentar” né?! Uma hora você consegue!”*.

Na fala de Karla (GFP4), chama atenção que até mesmo as ações governamentais são colocadas em um segundo plano de influências para a aquisição do que se deseja. Segundo ela, *“pois é, mas muitos dos nossos planos que a gente almeja, a gente tem que batalhar por isso, né? Num depende só de governantes, mas muito tem que vir da gente. Nós temos que batalhar por isso”* (GFP4). Se, por um lado, esta fala aponta a percepção de si como alguém capaz de intervir na realidade, por outro, pode recair no risco de culpar o sujeito por sua situação, já que é seu esforço individual sua estratégia de enfrentamento. Esta compreensão demonstra como os sujeitos estão sendo conduzidos a pensar fenômenos coletivos a partir de um processo crescente de individualização.

Wadsworth (2012) compreende que resolver ativamente um problema e planejar o futuro auxilia no enfrentamento positivo das situações adversas ao contribuir para que os sujeitos foquem na expressão e na regulação emocional, que dizem respeito a forma com que os sujeitos manifestam e controlam as reações emocionais diante do contexto estressor. Nestes casos, seria desencadeado um melhor funcionamento psicológico, pois estaria sendo alterada diretamente a fonte de mal estar ou seus desdobramentos emocionais. Em contextos de pobreza, no entanto, os resultados permitem questionar se essa alteração dos elementos causadores de mal estar está efetivamente ocorrendo, pois o que se percebe é o distanciamento analítico-emocional e certo conformismo diante da resolução de questões imediatas e urgentes, cujas respostas tem efeito resolutivo em um período de curto e médio prazo.

Ressalta-se, entretanto, que desinvestir na mudança direta da situação não quer dizer uma anulação total das transformações por ela desencadeadas, mas sim na abertura de novas possibilidades. Sawaia (2009b, p.366) bem expressa que *“o homem é um grau de potência, uma força interior para se conservar, perseverar na própria existência, um esforço de resistência”*. Dessa forma, mesmo quando a situação é intensamente adversa e incontrolável, o sujeito não recairá em uma apatia plena. Ao contrário, irá se valer dos artifícios objetivos e subjetivos disponíveis para elaboração de novas estratégias de enfrentamento, que apresentarão coerência dentro do universo de vida que lhe é específico.

Moura Júnior (2015) destaca que há um duplo efeito no conformismo, pois pode servir tanto como estratégia para manutenção dos estigmas da pobreza, quando, por exemplo,

fortalece ideias de que o sujeito é pobre por não ter se esforçado suficientemente, como também de reação a uma situação adversa. Diante das sobrepostas e cumulativas restrições imputadas ao seu potencial de escolhas, os sujeitos perduram dedicados a sobreviver e a pautar suas vidas no que lhes é concretamente apresentado. Quanto a isto, em dos grupos focais de Juvinópolis (Paraná), os moradores construíram uma narrativa na qual interconectam pobreza, enfrentamento, invenção e trabalho, como pode ser observado no relato:

Facilitadora: *Deixa eu tentar entender assim. É pobre quem não quer trabalhar?*
 Erondina (GFC3): *Quem não enfrenta.*
 Ivete (GFC3): *Quem não corre atrás.*
 Facilitadora: *Então é pobre quem não enfrenta. E o que é enfrentar?*
 Ivete (GFC3): *É inventar o que fazer.*
 Erondina (GFC3): *É inventar qualquer coisa pra fazer.*
 Estevão (GFC3): *Enfrentar... ó, se eu não tenho nada dentro da minha casa, aí eu vou pra rua, que lá vão mandar eu fazer um recado, fazer uma coisa e outra. [...]*
 Quirina (GFC3): *É, tem que enfrentar mesmo, tem que trabalhar.*

A vinculação direta e unicausal entre enfrentamento e esforço aponta dois pontos interessantes. O primeiro é a visão compartilhada pelos moradores de que o ato de enfrentar quer dizer o enfrentamento da pobreza, retomando parte do debate de que se trata da noção de privação como algo que tem que ser combatido individualmente e que se refere à ausência de posse de bens financeiros. O segundo ponto é simplificação analítica dos fatos, conteúdo similar ao que já foi encontrado quando se discutiu as manifestações do fatalismo. O sentimento do desamparo e a pouca oferta de condições concretas para mudança da realidade potencializam crenças de que há uma força sobrenatural que lhes assegura transpor o conteúdo adverso. Com isso, a noção de superação é entendida como derivada do próprio esforço aliado à proteção divina. O relato a seguir ilustra esse processo:

Facilitadora: *Então deixa eu entender? Sonho pra gente realizar só depende da gente?*
 Estevão (GFP3): *Com certeza!*
 Josefa (GFP3): *De Deus e da gente.*
 Estevão (GFP3): *É, primeiramente é Deus, né.*

Em certo sentido, a simplificação nos modos de analisar os acontecimentos se associa às estratégias de enfrentamento vinculadas ao desengajamento ou desligamento da realidade. Estes consistem em mecanismos que permitem o afastamento do indivíduo do evento estressante em si ou das reações emocionais que ele incita (WADSWORTH, 2012). Nelas estão inclusas a evitação, a negação e o pensamento ilusório. Por não abordarem o problema

ou favorecerem sua resolução, evitar e negar apenas fornece fugas temporárias, sem que haja promoção de saúde psicológica com o passar do tempo. A evitação, tanto no plano cognitivo como comportamental, pode favorecer certo alívio momentâneo do estresse. Entretanto, acarreta implicações a longo prazo com consequências psicológicas negativas, pois não suspende totalmente o contato do sujeito com a situação de mal estar, que permanece e retornará a incomodar brevemente. A fonte de incômodo apenas foi retirada do campo de percepção imediata, mas continuará a existir. Dessa forma, afirma Wadsworth (2012, p.21) que, ao tentar esquecer, ignorar ou negar, “eventualmente, uma pessoa será lembrada do problema e pode se sentir ainda pior sobre isso [...]”⁴⁷.

Gojová, Gojová e Špiláčková (2014) descrevem o ato de escapar da realidade como uma estratégia defensiva que pode gerar, junto aos sentimentos de incompetência e de vergonha descritos por Wadsworth (2012), também sentimentos de culpa. Todavia, em contextos marcados pela rigidez estrutural e pela cristalização das problemáticas sociais ao longo do tempo, o desinteresse, a apatia e a diminuição da ação aparecem como formas de defesa que permitem evitar a desilusão e novos fracassos (MONTERO, 2006). Isto quer dizer que o sujeito não consegue evitar plenamente o contato com o conteúdo incômodo, pois ele é transversal à sua existência, mas pode conseguir borrar ou burlar seu contato imediato.

Na tentativa de ponderar sobre quais seriam os efeitos emocionais mais danosos, se entrar em contato com a realidade (e se perceber impotente frente a ela) ou evitá-la, negá-la e distorcê-la (minimizando a gravidade de seus efeitos através da ilusão de que nada ocorre), parece que os sujeitos por vezes optam pela segunda opção como dívida emocional de menor valor se comparada à primeira alternativa. Os estudos de Moura Júnior (2015), Cidade, Silva e Ximenes (2016) e Accorssi e Scarparo (2016) advogam em favor desta ideia. Cidade, Silva e Ximenes (2016) observaram que, entre jovens em condições de pobreza, o distanciamento emocional dos fatos cotidianos desagradáveis, como conflitos familiares e carga de trabalho excessiva, aparecia como importante alternativa que garantia dar prosseguimento às ações diárias. Por sua vez, Accorssi e Scarparo (2016) identificaram, em sua pesquisa, que mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família se utilizavam da negação como forma de lidar com a pobreza cotidiana. As autoras referenciam a fala de uma das entrevistadas para justificar sua proposição:

⁴⁷ Texto original: “*Eventually a person will be reminded of the trouble and may feel even worse about it because they have not addressed the situation*” (WADSWORTH, 2012, p.21).

Por vezes, a dor associada às experiências de pobreza é tão grande que para suportá-la, o melhor é negá-la completamente: “*Como eu tenho um monte de problema, perguntam pra mim, tu é feliz? Sou feliz! Nunca digo que não sou, que tá mal as coisas. Tá sempre bem, posso tá ruim, mas tá sempre bem*”. (ACCORSSI; SCARPARO, 2016, p.86),

Em seu estudo comparativo sobre os impactos da pobreza no bem estar de moradores das regiões Nordeste e Sul do país, Moura Júnior (2015) identificou que a própria condição de privação pode desencadear o aparecimento de mecanismos de manejo da frustração proporcionada pela realidade social. Outro aspecto que pode ser considerado é se, em casos como estes, os sujeitos não estariam em verdade reconhecendo os conteúdos de contradição existentes no próprio cotidiano e adotando uma estratégia de enfrentamento de não valorização da negatividade. Nazaré (GFC2), ao tentar explicar o que distingue “*porque aquela pessoa [que vive na cidade] precisa de tanta coisa pra viver, sendo que nós veve (sic) com muito pouquinho sabia?! Com muito pouco nós veve (sic)*.”

Os moradores demonstraram dificuldade de explicar os fatores causadores dos fenômenos e de avançar em sua análise crítica. Trata-se de um conteúdo vinculado à simplificação analítica dos fatos e que permite retomar as contribuições de Martín-Baró (2015) sobre o tipo de inteligência intuitiva. Neste tipo de inteligência, que tem a alienação como uma de suas características, opera-se a centralização deformadora e o sujeito tende a focar atenção em uma única característica marcante do objeto ou do fenômeno sem que consiga alcançar outros aspectos importantes e exercer seu raciocínio crítico. O diálogo estabelecido entre a Facilitadora e Ernesto (GFP2) exemplifica esta proposição:

Edna (GFP2): Porque com a seca não tem plantação, né? As coisa tudo ficam mais cara. *Os animal morre por falta d'água.*
 Ernesto (GFP2): *E tudo isso é gerado pela poluição.*
 Facilitadora: *É gerado pelo quê?*
 Ernesto (GFP2): *Poluição.*
 Facilitadora: *Poluição?*
 Ernesto (GFP2): *[...] Consigo explicar não.*

Os participantes reconhecem que, para que consigam enfrentar a realidade cotidiana, necessitam de acesso às políticas públicas, acesso à rede de suporte social, dedicação ao trabalho e estar vinculados aos processos de escolarização. São políticas públicas fundamentais, na interpretação dos moradores, as que asseguram acesso aos serviços de saúde, educação e à alimentação. Segundo Joana (GFP1), “*o mais importante é a saúde. A saúde, tendo o que comer, né? Mas, saúde, porque não comer...*”. A vulnerabilidade no acesso às políticas públicas reforça pensamentos de controle divino. Diante da indagação da

pesquisadora, Jane (GFP4) respondeu: “Facilitadora: *E como é que faz, diante dessas dificuldades [de acesso à saúde]? Como é que vocês conseguem enfrentar essas dificuldades?* Jane (GFP4): *Deus dá o jeito*”.

O apoio social tem sido descrito em diversos estudos (ANTONIAZZI, DELL’AGLIO, BANDEIRA, 1998; WADSWORTH, 2012; SILVA *et al.*, 2016; NEPOMUCENO, SILVA, XIMENES, 2016) como uma estratégia de enfrentamento à pobreza. Griep (2003) afirma que, embora estejam relacionados, rede social e o apoio social são construtos distintos. A rede social envolveria o conjunto mais amplo de pessoas com as quais os sujeitos estabelecem vínculos sociais. O apoio social, por sua vez, aponta a dimensão funcional e qualitativa da rede social, pois diz respeito a ter com quem contar em situações difíceis, seja através da concessão de auxílio material, emocional ou afetivo. Há, na concessão de apoio social, uma relação de troca e de se perceber valorizado no grupo social.

Wadsworth (2012) entende que o apoio social diz respeito a um recurso positivo para lidar com condições de privação, estando focalizado nas relações interpessoais e na capacidade destas auxiliarem na resolução de situações adversas. O apoio social atua protegendo o sujeito contra os impactos negativos da pobreza, pois, como afirma Valla (1999), permite com que os sujeitos experimentem uma maior sensação de controle sobre a própria vida. A interferência do apoio social pode ser através do fornecimento de ajuda e recursos materiais ou da oferta de espaços de expressão de emoções e de verbalização sobre problemas específicos, que pode contribuir para que os sujeitos encontrem uma solução ou identifiquem que se trata de questões comuns (WADSWORTH, 2012). Nepomuceno, Silva e Ximenes (2016, p.360) identificaram, junto aos usuários de um serviço de saúde mental e às mulheres em situação de prostituição, que o acesso às redes de apoio social familiares, comunitárias, religiosas, institucionais, de amigos e colegas de trabalho se apresentou “(...) como possibilidade de enfrentamento à violência, à fome, à falta de moradia, a aspectos financeiros, às dificuldades de acesso a um serviço de saúde”.

Identifica-se que o apoio social está próximo da definição de rede de suporte social que foi debatida como um dos fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais. Desfrutar de suporte social e, portanto, de apoio social, dinamiza a elaboração de estratégias psicossociais de enfrentamento ao oferecer condições para que os sujeitos vislumbrem os acontecimentos sobre outro ponto de vista e estabeleçam redes de cooperação e suporte necessárias no processo de intervir sobre a realidade. Além disso, ao impulsionar relações de solidariedade e trocas entre os membros de uma

coletividade, estes passam a se reconhecer como partícipes de uma realidade comum, o que em certo sentido resgata a noção de estar vinculado a um grupo social, poder se apoiar no respeito e no desejo da alteridade. Uma das participantes ilustra o conteúdo acalentador derivado do suporte social ao relatar que, mesmo sem ter recebido a cesta básica distribuída na vizinhança, os moradores se reuniram e dividiram com ela os mantimentos:

Não adianta a gente tá numa dificuldade e chorar, se lamentar. De jeito nenhum. Ai minha filha disse: minha mãe, tu disse que o teu Natal ia ser melhor e foi mesmo. Eu digo: foi, com certeza. É isso, Às vezes a gente tá numa dificuldade que você imagina que ninguém vai ajudar e acolher, né? É onde a gente se engana (Letice, GFP1).

Todavia, assim como já debatido neste estudo, a diminuição da oferta da rede de suporte social é uma problemática associada às implicações psicossociais da pobreza e à expressão da resiliência em contextos comunitários rurais. Ao integrar em torno de si diversas problemáticas sociais, a pobreza acaba por fragilizar a oferta da rede de apoio, dificultando ainda mais para que os grupos sociais consigam formular estratégias ativas de enfrentamento. Além disso, Wadsworth (2012) entende que o apoio social não é capaz de, sozinho, resolver todos os problemas ocasionados pela pobreza. Entretanto, a ausência de seu reconhecimento como um recurso psicossocial disponível será crucial para que as estratégias psicossociais de enfrentamento sejam manifestas pelos sujeitos.

Outro fator que os moradores creem ser condição para o enfrentamento em condições de pobreza foi a disponibilização de processos de escolarização. Eles creem ser este o caminho para a transformação da condição vivida no presente. Por meio do acesso ao ensino formal, as novas gerações poderiam ampliar suas possibilidades de ocupação laboral, como pode ser observado na fala de Eudalina (GFC3):

Não só você pensar no comer, tem que pensar no futuro, né. Pensar pra frente. Daqui 10, 30 anos. Pensar no futuro das criança dela, eu penso assim, né?! Não hoje, daqui 30 anos, eles vão ganhar melhor, vão trabalhar mais bem, né... Trabaiaar (sic) menos e ganhar mais. Se ela conseguir ponhar elas estudar. Eu penso assim, quanto mais estudo menos faz força e ganha mais, tem mais conhecimento.

Entretanto, Vera (GFC3) reconhece que existem ocasiões nas quais, mesmo possuindo escolarização, não há postos de trabalho para acolher os sujeitos, o que os faz retornar à condição inicial: “As vezes não, as vezes tem gente que tem estudo, mas não tem uma profissão que seja [valorizada]. Às vezes pelo sacrifício que fez ou quê que se formou, que não consegue ter um emprego a altura, né. As vezes tem que ganhar um pouco menos, nunca

pode desistir”. O que prevalece na fala dos participantes é a ideia de que, não importa o nível da adversidade, o fundamental é não desistir. A desistência significaria, neste contexto, ter sucumbido à adversidade. Adotar uma visão de si como alguém dotado da capacidade de agir sobre a própria vida é algo positivo. Contudo, um ponto importante é analisar em que medida esta não seria uma expressão da dificuldade identificada por Moura Júnior (2015) de os sujeitos reconhecerem atos de dominação e discriminação enfrentados na situação de pobreza.

Os participantes compreendem que os empecilhos para o enfrentamento se expressam quando as políticas públicas, a rede de suporte social e o potencial emancipatório do processo de escolarização não se efetivam. Além disso, compreendem que há um constante tensionamento entre a busca cotidiana pela sobrevivência e a burocracia na concessão de benefícios sociais. Durante grupo focal em Rio do Santo (Cascavel), procedeu-se o relato:

Zelda (GFC2): Nós tamo numa situação assim: aqui a gente tem o CAD-PRO e tira a nota da produção que a tem né anual. Se você colher mau, você tem que sair fora, né?! Hoje fora, se você vai trabalhar de diarista, lá fora com mais de três dia você tem que assinar a carteira. Tem outra situação que acho que é aquela que queria que a amiga falasse. O marido dela trabalha na horta ali pertinho aqui e também vai ter que assinar a carteira se quiser continuar a trabalhar e se ele não assina ele perde o trabalho. Então, como que as pessoas vão sobreviver? Ou você trabalha de carteira assinada ou você tira nota.

Facilitadora: E assinar a carteira não é bom?

Várias mulheres: Pra nós que tá aqui, não é bom!

Zelda (GFC2): Pra nós que tá aqui não é viável. Não é viável porque, tipo assim, a gente já viu comentário de pré-assentamento que tá tendo de pessoas que tão trabalhando fora de carteira assinada e que tem o lote. Então é sujeito a perder o lote. Então, você vai jogar sua família às vezes lá na periferia, na cidade, morando numa favela, pagando aluguel, né?! Porque tem gente que olha e “Porque vocês não vão pra cidade trabalhar?”. Acha que a gente é um bando de vagabundo, sabe?!

Costa (2017) afirma que a demanda pela ampliação na prestação de serviços nas áreas sociais no contexto brasileiro, sobretudo nos anos de 1995-2016, impulsionou o crescimento da burocracia estatal com a concessão dos direitos sociais prevista na Constituição Federal Brasileira de 1998. Nestes casos, afirma o autor, a burocracia pública, que media a relação institucional com o Estado, impacta a vida do cidadão comum ao determinar a elegibilidade a benefícios sociais pois “os usuários de serviços públicos brasileiros não podem escolher, na maioria das vezes, os serviços a que se vinculam” (COSTA, 2017, p.3507). Ao cidadão resta aceitar o que lhe é oferecido como consequência dos arranjos governamentais estabelecidos na assistência à saúde, nos programas de moradia, na transferência de renda e nos outros programas sociais. Com isso, a própria burocracia estatal, distanciada de uma análise sobre as condições de vida da população, acaba por contribuir com a vulnerabilidade dos sujeitos ao se

colocar, como expresso na fala Zelda (GFC2), como uma condição de impedimento ao acesso ao trabalho e à terra.

A análise sobre as estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza rural permite apontar que existem desafios relevantes para seu debate e que repercutem na incidência com que são abordadas pelos sujeitos. Um aspecto que se sobressai é como o significado do termo enfrentamento entre os participantes acaba por se remeter à noção de combate ou saída da condição de pobreza. Quando enfrentar passa a ser associado a este critério definidor, os sujeitos constroem argumentações discursivas que os posicionam em um lugar de permanente luta contra a pobreza, o que remonta ao entendimento de que o êxito no processo de enfrentamento seria o alcance de seu oposto, ou seja, a riqueza. Contrapor riqueza e pobreza no debate sobre enfrentamento fragiliza a apreensão e a valorização positiva, pelos próprios moradores, das estratégias psicossociais de enfrentamento que desenvolvem no curso de suas vidas e que são expressão das condições socioideológicas com as quais convivem. Com o intuito de fornecer um conteúdo propositivo, o tópico seguinte buscará organizar percepções sobre como a pobreza, o fatalismo e a resiliência se interconectam com a noção de enfrentamento.

6.2 Apontamentos para a atuação em contextos de pobreza com ênfase no enfrentamento e em seu potencial como caminho para a transformação social

O debate a respeito das implicações psicossociais da pobreza, das manifestações do fatalismo e dos fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais favoreceram o entendimento de que é preciso conceder atenção à necessidade de clarificar o conceito de ‘enfrentamento’. O primeiro fundamento para esta distintividade é o papel atribuído ao sujeito e à coletividade. Os resultados da pesquisa apontam que não é adequado falar de enfrentamento à pobreza como uma forma eminentemente privada do sujeito dar respostas as suas necessidades sociais. Isto porque as estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza estão enraizadas nos modos como os sujeitos vivenciam as contradições presentes na sociedade. Além disso, o uso de uma mesma nomenclatura para definição de fenômenos distintos recai no risco de sua difusão de modo genérico, impreciso e, por vezes, ambíguo.

Neste capítulo, foram tecidas considerações a respeito das diferenças existentes entre enfrentamento da pobreza e enfrentamento em condições de pobreza. No entanto, estas não são as únicas distinções necessárias de se delinear. Cabe, ainda, estabelecer as diferenciações

entre enfrentamento, adaptação e transformação. Como já debatido, Keck e Sakdapolrak (2013), ao abordarem a noção de resiliência social, reconheceram a necessidade de distinguir três capacidades: capacidades de enfrentamento (*coping capacities*), capacidades adaptativas (*adaptive capacities*) e capacidades transformadoras (*transformative capacities*). Segundo os autores, há uma progressão no potencial de mudança da realidade alcançado por cada uma dessas capacidades, sendo as duas primeiras pré-requisitos para a realização de conteúdos transformadores.

Percebe-se que enfrentamento, adaptação e transformação são termos utilizados recorrentemente sem delimitações específicas nas produções que debatem a pobreza. A não demarcação de suas especificidades pode ser positivo se o interesse é conceder uma visão ampla dos três fenômenos. Contudo, tamanha amplitude leva a um esvaziamento conceitual e à dificuldade de que subsidiem a formulação de ações concretas. Neste estudo de doutoramento, adotam-se as distinções propostas por Keck e Sakdapolrak (2013) como um fundamento inicial, porém que requer adequações ao contexto brasileiro sobretudo no que se entende como distinções entre enfrentamento e adaptação. Para os autores, o enfrentamento é conteúdo de reação, expressão do processo de lidar e ajustar-se às condições adversas imediatas. Já a adaptação almeja, além do enfrentamento à situação, eleger e criar novas opções para os sujeitos.

Até mesmo as visões mais otimistas de enfrentamento descrevem a adaptação como um potencial criativo para a manutenção da existência ou, em uma perspectiva mais radicalizada, como reinvenção de si diante de uma demanda emergencial. Contudo, nestes casos, os sujeitos permanecem atuando na condução de uma situação já apresentada a fim de dar-lhe resposta aos conteúdos postos. No campo de estudos sobre as implicações psicossociais da pobreza, embora o uso do termo enfrentamento aponte para um desfecho positivo e de expressão da criatividade dos sujeitos para se reconfigurar diante das adversidades (SILVA, 2014; NEPOMUCENO; SILVA; XIMENES, 2016) isto não quer dizer que a transformação da situação adversa em si seja alcançada.

Góis (2008) assinala concepção similar ao afirmar que a classe pobre resiste, luta, enfrenta o estresse de seu cotidiano e tenta sobreviver, embora não consiga romper coletivamente com as condições de vida que lhes são impostas. Com esta argumentação, o autor não está dizendo que a transformação é impossível. Contrariamente, sua preocupação é denunciar que, quando o sujeito não consegue deter o controle sobre a situação negativa do cotidiano, a construção de uma visão individual e coletiva de mudança é prejudicada. Nestes

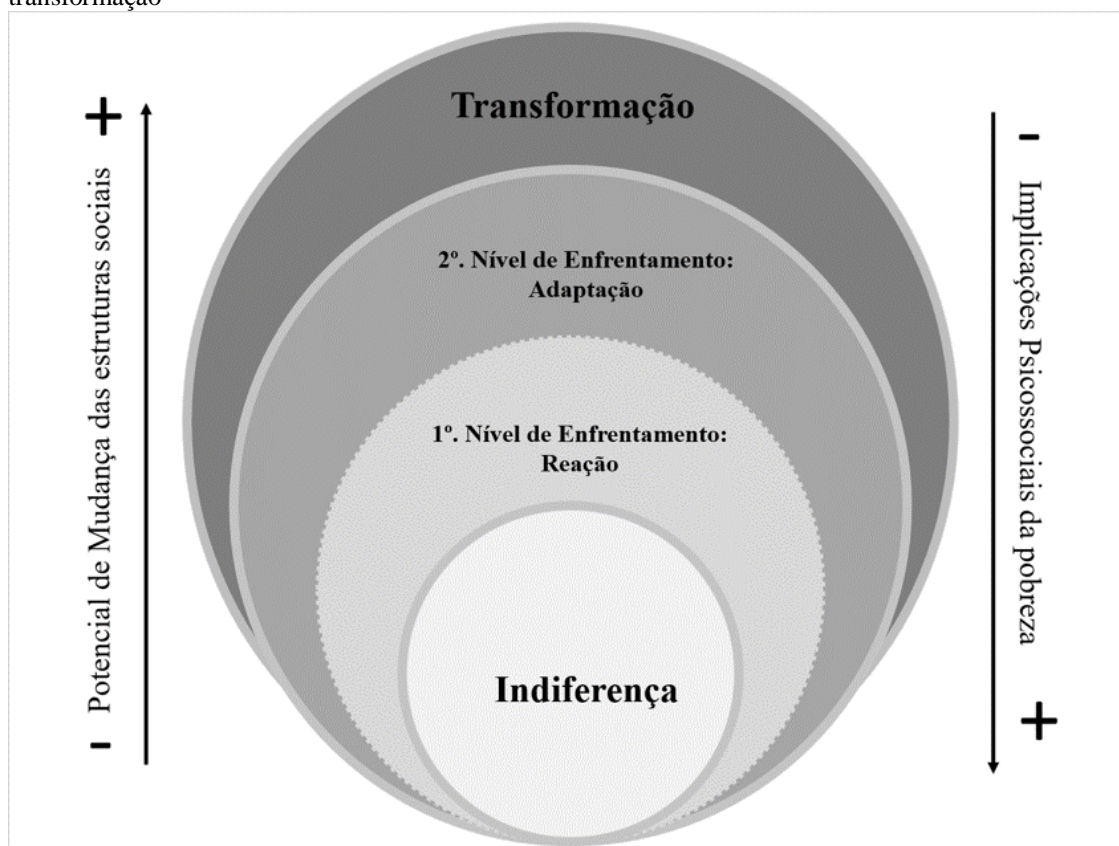
casos, a consciência de sua capacidade de organização coletiva em prol da transformação não é alcançada, pois prevalece a preocupação em assegurar a satisfação de necessidades básicas.

Os dados obtidos nesta pesquisa permitem sugerir que potencial de reação e conteúdos adaptativos compõem, juntos, o que se entende por enfrentamento. Caberia dizer que, para que o enfrentamento seja expresso, os sujeitos necessitarão tanto reagir, resistir e lidar com as situações como enveredar por caminhos de mudanças e adaptações. Assim, indica-se o esquadramento da proposta que distingue enfrentamento, adaptação⁴⁸ e transformação (Figura 17), dispostos em um *continuum* crescente de potencial interventivo sobre a realidade. A adaptação, enquanto ponto intermediário, seria pré-condição para a transformação.

Segundo esta organização, enfrentamento é subcategorizado em reação e adaptação, ao passo que transformação permanece um conteúdo específico e distinto dos dois anteriores. A passagem progressiva de um nível de total indiferença ao enfrentamento de primeiro nível (reação), ao enfrentamento de segundo nível (adaptação) e à transformação é possível quando aos sujeitos são resguardados os conteúdos imediatos à sua sobrevivência (acesso à alimentação, moradia, saúde e educação), há garantia do potencial de mudanças das estruturas sociais e as implicações psicossociais da pobreza são diminuídas. Entende-se que a existência de estruturas sociais flexíveis à mudança é um indicador de que a desigualdade social e a opressão estão menos recorrentes, assim como os impactos nocivos da pobreza. Somente é possível sair de uma situação de indiferença e apatia quando o potencial de transição da comunidade, que segundo Góis (2008) é a ela inerente, consegue se expressar no exercício da mudança social e da superação da pobreza.

⁴⁸ É válido destacar que o uso do termo adaptação na construção do debate sobre o enfrentamento em condições de pobreza se distingue da ideia de adequação passiva à realidade ou de aceitação acrítica das estruturas de dominação. Contrariamente, adaptação é concebida dentro do debate de capacidade adaptativa (*adaptive capacities*) assinalada por Keck e Sakdapolrak (2013) em seu debate sobre resiliência social. A adaptação, neste contexto, remete-se à capacidade do sujeito, uma vez que lhes sejam asseguradas as condições básicas, apropriar-se criticamente da realidade, intervir sobre ela e modificá-la segundo suas necessidades.

Figura 17 – Indicadores analíticos das distinções entre indiferença, capacidade de enfrentamento e de transformação



Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados construída neste estudo permitiu identificar que os moradores das áreas rurais alcançam os dois níveis de enfrentamento (reação e adaptação). Enquanto conteúdo de enfrentamento, os sujeitos conseguem superar as adversidades imediatas, valendo-se, para tanto, do que possuem de capital financeiro, de capital social e de vínculos sociocomunitários disponíveis. A capacidade adaptativa, em sua fundamentação inicial, versa sobre as aprendizagens adquiridas como consequências de suas experiências passadas e os ajustes para pressionar novos desafios no futuro. Tomando como referência a problemática das variações climáticas, recorrentemente debatidas no âmbito rural, a questão não é a capacidade individual do sujeito se adaptar à seca que assola a Região Nordeste, mas sim em que medida aos sujeitos estão sendo concedidos os capitais necessários para que a adaptação a esta condição efetivamente ocorra. Lamentavelmente, a efetivação das capacidades transformadoras, que seriam aquelas resultantes do fortalecimento das organizações populares e comunitárias, da criação de instituições públicas comprometidas com a autonomia dos grupos sociais e com sua habilidade de fazer frente em situações de crises presentes e futuras,

não são alcançadas pelos grupos pesquisados. Um fator que se acredita esteja vinculado a esta situação de impedimento é a não oferta dos conteúdos fundamentais para que os sujeitos alcancem as necessárias condições que culminariam na transformação, aliada à rígida estratificação social marcante no cenário brasileiro.

Considerando as distinções entre capacidades de enfrentamento (*continuum* entre reação e adaptação) e de transformação, propõe-se neste estudo um Modelo de Condições para o Enfrentamento e a Transformação Social (Figura 17). Para a construção deste modelo, considerou-se os dados obtidos sobre as implicações psicossociais da pobreza rural, as manifestações do fatalismo e os fatores que contribuem para a expressão da resiliência em contextos comunitários rurais. Foram eleitos sete indicadores analíticos, que representam os fatores da resiliência sociocomunitária (capital econômico ou financeiro, capital social e vínculos sociocomunitários) e do fatalismo (controle divino, predestinação, pessimismo e presentismo), manifestos em gradações distintas, que permitem compreender as distinções com que essas capacidades se expressam. Entretanto, vale ressaltar, a disposição dos indicadores em cada capacidade não se dá de modo estanque, podendo as características coexistirem a depender das especificidades de cada contexto sociocultural.

No primeiro nível, o conteúdo de reação às condições adversas representa, segundo proposta desta tese, momento inicial do processo de enfrentamento. Em contextos nos quais impera a reação às adversidades, observa-se que há um precário acesso ao capital econômico ou financeiro. São situações nas quais a pobreza monetária está duramente presente seja como realidade vivida ou condição de ameaça de um futuro próximo.

Figura 18 – Modelo de condições para o enfrentamento e a transformação social

	Indicadores	Capacidade de Enfrentamento		Capacidade de Transformação
		1º. Nível de Enfrentamento: Reação	2º. Nível de Enfrentamento: Adaptação	
Fatores para expressão da resiliência sociocomunitária	Capital Econômico ou Financeiro	Precário acesso ao capital econômico ou financeiro	Há acesso dos sujeitos ao capital financeiro	Há acesso dos sujeitos ao capital financeiro
	Capital Social	Oferta de redes de suporte social do tipo prático e emocional voltada para amenizar os impactos do precário acesso ao capital financeiro	Novas redes de suporte social prático e emocional vão sendo estabelecidas e transpõem as necessidades imediatas	Capital Social aponta o fortalecimento de redes de suporte social intrafamiliares e comunitárias
	Vínculos sociocomunitários	Solidariedade impulsionada pelas adversidades/ Honestidade Estatal frágil/ Identidade Cultural vulnerável às influências externas/ Autoestima coletiva ameaçada pela corrupção das instituições públicas/ Humor social favorece distanciamento emocional	Solidariedade representa traço da identidade cultural local/ Honestidade Estatal é moderada/ Identidade Cultural fortalecida pelo resgate da memória histórica das lutas e reivindicações comunitárias/ Sentimentos de confiança recíproco e de filiação fortalecem a autoestima coletiva/ Humor utilizado como estratégia de denúncia social	Solidariedade reconhecida como um traço da identidade cultural local/ Honestidade Estatal, Autoestima Coletiva e Identidade Cultural são fortalecidas e valorizadas/ Moradores conseguem avaliar francamente as facilidades e dificuldades de residir no lugar/ Humor utilizado como estratégia de denúncia social
Manifestações do Fatalismo	Controle Divino	Crença de que há uma força divina responsável pela condução do percurso de suas vidas	Força divina aparece ora como fonte de explicação dos males, ora como fonte de fortalecimento dos sujeitos	Concepção de força divina é alvo de análises críticas e desvinculada de um exercício de controle sobre a vida
	Predestinação	Crença de que há um destino inevitável, fruto da vontade de Deus e que deve reservar aos sujeitos sentimentos de conformação	Coexistem crenças pautadas na predestinação e na responsabilização pelo curso de suas vidas	Concepções de predestinação são criticadas, assim como sentimentos de culpabilização do sujeito por sua situação
	Pessimismo	Sujeito avalia as situações sob o ponto de vista do que está mais desfavorável	Há oscilações entre ênfases pessimistas e abertura para a esperança	Pessimismo sede lugar à esperança
	Presentismo	Fixação no presente: o futuro aparece envolto em uma atmosfera de receio e medo	Presente imediato vai, progressivamente, sendo transplantado	Há planejamento a longo prazo e abertura ao novo

Fonte: Elaborado pela autora

Nestas circunstâncias, o capital social disponível diz respeito à oferta de redes de suporte social do tipo prático e emocional implicadas com o esforço de amenizar os impactos

do precário acesso ao capital financeiro, o que traz obstáculos para que se efetive como potencial impulsionador de mudanças sociais. As políticas públicas, que compõem parte do suporte social prático, apresentam espectros de ações segmentadas, descontínuas e precarizadas. Até mesmo a proposta de enfrentamento da pobreza, como uma ideia centrada no combate do fenômeno, não consegue gerar alterações substanciais nos índices de privação, pois seus impactos estão, permanentemente, focados em conteúdos emergenciais e de curto prazo.

No enfrentamento de primeiro nível ou reativo, por ser a garantia da sobrevivência demanda urgente, a solidariedade é impulsionada pelas adversidades. Com isso, ações solidárias e desinteressadas são cada vez mais raras, o que prejudica o caráter de gratuidade marcante da vivência comunitária (SVARTMAN; GALEÃO-SILVA, 2016), fragiliza o sentimento de ligação emocional (MONTERO, 2004) entre os moradores, potencializa a individualização das experiências coletivas e as manifestações do fatalismo.

Os moradores apresentam baixo reconhecimento das instituições públicas como espaços nos quais é expressa a honestidade estatal por conviverem com as consequências da corrupção na gestão dos recursos e serviços. Isto impacta negativamente na autoestima coletiva, gerando descrédito quanto a efetividade dos serviços públicos em manter o conforto e a segurança da população. As pessoas se sentem mais vulneráveis, tendo que conviver com a incerteza e a indefinição. Passam, então, a expressar conteúdos típicos do pessimismo, pois avaliam as situações sob o ponto de vista do que está mais desfavorável como uma estratégia de defesa cognitiva e afetiva diante de uma realidade adversa e imprevisível. Os laços de afetos comunitários estão fragilizados e a identidade cultural vulnerável às influências externas.

A fixação no presente, como conteúdo do presentismo, faz com o passado seja obscurecido e o futuro inimaginável, envolto em uma sensação de receio e medo. Em situações onde prevalece o enfrentamento reativo, o humor social é vivido como fator que contribui para o distanciamento emocional da realidade imediatamente apresentada. Conteúdos de conformismo são fortalecidos por ideias de predestinação, que dizem respeito à crença de que há um destino inevitável. As influências das forças sobrenaturais ou divinas, segundo uma concepção de controle divino, são responsáveis pela condução do percurso da vida dos sujeitos. Por se perceberem travando uma luta diária pela auto sobrevivência, com vínculos sociocomunitários fragilizados, inexistente amparo político e de suas redes de suporte social, os sujeitos desempenham ações com objetivo de reagir ao desconforto

imediatamente e retornar a um estado de bem estar momentâneo, o que implica dizer que a centralização de seus esforços está na busca pela superação das adversidades no presente.

No segundo nível de enfrentamento, há a expressão de conteúdos adaptativos. Wadsworth (2012, p.18) chegou a descrever que, em contextos de estresse da pobreza, o desenvolvimento de técnicas que enfatizam o que intitulou de ‘enfrentamento adaptativo’ (*adaptive coping*) contribui para a superação de pensamentos de culpa ou de opressão internalizados pelos sujeitos. Os conteúdos de adaptação, segundo previsto por Keck e Sakdapolrak (2013), favorecem a eleição e a criação de novas possibilidades de vida. A expressão dos potenciais inventivos pelos sujeitos é assegurada quando há maior oferta de capitais básicos e a vivência comunitária é valorizada pelos moradores como mediadora da vida coletiva. Os sujeitos já ultrapassaram a etapa anterior de reação e ensaiam ações de maior apropriação reflexiva da realidade, com abertura para a problematização e reconhecimento do potencial da articulação comunitária para a mudança das condições locais. Neste momento intermediário entre reação e transformação, percebe-se que os sujeitos possuem acesso ao capital financeiro e situações de pobreza monetária são progressivamente mitigadas, já que é possível prover condições mínimas de vida (acesso à alimentação, habitação, saúde, educação) que assegurem o exercício de seus direitos e de suas liberdades fundamentais básicas (SEN, 2000).

O capital social disponível aponta o estabelecimento de novas redes de suporte social prático e emocional aos moradores, que vão além da satisfação de necessidades imediatas. As políticas públicas asseguram a integração dos sujeitos na rede de serviços ofertadas sobretudo no âmbito das ações de saúde, assistência social, educação, geração de emprego e renda. Os moradores estão vinculados não por motivos interesseiros e instrumentais, mas sim, tal como proposto por Svartman e Galeão-Silva (2016), por um caráter de gratuidade, apoiados no respeito mútuo e no desejo da alteridade. Com isso, a solidariedade consegue ir além da busca pela satisfação de necessidades urgentes e é reconhecida como um traço da identidade cultural local. Pode-se dizer que, nestes casos, que há uma relação dialética entre a ampliação da rede de apoio social e o fortalecimento da solidariedade como um patrimônio da comunidade. Chiesa, Westphal e Akerman (2008, p. 57) fortalecem o destaque dado aos vínculos de solidariedade como fundamento relevante para intervenções comunitárias ao destacar que

O desafio atual para subsidiar as ações comunitárias seria a aproximação com vistas ao desenvolvimento de trabalhos centrados na perspectiva da valorização do local, explorando as potencialidades da vivência solidária como base para o fortalecimento da identidade da cidadania

No âmbito da adaptação, há, ainda, o fortalecimento da identidade cultural impulsionada pelo resgate da memória histórica das lutas e reivindicações comunitárias. Ter a consciência de seu passado combativo favorece compreender os atravessamentos sociais de reprodução de fenômenos como a pobreza. Os moradores conseguem transpor a análise simplificada dos fatos cotidianos e o fixismo cognitivo (MARTÍN-BARÓ, 2015), típicos do fatalismo, por terem alcançado a habilidade de pensamento reverso e reconhecerem que o domínio sobre o funcionamento do ato inteligível não está em uma estrutura externa (força sobrenatural ou divina/acaso), mas sim em seu potencial de intervenção sobre a realidade. Há oscilação entre ideias com ênfases pessimistas e a abertura para a esperança (MOORE, 2005). Ao mesmo tempo, coexistem ideias pautadas na predestinação e na responsabilização pelo curso de suas vidas. O papel do controle divino aparece ora como fator de explicação dos males, ora como fonte de fortalecimento dos sujeitos através da ideia de proteção divinal.

Envolvem-se com o compromisso ético com a desnaturalização do fenômenos e, na convivência comunitária, prezam por sentimentos de confiança recíproco e de filiação, que fortalecem a autoestima coletiva. Uma vez que os vínculos comunitários estão sendo progressivamente fortalecidos, há abertura para o desenvolvimento de atividades comunitárias, que potencializam

[...] a concretização de objetivos comuns e comunitários compartilhados pelos moradores, como também para a satisfação de motivos pessoais dessas pessoas, fomentando nesses sujeitos a realização de suas necessidades, o fortalecimento da autonomia, da criticidade, da identidade social e do sentimento de pertença à comunidade (XIMENES; MOURA JÚNIOR, 2013, p.466).

A confiança nas instituições públicas e em sua idoneidade está sendo progressivamente estabelecida, fazendo com que a honestidade estatal alcance nível moderado. Humor social é utilizado como estratégia para acessar criticamente a realidade e denunciar as contradições nela existentes. Por, progressivamente, irem se apropriando de sua história de lutas e das demandas de seu povo, espaços de participação popular são demandados pelos moradores. A este respeito, McMillan e Chavis (1986, p. 12) afirmam que a participação voluntária, seja em associações ou em programas governamentais, conduz a uma partilha de poder que “[...] leva a maior “propriedade” da comunidade pelos participantes, maior

satisfação e maior coesão”.⁴⁹

Merece destaque, na transição entre adaptação e transformação, os conteúdos relacionados ao fatalismo. Argumentações religiosas que obscurem a análise crítica da realidade social e negam as contradições inerentes ao desigual acesso ao capital impedem o exercício adaptativo e de mudança social. Sendo assim, o fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1998), em um primeiro momento, pode se constituir como uma estratégia de enfrentamento do tipo reativo ou, até mesmo, adaptativo. Porém, não é possível que se constitua como um potencial de transformação social. Isto porque os elementos que fortalecem as concepções fatalistas são os mesmos que impedem a tomada de consciência e, posteriormente, seu aprofundamento através da conscientização (FREIRE, 1980). Para que seja possível desmontar a ideologia fatalista e sua alegação de que há um destino inevitável e fatal, Ansara e Dantas (2010, p.97-98) preveem que é necessário transformar as condições sociais, pois

Não se elimina o fatalismo transformando-se apenas as crenças dos indivíduos em relação ao seu mundo e ao seu destino. É preciso que ocorram alterações nas condições reais da vida social. O processo de ruptura do fatalismo é dialético e, por isso, implica a transformação das atitudes individuais e a mudança da organização social, o que se dá através da recuperação da memória histórica, da potencialização das virtudes populares e da organização coletiva.

O modelo propositivo que distingue enfrentamento nas etapas de reação e de adaptação aponta os subsídios para que se entenda que, em si, enfrentar não garante aos sujeitos a transformação já que não interfere nas condições reais da vida social as quais se referem Ansara e Dantas (2010). Para que seja alcançada a transformação, é preciso que sejam assegurados esforços coletivos, o tensionamento dos conteúdos ideológicos mascaradores da realidade, a conscientização decorrente da organização e do fortalecimento dos grupos (MARTÍN-BARÓ, 1998). Transformação implica, assim como metáfora utilizada por Vieira e Ximenes (2008) para definir conscientização, em ação concreta e coletiva sobre a realidade e não batalha travada individualmente. A transformação social representa o horizonte permanente almejado pela práxis de libertação. Segundo a perspectiva da Psicologia da Libertação (MARTÍN-BARÓ, 1998; WOLF, 2009), este percurso ético e político somente é possível através do estabelecimento de relações genuínas, dialógicas e fundamentadas na cooperação. É necessário fornecer condições para que os novos sujeitos sócio-históricos possam emergir e realizar seu potencial de, através da ação política organizada, “transformar

⁴⁹ Texto original: “[...] that leads to greater “ownership” of the community by the participants, greater satisfaction, and greater cohesion” (McMILLAN; CHAVIS, 1986, p. 12).

o sistema que nega a vida e gera vítimas, em uma práxis de libertação” (GUANDALINI JÚNIOR, 2007, p. 197), que prevê a transposição do sistema capitalista. Notadamente, não se trata de uma pretensão simples, mas sim de um processo histórico e coletivo (NEPOMUCENO *et al.*, 2008)

O alcance da capacidade de transformação requer que aos sujeitos seja resguardado o acesso ao capital financeiro e que o capital social aponte para o fortalecimento de redes de suporte social intrafamiliares e comunitárias. Tal como no segundo nível do enfrentamento, as políticas públicas asseguram a integração dos sujeitos na rede de serviços ofertadas. O humor social é utilizado como estratégia de denúncia. A solidariedade é reconhecida como um traço da identidade cultural local e a identidade cultural está marcada pelo orgulho da memória histórica das lutas e reivindicações comunitárias locais. Há confiança nas instituições públicas e em sua idoneidade e a honestidade estatal é valorizada pelos moradores, que atuam em espaços de participação popular exercendo seu papel de agente de controle social. Posto que, assim como apresentado por Silva (2007), uma das características da pobreza é a não participação social e política, a garantia de espaços de efetiva participação popular vai no contrafluxo de sua perpetuação. A vivência democrática incide em experiências pessoais e coletivas, pois favorece para que o sujeito se aproprie de sua história pessoal, familiar e comunitária.

Como característica da autoestima coletiva, os sujeitos valorizam suas características culturais, contribuem para a manutenção de suas belezas naturais e para o zelo de seu patrimônio histórico. Não há a idealização do lugar como livre de contradições. Ao contrário, os moradores conseguem avaliar francamente as facilidades e dificuldades de residir no lugar, lançam-se em ações pró-ativas ou preventivas com o objetivo de antecipar situações adversas, avaliam riscos e realizam planejamento a longo prazo. Eles se reconhecem como sujeitos comunitários, creem na capacidade de realizar mudanças significativas na comunidade e se empenham para tal. Comungam de consciência crítica (FREIRE, 1980) e, por terem alcançado certo nível de estranhamento da realidade, passam a captar suas incoerências e a distinguir aquilo que lhe afeta negativamente.

A respeito do fatalismo em contextos nos quais a expressão da capacidade de transformação é predominante em relação à adaptação e à reação, há uma progressiva diminuição de suas manifestações enquanto conteúdos ideológicos que favorecem certo distanciamento do sujeito da realidade. Crenças no controle divino são alvo de análises críticas e desvinculadas de determinismos quanto as explicações dos acontecimentos na vida

dos sujeitos. Aliado a isto, as concepções de predestinação são questionadas, assim como sentimentos de culpabilização do sujeito por sua situação. Pessimismo e presentismo já foram transplantados, cedendo lugar, respectivamente, à esperança e à abertura franca e acolhedora aos conteúdos derivados do planejamento de longo prazo. O que prevalece na capacidade de transformação são os conteúdos de religiões subversivas (MARTÍN-BARÓ, 1998), capazes de questionar o ordenamento social e conduzir os sujeitos em um processo de conscientização e de luta contra as opressões e injustiças sociais.

Uma vez que as portas estejam reabertas a um movimento de crítica, a criação e à inovação, que haviam sido fechadas pelos mecanismos psicológicos de alienação intelectual (MARTÍN-BARÓ, 2015), os sujeitos poderão se vincular ao diálogo problematizador da realidade (FREIRE, 1987). Nestes casos, é possível iniciar a discussão da libertação. Montero (2006) compreende que comunidades, uma vez organizadas, exercem poder e possuem os requisitos para implantar o controle necessário ao alcance das “[...] transformações desejadas em seu ambiente e em seus relacionamentos internos e externos”⁵⁰.

Trabalhos sociais que valorizam o potencial de efetiva transformação da realidade devem se vincular, portanto, à luta pela garantia de adequadas condições de vida à população, o fomento aos vínculos sociocomunitários e à diminuição de crenças fatalistas. Ximenes e Moura Júnior (2013, p.466) sugerem, como ações potenciais neste processo de fortalecimento dos moradores como organismo social, a condução de oficinas de técnicas de grupo, formação de lideranças, realização de eventos culturais, desenvolvimento de projetos produtivos e de atividades que estimulem o trabalho em grupos. A esta proposta, acrescenta-se o incentivo à convivência comunitária a partir de fundamentos colaborativos, a troca desinteressada, o resgate do potencial de luta reivindicatória, a valorização da identidade local e a garantia de efetivos espaços de participação dos grupos sociais historicamente excluídos nos espaços de decisão política. São tarefas permanentes ou processos com demanda histórica que devem instigar e alimentar todo o percurso do trabalho social, já que não se constituem como conteúdos de fim em si mesmo.

⁵⁰ Trecho original: “[...] *las transformaciones deseadas en su entorno y en sus relaciones internas y externas*”(MONTERO, 2006, p.35).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quien no se mueve, no siente las cadenas.

Rosa Luxemburgo

A construção desta tese foi atravessada pelo compromisso com a visibilização dos modos de viver a pobreza no contexto rural e suas repercussões psicossociais. Seu desenvolvimento permitiu reiterar que ruralidade, enfrentamento e implicações psicossociais da pobreza são fenômenos multicausais, que necessitam ser debatidos à luz dos tensionamentos políticos, econômicos e sociais que demarcam as condições de vida no campo. O fatalismo e a resiliência, ao serem acrescidos a este diálogo, permitiram indagar o modo como são explicados os fenômenos cotidianos e o que os sujeitos necessitam dispor para que se percebem tendo poder de ingerência sobre suas vidas. Sendo assim, o alcance do objetivo de analisar como o fatalismo e a resiliência interferem nas estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza de moradores da zona rural brasileira foi possível através da estruturação de quatro objetivos específicos, contemplados ao longo dos capítulos desta tese.

As implicações psicossociais da pobreza multidimensional foram identificadas com base nos dados quantitativos e qualitativos. A população pesquisada apresentou nível moderado de pobreza multidimensional, com diferença segundo cada região. As disparidades socioespaciais são evidenciadas quando Pentecoste aparece com maior incidência de pobreza multidimensional considerando o IMPM_{Geral}. Chamou atenção que, na análise intergrupos através do comparativo entre os menos pobres e os mais multidimensionalmente pobres, o número de sujeitos com menor tempo de permanência em processos de escolarização são os que comungam de maior incidência de privação. Porém, é interessante observar que o aumento do número de anos de estudos sozinho não acarretou na efetiva saída dos sujeitos da condição de pobreza ou em uma menor convivência com outros fatores de privação. Tanto é que o contexto cearense é mais pobre em quatro (habitação, trabalho e renda, saúde e aspectos subjetivos da pobreza) das cinco dimensões, excetuando-se a variável educação.

Constatou-se que os sujeitos vivenciam simultaneamente variados conteúdos de privação na forma de múltiplas insuficiências, sejam elas alimentares, de estrutura de habitação e de oferta de espaços de lazer na comunidade. São privações expressas cotidianamente de modo sobreposto (vivas concomitantemente), continuado (permanecem ao longo do tempo e adquirem status de ser, por vezes, transgeracional) e coletivo

(comungada pelos moradores de um mesmo território e mesma classe social). A precariedade no acesso às políticas públicas apareceu como um fator que vulnerabiliza o sujeito à pobreza e aos processos de adoecimento. As dificuldades no acesso à saúde narradas nos grupos focais, sobretudo nos facilitados no território cearense, se contrapõem à avaliação do IMPM_{Geral}, que apontou a dimensão saúde como sendo a com menor valor médio. Entende-se que esta discordância pode ser indicativo de uma fragilidade do instrumento quantitativo para captar as nuances de expressão da privação em saúde e da potencialidade de uso de métodos mistos, já que as entrevistas grupais permitiram acessar as significações deste conteúdo na vivência cotidiana.

Embora narrem as consequências físicas e sociais do exercício laboral rural desde a infância, que favoreceram processos de adoecimento e saída precoce do ambiente escolar, os participantes revelaram espanto e incômodo a recusa da oferta de trabalho braçal pelas novas gerações. Percebe-se que o entendimento, compartilhado pelos moradores, de que esforço individual e auto responsabilização pelo trabalho são as chaves para a superação da pobreza favorecem o desenvolvimento de pensamentos fatalistas sobre a vida ao mesmo tempo em que reproduzem ideias de culpabilização do sujeito em condições de pobreza. Junto a isto, a incredulidade nos poderes institucionais como provedores de amparo e a vulnerabilidade às variáveis climáticas, que se sobressaem no contexto cearense, acentuam a sensação de insegurança e potencializam a percepção de estar travando uma luta cotidiana solitária pela própria sobrevivência.

Lamentavelmente, a análise das implicações psicossociais da pobreza rural reafirmou o quanto o campo perdura politicamente distante da prioridade das agendas públicas. A constituição de políticas públicas com ênfase no campo não garantiu a segurança da oferta de apoio governamental à população. De modo contrário, é justamente a população rural o principal termômetro da precariedade do acesso às políticas públicas, constituindo-se como um espaço no qual o retrocesso político e a polarização social vividos no Brasil ao longo dos últimos cinco anos encontram maiores possibilidades de impactar negativamente na qualidade de vida da pessoa residente no campo. Sob a alegação do distanciamento geográfico e de uma natural situação de adversidade climática, naturaliza-se a pobreza e a exclusão social de grandes contingentes humanos.

A análise das manifestações do fatalismo evidenciou que, no contexto de pobreza rural pesquisado, a média de fatalismo foi superior entre os mais pobres se comparado aos menos pobres. Fatalismo e IMPM apresentaram, ainda, correlação positiva moderada, o que ratifica o

entendimento de que a pobreza favorece o desenvolvimento de concepções fatalistas. A exposição dos sujeitos às repetidas experiências frustradas em transpor o cotidiano da pobreza fomenta o fatalismo, que se manifesta através de conteúdos de controle divino, predestinação, pessimismo e presentismo. Vale ressaltar, nesse sentido, que o desamparo derivado da pobreza intensifica o desenvolvimento de pensamentos místicos, a baixa reflexividade crítica e a simplificação analítica dos fatos, segundo a qual adota-se uma perspectiva unidimensional e imediata de interpretação da realidade. Em certo sentido, o distanciamento emocional pode gerar conteúdos tranquilizadores aos sujeitos ao favorecer o conformismo. Porém, é preciso que se considere que os fatores responsáveis pela perpetuação do fatalismo como herança aprendida são os mesmos que impõem obstáculos à consciência crítica e mantém a reprodução ideológica da pobreza através de ideias de submissão e resignação.

Sobressai, no contexto rural, a constatação de que a pobreza fragiliza o acesso aos fatores que contribuem para a expressão da resiliência sociocomunitária. As experiências de privação, as condições de trabalho rural e o acesso precário às políticas públicas, eleitas como dimensões de análise das implicações psicossociais da pobreza, são reveladoras dos obstáculos encontrados pelos moradores do campo na aquisição de capital econômico ou financeiro. As relações de vizinhança, entretanto, são destacadas como uma relevante fonte de suporte social prático e emocional, permeada por sentimentos de confiança recíproca e fundamentada em códigos morais implicitamente estabelecidos com ênfase na busca pela sobrevivência. São formas de interação atravessadas por conteúdos afetivos e éticos que mobilizam a estar atentos e sensíveis às necessidades uns dos outros. Os conteúdos de identidade cultural e de autoestima coletiva indicam uma convivência comunitária que os auxilia na formulação de respostas aos conteúdos adversos que experimentam, mas que são fragilizados quando os moradores não se percebem desfrutando de possibilidades concretas de angariar benefícios para a comunidade. Com isso, a memória de lutas e a vinculação solidária vão sendo enfraquecidas, ficando os sujeitos vulneráveis aos discursos de culpabilização da pobreza, fixação na experiência do presente, compreensão de uma experiência cotidiana controlada por forças divinas, crença em um futuro predestinado e pessimismo diante das adversidades.

Os moradores demonstram comungar da noção de que o ato de enfrentar quer dizer o enfrentamento da pobreza, reiterando discussões sobre este fenômeno como algo que tem que ser combatido através do esforço individual. Segundo creem, é preciso ser reconhecedor dos limites que possui e seguir em uma luta que, mesmo comum a outros sujeitos, é de sua estrita

responsabilidade. Estes pensamentos favorecem conteúdos de culpabilização e apontam que o distanciamento analítico-emocional e o conformismo são derivados da intensidade da condição de pobreza, assim como dos elementos que a reforçam.

Os sujeitos evitam o confronto direto com a realidade por ser esta uma dívida emocional de menor valor se comparado ao contato imediato com as raízes sociais de seu sofrimento da pobreza. É quando as crenças fatalistas aparecem como explicações para a perpetuação de acontecimentos negativos, que não conseguem prever ou controlar. São ações e formas de compreender os acontecimentos voltadas com maior recorrência para o enfrentamento como reação ou como resposta imediata aos fatos, pois o que é urgente é assegurar a própria sobrevivência em um contexto marcado pelo estresse crônico, pela submissão e pela resignação. O enfrentamento reativo, nesse sentido, se distingue da indiferença, pois coexistem explicações de determinação divina e de autoresponsabilização. No caso do enfrentamento adaptativo, a garantia dos fatores básicos para a expressão da resiliência favorece uma maior apropriação crítica dos acontecimentos e o reconhecimento das tensões econômicas, políticas e ideológicas que reproduzem a pobreza.

No que concerne à proposição da distintividade entre reação, adaptação⁵¹ e transformação, há um desafio ético e político. Isto porque a discussão no campo das intervenções psicossociais passa a estar cada vez mais centrada nas mudanças efetivas e estruturais que se propõe a realizar. O sujeito epistêmico das ações, já anunciado pela Teologia da Libertação como sendo aquele que vivencia as situações de discriminação, pobreza e exclusão é, mais uma vez, posicionado no centro como o autor da transformação, mas que, para efetivá-la, necessita que lhes sejam assegurados os capitais econômico, social e os vínculos sociocomunitários. Retoma-se, com isso, a discussão de que o enfrentamento psicossocial da pobreza rural não é uma questão individual referente à habilidade do sujeito saber ou não lidar com as adversidades, pois dispõe de um processo coletivo e dinâmico. É importante também destinar atenção ao uso do termo adaptação, de modo a diferenciá-lo de sua referência a um processo de adequação passiva do sujeito em uma determinada realidade. Cabe, ainda, desenvolver uma reflexão a respeito das expressões da capacidade de transformação dos grupos sociais historicamente alvos de opressão, violência e exclusão, tal como a população rural em condições de pobreza, mas que evidenciam, no âmbito

⁵¹ Cabe retomar que, ao longo do capítulo no qual este tema é debatido, são apresentados os termos enfrentamento reativo, enfrentamento adaptativo e transformação, com especial destaque para a relação de crescente potencial interventivo sobre a realidade que estabelecem. Segundo a proposta deste estudo, há um *continuum* no qual em uma extremidade apontasse a indiferença e, na extremidade oposta, a transformação da realidade.

microssocial, múltiplas resistências.

Percebe-se, ao final deste estudo, que a hipótese básica de que os efeitos do fatalismo e da resiliência sobre o enfrentamento dependerão do modo com que a pobreza multidimensional incide no cotidiano da população rural. O caráter sobreposto, continuado e coletivo da pobreza rural impacta negativamente na expressão dos fatores da resiliência sociocomunitária, deixando os sujeitos vulneráveis às concepções fatalistas. As estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza, então, sofrem interferência do fatalismo e da resiliência à medida em que são estes indicadores do que está ou não sendo assegurado ao sujeito para que, sob uma perspectiva comunitária, possa ultrapassar o enfrentamento como reação e alcançar o horizonte de transformação.

Esta tese aponta como contribuições para o campo teórico conceitual sobre pobreza rural os dados de um estudo comparativo entre duas regiões brasileiras com características geográficas, modos de ocupação e produção agrícola distintos. Mesmo com intensidades diferentes, estando o Nordeste mais vulnerável que o Sul do país, os impactos das experiências de privação são danosos para a vivência comunitária e predisõem os sujeitos ao adoecimento e às explicações mágicas dos acontecimentos. Foi, ainda, a realização desta investigação que permitiu a validação de uma escala psicométrica sobre fatalismo para a população rural em condições de pobreza, o que representa um importante ganho para o desenvolvimento de pesquisas nesta área. Outro ganho que vale ser destacado diz da proposta de diferenciar o uso dos termos comumente utilizados sem delimitações conceituais, tais como enfrentamento, reação e adaptação.

Dentre as limitações do estudo, podem ser listados os desafios de acessar conteúdos de enfrentamento nas falas dos sujeitos. Este fator parece estar associado às dificuldades encontradas de, uma vez em situação de pobreza, reconhecer aspectos reveladores do enfrentamento ou não dispor das condições para enfrentar, indicando que este seria um processo extremamente árduo aos sujeitos. Esta limitação poderia ser amenizada em estudos posteriores por meio da incorporação de vídeos ou narrativas de histórias breves como fomentadores de discussões. Há, ainda, necessidade de um maior aprofundamento no campo de debate sobre resiliência social e suas interfaces com a pobreza.

Por fim, reitera-se que intervenções psicossociais em contextos rurais estejam voltadas para o fortalecimento de laços comunitários de confiança e de solidariedade. Para que isto seja possível, é necessário diminuir os impactos da pobreza multidimensional no campo, implementar medidas eficazes para mitigar a vulnerabilidade às condições climáticas e

assegurar espaços comunitários de convivência e apoio mútuo. Sugere-se, ainda, que seria importante investigar, em estudos posteriores, de que modo os grupos familiares contribuem para a expressão da resiliência sociocomunitária na área rural. Outra sugestão seria desenvolver um estudo teórico-prático que enfocasse estratégias de intervenção psicossocial potencializadoras da transição entre o enfrentamento adaptativo e a transformação. Entende-se que estas duas propostas de pesquisa necessitarão se valer de metodologias que privilegiem a inserção etnográfica como um recurso que poderia ampliar a identificação da expressão das estratégias psicossociais de enfrentamento no âmbito comunitário.

É imperativo que a psicologia aprofunde seus questionamentos sobre a quem serve seu saber e quais os objetivos pretendidos com suas intervenções. Afinal, os limites e os impactos das ações empreendidas pelos psicólogos dizem, em grande parte, dos inúmeros campos invisibilizados em práticas, que mais contribuem com a manutenção do *status quo* do que com seu questionamento. Se é uma pretensão da psicologia contribuir efetivamente com um horizonte de libertação e de transformação social, necessita-se que ela própria esteja aberta a abrir mão de seus campos de certeza, de seu referencial teórico urbano centrado e da redução dos fenômenos sociais às explicações psicologizantes. A Psicologia Comunitária, ao se debruçar sobre a análise dos impactos psicossociais da pobreza rural, tem a contribuir com o delineamento de políticas públicas voltadas ao resgate do potencial da própria comunidade em elencar suas estratégias coletivas de fortalecimento.

Dentre as dificuldades para a elaboração da tese, pode-se listar os desafios de acesso físico às comunidades rurais, já que se tratou de pesquisa desenvolvida em dois territórios geográficos distintos. O modo de apresentação e discussão dos resultados em capítulos distintos pareceu tarefa árdua, pois os temas se interconectam e se convidam a ser descritos conjuntamente, como quando ao falar de fatalismo e resiliência sociocomunitária se torna impossível não tocar na temática do enfrentamento. Por sua vez, conciliar o exercício da prática docente e a redação do texto final da tese foi exercício desafiador, somente possível pela existência de uma rede de suporte social de fato efetiva e afetiva.

As facilidades do estudo integraram a vinculação teórico-prática da pesquisadora com o tema da pobreza, o conhecimento prévio dos dois campos de pesquisa e as parcerias institucionais estabelecidas com a UNIPAR, o PRECE e as equipes do Centro de Referência de Assistência Social dos territórios. O financiamento obtido para execução do campo, possível através da concessão de recursos via Edital CNPq (Processo: 477986/2013-7) e de bolsa de doutorado, disponibilizada pela FUNCAP nos dois primeiros anos do estudo, foi

decisivo para o desenvolvimento desta investigação.

Vale destacar que o fechamento desta tese se faz em um cenário político e econômico brasileiro marcado pela acentuação de discursos de culpabilização, estigmatização e criminalização das pessoas em condições de pobreza, assim como de desvalorização das políticas públicas que atuam com o objetivo de amenizar seus impactos. Recorrentemente, o que se vê é a expressão de conteúdos que vinculam a pobreza a um fenômeno de responsabilidade estrita dos sujeitos, fortalecendo ideia de que não é necessário um olhar sensível e eticamente implicado com a militância por vida digna para a população urbana e rural em situação de privação. Este tipo de pensamento é revelador de conteúdos psicossociais relevantes, dentre os quais se destaca o crescente individualismo, a fixação no presente, a simplificação dos conteúdos analíticos que compõem a realidade, a prevalência de concepções fundamentadas em ideias moralizantes em detrimento de projetos éticos e coletivos.

Espera-se que as informações sistematizadas nesta tese possam ampliar os olhares sobre as implicações da pobreza para a população rural. O intuito é que a divulgação dos dados do estudo contribua para denunciar os impactos da invisibilização do campo, a subvalorização de suas necessidades da pauta das agendas públicas, a vulnerabilidade seletiva das regiões brasileiras às variáveis climáticas e a fragilização dos vínculos comunitários como consequência de um *modus* de viver pautado no medo, na insegurança e na incerteza. Além disso, almeja-se que possa subsidiar intervenções e novas pesquisas em psicologia implicadas com a construção de conhecimentos a partir do contexto rural.

REFERÊNCIAS

- ACCORSSI, A. **Materializações do pensamento social sobre a pobreza**. 2011. 184 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2011.
- ACCORSSI, A.; SCARPARO, H. Representações sociais da pobreza. In: XIMENES, V. M., NEPOMUCENO, B. B., CIDADE, E. C.; MOURA JR, J. F. (Org.). (2016). **Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e Resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora. pp. 67-94.
- ACTIONAID. **Relatório luz da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável: síntese**. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2017. Disponível em: <http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf>. Acesso em: 02 fevereiro 2019.
- AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos Estatísticos para as ciências sociais**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- ALVES H., ESCOREL, S. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis**, v.22, n.1, pp. 99-115, 2012.
- ALVES, R. A.; GUIMARÃES, M. C. De Que Sofrem os Trabalhadores Rurais?: Análise dos Principais Motivos de Acidentes e Adoecimentos nas Atividades Rurais. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, n. 2, p.39-56, 2012.
- AMARO, J. P. Sentimento Psicológico de Comunidade: uma revisão. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 1, n. 25, p. 25-33, 2007.
- ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 95-103, 2010.
- ARANHA, A. V. (Org). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010, p. 190.
- ARAÚJO, G. J. F.; GOMES, E. T. A. A contribuição da ecologia política e do *sustainable livelihoods approach* nos estudos ambientais no meio rural do Brasil: um olhar sobre os reassentados de Petrolândia. **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 40, p.123-137, 2017.
- ARAÚJO, T. B.; SANTOS, V. M. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (Org). **50 anos de Formação Econômica do Brasil: Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p. 177-200.
- ARCINIEGA, J. D. U. La perspectiva comunitaria de la resiliencia. **Psicología Política**, [S.I.], n. 47, pp. 7-18, 2013.
- ARCINIEGA, M.R.S. **Dimensiones psicossociales de la pobreza: percepción de una realidad recuperada**. México: Escuela Nacional de Trabajo Social, UNAM, 2000.

ARDILA, R. Psicología Social de la pobreza. In: WHITTAKER, J. (Org.). **Psicología Social en el mundo de hoy**. México: Trillas, 1979. p. 399-418.

ÁVILA, M. P. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? **Política & Trabalho**, Paraíba, n. 38, p. 105-122, 2013.

AVILA, R. P.; BAGOLIN, I. P.; COMIN, F. V. Heterogeneidades individuais versus intensidade da pobreza em Porto Alegre – RS. **Revista Economia**, Niterói, v. 13, n. 2, p. 447-463, 2012.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 120 p.

BARBOSA JÚNIOR, L.C. **O Percurso Histórico da Misericórdia**. 2017. 79f. Dissertação (Mestrado Integrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Lisboa, 2017.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 213 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. 279 p.

BARRETO, V. M. **As especificidades do processo de formação histórico-geográfico do distrito de Guaragi – Ponta Grossa (PR)**. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

BARROS, I. F. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, 2018.

BASTOS, A. C. S. *et al.* O risco e a possibilidade: ser adolescente em contextos brasileiros. In: CASTRO, L.R; BESSET, V.L. (Orgs). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. pp. 567-586.

BATISTELLA, C. Abordagens Contemporâneas do Conceito de Saúde. In: FONSECA, A. F. (Org.) **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. pp. 51-86.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, 516 p.

BECK, U. **A metamorfose do mundo: Novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 274 p.

BECK, U. Living in the world risk society. **Economy and Society**, [s.i.], v.35, n.3, pp. 329-345, 2006.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2016. 384 p.

BERLARMINO, V. H. *et al.* Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais. In: DIMENSTEIN, M.; LEITE, J.; MACEDO, J. P.; DANTAS, C. (Org.). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais**. São Paulo: Editora Intermeios, 2016. Cap. 4. p.

95-117.

BIANCHINI, V.; MEDAETS, J. P. P. **Relatório luz da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável: síntese.** Da revolução verde à agroecologia: Plano Brasil Agroecológico. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf> Acesso em: 20 abril 2017.

BLANCO, A.; DIÁZ, D. El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. **Psicothema**, Asturias, v. 19, n. 4, p. 552-558, 2007.

BOJANIC, A. J. (Coord.). **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras.** Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2016.

BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. **Pesquisa Qualitativa dos serviços de saúde.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política & Sociedade**, Santa Catarina, v. 4, n. 6, p.15-57, 2005.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos - Cebrap**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 105-115, 2013.

BORDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

BRANDÃO, J. M.; MAHFOUD, M.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 263-271, 2011.

BRANDÃO, Z. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 227-241, 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Bolsa Família: o que é e como funciona. Veiculado em 01/07/2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>> Acesso em: 05 março 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm> Acesso em: 05 março 2019.

BRASIL. Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde – CNDSS. **Determinantes Sociais da Saúde ou Por Que Alguns Grupos da População São Mais Saudáveis Que Outros?** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BRASIL. **Lei n. 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-

2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 05 março 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/estatisticas-e-dados-basicos-de-economia-agricola/PASTADEFEVEREIRO2017.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola**. 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/estatisticas-e-dados-basicos-de-economia-agricola/PASTADEMAIO.pdf>>. Acesso em: 26 julho 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu**– MDA/SDT/AMUV, Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório sobre o Bolsa Família e Cadastro Único: Cascavel (PR)**. 2017b. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=231070&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601>. Acesso em: 27 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório sobre o Bolsa Família e Cadastro Único: Pentecoste (Ce)**. 2017a. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=231070&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601>. Acesso em: 27 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família: Cidadania e Dignidade para Milhões de Brasileiros**. Brasília, DF: MDS, 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n 8.069/1990**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 115 p.

BUAINAIN, A.; DEDECCA, C.; NEDER, H. Pobreza rural: pontos para agenda de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. Cap 5. p. 505-534.

BUAINAIN, M. *et al.* Prolegômenos. O passado no presente: a visão do economista. In:

BUAINAIN, M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 16-31.

BUANAIN, A.M.; DEDECCA, C. Caracterização, mapeamento, especificidades e evolução da pobreza rural no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. p. 67-71.

BUTTO, A.; NASCIMENTO, R. Prefácio SDT e NEAD. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Org.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013, p. 15-16.

CACIOPPO, J. T. *et al.* Building social resilience in soldiers: A double dissociative randomized controlled study.. **Journal Of Personality And Social Psychology**, Washington, v. 109, n. 1, p. 90-105, 2015.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: IPEA, 2013. p.15-24.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2011.

CAMURÇA, C. E. S. *et al.* Implicações psicossociais da seca na vida de moradores de um município da zona rural do nordeste do Brasil. **Avances En Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 34, n. 1, p.117-128, 15 jan. 2016.

CARDOSO, H. F.; BAPTISTA, M. N. Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) – EPSUS-A: estudo das qualidades psicométricas. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 19, n. 3, p. 499-510, 2014.

CARIGNANO, J. **Câmara de Cascavel-PR presta solidariedade ao Acampamento 1º de maio**. 22 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/06/22/camara-de-cascavel-pr-presta-solidariedade-ao-acampamento-1o-de-maio.html>>. Acesso em: 07 abril 2017.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.

CARNEIRO, M. J. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: _____. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 23-50.

CARVALHO, I. M. M. Trabalho infantil no Brasil contemporâneo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 551-569, 2008.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 611p.

CASTILLO, R. *et al.* REGIÕES DO AGRONEGÓCIO, NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E REESTRUTURAÇÃO URBANA. **Revista da Anpege**, [s.l.], v. 12, n. 18, p. 259-282, 2016.

CASTILLO, T.; CAMPO, C.; CARRILLO, C. Mental Health in Young People Living Poverty in Southeastern Mexico. **World Academy Of Science, Engineering And Technology International Journal Of Social, Behavioral, Educational, Economic, Business And Industrial Engineering**, [s.i.], v. 10, n. 5, p. 1758-1761, 2016.

CATANI, A. M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, 189-202, 2011.

CAVACO, V. S. J. *et al.* Qual o papel da esperança na saúde da pessoa? - Revisão Sistemática. **Revista Referência**, [s.i.], v. 2, n. 2, p. 93-103, 2010.

CAZELLA, A. A. *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, Santa Catarina, v. 15, p.49-79, 2016.

CHANDLER, D. International Statebuilding and the Ideology of Resilience. **Politics**, [S.I.], v. 33, n. 4, p.276-286, 2013.

CHIAPPERO-MARTINETTI, E. A multidimensional assessment of well-being based on Sen's functioning approach. **Rivista Internazionale di Scienze Sociali**, v.2, p. 207-239, 2000.

CHIESA, A. M.; WESTPHAL, M. F.; AKERMAN, M. Doenças respiratórias agudas: um estudo das desigualdades em saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 55-69, Jan. 2008.

CIDADE *et al.* Escala Multidimensional de Fatalismo: Validação da Versão para Contextos de Pobreza Rural. **Revista de Psicología**, Santiago, v. 27, n. 2, p. 1-13, 2018.

CIDADE, E.; MOURA JR, J.; XIMENES, V. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 87-98, 2012.

CIRILO NETO, M.; DIMENSTEIN, M. Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n.2, p. 461-474, 2017.

COIMBRA JR, C. E. A. Saúde Rural no Brasil: tema antigo mais que atual. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, supl. 1, 2s, 2018.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COIMBRA, C.; LEITÃO, M. B. S. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e

produções de subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p.6-17, 2003.

COIMBRA, R. M. Construindo resiliência por meio da participação em práticas culturais: aproximações teóricas com a psicologia cultural de Barbara Rogoff. In: COIMBRA, R.M.; MORAIS, N. A. **A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 37-55.

COMIM, F. V. *et al.* Sem pobreza, mas com “fomes”: visões econômicas e psicológicas. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JÚNIOR, J. F. (Org.). **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 17-44.

COMIM, F. V., *et al.* **Relatório sobre Indicadores de Pobreza Multidimensional e Pobreza Extrema para Porto Alegre**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre/UFRGS/UMBRAL. 2007. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/pobreza_multi.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

CORRÊA A. M. S. *et al.* (Org.). **(In)Segurança alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação**. Campinas: Unicamp, 2003, 48p.

COSTA, P. V.; FALCÃO, T. O eixo de garantia de renda do Plano Brasil Sem Miséria. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. 848 p.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Rae Eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.1-12, 2002.

CUMMINS, R.A., *et al.* Developing a national index of subjective wellbeing: the Australian unity wellbeing index. **Social indicators research**. Berlim, v. 64, n.2, p. 159-190, 2003.

DAGDEVIREN, H.; DONOGHUE, M.; PROMBERGER, M. Resilience, Hardship and Social Conditions. **Journal Of Social Policy**, Cambridge, v. 45, n. 01, p.1-20, 21 jul. 2015.

DANTAS, C. M. B. *et al.* A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, e16547, 2018.

DE DEUS, J. D. B. V. Análise multidimensional da pobreza rural no Brasil. **Revista de Economia do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 57-75, 2015.

DEDECCA, C.; BUAINAIN, A.; NEDER, H.; TROVÃO, C. Uma abordagem multidimensional da pobreza rural segundo a perspectiva da política pública. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. p. 17-54.

DEMO, P. Pobreza política. In: _____. **Dureza: pobreza política de mulheres pobres**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. 194 p.

DE MENDONÇA, S. R. O Patronato Rural Brasileiro na atualidade: dois estudos de caso. **Anuario del Centro de Estudios Históricos**, Córdoba, v. 8, n. 8, p. 139-162, 2008.

DÍAZ, D. *et al.* Fatalism and Well-Being Across Hispanic Cultures: The Social Fatalism Scales (SFS). **Social Indicators Research**, Berlim, v. 124, n. 3, p. 929-945, 2014.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Valores das cestas para as cidades de Pentecoste (CE) e Cascavel (PR). 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta/cidade>> Acesso em: 05 março 2017.

DIMENSTEIN, M. *et al.* **Iniquidades Sociais e Saúde Mental no Meio Rural**. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 541-553, 2017.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p.44-63, 2004.

ESPARZA DEL VILLAR, O. A. **Fatalismo em México y su relación con comportamientos de salud**. Ciudad Juárez, Chih.: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez. 2012. 88p.

ESPARZA DEL VILLAR, O.A., WIEBE, J.S.; QUIÑONES, J. Simultaneous Development of a Multidimensional Fatalism Measure in English and Spanish. **Current Psychology**, Berlim, v.34, n.4, p.5 97–612, 2015.

ESPINOLA, G. M; ZIMMERMANN, C. R. As transferências condicionadas de renda na América Latina: lenitivos para a pobreza?. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 55-65, 2018.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online]., São Paulo, v. 31, n. 92, 2016.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. 293 p.

FANTOVA, F. J. M. **Resiliència i voluntad de sentir em la promoció de la salut psicosocial em els docents**: Capacitat de reconstrucció positiva a partir d'un context inicial d'adversitat. Estudi de cas em um institut d'educació secundària. 2008. Tese não-publicada (Doutorado em Psicologia), Facultat de Psicologia, Ciències de l'Educació i de l'Esport Blanquerna, Barcelona, Espanha, 2008.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food Insecurity in the World Strengthening**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO, 2014.

FAVARETO, A.; SEIFER, P. Definir o rural brasileiro e algumas tendências recentes: implicações para políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural**: desafios para as políticas públicas. Brasília: IICA, 2012, p. 55-106.

FAVERO, E. **O impacto psicossocial das secas em agricultores familiares do Rio Grande do Sul**: um estudo na perspectiva da psicologia dos desastres. 2012. 112 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FAVERO, E; SARRIERA, J. C.; TRINDADE, M. C. O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 201-209, 2014.

FIESP. **Panorama da indústria de transformação brasileira**. 2016. Disponível em: <www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=216514>. Acesso em: 10 abril 2017.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FORBES, **2015 BILIONÁRIOS NET WORTH**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/edir-macedo/#8d4dd782fcff>> Acesso em 16 de dezembro de 2018>. Acesso em: 16 dezembro 2018.

FRANCISCO, M. V.; COIMBRA, R.M. Resiliência em-si na perspectiva da teoria histórico-cultural: rompendo com visões neoliberais. In: COIMBRA, R.M; MORAIS, N.A. (Org.). **A resiliência em questão**: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 57-82.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980. 53 p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 150 p.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v.35, n.3, p. 105-112, 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. 235 p.

GABATZ, C. A Importância do Dinheiro nas Práticas Religiosas das Denominações Neopentecostais: Uma Análise a Partir da Teologia da Prosperidade. **Revista Ciências da Religião – História e Sociedade**, São Paulo, v. 10, p. 93-118, 2012b.

GARCIA, A. V.; YANNOULAS, S. C. Educação, pobreza e desigualdade social. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 99, p. 21-41, 2017.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, Líber Livros Editora, 2005.

GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Santa Catarina, v. 6, n. 1, p.299-325, 2009.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/configuracao.htm>>. Acesso em: 20 março 2017.

GISKE, T.; ARTINIAN, B. Patterns of ‘balancing between hope and despair’ in the diagnostic phase: a grounded theory study of patients on a gastroenterology ward. **Journal of Advanced Nursing**, Hoboken, v. 62, n. 1, p. 22-31, 2007.

GOES, N.A; XIMENES, V.M.; MOURA JR., J.F. Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. **Teoría y Crítica de la Psicología**, Morelia, v. 6, p. 140-161, 2015.

GÓIS, C.W.L. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GÓIS, C.W.L. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.

GOJOVÁ, A.; GOJOVÁ, V.; ŠPILÁČKOVÁ, M. **On the Ways of Coping with Poverty from the Perspective of Families: Incentives for Social Work**. Ostrava: University Of Ostrava In Ostrava, Faculty Of Social Studies, 2014.

GOMIDE, F. A. C.; GUDWIN, R. R.; TANSCHKEIT, R. Conceitos fundamentais da teoria de conjuntos fuzzy, lógica fuzzy e aplicações. In: **Sixth International Fuzzy Systems Association World Congress/ Tutorials - IFSA95**, 6., 1995, São Paulo, p. 01-38.

GONÇALVES, R. B.; PEDRA, G. M. O surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a presença na política. **Diversidade Religiosa**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 69-100, 2017.

GROTBERG, E. H. Qué entendemos por resiliencia? Como promoverla? Como utilizarla. In: _____. **La resiliencia en el mundo de hoy: como superar las adversidades**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-57.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 141-156.

GUERRA, A., POCHMANN, M., SILVA, R. A. **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**. São Paulo: Cortez, 2014.

GUZZO, R. S. L. Da opressão à libertação: uma perspectiva urgente para a Psicologia – a conclusão de um projeto, a abertura de perspectivas. In: LACERDA JÚNIOR, F.; GUZZO, R.S.L. (Org.). **Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas, SP: Alínea, 2010. p. 13-18.

GUZZO, R. S. L. *et al.* Sofrimento e vida: (im)possibilidades de enfrentamento e superações. In: BERNARDO, H., GUZZO, R. S. L., SOUZA, V. L. T. **Psicologia Social: perspectivas críticas de atuação e pesquisa**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. pp. 15-28.

GUZZO, R. S. L. A quem a Psicologia serve? Sobre a importância da Psicologia Comunitária. In: XIMENES, V. M. *et al.* (Orgs.). **Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. pp. 139-152.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. p.121-160.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**, v.20, n.2, pp. 192-199, 2008.

HELTBERG, R. **The poverty elasticity of growth. Discussion Paper no. 2002/21**, United Nations University/ World Institute for Development Economics research. 2002. Disponível em: <<https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/dp2002-21.pdf>>. Acesso em 20 abril 2017.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, 2010.

HESPANHOL, A. N. Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. v. 9, n. 18, p. 01-17, 2014.

HINTON, R.; EARNEST, J. Stressors, Coping, and Social Support Among Women in Papua New Guinea. **Qualitative Health Research**, v.20, n.2, p. 224-238, 2010.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. 2012. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>>. Acesso em: 16 dezembro 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 03 abril 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: resultados Preliminares do Universo**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): Brasília, 2011b.

IBGE. **Comissão Nacional de Classificação**. Notas Explicativas. Indústria de Transformação. 2017. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=C&tipo=cnae&versaoclasse=7&versaosubclasse=9&view=secao>>. Acesso em: 04 abril 2017.

IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. 2017. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97868.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2017.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018**. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c. 151 p.

IBGE. **Panorama de Cidades 2018: Cascavel**. 2018b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/panorama>>. Acesso em: 02 março 2019.

IBGE. **Panorama de Cidades 2018: Pentecoste**. 2018^a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pentecoste/panorama>>. Acesso em: 02 março 2019.

INTERNATIONAL WELLBEING GROUP. **Personal Wellbeing Index**: 5. ed. Melbourne: Australian Centre on Quality of Life, Deakin University, 2013.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Cascavel**. 2017a. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85800>>. Acesso em: 05 abril 2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Famílias pobres no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2003. 55 p.

IPARDES. **Perfil Avançado do Município de Cascavel**. 2017b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=110&btOk=ok>. Acesso em: 04 abril 2017.

IPEA. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania: Sumário executivo**. Brasília: Ipea, 2014. 87 p.

IPECE. **Perfil Básico Municipal Pentecoste**. 2009. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/perfil-basico-municipal/43409>>. Acesso em: 05 abril 2017.

IPECE. **Perfil Básico Municipal Pentecoste**. 2016. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Pentecoste.pdf>. Acesso em: 04 abril 2017.

IPECE. **Tamanho Médio dos Estabelecimentos Rurais do Estado do Ceará**. 2006. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo5/51/511/516x.htm>>. Acesso em: 05 abril 2017.

JANNUZZI, P. M. *et al.* Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: aprimoramentos metodológicos e novas estimativas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.135-154, set. 2014.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p.79-112, 2006.

KASSOUF, A. L.; SANTOS, M. J. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: indicadores sobre o “paradoxo da riqueza”. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 339-353, 2010.

KECK, M.; SAKDAPOLRAK, P. What is social resilience? Lessons learned and ways forward. **Erdkunde**, [S.I.], v. 67, n. 1, p.5-19, 31, 2013.

KLIKSBERG, B. **América Latina: uma região de risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social**. Brasília: UNESCO, 2002.

KOLLER, S. H.; MORAIS, N. A.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Adolescentes e jovens brasileiros: levantando fatores de risco e proteção. In: LIBÓRIO, M. C.; KOLLER, S. H. (Org.). **Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 17-56.

KRANTZ, L. **The Sustainable Livelihood Approach to Poverty Reduction: an introduction**. Swedish International Development Cooperation Agency 2001. 2001. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.469.7818&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 10 janeiro 2019.

KRÚPSKAIA, N. K. A Trabalhadora e a Religião. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A Revolução das Mulheres**. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 99-101.

LA TAILLE, Y. O Sentimento de Vergonha e suas Relações com a Moralidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 13-25. 2002.

LANDINI, F. P. La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latino-americano. In: _____. (Org.). **Hacia una psicología rural latino-americana**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 21-32.

LANE, S.T.M. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 40-47.

LEITE, J. F. Movimentos sociais e ruralidades no Brasil. In: LANDINI, F. P. (Org.). **Hacia una psicología rural latino-americana**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015. p. 97-102.

LEITE, J. F.; MACEDO, J. P. S.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C. A formação em Psicologia para atuação em contextos rurais. In: LEITE, J.F.; DIMENSTEIN, M. (Org.). **Psicologia e Contextos Rurais**. Natal, RN: EDUFRN, 2013, p. 27-55.

LELLI, S. **Factor analysis vs. Fuzzy sets theory: assessing the influence of different techniques on Sen's functioning approach**. Discussion Paper Series, Center for Economics Studies. 2001. Disponível em: <<https://feb.kuleuven.be/eng/ew/discussionpapers/.../Dps0121.pdf>>. Acesso em: 04 abril. 2017.

LEVER, J.P.; MARTÍNEZ, Y.I.C. Impacto de las variables de personalidad sobre la percepción de la pobreza. **Anales de Psicología**, Murcia, v. 22, n. 2, 2006, p. 217-233.

LEWIS, O. The Culture of Poverty. In: MOYNIHAN, D. P. **On Understanding Poverty: Perspectives from the Social Sciences**. New York: Basic Books. 1969, p. 187-220.

LIBÓRIO, R. M. C.; UNGAR, M. Resiliência oculta: a construção social do conceito e suas implicações para práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 476-484, 2010.

LOPES, J. R. B. Consequências da concentração do desenvolvimento no Centro-Sul. In: _____. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 40-79.

LÓPEZ-BRACAMONTE, F. M.; AGUIRRE, F. L. Componentes del proceso de resiliencia comunitaria: conocimientos culturales, capacidades sociales y estrategias organizativas. **Psiencia: Revista Latinoamericana de Ciência Psicológica**, [s.i.], v. 9, n. 3, p. 1-13, 2017.

LÓPEZ-FUENTES, N. I. G.; MEDINA, J. L. V. Variables predictoras de la resiliencia en adolescentes em situación de calle. In: PALOMAR-LEVER, J.; GAXIOLA-ROMERO, J. C. (Org.). **Estudios de resiliencia em América Latina**. Pearson Educación, Universidad de Sonora y Universidad Iberoamericana: México, 2012, p. 61-82.

LUSTOSA, M. G. O. P. **Reforma Agrária à Brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Formação profissional no campo da saúde mental: a psicologia piauiense em análise. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 15, n. 39, p. 1145-1158, ago, 2011.

MAIA, A.G.; BUAINAIN, A.M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**, Paris, n. 25, p. 1-26, 2015.

MAIA, J.M.D.; WILLIAMS, L.C.A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 91-103, 2005.

MALUF, R.; MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, C.; TIBÚCIO, B. (Org.) **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: IICA, 2011. p. 15-26.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

MARTÍN-BARÓ, I. A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In: MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p.55-65.

MARTÍN-BARÓ, I. Del pensamiento alienado al pensamiento creativo (1971). **Teoría y Crítica de la Psicología**, Morelia, v. 6, 2015, pp. 457-486.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. In: GUZZO, R.S.L; LACERDA, JÚNIOR, F. **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. São Paulo: Alínea, 2009. p. 181-197.

MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder**. Psicología Social desde Centroamérica II. San Salvado, El Salvador: UCA Editores, 2004.

MARTINS, E. S. P. R.; MAGALHÃES, A. R. A seca de 2012-2015 no Nordeste e seus impactos. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 20, n. 41, p. 107-128, 2015.

MASTEN, A. S. Models of Resilience. In: _____. **Ordinary Magic: resilience in development**. New York, London: The Guilford Press, 2014, p. 23-50.

MASTEN, A. S.; REED, M. J. Resilience in development. In: SNYDER, C. R.; LOPEZ S. J, (Org.). **Handbook of positive psychology**. New York: Oxford University Press, 2002. p.74-88.

MATHEW, L. Coping with Shame of Poverty: Analysis of Farmers in Distress. **Psychology and Developing Societies**, v. 22, n. 2, p. 385-407, 2010.

MAYUNGA, J. S. Understanding and applying the concept of community disaster resilience: a capital-based approach. **Summer academy for social vulnerability and resilience building**, Munich, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2007.

MCMILLAN, D.W.; CHAVIS, D.M.G. Sense of community: a definition and theory. **Journal of Community Psychology**, New York, v.14, p.1-23, 1986.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GÓMEZ, C. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, RMG, GOMES, MHA. (Orgs.). **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 117-142.

MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTANO, C. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. *Serv Soc. Soc. São Paulo*, n. 110, p. 270-287, jun. 2012.

MONTERO, M. **Grupos Focales**. Caracas: AVEPSO, Psicopríma: 2009. 140p.

MONTERO, M. **Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MOORE, S. Hope makes a difference. **Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing**, Hoboken, v. 12, n. 1, pp. 100-105, 2005.

MORAES, T. P. B.; SANTOS, R. M.; TORRECILLAS, G. L. S. Qualidade democrática, percepção de corrupção e confiança política na América Latina. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 5, n. 1, 2014.

MORAIS, N. A. **Trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: entre o risco e a proteção**. 2009. 223f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MORAIS, N.A.; FIGUEIREDO, D. N. F; RODRIGUES, T. M. B.; SANTOS, R. B. “Mandaracu quando fulora na seca”: considerações acerca da resiliência comunitária no contexto de seca. In: COIMBRA, R. M; MORAIS, N. A (Orgs.). **A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 195-214.

MOURA JR, J.; CIDADE, E. C.; XIMENES, V. M.;SARRIERA, J. C. Concepções de Pobreza: um convite à discussão psicossocial. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 341-352, 2014.

MOURA JÚNIOR, J.F. **Pobreza Multidimensional e Bem Estar Pessoal**: um estudo acerca da vergonha e da humilhação. 2015. 203f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 110, p. 213-240, 2012.

NARAYAN, D. La Pobreza es Impotencia y falta de Representación. **Finanzas y desarrollo: publicación trimestral del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial**, Texas, v. 37, n. 4, p. 18-21, 2000.

NARAYAN, D; PETESCH, P. Agency, Opportunity Structure, and Poverty Escapes. In: NARAYAN, D; PETESCH, P. (Orgs.). **Moving out of Poverty: Cross-Disciplinary Perspectives on Mobility**. Washington: World Bank. 2007. p. 1-44.

NAVARRO, R.; YUBERO, S.; LARRAÑAGA, E. Cyberbullying victimization and fatalism in adolescence: Resilience as a moderator. **Children and Youth Services Review**, Amsterdam, v. 84, p. 215-221, 2018.

NEDER, H. D. Trabalho e pobreza rural no Brasil. In: BUAINAIN, M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 621-652.

NEGREIROS, F.; ROCHA, J. O. Resiliência e Escolarização: processo de enfrentamento das adversidades vivenciadas no Ensino Médio. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 12, n.3, pp. 1-11, 2018.

NEPOMUCENO, B. B. *et al.* Bem Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p.74-83, 2017.

NEPOMUCENO, L. B., *et al.* Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**, v.39, n.4, p. 456-464, 2008.

NEVES, D. P. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. In: CONGRESO ALAS/IFEJANT, 24., 2004, Lima. Infância y adolescência em América Latina, p. 189-216. Disponível em: <https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional43.pdf>. Acesso em: 03 setembro 2018.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 147-181, 2009.

NORRIS, F. H. *et al.* Community Resilience as a Metaphor, Theory, Set of Capacities, and Strategy for Disaster Readiness. **American Journal Of Community Psychology**, Hoboken, v. 41, n. 1-2, p.127-150, 2007.

OBRIST, B.; PFEIFFER, C.; HENLEY, R. Multi-layered social resilience: a new approach in mitigation research. **Progress in Development Studies**, [S.I.], v. 10, n.4, p. 283–293, 2010.

OLIVEIRA, A. T. C.; DE MORAIS, N. A. Resiliência Comunitária: Um estudo de Revisão Integrativa da Literatura. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 1731-1745, 2018.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. S. D. “Efeito Preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

OLIVEIRA, R. R. A. **Estudo da qualidade ambiental do reservatório Pentecoste por meio do índice de estado trófico modificado**. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

OROS, L. Locus de control: Evolución de su concepto y operacionalización. **Revista de Psicología**, Santiago, v. 14, n. 1, p.89-98, 2005.

OSÓRIO, J. M. F. Ética e Construção Social da Libertação Latino-americana. In: GUZZO, R. S. L; LACERDA JR, F. **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. São Paulo: Alínea, 2009. p. 65-84.

PAIVA, L. H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 25-46

PALOMAR, J.; CIENFUEGOS, Y. I. Impacto de las variables de personalidad sobre la percepción de la pobreza. **Anales de Psicología**, Murcia, v. 22, n. 2, p. 217-233, 2006.

PANIGASSI, G. *et al.* Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 2376-2384, 2008.

PARANÁ. **Decreto nº 1198, de 30 de abril de 2015**. Dispõe sobre os valores do piso salarial. Diário Oficial do Estado do Paraná nº. 9442, Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=140176&indice=1&totalRegistros=280&anoSpan=2015&anoSelecionado=2015&mesSelecionado=4&isPaginado=true>>. Acesso em: 10 abril 2017.

PELIANO, A. M. M. Lições da história – avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: ARANHA, A. V. (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

2010. 190 p.

PEREIRA, M. A.; SOUZA, M. SCHNEIDER, S. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 203-224, 2010.

PESSOA, V. M.; RIGOTTO, R. M. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 65-77, 2012.

PICOLOTTO, V. C. **Pobreza e desenvolvimento sob os paradigmas da renda e das capacitações**: uma aplicação para a Grande Porto Alegre através de indicadores fuzzy. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PIÑA-WATSON, B.; ABRAÍDO-LANZA, A. F. The intersection of Fatalismo and pessimism on depressive symptoms and suicidality of Mexican descent adolescents: An attribution perspective. **Cultural Diversity And Ethnic Minority Psychology**, Washington, v. 23, n. 1, p. 91-101, 2017.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. O IDMH. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 02 abril 2017.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. 2010. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf?download>. Acesso em: 10 maio 2016.

PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n.80, 2013, p. 513-531.

POLETTO, M; KOLLER, S.H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.25, n.3, p. 405-416, 2008.

POMPONET, A. S. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. **Revista Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 162, p. 58-65, 2009.

PRECE. **Aprendizagem Cooperativa**. 2017. Disponível em <http://www.prece.ufc.br/?page_id=789>. Acesso em: 02 abril 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. Secretaria de Planejamento e Urbanismo. **Mapa Rural do Município de Cascavel**: limite dos distritos. 2015. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/01082016_mapa_do_municipio.pdf>. Acesso em: 15 março 2017.

QIZILBASH, M.; CLARK, A. The capability approach and fuzzy poverty measures: an application to the South African context. **Social Indicators Research**, Berlim, v. 74, p.103–139, 2005.

- RAIHER, A. P. Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira. **Informe Gepec**, Toledo, v. 20, n. 1, p. 116-128, 2016.
- RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: _____. *Dimensões do agronegócio brasileiro*. Brasília: MDA, 2007. p. 18-52.
- RECUERO, R. C. Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no Orkut e nos Weblogs. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 28, 2005.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 229 pp.
- RIBEIRO, L. L.; DE ARAUJO, J. A. Capital social e pobreza no Brasil. **Brazilian Journal Of Political Economy**, São Paulo, v. 38, n. 4, p.749-765, out. 2018.
- ROOKE, M. I. Aspectos conceituais e metodológicos da resiliência psicológica: uma análise da produção científica brasileira. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2 p. 671-687, 2015.
- ROTTER, J.B. Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. **Psychological Monographs**, [S.I.], v. 80, n. 1, p. 1-28, 1966.
- RUOSO JÚNIOR, H. *et al.* Segurança do trabalho em indústria de cerâmica. **Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal**, Espírito Santo do Pinhal, v. 11, n. 1, p. 147-159, 2014.
- SAÉZ, M.T. La resiliencia: el resorte del bienestar. In: PALOMAR-LEVER, J., GAXIOLA-ROMERO, J.C. (Orgs.). **Estudios de resiliência em América Latina**. Pearson Educación, Universidad de Sonora y Universidad Iberoamericana: México, 2012, p. 1-10.
- SALAVERA, C. *et al.* Sentido del humor, afectos y personalidad. Estudio en estudiantes universitarios. *Avances En Psicología Latinoamericana*, Bogotá, v. 36, n. 1, p. 83-91, 2017.
- SAMMAN, E. Psychological and subjective well-being: A proposal for internationally comparable indicators. **OPHI Working Paper 5**, University of Oxford, 2007. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp05.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, A. F.; BIAR, L. A. Do capitalismo produtivo ao capitalismo financeiro: construção da coerência em testemunhos neopentecostais de prosperidade. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, vol. 12, n. 1, 2018.
- SANTOS, G.R.; PALES, R.C.; RODRIGUES, S.G. Desigualdades Regionais no Brasil – 1991-2010. **InterSciencePlace**, Vitória, v. 1, n. 31, p. 145-173, 2014.
- SANTOS, J. L. G. *et al.* Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 26, n. 3, 2017.

SARASON, S. B. **The psychological sense of community: Prospects for a community psychology**. San Francisco: Jossey-Bass, 1974.

SCHULTZ, A. Estrutura Teológica do Imaginário Religioso Brasileiro. In: BOBSIN, O. *et al* (Orgs.). **Uma religião chamada Brasil: estudos sobre religião e contexto brasileiro**. São Leopoldo: EST/Oikos, 2008, pp. 29-62.

SEN, A. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. P. Sobre a relação entre trabalho e reconhecimento na teoria de Axel Honneth: uma nota crítica. In: **34º. Encontro Nacional da Anpocs**, 2010, Caxambu. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-34-encontro/st-8/st22-5/1567-jsilva-sobre-a/file>>. Acesso em: 03 setembro 2018.

SILVA, K. B.; MACEDO, J. P. Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 815-830, 2017.

SILVA, L. B. *et al*. Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JÚNIOR, J. F. **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 289-310.

SILVA, L. B. **Implicações psicossociais da violência nos modos de vida de prostitutas pobres**. 2014. 169f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2014.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.

SILVA, V. G. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 207-236, 2007.

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, p. 217-232.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SIQUEIRA, L. A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo. **Argumentum**, Vitória, v. 6, n. 1, p. 240-252, 2014.

SIQUEIRA, M. M. M. Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte Social. **Psicologia Em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 381–388, 2008.

SOARES, R. A. S. *et al.* Determinantes Socioambientais e Saúde: o Brasil Rural versus o Brasil Urbano. **Tempus Acta de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 221-235, 2015.

SOARES, S. S. D. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza**: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Brasília, IPEA 2009.

SOUTHWICK, S. M. *et al.* Resilience definitions, theory, and challenges: interdisciplinary perspectives. **European Journal of Psychotraumatology**. [S.I.], v. 5, p. 1-15. 2014.

SOUZA, A. I.; SANTOS, M. P. Características do município de Cascavel como pólo econômico regional em comparação com os municípios de Maringá e Ponta Grossa. In: X Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2011. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/eventos/xseminarioccsa/anais2011/Economia/CARACTERISTICAS_DO_MUNICIPIO_DE_CASCADEL_COMO_POLO_ECONOMICO.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2017.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SOUZA, M. A. P.; CORRÊA, W. K. **As expressões do agronegócio no município de Cascavel – PR no período 2000-2006**: uma discussão sobre as territorialidades rurais. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/12.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2017.

SUÁREZ-OJEDA, E. N. Introducción. In: MELILLO, A.; SUARÉZ-OJEDA, E. N.; RODRIGUEZ, D. (Orgs.). **Resiliencia y Subjetividad**. Los Ciclos de la Vida. Buenos Aires: Ediciones Paidós Iberica, 2006.

SUÁREZ-OJEDA, E. N. Uma concepção latinoamericana: a resiliência comunitária. In: _____. **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 47-59.

SUAREZ-OJEDA, E., LA FARA, A., GONZÁLEZ, C.V.M. Trabajo comunitario y resiliência social. In: MUNIST, M.M. *et al.* (Orgs.). **Adolescencia y resiliência**. Buenos Aires: Ediciones Paidós Iberica, 2011, p. 81-108.

SUAREZ-OJEDA, E., LA FARA, A., MÁRQUEZ, C. Resiliência Comunitária. In: HOCH, L.; ROCCA, S. (Orgs.). **Sufrimento, resiliência e fé**: Implicações para as relações de cuidado. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2007, p. 33-56.

SUAREZ-OJEDA, E. N. S.; AUTLER, L. La resiliência em la comunidade: un enfoque social. In: GROTBORG, E.H. (Orgs.). **La resiliencia en el mundo de hoy**: cómo superar las adversidades, 2006.

SUNG, J. M. Prosperidade sim, família homossexual, não! A nova classe média evangélica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 43-51, 2015.

SVARTMAN, B. P.; GALEÃO-SILVA, L. G. Comunidade e resistência à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária. **Revista Colombiana de Psicología**, Ciudad Universitaria, v. 25, n. 2, p. 331-349, 2016.

TOSIN, G.A.S. **Caracterização Física do Uso e Ocupação da Bacia Hidrográfica do Rio Cascavel**. 2005. 55f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

TROMBETA, L. H. A. P.; GUZZO, R. S. L. **Enfrentando o cotidiano adverso: Estudo sobre resiliência em adolescentes**. Campinas: Alínea, 2002.

UNDURRAGA, C. Y; AVENDAÑO, C. La dimensión psicológica de la pobreza. **Psykhé**, São Paulo, v. 6, n.1, p. 57-63, 1997.

VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 7–14, 1999.

VALLEJO-MARTÍN, M.; MORENO-JIMÉNEZ, M. P.; RÍOS-RODRÍGUEZ, M. L. Sentido de comunidad, fatalismo y participación en contextos de crisis socioeconómica. **Psychosocial Intervention**, Madrid, v. 26, p.1-7, 2017.

VALVERDE, MARÍA CLEOFÉ. A interdependência entre vulnerabilidade climática e socioeconômica na região do ABC paulista. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 39-60, 2017.

VASQUEZ, G. C. F. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, 2009, p. 856-867.

VIDAL, F. C. B. A problemática do semi-árido nordestino à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural. In: **SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA: Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador: SEI, 2003, v. 1, p. 197-217. 2003.

VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; ALMEIDA FILHO, N. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 217-226, 2009.

VIEIRA, E. M.; XIMENES, V. M. Conscientização: em que interessa este conceito à psicologia. **Revista Argumento**, Paraná, v. 26, n. 52, p. 11-22, 2008.

VIEIRA FILHO, J.E.R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIN, M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Cap 2. pP. 395-422.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WADSWORTH, M.E. Working with Low-income Families: Lessons Learned from Basic and Applied Research on Coping with Poverty-related Stress. **Journal of Contemporary Psychotherapy**, [S.I.], n. 42, p. 17–25, 2012.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A. Singularidade do Rural Brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Orgs). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. p. 413-472.

WOLFF, E.A. Uma psicologia para a América Latina. In: GUZZO, R. S. L; LACERDA, JÚNIOR, F. (Orgs.). **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação. São Paulo: Alínea, 2009. p. 101-120.

XIMENES, V. M. **Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária**: avaliação psicossocial de comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul. Relatório final de pesquisa – 2016. Edital Chamada Universal – MCTI/CNPq N° 14/2013.

XIMENES, V. M. **Impactos da Pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária**: a avaliação psicossocial das comunidades do Bom Jardim (Fortaleza) e da Canafístula (Apuiarés/Ceará). Relatório final de pesquisa – 2014. Edital MCTI /CNPq /MEC/CAPES N ° 07/2011.

XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C. Juventude e pobreza: Implicações psicossociais do fatalismo. **Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 50 n. 1, p. 128-136, 2016.

XIMENES, V. M. *et al.* Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 2, p. 146-156, 2016.

XIMENES, V. M. *et al.* Pobreza e suas implicações psicossociais. In: ACCORSSI, A. *et al.* (Org.). **Distintas faces da questão social**: desafios para a Psicologia. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2015. p.149-176.

XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C.; SILVA, G. R. G. Pesquisas em Psicologia nos contextos de pobreza: para que e para quem? In: XIMENES, V. M., NEPOMUCENO, B. B., CIDADE, E. C.; MOURA JR, J. F. (Orgs.). **Implicações Psicossociais da Pobreza**: Diversidades e Resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. pp. 165-186.

XIMENES, V. M., MOURA JÚNIOR, J. F. M. Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará, práticas e vivências em extensão universitária. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. **Psicologia Comunitária e contextos rurais**. Natal, RN: EDUFRN, 2013, pp. 453-476.

YAZBEK, M. C. Política Social e Desenvolvimento: o novo padrão da dependência na América Latina e seus impactos na estrutura da desigualdade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais...**, Juiz de Fora: Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, nov. 2012.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 75-84, 2003.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. de M. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 444-453, 2007.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; JULIANO, M. C. C. O desafio de construir políticas públicas de atenção às famílias a partir de tecnologias sociais e com foco na promoção de resiliência comunitária. In: XIMENES, V. M. *et al.* (Orgs.). **Psicologia Comunitária no mundo atual**: desafios, limites e fazeres. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. pp. 49-72.

YUNES, M. A. M. Strategies to promote resilience in families of low income exposed to social and environmental risks. **Global Journal of Community Psychology Practice**, Wichita, v. 3, n. 4, p. 1-14, 2012.

ZAVALETA, R. D. The Ability to go about without Shame: A proposal for internationall y comparable indicators of shame and humiliation. **OPHI Working Paper**, University of Oxford, n. 3, 2007.

ZIMMERMANN, S. A. *et al.* Desenvolvimento Territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **Campo – Território: Revista De Geografia Agrária**, Gramado, v. 9, n. 17, p. 540–573, 2014.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Entrevistador (a): _____ Nº do Questionário:

Data: ___/___/___

Comunidade:	Vale do Rio Canindé- CE	Cascavel – PR
	1	3

DADOS GERAIS

1. Idade: _____

2. Gênero:

Masculino	Feminino
1	2

3. Raça ou cor:

Branca	0
Preta	1
Parda/Morena	2
Indígena	3
Amarela	4

4. Qual é a sua Religião?

Católica	0
Protestante ou Evangélica	1
Espírita	2
Afrobrasileira	3
Sem religião	4
Outra	5

5. Você frequenta reuniões de sua Igreja/Paróquia/Templo/Terreiro?

Não	Sim
0	1

6. Qual seu estado civil?

Solteiro(a)	0
Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a).	1
Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).	2
Viúvo(a)	3

7. Você tem quantos filhos: _____

8. Quantas crianças com idade até 06 anos moram com você? _____

9. Quantas pessoas moram na sua casa (incluindo você)? _____

10. Na sua casa, quem realiza as atividades domésticas (preparar comida, lavar louças, limpeza em geral)?

Homens e mulheres	0
Homens, mulheres e crianças	1
Mulheres e crianças	2
Apenas mulheres	3
Homens e crianças	4
Apenas homens	5
Apenas crianças	6

Na sua casa, alguém recebe algum benefício social dos listados abaixo?

11. Programa Bolsa Família

12. Benefício de Prestação Continuada - BPC (Aposentadoria sem décimo terceiro) ou PCD (para pessoas com deficiência)

13. Programa Garantia-Safra

14. Seguro Defeso (Piracema)

15. Bolsa Verde

Não	Sim
0	1
0	1
0	1
0	1
0	1

EDUCAÇÃO

16. Você frequenta alguma instituição de ensino como escola ou faculdade?

Não	0
Sim, pública	1
Sim, particular	2
Sim, escola indígena	3
Sim, escola quilombola	4

17. Por quanto tempo você já frequentou a escola?

Nunca frequentei	0
Até 5 anos ou Ensino Fundamental Incompleto	1
De 6 a 9 anos ou Ensino Fundamental Incompleto ou Completo	2
De 10 a 11 anos ou Ensino Médio Incompleto	3
12 anos ou mais ou Ensino Médio Completo ou Ensino Superior	4

18. Algum adulto de sua família estudou mais de 9 anos?

Não	Sim
0	1

19. Qual o principal motivo que fez você parar de estudar?

Não parei	0
Necessidade de arranjar um emprego ou trabalhar	1
Necessidade de cuidar da família (trabalhar em casa)	2
Dificuldade de chegar à escola/É muito	3

distante	
Por falta de recursos financeiros para estudar.	4
Falta de interesse nos estudos	5
Reprovação ou dificuldades de aprendizagem.	6
Nenhuma das respostas anteriores	7

20. Você ou algum membro da sua família ingressou no ensino superior? Como?

Não, ninguém.	0
No ensino superior privado, através do PROUNI	1
No ensino superior privado, através do FIES	2
No ensino superior privado, pagando com recursos próprios.	3
No ensino superior público, através de cotas.	4
No ensino superior público, por ampla concorrência.	5

HABITAÇÃO

21. A sua residência é:

Ocupação	Cedida	Alugada	Própria
0	1	2	3

22. A sua casa é de:

Papelão, plástico ou compensado (barraco)	0
Taipa	1
Madeira	2
Tijolo/Alvenaria	3
Palafita	4
Casa flutuante	5

23. Sua casa possui água encanada?

Não	Sim
0	1

24. Quais as formas de abastecimento de água da sua casa (pode marcar mais de uma opção)?

Cagece (Ceará), Sanepar (Paraná) ou Cosama (Amazonas).	0
Poço	1
Cisterna	2
Carro pipa	3
Rio ou açude	4
Chafariz	5

25. Como é o piso da sua casa?

Terra batida	Cimento	Cerâmica	Madeira ou outros
0	1	2	3

26. Qual combustível mais usado para cozinhar na

Lenha	Carvão	Gás de Cozinha
-------	--------	----------------

sua casa?

0	1	2
---	---	---

27. A sua casa possui eletricidade?

Não	Sim
0	1

28. Qual o tipo de banheiro da sua casa?

Sem Banheiro	0
Buraco no chão/patente/casinha	1
Vaso sanitário sem descarga	2
Vaso sanitário com descarga	3

29. Qual o destino das fezes e urina?

Céu Aberto	Fossa	Sistema de Esgoto
0	1	2

30. Assinale quais dos recursos sua família possui:

Quantidade de bens duráveis:

0-4	5 ou mais
0	1

	Televisão
	Telefone
	Rádio
	Bicicleta
	Moto
	Carro
	Geladeira
	Fogão
	Computador

TRABALHO E RENDA

Não	0
Faço bico	1
Trabalho com carteira assinada/contrato de trabalho	2

31. Atualmente, você está exercendo algum tipo de trabalho remunerado?

32. Quanto você ganha por mês? _____

33. Quanto a sua família ganha por mês? _____

31. Atualmente, você está exercendo algum tipo de trabalho remunerado?

Trabalho sem carteira assinada	3
--------------------------------	---

34. Você já precisou vender alguma coisa sua para poder comer?

Não	Sim
0	1
0	1

35. Você já precisou pedir dinheiro para poder comer?

SAÚDE

36. Você consegue atendimento médico ou de outros profissionais da saúde quando precisa?

Nunca	Poucas Vezes	Frequentemente	Sempre
0	1	2	3

37. Você deixou de utilizar algum serviço de saúde por não ter dinheiro para pagar o transporte?

Não	Sim
0	1

38. Na sua casa, alguma criança já morreu?

Não	Sim
0	1

39. Quantas refeições você costuma fazer por dia?

Nenhuma	Uma	Duas	Três ou Mais
0	1	2	3

40. Tem alguém na sua casa com desnutrição?

Não	Sim
0	1

ASPECTOS SUBJETIVOS DA POBREZA

41. Como você se considera?

Pobre	Nem rico nem pobre	Rico
0	1	2

42. O dinheiro da sua casa é suficiente para viver bem?

Discordo Totalmente	0
Discordo	1
Nem concordo e nem discordo	2
Concordo	3
Concordo Totalmente	4

NUMA ESCALA DE 0 A 10 QUANTO SATISFEITO VOCÊ ESTÁ ...?	Totalment e										Totalmente satisfeito/a
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
43. Com o seu padrão de vida.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
44. Com as coisas que você tem conseguido na vida.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
45. Com a sensação de estar seguro/a.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
46. Com sua segurança futura.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

ABAIXO TEM ALGUMAS AFIRMAÇÕES A RESPEITO DA SUA COMUNIDADE. POR FAVOR, MARQUE O QUANTO VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DELAS:

	Discordo muito	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo muito
47. Você não tem nenhuma influência sobre como é esta comunidade	0	1	2	3	4
48. Se existir um problema nessa comunidade as pessoas que vivem aqui podem resolvê-lo.	0	1	2	3	4

RESPONDA ÀS SEGUINTE PERGUNTAS DE ACORDO COM O QUE VOCÊ PENSA.

	Discordo Muito	Discordo	Nem concordo e nem discordo	Concordo	Concordo Muito
49. Não importa o que você faça, se algo ruim vai acontecer com você, acontecerá de qualquer jeito.	0	1	2	3	4
50. Tudo que acontece com uma pessoa foi planejado por Deus.	0	1	2	3	4
51. Se acontecem coisas ruins, é porque tinha que ser assim.	0	1	2	3	4
52. Você sente que não tem nenhum controle sobre as coisas que acontecem com você.	0	1	2	3	4

53. A sua vida está determinada por suas próprias ações.	0	1	2	3	4
54. Existem pessoas que nascem com sorte.	0	1	2	3	4
55. Qualquer coisa que aconteça na sua vida é porque Deus quer que aconteça.	0	1	2	3	4
56. Não se pode vencer na vida, não importa o quanto a pessoa se esforce.	0	1	2	3	4
57. O que a pessoa ganha da vida é sempre resultado do esforço que ela dedica.	0	1	2	3	4
58. Quando acontecem coisas boas com as pessoas é por sorte.	0	1	2	3	4
59. Deus controla tudo de bom e de mau que acontece com uma pessoa.	0	1	2	3	4
60. O que acontece com uma pessoa é consequência do que ela faz.	0	1	2	3	4
61. As coisas boas que acontecem com você geralmente são por sorte.	0	1	2	3	4
62. A pessoa morre quando é sua hora e não há muito o que se possa fazer sobre isso.	0	1	2	3	4
63. O sucesso está determinado quando se nasce, não há nada o que se possa fazer para ter sucesso na vida.	0	1	2	3	4

INDIQUE COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ SE SENTE POR SUA CONDIÇÃO FINANCEIRA ...

	Nunca	Poucas Vezes	Às Vezes	Quase Sempre	Sempre
64. Rejeitado(a) pelos outros	0	1	2	3	4
65. Que as pessoas lhe tratam injustamente	0	1	2	3	4

HUMILHARAM VOCÊ POR:

Não	Sim
0	1

66. Seu local de moradia?

QUANDO VOCÊ PRECISA, PODE CONTAR COM ALGUÉM QUE...

67. Esclareça suas dúvidas.

68. Forneça alimentação quando você precisa.

69. Ajude você a resolver um problema prático.

Nunca	Poucas Vezes	Muitas Vezes	Sempre
0	1	2	3
0	1	2	3
0	1	2	3

COM QUE FREQUÊNCIA, NAS SITUAÇÕES DIFÍCEIS DA SUA VIDA, VOCÊ ENCONTRA AJUDA DOS(AS)...

70. CRAS, CREAS

Nunca	Poucas Vezes	Às Vezes	Quase Sempre	Sempre
0	1	2	3	4

Nos últimos anos, você e/ou sua família passou por algum desses problemas? (Se respondeu “não” em todos os itens, vá para questão a 174)

	NÃO	SIM
71. Inundações ou enchentes	0	1
72. Seca e estiagem	0	1
73. Alterações no alagamento sazonal da floresta	0	1
74. Desmatamento	0	1

ESSES PROBLEMAS PROVOCARAM:

75. Falta de água para consumo humano

76. Saída do campo para a cidade de algum membro da família

77. Insegurança quanto ao futuro

Não	Sim
0	1
0	1
0	1

O QUANTO VOCÊ CONCORDA OU NÃO COM AS AFIRMATIVAS ABAIXO?

78. Você é capaz de se adaptar às mudanças.

Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo e nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
0	1	2	3	4

79. Você pode lidar com tudo que lhe aconteça.	0	1	2	3	4
80. Você vê o lado engraçado das coisas.	0	1	2	3	4
81. Lidar com o estresse lhe fortalece.	0	1	2	3	4
82. Você costuma se recuperar depois de doenças ou trabalho pesado.	0	1	2	3	4
83. Você consegue alcançar os seus objetivos.	0	1	2	3	4
84. Sob pressão, você consegue ter foco e pensar com clareza.	0	1	2	3	4
85. Você não se desencoraja facilmente quando falha.	0	1	2	3	4
86. Você se considera uma pessoa forte.	0	1	2	3	4
87. Você consegue lidar com os sentimentos desagradáveis.	0	1	2	3	4

AVALIE O QUESTIONÁRIO:

- 88. O questionário é muito longo?**
- 89. O questionário é chato?**
- 90. Foram perguntadas coisas importantes?**

Não	Sim
0	1
0	1
0	1

Muito obrigado(a) pela participação!

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - QUESTIONÁRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Questionário

Você está convidado(a) a participar da pesquisa intitulada Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial de comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul que será realizada nas cidades de Pentecoste (Ceará), Humaitá (Amazonas) e Cascavel (Paraná). Tal pesquisa tem por objetivo comparar as implicações psicossociais (sentimentos, pensamentos e ações) da pobreza na vida de moradores/moradoras das comunidades rurais das regiões Nordeste, Norte e Sul.

No caso específico de sua participação, o pesquisador preencherá um questionário junto com você, onde serão feitas algumas perguntas que poderá responder de forma livre. Não há respostas certas ou erradas e não haverá identificação do seu nome no questionário. Depois de respondido, o questionário se juntará a outros, para que possam ser analisados. Não haverá retorno financeiro pela sua participação e oferecemos como benefício os resultados dessa pesquisa.

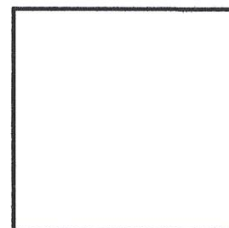
Com essas informações, gostaria de saber a sua aceitação em participar da pesquisa. É necessário esclarecer que: 1. A sua aceitação/autorização deverá ser de livre e espontânea vontade; 2. A identificação de todos os envolvidos será mantida em segredo; 3. Que você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você; 4. Será permitido o acesso às informações sobre procedimentos relacionados à pesquisa; 5. Não haverá riscos ou desconfortos causados pela pesquisa; e 6. Somente após devidamente esclarecido (a) e ter entendido o que foi explicado, deverá assinar este documento que será emitido em duas vias.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Para maiores informações sobre essas questões, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, na rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, telefone: (85) 33668344. Em caso de dúvida sobre a pesquisa e seus procedimentos, poderá comunicar-se com a coordenadora da pesquisadora Prof^a. Verônica Morais Ximenes, Departamento de Psicologia, Av. Universidade, 2762, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60020-180, fone: (85) 33667729, ou com a pesquisadora Prof^a. Clarice Regina Catelan Ferreira da Universidade Paranaense (Cascavel), fone: (45) 33211300.

_____, ____ de ____ de ____.

Assinatura do sujeito da pesquisa

OU



Digital do sujeito da pesquisa

Contato: _____

Prof.^a Dra. Verônica Morais Ximenes
Assinatura da Coordenadora da Pesquisa

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO – GRUPO FOCAL

Você está convidado(a) a participar da pesquisa intitulada *Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial de comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul* que será realizada nas cidades de Pentecoste (Ceará), Humaitá (Amazonas) e Cascavel (Paraná). Tal pesquisa tem por objetivo comparar as implicações psicossociais (sentimentos, pensamentos e ações) da pobreza na vida de moradores/moradoras das comunidades rurais das regiões Nordeste, Norte e Sul.

No caso específico de sua participação, a pesquisadora Elívia Camurça Cidade facilitará uma entrevista em grupo, onde serão apresentadas perguntas e você responderá de forma livre. A pesquisadora utilizará um guia com perguntas importantes de serem feitas e um gravador para registrar as informações fornecidas por você. Não haverá identificação do seu nome das gravações. Não haverá, também, retorno financeiro pela sua participação, mas oferecemos como benefício o resultado dessa pesquisa.

Com essas informações, gostaria de saber a sua aceitação em participar da pesquisa. É necessário esclarecer que: 1. A sua aceitação/autorização deverá ser de livre e espontânea vontade; 2. A identificação de todos os envolvidos será mantida em segredo; 3. Que você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você; 4. Será permitido o acesso às informações sobre procedimentos relacionados à pesquisa; 5. Não haverá riscos ou desconfortos causados pela pesquisa; e 6. Somente após devidamente esclarecido (a) e ter entendido o que foi explicado, deverá assinar este documento que será emitido em duas vias.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Para maiores informações sobre essas questões, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, na rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, telefone: 33668344. Em caso de dúvida sobre a pesquisa e seus procedimentos, poderá comunicar-se com a coordenadora da pesquisa Prof^a. Verônica Moraes Ximenes, Departamento de Psicologia, Av. Universidade, 2762, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60020-180, fone: (85) 33667729 ou (85) 32341058, ou com a pesquisadora Elívia Camurça Cidade, aluna de doutorado deste Departamento.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do sujeito da pesquisa

OU



Digital do sujeito da pesquisa

Elívia Camurça Cidade

Assinatura da pesquisadora

Verônica Moraes Ximenes

Prof^a. Dra. Verônica Moraes Ximenes
Assinatura da Coordenadora da Pesquisa

APÊNDICE D - GUIA DE TÓPICOS – GRUPO FOCAL

Ponto 1) Eu gostaria de conversar com vocês sobre como é viver aqui na comunidade. A quanto tempo vocês moram aqui? Vocês percebem que há alguma diferença entre morar aqui e na sede do distrito? (Categoria: modos de vida população rural)

Ponto 2) Dentre os problemas que vocês apontaram, vocês acham que a pobreza é um problema da comunidade/assentamento? **ou** Isto que vocês estão apontando como problemática, está relacionado à pobreza? (Categoria: percepções sobre pobreza)

Ponto 3) Vocês fazem algo para tentar melhorar a situação da comunidade? (Categorias: fatalismo - fatores explicativos das causas dos fenômenos, presentismo e enfrentamento)

Ponto 4) No nosso cotidiano, muitas vezes passamos por dificuldades. Quais são as principais dificuldades com as quais vocês convivem? Como vocês lidam com elas? Diante dessas questões que vocês mencionaram, como vocês conseguiram superá-las? (Categoria: enfrentamento)

Ponto 5) Existem pessoas com as quais vocês podem contar quando precisam? (Categorias: percepção do contexto adverso, enfrentamento – respostas cognitivas, ações e sentimentos, resiliência – redes de apoio)

Ponto 6) Alguém poderia me contar uma situação que marcou a sua vida? Como você lidou com esse momento? (Categorias: enfrentamento – respostas cognitivas, ações e sentimentos)

Ponto 7) Eu vou contar duas histórias e gostaria de conversar com vocês sobre elas (Categorias: fatalismo e resiliência)

Manuel está desempregado há 1 ano. Trabalha como diarista para sustentar a esposa e o filho pequeno de dois anos. Recentemente, Manuel foi chamado para trabalhar ganhando metade de um salário mínimo. Ele vai aceitar, pois acredita que só depende dele se esforçar para ter uma vida melhor.

Antônia é uma jovem mulher de 45 anos. É casada e mãe de 4 filhos, que tem entre 12 e 19 anos. O sonho de Antônia era que os filhos fizessem faculdade, mas onde ela mora não tem escola do estado. O tempo está passando e Antônia está percebendo que seu sonho talvez não se realize. Para ela, no entanto, está tudo bem porque o que vale é ter saúde, ter o que comer dentro de casa e agradecer à Deus.

Ponto 8) Eu gostaria que vocês me falassem um pouco sobre quais são os planos de futuro de vocês. Como vocês se imaginam daqui a 05 anos? O que vocês pensam que pode dificultar a realização desses planos? O que vocês acreditam que pode permitir que esse plano se torne realidade?

ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ/ PROPESQ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial de comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul

Pesquisador: Veronica Moraes Ximenes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46474715.5.1001.5054

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.233.648

Apresentação do Projeto:

A pesquisa se trata de um estudo comparativo acerca das implicações psicossociais (sentimentos, pensamentos e ações) da pobreza na vida de moradores/moradoras das comunidades rurais das regiões Nordeste, Norte e Sul. Para tanto, procederá a identificação do nível do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) dos participantes da pesquisa; além da descrição da realidade de pobreza dos participantes das comunidades do Vale do Rio Canindé (Ceará), Humaitá (Amazonas) e Cascavel (Paraná), bem como da análise dos sentidos e significados dos participantes da pesquisa sobre a pobreza e as formas de enfrentamento com essa realidade. Pretende-se ainda realizar avaliação dos determinantes sociais da saúde a partir da realidade de pobreza dos participantes da pesquisa. A escolha pelas regiões em que se dará a pesquisa se respaldou nas parcerias construídas com professores/pesquisadores universitários que desenvolvem atividades em comunidades rurais da região Norte e Sudeste e em dados que apontam que a extrema pobreza se distribui da seguinte forma na zona rural: Norte (56%), Nordeste (52%), Sul (39%), Centro-Oeste (33%) e Sudeste (21%) (IBGE, 2011). O estudo utilizará uma metodologia mista com dados quantitativos e qualitativos. No que se refere aos procedimentos de produção dos dados, a etapa quantitativa se dará mediante aplicação de questionário nas comunidades do Vale do Rio Canindé (Ceará), Humaitá (Amazonas) e Cascavel (Paraná). O questionário a ser utilizado foi construído com

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

Fax: (85)3223-2903

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 1.233.648

os seguintes instrumentos:- Questionário de Pobreza Multidimensional,- Escala de Bem-Estar Pessoal (CUMMINS et. al 2003);- Escala de Sentimento de Comunidade (McMILLAN; CHAVIS, 1986);- Escala de Fatalismo (DEL VILLAR; SOTO; SAUCEDO, 2010);- Self Report Questionnaire (SRQ-20) (MARI; WILLIAMS, 1986);- Escala de Esperança (SARTORE; GROSSI, 2008);- Instrumento de Vergonha e Humilhação (ZVALETA, 2007);- Instrumento de Impactos da Seca (FAVERO, 2012);- Instrumento de Apoio Social. Os instrumentos serão aplicados diretamente pela equipe de pesquisa de forma individual ou em grupo, dependendo do grau de instrução do participante da pesquisa. Já a etapa qualitativa lançará mão de grupo focal para desenvolvimento da pesquisa naquelas localidades, visando conhecer os sentidos e significados dos participantes sobre a pobreza e as formas de sobrevivência com essa realidade. Nos grupos focais serão utilizados roteiros semi-estruturados. Participarão moradores/moradoras, maiores de 18 anos, dessas comunidades e que estão em situação de pobreza. Para pesquisa quantitativa, será realizado o cálculo da amostra a partir dos dados do Censo 2010 do IBGE (2010) sobre a quantidade de pessoas que moram nas comunidades do Vale do Rio Canindé (Ceará), Humaitá (Amazonas) e Cascavel (Paraná). Pretende-se aplicar 1200 questionários. Por sua vez, a quantidade de participantes nos grupos focais serão em torno de 90 pessoas, divididas em 9 grupos focais, sendo três em cada região. O estudo aspira trazer contribuições para a avaliação psicossocial de pessoas em situação de pobreza, colaborando na formulação de políticas públicas que possibilitem a melhoria de vida dessa população. A hipótese da investigação é de que o fenômeno social da pobreza se incorpora no desenvolvimento do psiquismo dos sujeitos que vivem em comunidades rurais pobres, a partir das implicações psicossociais (sentimentos, pensamentos e ações), tendo em conta as diferenças advindas das regiões Nordeste, Norte e Sul. Em relação à análise dos Dados Quantitativos, eles serão organizados em uma base no pacote estatístico SPSS 15.0. No tocante à análise dos Dados Qualitativos, o material discursivo será transcrito e submetido a leituras sucessivas, transversais e horizontais, de maneira a permitir a apreensão do conjunto, bem como à identificação dos temas centrais, que agregam as várias dimensões presentes nas narrativas e que constituirão os eixos da rede de significados. Será utilizado o software ATLAS.ti 5.2 que contribuirá com as análises desses dados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Comparar as implicações psicossociais (sentimentos, pensamentos e ações) da pobreza na vida de moradores/moradoras das comunidades rurais das regiões Nordeste, Norte e Sul.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000
Bairro: Rodolfo Teófilo **CEP:** 60.430-275
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3366-8344 **Fax:** (85)3223-2903 **E-mail:** comepe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ/ PROPESQ



Continuação do Parecer: 1.233.648

Objetivo Secundário:

- Identificar o nível do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) dos participantes da pesquisa;- Descrever a realidade de pobreza dos participantes das comunidades do Vale do Rio Canindé (Ceará), Humaitá (Amazonas) e Cascavel (Paraná);- Conhecer os sentidos e significados dos participantes da pesquisa sobre a pobreza e as formas de enfrentamento com essa realidade;- Avaliar os determinantes sociais da saúde a partir da realidade de pobreza dos participantes da pesquisa

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa não implica riscos que inviabilizem sua execução do ponto de vista ético. Seus benefícios se relacionam com a possibilidade de contribuir com a compreensão dos aspectos psicossociais da pobreza e com a formulação de políticas públicas relativas ao enfrentamento de desigualdades sociais nas regiões do país em que esses fenômenos mais se evidenciam.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto apresenta clareza e coerência em sua problemática, em seus objetivos e em sua proposta metodológica. Seu delineamento apresenta-se em consonância com os princípios éticos que devem envolver a pesquisa com seres humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram devidamente apresentados todos os termos exigidos pelo CEP, não havendo objeção da relatória nesse quesito.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto condizente com as exigências éticas e pertinente ao campo das ciências humanas e às formulações de políticas públicas de bem-estar social. Não apresenta pendências documentais.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Termo CNPq- Universal.pdf	08/03/2015 20:41:45		Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

Fax: (85)3223-2903

E-mail: comepe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ/ PROPESQ



Continuação do Parecer: 1.233.648

Outros	declaracao de custeio da pesquisa.pdf	12/03/2015 23:55:12		Aceito
Outros	Roteiro Grupo Focal.pdf	12/03/2015 23:58:35		Aceito
Outros	Questionário.pdf	13/03/2015 21:50:29		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_469477.pdf	13/03/2015 21:55:52		Aceito
Folha de Rosto	Folha de rosto - Ok.pdf	28/05/2015 09:52:23		Aceito
Outros	Declaração de Concordância - Clarice.jpg	29/05/2015 18:27:38		Aceito
Outros	Declaração de Concordância - Suely.pdf	29/05/2015 18:28:19		Aceito
Outros	Declaração de Concordância UFC.pdf	29/05/2015 18:28:32		Aceito
Outros	Ofício comitê de ética.pdf	29/05/2015 18:29:28		Aceito
Outros	Termo de Ciência - UNIPAR.jpg	29/05/2015 18:30:37		Aceito
Outros	TERMO DE CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE PARTICIPANTE DA PESQUISA - UFAM-FABIANA.pdf	29/05/2015 18:31:04		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_469477.pdf	29/05/2015 18:38:15		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO - Grupo Focal.pdf	14/06/2015 22:49:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO - Questionário.pdf	14/06/2015 22:50:02		Aceito
Outros	Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Verônica Moraes Ximenes).pdf	14/06/2015 23:32:07		Aceito
Outros	Declaração de Concordância - Alexssandra Maria.pdf	18/06/2015 11:13:18		Aceito
Outros	Declaração de Concordância - Antônio Alan.pdf	18/06/2015 11:13:33		Aceito
Outros	Declaração de Concordância - Márcia Skibick.pdf	18/06/2015 11:13:50		Aceito
Outros	Declaração de Concordância - Lorena Silva.pdf	18/06/2015 11:14:06		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_469477.pdf	21/06/2015 21:08:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto de Pesquisa Universal 2013-CEP.pdf	24/06/2015 11:03:22		Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

Fax: (85)3223-2903

E-mail: comepe@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ/ PROPESQ



Continuação do Parecer: 1.233.648

Investigador	Projeto de Pesquisa Universal 2013-CEP.pdf	24/06/2015 11:03:22		Aceito
Outros	Cronograma da Pesquisa.pdf	24/06/2015 11:03:47		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_469477.pdf	24/06/2015 11:05:13		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 17 de Setembro de 2015

Assinado por:

FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador)

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

Fax: (85)3223-2903

E-mail: comepe@ufc.br